



Milousa Ibraimo António

Licenciada em Arquitectura e Planeamento Físico

**Sustentabilidade em bairros
autoproduzidos de baixa renda.
Abordagem focada no espaço coletivo
O caso de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território

Orientadora: Professora Doutora Margarida Angélica Pires Pereira Esteves, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Coorientadora: Professora Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Júri:
Presidente: Prof. Doutora Lia Vasconcelos
Arguente: Doutora Sílvia Branco Jorge
Vogal: Prof. Doutora Margarida Pereira



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Outubro, 2019

**Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda.
Abordagem focada no espaço coletivo.
O caso de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo**

Milousa Ibraimo António

(Bolsista do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.)

(Colaboradora no projecto *Africa Habitat*)

Outubro de 2019

Dedico este trabalho aos meus pais
Laurinha Lourenço Salema Uahona (in memorian) e
Domingos Ebraimo António, pelo exemplo de carácter e dignidade,
com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero expressar o meu profundo agradecimento às minhas orientadoras, a Professora Margarida Pereira e a Professora Isabel Raposo, pelo seu esforço abnegado e por serem uma fonte infinita de inspiração cujas lições transmitidas neste processo, transcendem os limites da dissertação. Não encontro palavras para traduzir o elevado respeito e admiração que tenho por vós.

Em segundo, aos professores do MUSOT, cuja dedicação foi instrumental no despertar do meu interesse pela abordagem escolhida nesta dissertação. Agradeço em especial e horizontalmente, ao Professor João Farinha, à Professora Margarida Pereira, ao Professor João Seixas, ao Professor Nuno Pires e à Professora Lia Vasconcelos. O vosso rigor e consistência marcaram o meu percurso.

Ao GESTUAL, por ter sido um pertinente espaço de reflexão, cuja produção científica contribuiu na construção de perceções, chave para esta pesquisa. Um singular obrigado à Professora Isabel Raposo, pela amizade e por ter, incondicionalmente, aberto as portas do grupo de pesquisa e à professora Cristina Henriques por ter partilhado a base para a leitura espacial sobre Maputo.

À Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane e aos colegas do Centro de Estudo para o Desenvolvimento do Habitat, que para além de providenciarem a base documental para o trabalho de campo, apoiaram grandemente na superação da limitação de tempo disponível para a realização do trabalho de campo. Um especial obrigado ao Professor João Tique, e ao Professor Luís Lage pelas conversas informais com perguntas muitíssimo construtivas.

Não posso deixar de agradecer aos meus professores e amigos, a Professora Vanessa Melo, pelo apoio, partilha e disponibilidade e ao Professor Domingos Macucule por ter em vários momentos se disponibilizado para discutir ideias e partilhar reflexões sobre os desafios do urbano em Maputo.

Ao Kaya Clínica, em particular ao Sr. Jonas Ernesto Singo e ao Moisés Francisco pelo apoio na logística para as secções de campo.

Aos meus colegas e amigos de Maputo porque sem eles o levantamento no bairro não teria sido uma experiência tão enriquecedora. Ao Cândido Mazuze, por emprestar as suas valências sociológicas no apoio à realização do mapeamento participativo e ao Ivan Muchanga, por ter sido o melhor apoio nas entrevistas aos residentes. Ambos foram instrumentais no levantamento etnográfico.

Às instituições e empresas públicas e privadas, que sem barreiras disponibilizaram um conjunto de informação chave para esta pesquisa. Um especial obrigado para o Sr. Jaime Comiche, Sr. Rogério Nuvunga, Sr. João Mucavele, Sr. António Matos e o Sr. Magalhães Miguel, pela disponibilidade e partilha de informações sem as quais as reflexões poderiam ter sido mais difíceis. Meu *Kanimambo*¹ às lideranças dos bairros por abrirem as portas dos seus territórios.

Aos meus colegas e companheiros de percurso no MUSOT, Helder Mutondo, Leonilde Matlombe e Stephania Aleixo, pela amizade e partilha. Foi um prazer partilhar este trajeto.

À minha grande amiga Sofia Virgy, por ter me proporcionado, junto de sua família, abrigo durante o trabalho de campo em Maputo. Não há palavras que possam expressar a minha gratidão.

À minha família, pelo infinito apoio e fonte de força e coragem. Aos meus pais, Domingos Ebraimo António e a mãe que ganhei, Cinyra Muhoro, pela motivação constante. Aos meus sete irmãos pelo amor e carinho, à mana Ilda que foi o meu anjo da guarda neste percurso, sempre disponível para me apoiar. Ao meu companheiro Shaun, pela paciência, cumplicidade, e os infindáveis conselhos de rigor e simplicidade, '*your brilliant mind is a great source of inspiration*'.

Ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, por financiar os meus estudos.

Por fim, quem eu não tenha mencionado, mas que contribuiu direta ou indiretamente no meu percurso MUSOT e na construção desta dissertação, o meu humilde reconhecimento.

¹ Significa 'obrigado' na língua *changana*, um dos dialetos falados na região sul de Moçambique.

EPÍGRAFE



LJ Nhantumbo In *Assemblage*, 2017

In, Vida na periferia.

Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda. Abordagem focada no espaço coletivo - o caso de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo

Milousa Ibraimo António

RESUMO

A autoprodução do espaço urbano compreende um desafio global, tanto no campo teórico quanto na construção de caminhos efetivos para a sustentabilidade urbana. Embora este modo de produção esteja ligado à autoconstrução de moradias, a interface entre habitação e espaço coletivo é um local de coexistência de sistemas urbanos, muitas vezes produzidos na interface entre a racionalidade tecnocrática governamental e as práticas de sobrevivência, com implicações sistemáticas para a qualidade do habitat urbano. Reconhecendo o papel das práticas de autoprodução na trajetória urbana de várias cidades no contexto Sul global, e a maior vulnerabilidade observada em bairros com moradores de baixa renda, a presente pesquisa analisa as circunstâncias da qualidade do espaço coletivo em bairros autoproduzidos de baixa renda a respeito da sustentabilidade e busca pistas para construção de caminhos para a sustentabilidade urbana. A análise é feita a partir dos bairros George Dimitrov e Bagamoio, em Maputo, numa perspectiva comparativa analisando o processo, intervenções e materialidades. Como resultado, concebe-se que a autoprodução transcende o domínio da habitação e, nas condições de escassez de recursos, a melhoria da qualidade de vida a partir do espaço coletivo instiga parte significativa dos desafios para a sustentabilidade, ressalta a responsabilidade do executivo público e oferece possibilidades na minimização de problemas sociais consequentes da autoprodução. Sua concretização passa pela coprodução assente numa governança colaborativa, participação efetiva e fortalecimento institucional e das autoridades locais. Ademais, é observado que a melhoria do ambiente urbano, concretizado e mantido através de processos de autoprodução, deve captar potencialidades das práticas bem como ações incrementais e a gradual integração no sistema de gestão territorial a partir das políticas públicas. Por sua vez, estas devem ser (re)estruturadas para operar de modo integrado, baseado em evidências e ajustado à realidade socioeconómica, cultural e morfológica do tecido urbano.

Palavras-chave: Autoprodução, Bairros Autoproduzidos, Sustentabilidade urbana, Governança, Espaço Coletivo, Maputo

Sustainability in low-income self-produced neighborhoods. An approach focused on the collective space - the case of George Dimitrov and Bagamoio in Maputo

Milousa Ibraimo António

ABSTRACT

Self-production of urban space comprises a global challenge, both in the theoretical field and in the construction of effective paths for urban sustainability. Although this mode of production is closely linked to self-construction of housing, the interface between housing and collective space is a place of coexistence of urban systems, often produced at the interface between government technocratic rationality and survival praxis, with systematic implications for the quality of urban habitat. Recognizing the role of self-production practices in the urban trajectory of various cities in the global South context, and the greater vulnerability observed in neighbourhoods with low-income residents, this research analyses the circumstances of the quality of collective space in low-income self-produced neighbourhoods regarding sustainability and seeks clues to build a path to urban sustainability. The analysis is made from the George Dimitrov and Bagamoio neighbourhoods in Maputo, from a comparative perspective analysing the process, interventions and materialities. As a result, it is conceived that self-production transcends the housing domain and, under the scarcity of resources, improving quality of life from the collective space instate a significant part of the challenges for sustainability, emphasizes the responsibility of the public executive and offer possibilities to minimize social problems resulting from self-production. Its realization involves co-production based on collaborative governance, effective participation and institutional and local authority strengthening. Moreover, it is observed that the improvement of the urban environment, produced and maintained through self-production processes, should capture the potentialities of its practices as well as incremental actions and the gradual integration into the territorial management system from public policies. These, in turn, must be (re) structured to operate in an integrated, evidence-based way and adjusted to the socioeconomic, cultural and morphological reality of the urban landscape.

Keywords: *Self-Production, Self-Produced Neighbourhoods, Urban Sustainability, Governance, Collective Space, Maputo.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL	8
1.1 Conceptualizando a Autoprodução	11
1.2 Desenvolvimento urbano e hegemonia dos AHAP na África Subsaariana	15
1.3 Metamorfose das abordagens de intervenção.....	19
1.4 Sustentabilidade urbana em contexto de Autoprodução?	23
Capítulo 2 - PLANEAMENTO URBANO E BAIROS AUTOPRODUZIDOS EM MAPUTO	29
2.1 O desenvolvimento urbano em Maputo.....	30
2.1.1 Enquadramento	30
2.1.2 Caracterização do território autoproduzido do município de Maputo	35
2.2 O Sistema de gestão territorial e sua relação com a autoprodução	38
2.3 Regime da Terra e seu significado na autoprodução.....	44
2.4 Práticas de Ordenamento e sua influência na transformação dos AHAP	46
Capítulo 3 – METODOLOGIA E FONTES DE INFORMAÇÃO	53
3.1 Métodos e fontes de informação.....	54
3.2 Fundamentação para a escolha do caso de estudo	60
Capítulo 4 – CASO DE ESTUDO: BAIROS GEORGE DIMITROV E BAGAMOIO	62
4.1 Diagnóstico sistemático.....	63
4.1.1 Enquadramento histórico e territorial.....	63
4.1.2 Planos e Intervenções no território autoproduzido.	65
4.1.3 Estrutura urbana, Conectividade, Mobilidade e Transporte.....	75
4.1.4 Infraestruturas e serviço básicos	79
4.1.5 Ambiente construído	83
4.1.6 Economia, Comércio e Serviços	84
4.1.7 Espaço 'público' e Equipamentos de utilização coletiva	85
4.1.8 Governança e participação no desenvolvimento local	89
4.2 Diagnóstico sobre a Autoprodução	91
4.2.1 As práticas entre a Estrutura e a Agência.....	91
4.2.2 As materialidades	96
Capítulo 5 – AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO QUADRO DA AUTOPRODUÇÃO ..	105
CONCLUSÕES E PISTAS PARA PESQUISA.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXO I – QUADROS E ILUSTRAÇÕES	1
ANEXOS II – MATERIAL COLETADO NO TRABALHO DE CAMPO.....	3

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Espaço coletivo como resultado da autoconstrução.....	13
Figura 1.2: Simbiose entre a habitação e o espaço coletivo.....	13
Figura 1.3: Esquema das componentes da autoprodução de AHAP, elaborado com base na compreensão baseada na realidade de Maputo.	15
Figura 1.4: Dinâmicas na proporção de AHAP em alguns países africanos, entre 1990 e 2010.....	16
Figura 1.5: Abordagens de intervenção sobre os AHAP entre 1950 e 2019.	21
Figura 1.6: Mudança na abordagem sobre os AHAP.....	22
Figura 1.7: Estratégia integrada de intervenção em AHAP.	22
Figura 1.8: O desenvolvimento inclusivo no tripé da sustentabilidade.	24
Figura 1.9: Benefícios do espaço coletivo com impacto na qualidade do habitat.	27
Figura 1.10: Esquema de reciprocidade de sistemas urbanos em diferentes escalas.....	28
Figura 2.1: Evolução da taxa de urbanização em Moçambique entre 1950 e 2050.....	30
Figura 2.2: Percentagem de população urbana residente em AHAP na África Subsaariana e em Moçambique entre 1990 e 2014.	31
Figura 2.3: Distritos Urbanos da Cidade de Maputo.	33
Figura 2.4: Transformações demográficas e crescimentos urbano do Município de Maputo entre 1960 e 2018.....	34
Figura 2.5: Metamorfose na classificação das áreas residências de Maputo segundo Araújo, Jenkins e CAH.	35
Figura 2.6: Evolução das áreas semi-urbanizadas de Maputo e os diferentes usos do solo entre 1964 e 2008, na Cidade de Maputo.	36
Figura 2.7: Evolução na densidade de ocupação das áreas habitacionais do Município de Maputo entre 1980 e 2007.	36
Figura 2.8: Percentagem das áreas residenciais semi-urbanizadas (áreas de ocupação espontânea e Ordenada) no município de Maputo.....	37
Figura 2.9: Configurações dos AHAP no município de Maputo.....	38
Figura 2.10: Percurso urbano da cidade de Maputo com principais marcos entre 1960 e 2018.	42
Figura 2.11: Mecanismo de acesso e ocupação do solo.....	45
Figura 2.12: Práticas de Ordenamento subjacentes aos planos parciais de urbanização no território de Maputo.....	48
Figura 2.13: Interação de processos na Autoprodução de Bairros.	52
Figura 3.1: Estrutura metodológica da Dissertação.	54
Figura 3.2: Modelo para avaliação da sustentabilidade em Bairros.....	56
Figura 3.3: Esquema de execução do Transect walk.....	60

Figura 3.4: Percurso da caminhada transversal nos dois bairros.	60
Figura 3.5: Localização da área de estudo.....	61
Figura 4.1: taxa de variação da população, entre 1980 e 1997 e entre 1997 e 2007, nos bairros George Dimitrov e Bagamoio.....	64
Figura 4.2: Enquadramento Territorial da área de estudo.....	65
Figura 4.3: Localização dos projetos e intervenções físicas no território em estudo.....	66
Figura 4.4: Solução Proposta no Plano Director de Saneamento e Drenagem da Área Metropolitana de Maputo relativo aos bairros de estudo.	68
Figura 4.5: Extrato da Síntese da Planta de Ordenamento do PEUMM.....	69
Figura 4.6: Extrato do PPUBGD. A (Qualificação do Solo); B (Rede Viária e de Transportes) e C (Fases de Intervenção).	70
Figura 4.7: Planta Geral das Obras Prioritárias do PMBGD.....	71
Figura 4.8: (à esquerda) o centro comunitário, (à direita) protótipo de banca para comércio informal. Ambos implementados no âmbito das obras prioritárias do PMBGD.	72
Figura 4.9: Praça principal de George Dimitrov. (à esquerda) antes e (à direita) depois da requalificação	72
Figura 4.10: Resultados da implementação do PMBGD. (à esquerda) Mercado do Benfica antes do PDLI (à direita) Mercado do Benfica depois da PDLI.	72
Figura 4.11: Resultados da implementação do PMBGD. (à esquerda) Rua Secundária antes (à direita) Rua Secundária depois.....	72
Figura 4.12: Condições de Mobilidade na Av. De Moçambique.	75
Figura 4.13: Repartição modal de transporte na AMM.....	76
Figura 4.14: Eficiência da rede de Transporte na área de estudo.	76
Figura 4.15: Mapa de transporte públicos de Maputo.	77
Figura 4.16: Transporte coletivo para áreas de difícil acesso.....	78
Figura 4.17: Conflito entre as características da infraestrutura de abastecimento de água e carências de espaços de recreação.....	79
Figura 4.18: Interpenetração do sistema de saneamento doméstico no espaço coletivo.....	80
Figura 4.19: Problemas de drenagem no espaço coletivo.....	80
Figura 4.20: Diversidade e descontinuidade no funcionamento da iluminação pública.....	82
Figura 4.21: Meios de recolha de RSU nos AHAP em Maputo.....	83
Figura 4.22: Diversidade de situações na fronteira entre a habitação e o EC.	84
Figura 4.23: Modelos de ocupação do comércio local e a sua disposição no território.....	85
Figura 4.24: Técnicas básicas para localização de Equipamentos sociais.	87
Figura 4.25: Principais equipamentos na área de estudo.....	88
Figura 4.26: Apropriação do espaço coletivo no bairro GD.	89

Figura 4.27: Estrutura Administrativa local.	90
Figura 4.28: Práticas alternativas individuais no espaço coletivo.	93
Figura 4.29: Práticas alternativas coletivas no espaço coletivo (bairro Choupal).	93
Figura 4.30: Práticas alternativas no espaço coletivo no bairro de Bagamoio.	94
Figura 4.31: Solução autoproduzida para iluminação pública de ruas de difícil acesso.	95
Figura 4.32: Esquema com as principais áreas geográficas na leitura do território.	96
Figura 4.33: Pressão de ocupação sobre solos com elevado valor ecológico.	97
Figura 4.34: Diagrama resultante da caminhada transversal no Bairro George Dimitrov.	98
Figura 4.35: Diagrama resultante da caminhada transversal no Bairro de Bagamoio.	99
Figura 4.36: Espaço público inutilizado:	103
Figura 4.37: Espaço público inutilizado:	104
Figura 5.1: Avaliação da Sustentabilidade no bairro George Dimitrov e Bagamoio:	106
Figura 5.2: <i>Placemaking</i> como meio de produção do espaço coletivo.	115
Figura 5.3: <i>Placemaking</i> como meio de produção do espaço coletivo.	115
Figura 5.4: <i>Placemaking</i> como meio de produção do espaço coletivo.	115
Figura 5.5: Cidade de Kigali.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: Quadro dos organismos públicos com incidência no território Municipal e suas respectivas funções.	41
Tabela 3.1: Grupos de informantes chave das entrevistas realizadas.	58
Tabela 4.1: Resumo dos resultados do <i>Transect Walk</i> nos bairros George Dimitrov e Bagamoio.	101
Tabela 5.1: Resumo da avaliação da sustentabilidade no BGD e BB.	106
Tabela 5.2: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critérios: Espacial e Ambiental; Densidade Urbana e Conectividade, Mobilidade e Transporte).	107
Tabela 5.3: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critérios: Cultural e Capital Social e Econômico).	108
Tabela 5.4: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critérios: Crescimento inteligente, Qualidade de Serviços e Segurança alimentar).	109
Tabela 5.5: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critério da Governança Urbana).	110
Tabela 5.6: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critério de Habitabilidade).	111

LISTA DE ABREVIATURAS

AHAP	Assentamentos Humanos Autoproduzidos
AS	África Subsaariana
BAP	Bairros Autoproduzidos
BB	Bairro de Bagamoio
BGD	Bairro George Dimitrov
CEDH	Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat
CMM	Conselho Municipal da Cidade de Maputo ²
DS	Desenvolvimento Sustentável
DUS	Desenvolvimento Urbano Sustentável
DUAT	Direito de uso e Aproveitamento de Terra ³
EC	Espaço coletivo
ENAMMC	Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas
EMMIAI	Estratégia Municipal e Metodologia de Intervenção em Assentamentos Informais
FAPF	Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (Universidade Eduardo Mondlane)
FIPAG	Fundo de Investimento e Património de Água
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IGT	Instrumentos de Gestão territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MITADER	Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural ⁴
NCEA	<i>Netherlands commission for environmental assessment</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEUMM	Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo
PROMAPUTO	Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo
PP	Plano de Pormenor
PPP	Parceria Público-Privada
PRMD	Programa de Regularização massiva de DUATS
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SGT	Sistema de Gestão Territorial
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNDESA	<i>United Nations Department of Economic and Social</i>
UN-HABITAT	<i>United Nations Human Settlement Programme</i>
WCED	<i>The World Commission on Environment and Development</i>

² Ou “Conselho Autárquico da cidade de Maputo”, a luz do artigo 289 da Lei nº 1/2018 de 12 de junho (Lei da Revisão Pontual da Constituição da República), no âmbito da descentralização.

³ Segundo a Lei de Terras (Lei nº 19/1997 de 1 de outubro) o DUAT é um ‘direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra, com as respectivas exigências e limitações’

⁴ Anterior MICOA (Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental)

INTRODUÇÃO

A trajetória humana aponta para sua inserção numa sociedade cada vez mais urbanizada. Enquanto se observa uma ligeira redução na velocidade do aumento demográfico a nível global, comparado ao período desde 1950, projeções demonstram um aumento de mais de um bilhão de pessoas nos países da África Subsaariana (AS), podendo significar mais da metade do crescimento mundial entre 2019 e 2050 (UNDESA⁵, 2019: 6-7). As mesmas referências mostram que esta região poderá ser a terceira⁶ na ordem de crescimento até 2050 e a primeira até ao fim do século, com o aumento de perto de três bilhões de pessoas, fazendo com que a África possa tornar-se o habitat de um terço da população mundial. A relevância do conhecimento sobre as tendências demográficas decorre do facto das pessoas estarem no centro da nova agenda para o desenvolvimento sustentável. Além disso, com o crescente reconhecimento do papel das áreas urbanas na construção de caminhos para a sustentabilidade, a urbanização é entendida como um fator incontornável no debate sobre os desafios contemporâneos das cidades. Esta relação é globalmente reconhecida e, no contexto da AS ela assume um significado particularmente distinto na qual, de acordo com a UNDESA (2018), o desenvolvimento urbano sustentável demanda uma melhor gestão do crescimento urbano.

‘As the world continues to urbanize, sustainable development depends increasingly on the successful management of urban growth, especially in low-income and lower-middle-income countries where the most rapid urbanization is expected between now and 2050’. (UNDESA, 2018b: 1).

Se quisermos comparar a urbanização ocorrida no contexto Norte global e no contexto da AS, neste último o fenómeno apresenta-se recente e radicalmente diferente no que respeita à escala e processo (ANDERSEN *et al*, 2015a: 329). Iniciado na década de 1950, foi a partir do final do séc. XX e início do séc. XXI que conheceu intensamente o aumento da população urbana. Na grande maioria destes países, o crescimento urbano ocorreu com o fim do período colonial⁷, motivado por várias razões, entre as quais a migração rural-urbana aparece como um denominador comum. Tendo como motivações a guerra civil que marcou o pós-independência de alguns países e outros fatores que distinguem o processo urbano de cada caso, o número de população urbana aumentou cinco vezes entre 1950 e 1984. Dadas as circunstâncias que condicionaram o processo urbano neste contexto, conforme descreve Andersen *et al* (2015a):

[...] the scarcity of economic resources for land-use planning gave rise to the rapid growth of a third system of land access, in addition to the “formal”/ “modern” and “semi-formal”/ “traditional”, especially in urban areas, which is the so-called “informal” settlement’. (ANDERSEN *et al*, 2015a: 329).

⁵ United Nations Department of Economic and social (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais).

⁶ Depois da Ásia Oriental e do Sudeste e da Ásia Central e do Sul que poderão ter um crescimento de mais de dois bilhões até 2030 (UNDESA, 2019).

⁷ A independência na maior parte dos países da AS ocorreu no período entre os anos de 1950 e 1980.

A manifestação e a progressiva consolidação do território urbano autoproduzido no contexto da África Subsaariana (AS) enquadra-se num crescimento urbano acelerado e num inconsistente processo de urbanização. A pobreza urbana que caracteriza este território é materializada pela limitada infraestrutura básica, insuficiente acesso a serviços sociais e de habitação, gestão insustentável da terra, problemas de mobilidade, serviços urbanos e ecossistêmicos precários, desemprego e prevalência de uma economia informal.

Com a emergência da Agenda global do Habitat, marcada pelo reconhecimento do papel das áreas urbanas, e em particular com o fórum de Vancouver de 2006, vê-se a necessidade de um olhar mais expedito sobre as cidades do Sul global, não só pela tendência demográfica e pelas dificuldades impostas pelas características destas urbes, tal como supramencionadas, mas também pelo surgimento de desafios urbanos contemporâneos intrínsecos às mudanças climáticas.

[...] most of all new global population growth will be in cities in the “developing” world. The second important insight was that the rate and scale of this growth, coupled with impending issues such as climate change and resource depletion, posed massively serious problems in the cities of the global South and required specific intervention’. (WATSON, 2009: 2259).

Simultaneamente, emerge de forma gradual a importância do planeamento urbano como meio de alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Com referência ao Norte global, à medida que a preocupação ambiental e a construção da agenda urbana global se afirmam, o planeamento urbano em várias cidades incorpora princípios considerados mais sustentáveis. A referência mais próxima na África Subsaariana é a cidade de Kigali em Ruanda que na última década vem aperfeiçoando e materializando a visão de uma cidade mais sustentável. Este exemplo tem-se mostrado uma referência ao comprovar a importância de um Sistema de Gestão Territorial (SGT) na construção de um urbano mais equilibrado nos vários aspetos da sustentabilidade. O SGT no contexto da AS é visto como um entrave no percurso para esta sustentabilidade urbana.

‘Urban planning in many parts of the world reflects an increasing gap between current approaches and growing problems of poverty, inequality, informality, rapid urbanisation and spatial fragmentation, particularly (but not only) in cities of the global South’. (WATSON, 2009: 2259).

O paradigma para a sustentabilidade na AS, estará associado a metas consideravelmente distintas das que aparecem na agenda para a sustentabilidade no contexto Norte global. Aqui, levantam-se questões de acesso aos direitos humanos através dos padrões básicos de qualidade de vida e a questão de vulnerabilidade em relação aos efeitos das mudanças climáticas globais ainda que a emissão de gases de efeito estufa (GEE) seja reduzida. Assim, com as principais pressões dos governos e da governança a serem cada vez mais de natureza urbana (VOJNOVIC, 2014: S30), e o planeamento urbano tendo tido um passado pouco efetivo numa etapa relevante do percurso urbano da AS, a contínua expansão do espaço urbano deu-se na sua maioria por práticas socioculturais, resultando numa hegemonia das áreas

autoproduzidas. Esta autoprodução do espaço surge assim como alternativa à ausência total ou parcial do Estado, manifestando-se na ocupação e consolidação de áreas para fins habitacionais através da autoconstrução da habitação. Ao longo do tempo, as áreas autoproduzidas tornaram-se realidades territorialmente complexas.

Os crescentes estudos sobre as áreas urbanas autoproduzidas, descritivos, analíticos e propositivos, no que tange a sustentabilidade, são frequentemente focados e pensados a partir da unidade habitacional e na sua relação com a escala urbana, provavelmente por ela constituir o ponto de partida na construção deste território. Há, no entanto, um considerável vazio no que respeita à relação entre a autoprodução e a sustentabilidade na interface entre a habitação e o espaço coletivo e também, a partir deste, com os vários sistemas urbanos.

Apesar da ausência de contornos fáceis ao crescimento urbano, a urbanização é reconhecida como uma oportunidade para contrariar a prevalência dos problemas urbanos contemporâneos que se agudizam pela mudança climática e o esgotamento de recursos, pelo que as áreas urbanas neste contexto, devem ser tidos como 'centro de oportunidade' para alcançar o desenvolvimento sustentável (COBBINAH E DARKWAH, 2017). Ao mesmo tempo, a prática confirma uma consistente dificuldade de contornar a autoprodução do território combatendo-a, sendo premente encontrar caminhos alternativos para a melhoria das condições de vida passando pelo seu reconhecimento e integração.

Esta dissertação aborda a autoprodução focada no habitat urbano delimitado pela interface entre a habitação e o espaço coletivo. Parte de um enquadramento no contexto da África Subsaariana e concentra-se no caso de estudo dos bairros George Dimitrov e Bagamoio, dois bairros contíguos nas margens urbanas da cidade de Maputo, em Moçambique. A cidade de Maputo é um exemplo que se encaixa no perfil dos problemas contemporâneos nas áreas urbanas da AS, marcado por ser a maior concentração urbana a nível nacional, pela área significativa de assentamentos humanos autoproduzidos e por ser um contexto de elevada vulnerabilidade em relação aos efeitos das mudanças climáticas. Ao reconhecermos a complexidade do campo que nos propusemos estudar, procuramos aqui contribuir para a construção de caminhos para a sustentabilidade urbana em contexto de autoprodução, rápidas transformações e coexistência de 'racionalidades conflitantes'⁸ na produção do espaço. O estudo vai focar-se na interface entre sistemas de administração governamental, prestação de serviços e planeamento e nas práticas alternativas, socio-territoriais e de sobrevivência. O propósito é explorar elementos que permitam avaliar as potenciais implicações que estas práticas têm sobre a sustentabilidade do território urbano e encontrar pistas para uma abordagem de planeamento inspirado na prática socio-territorial.

⁸ Em referência à racionalidade tecnocrática governamental e as práticas de sobrevivência descritas por Watson (2009). Optamos pela tradução literal portuguesa sempre entre aspas a referir a noção inglesa '*Conflicting rationalities*'

a) Delimitação do tema: Autoprodução, Espaço coletivo e Sustentabilidade urbana

Pretende-se contribuir para a construção de caminhos alternativos para a sustentabilidade urbana no contexto de rápidas transformações, mudanças climáticas e hegemonia de assentamentos humanos autoproduzidos (AHAP). Para tal, partimos do pressuposto de que esta construção deve passar pela incorporação de valores da autoprodução na teoria do planeamento. Esta transformação pode ser construída a partir da análise e melhor compreensão do que acontece na conexão entre as 'racionalidades conflitantes', ou seja, a interface entre o planeamento tecnocrático governamental e as práticas de sobrevivência (WATSON, 2009). Para a autora, evidências do que acontece nesta interface são pertinentes:

'Turning the concept of conflicting rationalities into a useful analytical and normative tool for planning requires an understanding of what goes on at the interface between these imperatives and ways in which such interaction can take positive, negative or hybridised forms.'
(WATSON, 2009: 2273).

Assim, entendemos que a discussão sobre a sustentabilidade deve ser precedida pela construção de um entendimento sobre o que acontece nesta interface. É nesta senda que a autoprodução se torna o objeto de estudo primeiro nesta análise.

A análise da autoprodução pode ser feita em várias escalas territoriais, diferentes domínios e sistemas do território. No que respeita às escalas, são comumente consideradas: a habitacional (na qual a autoconstrução é o fenómeno de estudo dominante), a micro-urbana - pequena escala, na qual se descrevem processos e interações entre o sistema territorial e territorial- metropolitano/regional, na qual dominam os debates sectoriais e as perceções globais sobre os fenómenos (sub)urbanos. Uma leitura rápida sobre estudos anteriores nesses territórios permite observar que a primeira e a última escala são as dominantes no estudo sobre a autoprodução, havendo poucas abordagens mais integrada à escala micro-urbana na qual se materializa o espaço coletivo. É nesta escala que pretendemos contribuir para a construção do entendimento sobre a autoprodução focado nos espaços coletivos. A 'noção de espaço coletivo' utilizada é baseada na perspetiva de Belingardi (2012) e foca-se no 'uso' e não na condição de propriedade. Watson (2009: 2273) refere-os como espaços de cidadania, brechas, práticas alternativas ou hibridades positivas. Estas leituras são vistas aqui como importantes pelo potencial de oferecerem referências para a construção de normativas de um planeamento que melhor possa responder aos desafios urbanos contemporâneos, sem desprezo pela pertinência de outras escalas, uma vez que entendermos serem parte de uma visão sistémica e integrada. Ademais, esta base pode oferecer importantes indicadores para a exploração do impacto e contribuição que estas práticas locais podem significar nos imperativos mais amplos⁹.

Ao entendermos a multidimensionalidade do campo da autoprodução, vemo-nos na necessidade de delimitar, quer espacial quer conceptualmente o lugar de nossa discussão embora inevitavelmente possamos tocar em outras escalas. Assim, conceptualmente,

⁹ Com referência ao esgotamento de recursos, crise ambiental e crescentes desigualdades de renda global.

concentramo-nos na análise da autoprodução no espaço de encontro entre a racionalidade formal de produção do espaço e as alternativas de sobrevivência pelos habitantes. A mesma lógica é utilizada na análise territorial ao estudarmos o local de encontro e contestação (WATSON, 2009) destas 'racionalidades conflitantes', a qual entendemos ser um ponto de partida para a construção de caminhos para a sustentabilidade urbana no contexto de autoprodução. É utilizada a escala de bairro como referência à micro-escala urbana por confirmar-se cada vez mais que o bairro é uma unidade eficaz para estudar a sustentabilidade Urbana:

'a neighbourhood is a scale with significant implications for sustainable development. Sustainability principles suggest that a neighbourhood is a level at which socio-economic impacts can be better analysed and citizen involvement can be easier and more meaningfully facilitated'. (MOROKE, SCHOEMAN E SCHOEMAN, 2019: 329).

b) Questões de pesquisa

Como podemos observar através da composição de Cobbinah *et al.* (2011), Cobbinah, (2015) e Cohen (2006) sobre as implicações da urbanização e dos AHAP na agenda do desenvolvimento sustentável no contexto africano, trata-se de um desafio complexo com interpretações geralmente baseadas num quadro de referência. Embora haja consenso acerca das generalidades, ao destringir sobre onexo entre a autoprodução e o desenvolvimento urbano sustentável, vários argumentos estabelecem relações de incompatibilidade, mesmo com a escassez de estudos à escala urbana que os relacionem e os traduzam através de materialidade e de forma explícita. Na tentativa de contribuir para colmatar esta escassez, através do caso de Maputo, o estudo guia-se por duas questões principais. A primeira pretende analisar **'Como se caracteriza a produção do espaço coletivo em bairros autoproduzidos?'** e baseia-se no pressuposto de que as práticas territoriais são muitas das vezes influenciadas pela forma como um ator vê e entende o território, tornando-se uma influência nas decisões geralmente com implicações na qualidade de vida. Neste contexto entendemos que um melhor conhecimento deste processo de produção pode enriquecer os pressupostos de base para tomada de decisão sobre o território, rumo a sustentabilidade urbana. A segunda questão de pesquisa pretende avaliar **'Em que medida os bairros autoproduzidos são sustentáveis e/ou podem contribuir para a sustentabilidade urbana?'** e baseia-se na presunção de que o imperativo da agenda global para a sustentabilidade implica uma tradução pelos governos africanos das prioridades e ações concretas na transição para um crescimento verde. Esta abordagem é limitada pelo conhecimento insuficiente do *status quo* que culmina com o que Pieterse, (2019:36) descreve como existência no contexto pan-africano de profunda lacuna entre os pronunciamentos políticos e programas concretos a várias escalas. Esta análise é elaborada com suporte a um quadro de referência para bairros sustentáveis.

c) Objetivos

O objetivo global da dissertação é contribuir para uma melhor compreensão sobre a autoprodução como um desafio para o desenvolvimento urbano sustentável no contexto de bairros de baixa renda em territórios em rápida transformação. Para aproximar o debate conceptual à prática, consideram-se como casos de estudo, os bairros contíguos de George Dimitrov e Bagamoio na cidade de Maputo.

Os objetivos específicos são:

- (1) Caracterizar a autoprodução do espaço urbano no contexto de estudo;
- (2) Analisar a autoprodução como forma de transformação do espaço coletivo dos bairros Gorge Dimitrov e Bagamoio;
- (3) Avaliar a Sustentabilidade dos bairros Gorge Dimitrov e Bagamoio;
- (4) Explorar elementos que permitam encontrar pistas para uma abordagem de planeamento inspirado na prática socio-territorial, que vá de encontro com a realidades e aspirações locais.

d) Estrutura da dissertação

A dissertação organiza-se em cinco capítulos precedidos de uma 'Introdução' e finalizada com uma 'conclusão'.

A introdução inclui o enquadramento e a justificação do tema, as questões de partida, os objetivos (geral e específicos) que orientaram a pesquisa e a estrutura da dissertação.

O primeiro capítulo, '**Enquadramento teórico conceptual**', compreende a descrição do quadro de referência teórico dos assentamentos humanos autoproduzidos (AHAP), a partir do contexto da AS. É aqui feito o enquadramento conceptual da noção de Autoprodução, seu significado no contexto de estudo, as várias abordagens de intervenção ao longo do tempo e a relação com a sustentabilidade urbana.

O segundo capítulo '**Planeamento urbano e bairros autoproduzidos em Maputo**', compõe o enquadramento do sistema de gestão territorial e as práticas de ordenamento do território com influência na transformação dos Bairros autoproduzidos em Maputo. Este enquadramento é precedido pela apresentação do *status quo* do contexto em estudo. Esta aproximação, visa sobretudo analisar o enquadramento sobre o qual esta "autoprodução" é materializada.

O terceiro capítulo, '**Metodologia e fontes de informação**', compreende a apresentação e a descrição da metodologia aplicada na pesquisa, com ênfase aos métodos aplicados na recolha de informação, trabalho de campo e o quadro de referência para a avaliação da sustentabilidade. Este capítulo é finalizado pela justificativa pela escolha do estudo de caso.

O quarto capítulo, '**Caso de estudo: bairros George Dimitrov e Bagamoio**' compreende a apresentação da componente empírica. Este capítulo é concebido de maneira simultaneamente descritiva e analítica da autoprodução nestes bairros. A análise é fragmentada

num diagnóstico sistemático, das práticas de autoprodução e das materialidades no território na tentativa de compor um atendimento integrado sobre a produção do espaço coletivo.

O quinto capítulo, '**Avaliação da sustentabilidade no quadro da autoprodução**', compreende a avaliação da sustentabilidade com base na leitura do diagnóstico.

A '**Conclusão e pistas para pesquisa**' compreende uma leitura das principais lições e um epílogo com pistas de investigação sobre os aspectos que eventualmente não cabem nesta pesquisa, mas entendemos serem relevantes na construção do caminho para a sustentabilidade urbana no contexto de prevalência dos AHAP.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL



Ortofotomapa do bairro George Dimitrov. Fonte: CMM (2015)

O quadro teórico conceptual aborda a autoprodução, enquanto fenómeno da produção do espaço urbano e a sua articulação com o desenvolvimento urbano sustentável. Foca-se a análise um contexto onde predomina o espaço urbano autoproduzido - o *status quo* da África Subsaariana (AS) e as transmutações nas abordagens de intervenção ao longo do tempo. Mas antes, havendo certa ambivalência no uso de alguns conceitos do âmbito nesta pesquisa, apresentamos a nossa percepção sobre a noção de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade urbana e desenvolvimento urbano sustentável. A noção de autoprodução por ser o tema central, é abordada posteriormente.

Sobre a noção de desenvolvimento sustentável (DS), a ação humana sobre o ambiente nos vários domínios conduziu, desde os anos 1980, à criação de uma agenda global para o desenvolvimento baseado na ideologia da sustentabilidade. O termo 'desenvolvimento sustentável', usado pela primeira vez em 1972, no livro *'The Limits to Growth'*, tem como base esta ideologia. Assim, este é entendido¹⁰ como um modelo de desenvolvimento alternativo, enquadrado na elaboração de 'uma agenda global para a mudança', propondo o estabelecimento de estratégias de longo-prazo para alcançar a sustentabilidade (WCED¹¹, 1987). Neste âmbito, o DS é entendido como um modelo 'que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às próprias necessidades' (UN, 1987: 37), visando a conservação ambiental e o avanço socioeconômico (WCED, 1987) e uma importante política global. Há quem defenda que nos países em desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável:

'should be viewed as a means of understanding the interactions between the underlying factors including poverty, climate change, rapid urbanisation and food insecurity that make or mar socio- economic development and environmental conservation, rather than being regarded as an ideal development pathway'. (COBBINAH ERDIAW-KWASIE E AMOATENG, 2015a: 29)

Com o marco global de 50% de população urbana alcançado em 2007 (UNDESA, 2018), a questão da sustentabilidade ganha peso nas áreas urbanas alicerçado ao crescimento demográfico exponencial, à urbanização, aos modelos de desenvolvimento urbano e aos respetivos padrões de consumo. Embora não exista uma definição universal, a noção de sustentabilidade urbana (SU) atribui-se à posição central que as cidades têm vindo a tomar. Se por um lado a ambiguidade na sua definição limita a criação e aplicação de parâmetros operativos de políticas e programas para SU, por outro é profícua pela adaptabilidade às culturas, valores, circunstâncias e a pressões urbanas particulares (VOJNOVIC, 2014) sendo possível ultrapassar a ambiguidade através da atribuição de valores desejáveis (FERREIRA, 2013).

Um conceito que muitas vezes é confundido com a SU é a resiliência urbana. Sobre este equívoco, Zhang e Li (2018) explicam que a primeira é voltada para a persistência e a sua pesquisa concentra-se no equilíbrio socioeconómico, ecológico e no uso racional de recursos, enquanto que a segunda é voltada para questões de vulnerabilidade e a sua pesquisa se

¹⁰ No relatório de Brundtland (*Our common future*) de 1987

¹¹ *The World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)

concentra nas necessidades de resistência e segurança. No campo da pesquisa, a resiliência (um processo mais passivo de monitoria, manutenção e recuperação do habitat) tem substituído a sustentabilidade (um processo mais ativo de integração de sinergias entre os ecossistemas no habitat). Um desenvolvimento coerente deve, sobretudo, considerar as duas noções.

Com base nestas premissas e aliando à correlação entre o urbano e as mudanças climáticas globais fica evidente o carácter multidimensional sobre o qual Vojnovic (2014: S35) reafirma a relação local-global da SU, na qual, embora imediatamente de natureza local, ela deve assegurar o equilíbrio do ecossistema em diferentes escalas. Para efeitos desta pesquisa a SU é aqui entendida como o conjunto de condições ambientais, socioeconómicas, políticas e culturais desejadas para alcançar e manter um padrão de desenvolvimento mais sustentável local e global ao longo do tempo.

O conceito de desenvolvimento urbano sustentável (DUS) resulta do encontro entre a trajetória das análises globais sobre o ambiental e o urbano. Ainda que a relação entre o DS e o DUS seja frequentemente contestada, pela imprecisão da noção de SU (VOJNOVIC, 2014), parece haver convergência na percepção de que o DUS é procedente do DS (COBBINAH E DARKWAH, 2017; VOJNOVIC, 2014). O DUS é percebido como a maneira através da qual áreas urbanas e seus habitantes se organizam para poder acomodar as suas necessidades atuais e futuras, salvaguardando o ambiente natural e funções ecológicas, sendo o processo através do qual a SU pode ser alcançada.

Aproximando-nos do tema central, a autoprodução é hoje reconhecida como um campo fértil para a reflexão sobre a teoria urbana, com elevada importância para o contexto Sul global. AHAP têm-se tornado crescentemente num objeto de política e de estudo académico. De acordo com Acuto, Dinardi e Marx (2019: 476), a 'Informalidade urbana' é reconhecida e percebida por estudiosos e profissionais como o 'outro' lado do formal, geralmente invocada em relação à habitação, usos do espaço coletivo e à economia informal, o que faz como que o 'urbanismo informal'¹² tenha uma quantidade diversificada de tópicos para uma pesquisa em direção ao mundo global. No campo do urbanismo, a autoprodução referenciada à habitação ou à economia tende a ter o debate baseado em visões 'estruturalista' ou 'legalista' (ACUTO *et al.* 2019: 477). A primeira preocupa-se com a maneira através da qual as socioeconomias dependem de disjunções entre o formal e o informal e o papel do Estado é tentar superar essas diferenças para promover a igualdade. Nesta visão, o neoliberalismo¹³ se traduz no urbano sob forma de pobreza, desemprego, e mercado de terra ligado a um Estado cúmplice. A segunda, entende que a disjunção emerge das legalidades e burocracias e o papel do Estado é de quebrar estas barreiras. O neoliberalismo aqui traduz-se pela burocracia e os direitos de propriedade (ACUTO *et al.* 2019: 477).

¹² Noção aqui substituída pela 'Autoprodução' do espaço urbano

¹³ Embora seja uma noção controversa e polémica (Andrade, 2019), entendemo-la como um conjunto de ideias políticas e económicas que defendem a pouca participação do estado na economia, a globalização e a adoção de medidas contra o protecionismo económico.

1.1 Conceptualizando a Autoprodução

No campo conceptual, a noção de autoprodução é relativamente recente filiando-se na noção da produção do espaço de Henri Lefebvre (1974) e refere-se ao território urbano que aqui designamos de Bairros autoproduzidos (BAP) ou assentamentos humanos autoproduzidos (AHAP). A designação dos AHAP em língua inglesa é a nível global os ‘*slums*’ e no contexto de estudo designa-se, desde a última década do passado milénio, ‘Assentamentos informais’.

Os ‘*slums*’, são caracterizados pelas qualidades materiais e funcionais, geralmente consideradas negativas deste território. São descritos como áreas residenciais nas quais: as habitações são geralmente superlotadas, construídas com materiais precários (tipo do material utilizado no piso, parede e telhado), com situação fundiária irregular ao nível da ocupação do solo (entre a ocupação ilegal de terra e o arrendamento informal) (UN-HABITAT¹⁴, 2007); os bairros carecem de infraestruturas e serviços urbanos, as instalações das habitações não cumprem com os regulamentos, muitas vezes situadas em áreas geográfica e ambientalmente de risco (UN, 2015: 1); e são marcadas pela pobreza, segregação socio espacial e condições de degradação ambiental (WEGELIN, 2004). Ademais, estes assentamentos são vistos como locais de reprodução de problemas sociais e a expressão territorial de um conjunto de forças antagónicas e sobrepostas. Segundo Mehta e Dastur (2008), por um lado temos os fenómenos de extrema pobreza, de políticas públicas mal concebidas, de um quadro regulatório e um planeamento urbano inadequados, de insuficiente capacidade institucional e de outros fatores macroeconómicos e, por outro lado, a manifestação da *ingenuity and resilience with which extremely disadvantaged populations have organized themselves in the face of these very challenges*’ (MEHTA e DASTUR 2008: 20).

A noção de ‘*slum*’ foi utilizada pelas Nações Unidas para avaliar a prossecução dos objetivos do desenvolvimento do milénio (ODM). A variação da tradução em diversas geografias decorre do enquadramento em políticas públicas e planeamento (NOLAN, 2016). Em Moçambique, desde a década de 1990, ‘*slum*’ é traduzido por ‘assentamentos informais’.

‘Os assentamentos informais são caracterizados por um aumento da densidade habitacional na periferia das áreas de cimento, tendo como consequência a sobrecarga das infraestruturas e serviços básicos existentes’. (MICOA¹⁵, 2011: 5)

[...] área periférica da cidade de cimento na qual os habitantes são caracterizados como tendo casas de qualidade muito baixa, quer em termos de material de construção utilizado, quer em termos de conservação, ausência quase total da ventilação, falta de arruamentos e conseqüentemente, de rede de abastecimento de água e esgotos, iluminação pública inadequada, falta de água potável (fontanários), de saneamento (latrinas melhoradas) e valas de drenagem, resultando na acumulação de águas nos períodos chuvosos e, conseqüentemente, a exposição a doenças infecto-contagiosas e diarreicas’. (MICOA, 2012: vi)

‘áreas urbanas degradadas, ambientalmente insalubres, carentes em planeamento urbano e, em sua maior parte, ocupadas por população de baixa renda. Os sistemas urbanos

¹⁴ *United Nations Human Settlement Programme* (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos)

¹⁵ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, atual MITADER (Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural)

existentes são bastante debilitados ou até mesmo ausentes de infraestrutura e serviços públicos básicos, como o abastecimento de água, saneamento e tratamento de esgoto, energia elétrica, recolha de resíduos sólidos, rede de drenagem, entre outros. Nesses tipos de assentamentos há um predomínio de moradias precárias e a maioria dos moradores não possui a habitação e/ou propriedade regularizadas (posse da terra)'. (CMM, 2016b: 17)

Estas definições refletem o progressivo entendimento sobre o território, provavelmente fruto das aproximações à realidade material, no entanto, ainda refletem uma visão depreciativa e voltada para os valores funcionais.

A generalidade desta designação tem conduzido ao questionamento no campo teórico, especificamente no âmbito africano, em primeiro lugar, porque assenta num ato político que trata como exceção o território de prepondera (PRATT, 2019) e em segundo, pela exclusão de análises metabólicas na compreensão de fluxos biofísicos e de energia (SMIT, 2017)¹⁶. Simone (2019: 617), ao observar a forma limitada de como se olha para a 'informalidade' e a existência de articulação formal-informal¹⁷, contesta o seu entendimento baseado numa existência bipolar subjacente a uma ambivalência cuja estabilização através de agendas específicas culmina em realizações precárias e sugere uma abordagem voltada para os valores. O mesmo autor, ao compor no domínio da economia informal, observa que no contexto Sul global, esta noção voltou a ser substituído pela de economia popular¹⁸, noção que incorpora os esforços dos habitantes sem acesso ao trabalho assalariado, na capacidade de gerar meios de subsistência viáveis e ancorá-los em formas de acumulação que lhes permitam participar em circuitos maiores de socialidade e elaborar a aparência de uma infraestrutura pública.

É nesta base que se entende haver uma crescente contestação desta noção, pela emergência de uma narrativa que promove a absorção e reconhecimento de valores socioculturais e ecológicos. A ideia de 'informal' já fora questionada por Marie Huchzermeyer, citada por Björkman (2013). A autoprodução surge face à limitada captação das qualidades deste território dadas pelo urbanismo informal, visando valorizá-la. Este entendimento pode ser atribuído à equipa do Gestual¹⁹ Raposo *et al* (2012), Melo e Jorge (2014), Melo (2015), Raposo, Crespo e Lage (2016), Jorge (2017), Lage e Lage (2017) e Lage (2018) entre outros autores, que procuram olhar para estes territórios, no espaço lusófono, para além das carências: também como locais de, troca, desenvolvimento alicençado em investimentos de capital incremental por famílias que vivem sobretudo da economia informal. Este cluster académico vê a noção de autoprodução como alternativa que procura captar o máximo da potencialidade destes territórios sem ignorar os aspetos materiais e funcionais críticos. O 'auto' ressalva a dimensão de autoria dos residentes que ao longo do tempo assumem um importante protagonismo na construção

¹⁶ O autor observa que por mais definido que seja, o '*slum*' é sempre um sistema complexo de fluxos e processos internos próprios, que se conectam de inúmeras maneiras ao sistema urbano maior.

¹⁷ Relação descrita por McFarlane (2019) como sendo dinâmica e importante na construção de estudos urbanos globais a partir dos limites e potenciais.

¹⁸ Com referências as variadas formas de organizar a produção, sua reparação, distribuição, uso, bem como a prestação de serviços de reprodução social que simultaneamente caem dentro e fora do âmbito da produção capitalista formal.

¹⁹ Grupo de Estudos Socio-Territoriais e de Ação Local do Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

destes tecidos (MELO, 2015). A dimensão de ‘produção’ que Raposo *et al* (2016) estendem à construção e gestão do espaço, toda a energia colocada na construção do habitat. Esta leitura permite observar que o processo de produção destes assentamentos assenta-se na autoconstrução da habitação, mas que suas qualidades materiais e imateriais transcendem esta escala a configuram o espaço coletivo que resulta assim de uma produção indireta.

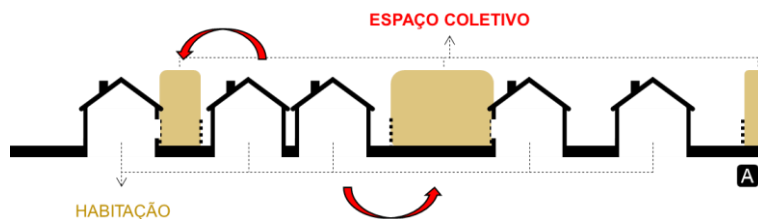


Figura 1.1: Espaço coletivo como resultado da autoconstrução.
Fonte: A autora

A qualidade do espaço urbano resulta assim da autoconstrução combinada com a agência dos seus autores, num circuito muito mais complexo que a escala da construção motivou a sua ocupação. A habitação e o espaço coletivo tornam-se duas escalas de interação e de mútua implicação na qualidade de vida e do habitat.

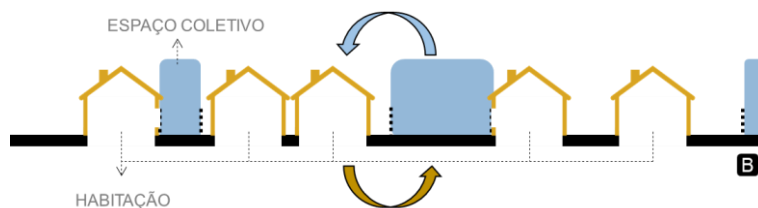


Figura 1.2: Simbiose entre a habitação e o espaço coletivo.
Fonte: A autora

Assim, a perspetiva aqui colocada sobre a autoprodução em referência ao espaço urbano é baseada no entendimento alternativo ao que se designa de ‘ocupação informal’ que na perspetiva de Jorge e Melo (2014: 59), refere a ocupação do espaço com referência ao espaço urbano, “por iniciativa da população, nem sempre reconhecida pelo poder público”. A noção de autoprodução pode ser fundamentada na conceção de Lefebvre, citado por Melo, (2016) na qual ao compor sobre a "produção de espaço", ele concebe e elabora-o como um produto social, que resulta dos valores socioculturais. Jorge (2017) reinterpreta este conceito agregando ao autoplanoamento e autogestão às dimensões de autonomia e autossuficiência com referência a um processo.

Havendo um limite a partir do qual a construção deste habitat é absolutamente autónomo, particularmente se se tratar de habitantes com poucos recursos, a autoconstrução serve da estrutura da racionalidade oposta, especialmente para o acesso à equipamentos e serviços urbanos. No território a autoconstrução pode-se confundir com diversos mecanismos que coexistem de transformação do território consolidado. Por exemplo, baseado no estudo

sobre Maputo, Luanda e Johannesburg, Melo (2016: 623) descreve três mecanismos sobre os quais se baseiam a produção da periferia para e pela população de baixa renda. O primeiro é a construção da habitação de baixo custo numa abordagem *top down*, padronizada e nem sempre acabada, ligada a processos de reassentamento²⁰. O segundo é a coprodução²¹ com diferentes níveis de infraestrutura associados ou não a processos de reassentamentos, com a provisão de terra por parte do Estado e habitação sob a responsabilidade do particular. A terceira refere-se a autoprodução, na qual a ocupação do solo e a construção da habitação ocorre por vários processos estabelecidos pelos habitantes. A autora observa que o peso das prioridades entre interesses públicos e privados e a capacidade técnica e financeira do Estado, são os fatores que determinam a frequência, escala a morfologia em cada contexto.

Vários autores entendem os AHAP como sendo áreas desenvolvidas à margem do planeamento urbanístico. Viana (2011b) caracteriza-os como entrópicos e rizomáticos. Outros vêem-nos como uma forma de especulação imobiliária para os vários substratos sociais (AMADO, 2018) e uma sobreposição entre a formalidade e a informalidade resultando num território difícil de interpretar, cuja intervenção é complexa.

Os AHAP são assim mais complexos que um conjunto de habitações autoconstruídas. De acordo com vários autores, a autoprodução dos BAP (ver fig.1.3) compreende: (1) a autoconstrução, caracterizada pela construção progressiva da habitação à margem da regulação e de acordo com a condição e conveniências, (2) autogestão, que compreende as decisões tomadas com influência para além da fronteira da habitação, ao nível da estruturação do tecido urbano e do espaço coletivo de maneira incremental e até a intervenção nos fluxos de energia e matéria, (3) a produção e gestão híbrida, na qual, se o Estado não proporciona serviços, os habitantes, isoladamente ou com apoio de organizações locais de base, encontram alternativas e (4) a produção e gestão partilhada na qual há uma partilha entre os autores incluindo a administração, nos processos que envolvem a provisão de serviços em que há interação entre o que é formalmente estabelecido e as práticas de resiliência que podem não ter enquadramento oficial. As duas últimas são voltadas ao acesso aos serviços básicos e todas elas fazem a diversidade do território autoproduzido.

Provavelmente a consolidação conceptual desta noção mereceria uma abordagem transdisciplinar. Neste âmbito limitado, cabe-nos coletar a base para um entendimento mínimo sobre o fenómeno. Avaliando as várias perspetivas, entendemos que a noção de 'assentamentos informais' tem o carácter objetivo da dimensão material, voltado ao lado perverso com ênfase na conotação negativa aumentando a sua vulnerabilidade (MELO 2016: 622). Por sua vez, a autoprodução faz referência ao processo e mecanismos sobre o qual a dimensão material complexa é alcançada e reconhece o facto destes tecidos resultarem da construção temporal a

²⁰ Em Moçambique por exemplo, o reassentamento pode ser resultante de processo de Investimento económico, ordenamento do território ou desastre naturais.

²¹ Para a mesma autora, Melo (2015), os espaços coproduzidos resultam da participação conjunta do Estado, ao nível da atribuição de solo, e da população, ao nível da autoconstrução.

partir de valores socioculturais embora a partir de uma lógica de 'governabilidade inversa' (NIELSEN, 2011: 332).



Figura 1.3: Esquema das componentes da autoprodução de AHAP, elaborado com base na compreensão baseada na realidade de Maputo.

Fonte: A autora

1.2 Desenvolvimento urbano e hegemonia dos AHAP na África Subsaariana

O continente Africano é caracterizado pela conexão entre o impacto do crescimento/desenvolvimento e uma urbanização mal gerida (PARTNELL *et al*, 2009). Globalmente, é o continente menos urbanizado, mas apresenta nas últimas décadas, as maiores taxas de urbanização, sendo na região da África Subsaariana (AS) onde a mais rápida urbanização decorre, não só nas megacidades, mas também e de forma progressivamente silenciosa (PARNEL e WELAWEGE, 2011), nas cidades secundárias e terciárias. Estima-se que com a mais alta taxa média anual de variação, passe de 43% em 2018 para 48% e 59% de população urbana em 2030 e 2050, respetivamente (UNDESA, 2018). Nesta região, observa-se que nas últimas três décadas a classe média triplicou, facto com impacto na tendência mais recente da urbanização africana caracterizada pela rápida expansão²².

A AS é a região a nível global em que a maior parte da sua população urbana vive nos AHAP. Segundo vários autores, esta condição distintiva marca o processo urbano no qual a urbanização compreende materialidades diversas. Se quisermos comparar, a urbanização ocorrida no contexto Norte global e na AS, neste último, o fenómeno é recente e radicalmente diferente no que respeita à escala, processo (ANDERSEN *et al* 2015a: 329) e configurações territoriais. Iniciado na década de 1950, na grande maioria dos países, o crescimento urbano da AS ocorreu com o fim foi do período colonial²³, mas a partir do final do séc. XX e início do séc. XXI que o aumento da população urbana se intensificou.

²² Investidores privados, apoiados por agentes do governo central e local no apoio a implementação de cidades satélites com áreas habitacionais modernas ou semelhantes ao urbanismo ocidental. Exemplo disso pode ser observado nos projecto de Konza City (Nairobi), Kigamboni (Dar-es-Salaam) e Hope City (Accra).

²³ A independência na maior parte dos países da AS no período entre os anos de 1950 e 1980

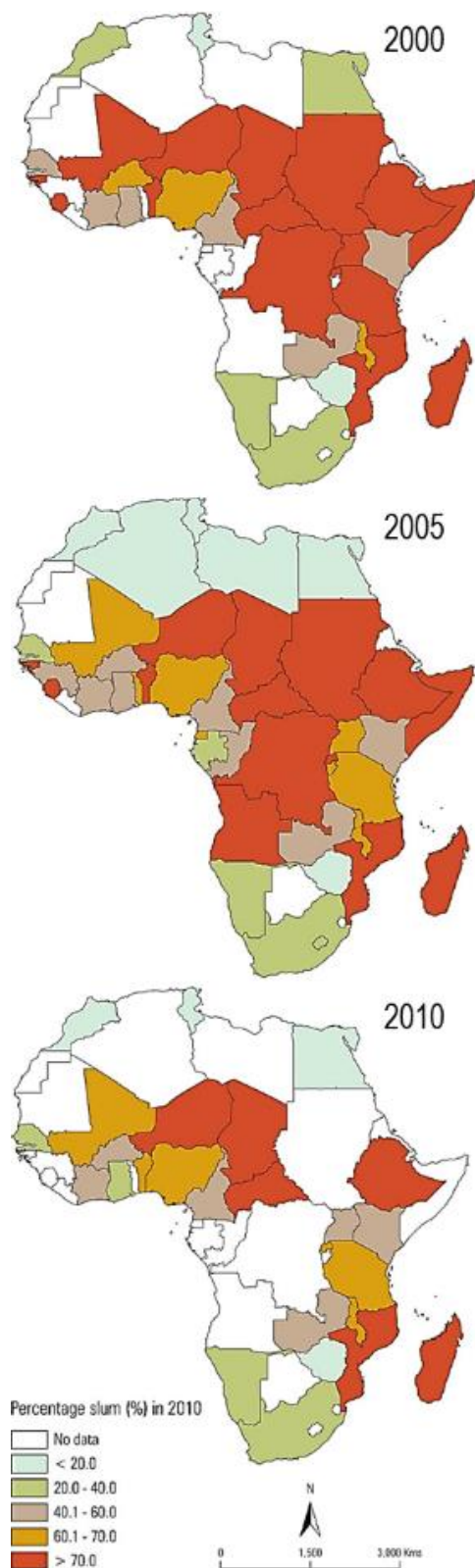


Figura 1.4: Dinâmicas na proporção de AHAP em alguns países africanos, entre 1990 e 2010. Fonte: UN-HABITAT (2015)

Várias razões levaram a este crescimento urbano, entre as quais, a migração rural-urbana, aparece como um denominador comum. Entre as motivações, a guerra civil que marcou o pós-independência e outros fatores que distinguem o processo urbano de cada caso, tendo a população urbana do conjunto de países da AS aumentado cinco vezes 1950 e 1984.

Os AHAP constituem um vetor incontornável no debate atual sobre o desenvolvimento urbano sustentável. Embora tendo sua maior expressão no contexto Sul global, é particularmente agudo na África Subsaariana, onde em 2001, 71,9% da população urbana vivia em assentamentos informais (Croese *et al*, 2016). A prevalência, em vários países da AS, desta condição ao longo do tempo pode ser observada na figura 1-4.

A prevalência dos AHAP na AS é combinada com o predomínio da economia Informal. Tirando o sector primário, 70% dos habitantes têm o seu sustento neste setor vivendo em maior ou menor situação de precariedade, sobretudo as mulheres. Na maioria dos países africanos, a percentagem dos que trabalham na economia informal varia entre 45% e 90%. Em Moçambique estima-se que esta percentagem alcance os 87% (STUART, 2018: 34). Stuart (2018) argumenta que assumindo a impossibilidade de integrar formalmente esta maioria, o caminho pode ser pela inclusão do capital tecnológico e melhoria da infraestrutura no local de trabalho incluindo o comércio a domicílio.

Todo o debate em redor da prevalência dos AHAP levam a percepção que a sua produção e transmutações territoriais ao longo do tempo, decorrem da fusão entre o contexto histórico (que molda o processo de urbanização) e a estrutura do planeamento urbano (Cobbinah e Darkwah, 2017). O predomínio dos AHAP a que nos referimos é assim baseado numa realidade indiscutível, mas apesar do reconhecido espectro de risco e vulnerabilidade há uma generalizada fragmentação e insuficiência de dados (SATTERTHWAITE *et al*, 2019) cujo impacto limita o atendimento e influencia as abordagens de intervenção no território. A economia informal é vista como um obstáculo ao avanço de empreendimentos sustentáveis²⁴ cuja tendência é de estabilizar ou agravar, conforme as dinâmicas demográficas e territoriais. Tem sido observado que a profundidade da privação é muito mais aguda na AS, comparada ao Sudeste Asiático e América Latina., ou seja, das quatro dimensões da vida nos 'slums' - superlotação, habitação informal, posse insegura da terra e falta de acesso a serviços - 37% dos AHAP têm de três a quatro dessas condições, em comparação com 5% no Sul da Ásia e 8% na América Latina (PIETERSE, 2011).

A urbanização, enquanto fenómeno, processa-se com a transformação do solo rural em espaço urbano.

[...] is a complex socio-economic process that transforms the built environment, converting formerly rural into urban settlements, [...] It includes changes in dominant occupations, lifestyle, culture and behaviour, and thus alters the demographic and social structure of both urban and rural areas. A major consequence of urbanization is a rise in the number, land area and population size of urban settlements and in the number and share of urban residents compared to rural dwellers. (UNDESA, 2018: iii).

A urbanização supõe a infraestruturização, motivo pelo qual a atribuição da categoria de 'urbano' - que no caso de Moçambique Jenkins (2008) descreve como desequilibrado -, amplifica a falta de infraestrutura e é óbvio que o crescimento descontrolado move o desequilíbrio.

Até ao início da década de 1990, a urbanização foi uma questão periférica no discurso sobre o desenvolvimento sustentável. Com a rápida urbanização a exceder a capacidade de resposta dos governos, a tendência é de colocar a urbanização como um fator próprio de investigação sobre a sustentabilidade. A urbanização bem gerida e baseada em tendências demográficas a longo prazo, é uma força positiva com potencial de contribuir para maximizar os benefícios da aglomeração e minimizar a degradação ambiental: através do crescimento económico, do desenvolvimento humano e aumento da prosperidade, da inovação tecnológica, as áreas urbanas surgem como polos de desenvolvimento com a concentração de comércio e informação, aonde supostamente se espera maior oportunidades de participação cultural e política, igualdade de género, toda a base que facilite o fornecimento de serviços e infraestruturas mais sustentáveis (estradas, água canalizada e eletricidade), além de serviços básicos (educação e assistência médica). Em suma o local que apresenta parte significativa de elementos para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030

²⁴ por imitar a aplicação dos direitos trabalhistas e acentua a falta de oportunidades suficientes de emprego e proteção social (ILO, 2016)

(UNDESA, 2018: 3). De contrário, a expansão urbana não planeada ou inadequadamente gerida, em combinação com padrões de produção e consumo insustentáveis e a falta de capacidade das instituições públicas para gerir a urbanização, pode prejudicar a sustentabilidade a partir da poluição e degradação ambiental.

É neste segundo quadro que se tem feito o enquadramento da urbanização no contexto da AS: (1) Atribuição insustentável da terra/solo, (2) Preponderância da pobreza e aumento do desemprego, (3) Crescimento da economia informal (4) Alta incidência de vulnerabilidade e insegurança e (4) Défice do abastecimento de água potável e de saneamento (COBBINAH *et al.*, 2015b). Considerando que a expansão urbana ocorreu sem uma estrutura de governança, o que culminou num território com infraestrutura e serviços exíguos este é um dos principais desafios da urbanização na AS. Moçambique está entre os países que se encaixa neste perfil (SATTERTHWAITE, 2017), particularmente pelo deficit de infraestrutura (PIETERSE *et al.*, 2018).

Paradoxalmente, vários argumentos sugerem que o desenvolvimento sustentável e a rápida urbanização são compatíveis no sentido de que o desenvolvimento económico permanece central tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para a urbanização (COBBINAH *et al.*, 2015). No entanto, mesmo aceitando a aparente queda nas taxas de pobreza, muitos governos africanos têm ainda um árduo caminho para institucionalizar e constitucionalizar a democracia, as regras democráticas, proteções sociais efetivas e caminhos económicos viáveis para sair da pobreza (PIETERSE, 2019). Os desafios colocados pela nova agenda urbana apontam para a relevância da transição da visão modernista do planeamento urbano para a visão de sustentabilidade na qual esta deverá garantir a promoção da integração e inter-relacionamento de modo equitativo das componentes de sustentabilidade (AMADO, 2005). Isto adiciona complexidade ao contexto sobre o qual a AS deve ultrapassar problemas na qualidade de vida.

Historicamente, os AHAP na AS foram extensamente negligenciados por investigadores e agências de desenvolvimento (PARNELL, PIETERSE e WATSON, 2009), por consequência, o planeamento urbano foi por muito tempo posposto. A razão desta negligência é na visão de Silva (2012b) ocasionada em grande parte pela importância da população rural em comparação à urbana. A circunstância muda com padrões contemporâneos de urbanização e com a emergência do pensamento africano sobre o território. Sobre isso, Cobbinah *et al.* (2015a) sugerem a urgência de pesquisa expedita sobre as ramificações desta urbanização se África pretende criar caminhos para a sustentabilidade urbana. Assim, para garantir que os benefícios da urbanização sejam compartilhados, as políticas para gestão do desenvolvimento urbano devem considerar uma abordagem holística para garantir a equidade no acesso aos direitos. Entender as várias necessidades é a base para uma gestão sustentável da urbanização, no entanto, o planeamento e a formulação de políticas deve ser baseada em evidências (UNDESA, 2018: 3).

No que toca ao planeamento urbano (PU), as cidades representam o resultado do modelo de desenvolvimento das sociedades e o desempenho económico, ambiental e social ao longo do tempo (AMADO, *et al.*, 2012). Partindo do pressuposto de que o planeamento deve

'address fundamental needs of the majority of urban residents, especially those who live in deplorable conditions' (COBBINAH e DARKWAH, 2017: 275), os desafios apontados supra indicam que na AS o planeamento joga um importante papel no endereço dos desafios urbanos contemporâneos. Aqui, o planeamento urbano, no seu modelo ocidental, introduzido na época colonial, buscou entre outros, assegurar a segregação residencial racial, promover objetivos de desenvolvimento econômico colonial, promover valores culturais e sociais europeus e experimentar teorias e técnicas de planeamento. Njoh (1999), citado por Cobbinah e Darkwah, (2017), sublinha que as atuais práticas de planeamento urbano na maioria das cidades permanecem um legado do colonialismo. Assim, os sistemas de PU segundo Jenkins *et al* (2007) são rígidos, caros, complexos, estáticos e estão longe de conduzir à sustentabilidade urbana num contexto de rápida urbanização, crescimento demográfico e que continua a não ter forte expressão na sua abordagem, instrumentos e performance.

Segundo Amado (2005), a superação deste passa por um processo de planeamento que seja mais operativo. Para Andersen *et al* (2015b), é indispensável a evolução para uma abordagem inovadora ao planeamento do uso da terra centrado nas práticas socioculturais locais, no qual o papel do Estado deve mudar de controlador para orientador. Estas sugestões fazem parte do debate à volta das possibilidades para a criação e/ou fortalecimento de uma cultura de planeamento para de uma África urbana mais sustentável (SILVA e MATOS, 2013). Todavia, evidências nos países africanos mostram limitações na materialização de um ambiente urbano mais 'funcionalmente integrado, espacialmente coerente, economicamente competitivo, ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo' (COBBINAH e DARKWAH, 2017: 263) numa conjuntura de insuficiência de recurso e fraca governança. Os mesmos autores veem a agenda do desenvolvimento sustentável como um meio de incorporação progressiva das convicções da sustentabilidade na teoria e prática do planeamento urbano, para tocar na Urbanização, alterações climáticas globais e pobreza urbana, embora, mesmo antes da nova agenda urbana, Parnell, *et al*, (2009) observaram a pertinência na mudança de eixo geográfico para integrar os AHAP.

Por fim, quer-se deixar claro aqui que é do consenso que a fragmentação de paisagens, destruição dos ecossistemas, redução da biodiversidade e deterioração urbana, que Cobbinah (2015) aponta como sendo consequência de ocupação descontrolada, são preocupações a considerar quando tratamos da sustentabilidade urbana na AS.

1.3 Metamorfose das abordagens de intervenção

Tal como a transmutação no campo conceptual, descrita no ponto 1.1, as abordagens de intervenção tiveram ao longo das décadas diversas perspetivas em função da percepção e aceitação do fenómeno e pelas mudanças de agenda política. Este apanhado resume as mudanças na atitude sobre os territórios autoproduzidos ao longo das décadas, sem descrever qualquer contexto, no intuito de captar a tendência mais recente de abordagem de intervenção.

Ao mesmo tempo que estes assentamentos são consistentemente considerados promotores de insustentabilidade urbana e retrocesso, até recentemente, escasseavam orientações concretas, para os governos africanos, planeadores e fazedores de políticas sobre como orientar este desafio. No entanto, e lembrando que os AHAP são um fenómeno global, houve abordagens que marcaram épocas urbanas e de certo modo influenciaram as abordagens locais de intervenção na transformação dos AHAP.

Globalmente, as primeiras três décadas de intervenção nos AHAP no contexto do Sul global permitiram observar, de acordo com Wegelin (2004), que o melhoramento destes bairros, constituía uma atividade fortemente politizada, tendencialmente concentrada no melhoramento das condições físicas e muito pouco nas questões sociais e económicas. A dificuldade em conciliar a legalização da terra com a provisão de serviços e infraestrutura (aspeto de interação com a pressão imobiliária) observou ineficiência na recuperação do investimento público e também um limitado impacto ambiental destas intervenções pela desconexão afetiva da infraestrutura ecossistémicas e dos serviços na sua relação com a envolvente e a cidade. Adicionalmente, Wegelin (2004: 238), observa que em muitas cidades, ao invés dos municípios se tornarem peritos em habitação ou desenvolvimento urbano, transformaram-se num ator importante na implementação de esquemas informais. Ao mesmo tempo as atuações a partir de grupos comunitários em processos de forte participação apresentavam-se como mais funcionais do que a abordagem tecnocrática. No entanto, importa ressaltar que até à primeira década do novo milénio, pouco se sabia sobre o papel específico dos governos locais na concretização no que respeita ao desenvolvimento e implementação de programas, estruturas institucionais, relações interinstitucionais e condições económicas necessárias para promover a sustentabilidade urbana (VJONOVIC, 2014).

No panorama global, os últimos 50 anos foram marcados por diferentes tendências de melhoramento dos AHAP. As várias abordagens (não necessariamente sequenciadas), descritas por Amoako e Cobbinah, (2011: 154) marcam um percurso de intervenção sobre estes territórios desde os anos de 1950 o que sugere que elas partiram do contexto do Norte global.

Entre os anos 1950 e 1960, os AHAP eram encarados como um problema temporário. A intervenção sobre este território era centrada na construção de habitação pública pelo Estado para as populações de baixa renda. O fracasso nesta abordagem combinava a corrupção enraizada nos projetos, sobretudo em países em desenvolvimento e a crescente população de baixa renda a habitar em AHAP culminando com a intensificação do problema ao invés da solução. Provavelmente os governos possuíam recursos para sustentar estas agendas.

Os anos de 1970, são marcados pela abordagem do *'site and services'*. Era baseada no planeamento da expansão urbana com fornecimento de lotes infraestruturados, acesso legal à terra e ao crédito para construção. O seu fracasso esteve assente por um lado na forte demanda por estruturas governamentais que tivessem vontade e disposição para processos participativos e, por outro lado, nas populações de baixa renda que se sentiam com dificuldades de pagar pelos serviços e taxas de terra, limitando o acesso a famílias mais capacitadas.

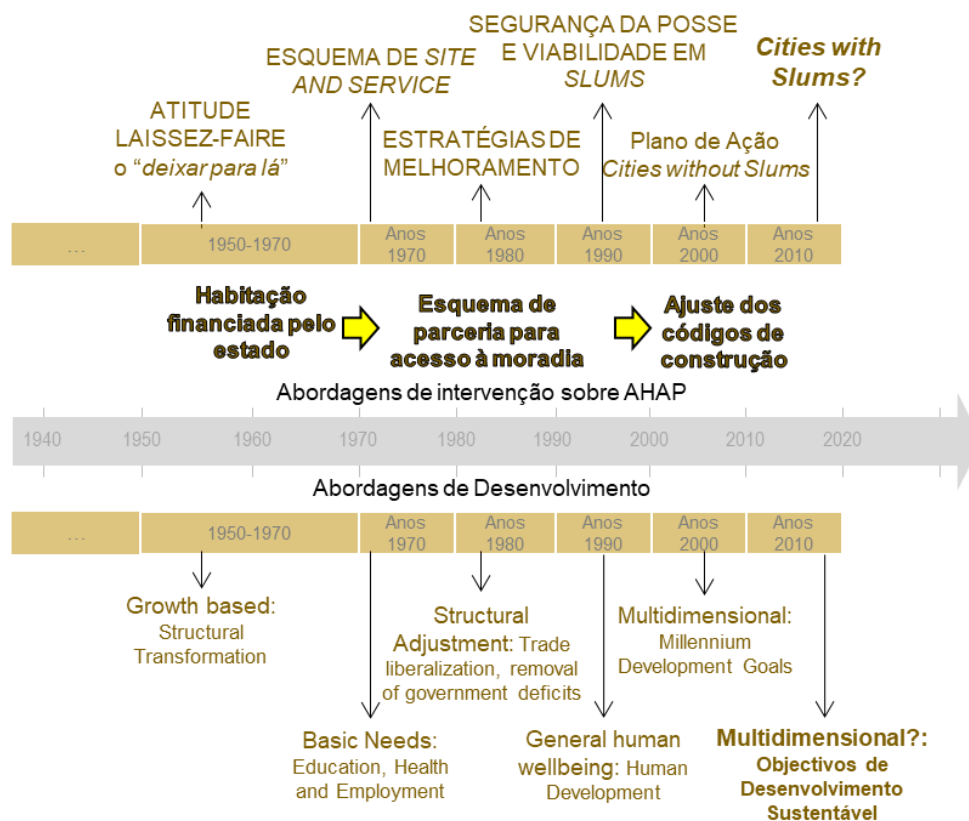


Figura 1.5: Abordagens de intervenção sobre os AHAP entre 1950 e 2019.

Fonte: Adaptado pela autora de Amoako e Cobbinah (2011), Cobbinah *et al* (2011) e Amado *et al* (2016)

Nos anos 1980, a abordagem esteve voltada para os programas de melhoria que consistiam numa intervenção política com objetivo de melhorar as comunidades e integrá-las no ambiente urbano. Estas intervenções focavam-se de forma completa ou parcialmente, na provisão de serviços básicos ao nível da habitação (instalações de saneamento, abastecimento de água etc.), espaço coletivo (esgoto, vias de acesso e iluminação pública) e regularização de atividades. O fracasso desta abordagem assenta sobre a incapacidade de manutenção e replicabilidade.

Nos anos de 1990, a partir da abordagem de segurança de posse, foram aplicadas políticas integradas de capacitação que envolveram moradores de AHAP na tomada de decisão com as autoridades na melhoria das condições de vida. Tal aconteceu com a criação de organizações comunitárias de base em que nomeadamente colaboravam com as autoridades da cidade e outras instituições relevantes na regularização da posse da terra entre os moradores. O fracasso desta abordagem decorreu da existência de estruturas obscuras de posse da terra, apoio inadequado das autoridades, baixa capacidade de habitantes e restrições financeiras.

A partir do final dos anos 1990 até ao início do segundo milénio, a abordagem dominante foi a das ‘*cities without slums*’, na qual são alocadas terras em áreas planeadas e com serviços básicos. Aqui, não se tinha em conta a integração com atividades económicas e muitas vezes

demandavam-se processos de realociação²⁵ e negociação com habitantes. O fracasso desta decorreu das complicações nos processos de realociação resultando em retorno dos habitantes para o local inicial.

A última década tem sido marcada por uma abordagem integrada que busca inspiração nas abordagens dos últimos 50 anos e, a partir da qual, há uma tentativa de melhoramento dos AHAP numa abordagem holística (AMADO *et al*, 2016) considerando a maximização dos recursos, evitando a fragmentação socio espacial e implicações negativas nos ecossistemas. Estamos perante a mudança de uma abordagem de erradicação para uma de integração embora a integração seja ainda é uma intenção da agenda.

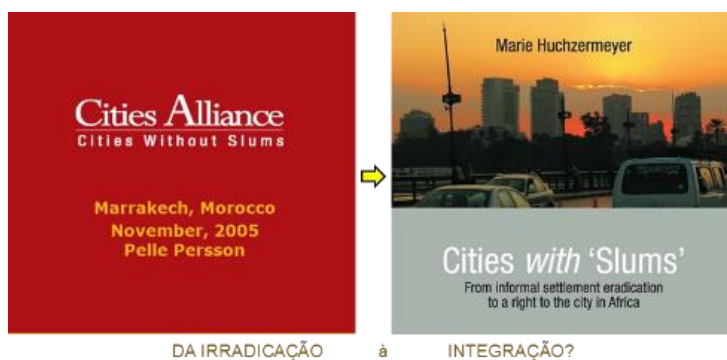


Figura 1.6: Mudança na abordagem sobre os AHAP.
Fonte: A autora

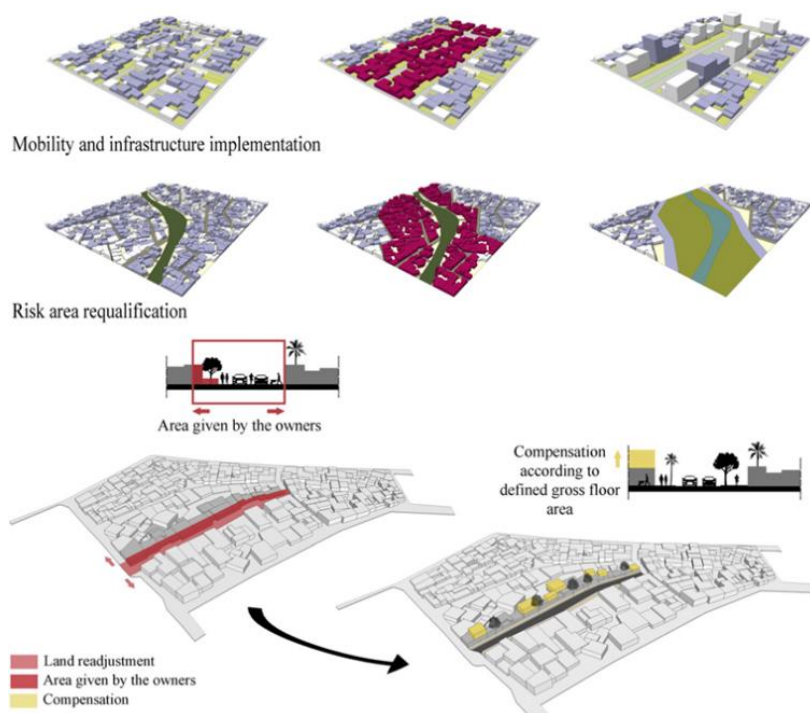


Figura 1.7: Estratégia integrada de intervenção em AHAP.
Fonte: Amado *et al*. (2016).

²⁵ Que no contexto de estudo (Moçambique) é designado por Reassentamento

1.4 Sustentabilidade urbana em contexto de Autoprodução?

Existe um largo debate sobre a possibilidade (ou não) de o desenvolvimento urbano sustentável ser alcançado em África e sobre estratégias de gestão possíveis de ser empregues para lidar com as implicações negativas das questões antropogénicas sobre a funcionalidade urbana (COHEN, 2006). Conforme foi visto, a prevalência dos AHAP acontece com mais consistência nos países em desenvolvimento, e estes estão longe de alcançarem o desenvolvimento urbano sustentável (Cobbinah *et al*, 2015a). Entre os fatores que caracterizam esta premissa estão: (1) a ambiguidade na relação entre a morfologia urbana, prosperidade económica e problemas ambientais (COBBINAH E DARKWAH, 2017) e (2) a incapacidade das autoridades de planeamento e gestão urbana de responderem de maneira eficiente a todos os desafios da rápida urbanização. Com a autoprodução do espaço urbano a ocupar cada vez mais destaque nos principais temas e agendas globais da atualidade (D'ALENÇON *ET AL.*, 2018) e o estabelecimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), dando ainda mais visibilidade às cidades (PARNELL, 2016), enfatiza-se a necessidade de um compromisso para transformação das áreas urbanas em espaços inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

A respeito da nova agenda urbana, Pieterse (2019) afirma que no contexto africano, a agenda global para a sustentabilidade pode ser melhor operacionalizada através da maximização dos potenciais da urbanização. Estas reflexões traduzem uma época de crescente atenção sobre o território urbano na corrida para a sustentabilidade e mostram a força que representa a agenda das Nações Unidas. Ademais, conhecendo-se a importância que os territórios apresentam em relação a tendência demográfica e de crescimento urbano, sobretudo na AS, os AHAP ganham uma nova expressão temática sobretudo por ser cada vez mais relacionada aos direitos humanos (UN, 2015: 7) que junto da governança, abordagem sistémica à escala urbana, abordagem integrada à infraestrutura humana, habitação, investimento financeiro e inclusivo a longo prazo, a coleta de dados robustos, padronizados e a criação de plataformas de aprendizagem entre pares, constam como principais sugestões das Nações Unidas para a um desenvolvimento urbano mais sustentável que promova coesão social, igualdade e a inclusão em contexto de prevalência de AHAP. Fica assim evidente que para além da abordagem integrada, o carácter inclusivo assume certa centralidade entre as dimensões clássicas de sustentabilidade²⁶ (SCHWARTZ, GUPTA e TUTUSAUS, 2018) pelo que o desenvolvimento sustentável é mais sólido quanto melhor se basear num desenvolvimento inclusivo.

²⁶ Tipicamente representada em diferentes modelos na relação das três (PURVIS *et al*, 2019)



Figura 1.8: O desenvolvimento inclusivo no tripé da sustentabilidade.
 Fonte: Adaptado pela autora de Gupta e Vegelin (2016: 435) e Schwartz *et al* (2018)

Nos fóruns de política internacional, a agenda urbana, no domínio da conceção das cidades evoluiu do reconhecimento do 'local' no qual as cidades e o crescimento urbano constituem um problema de sustentabilidade urbana para uma visão mais sistemática no qual as cidades são líderes da 'Climate Action' (PARNELL. 2016: 534) e isto inclui toda e qualquer que seja a área urbana. No que respeita às estratégias de desenvolvimento urbano, passou-se de uma abordagem de engajamento e colaboração das autoridades locais e das partes interessadas locais, para cidades com um habitat de prosperidade, equidade e justiça social com democracia participativa. Embora no mundo global as cidades são chamadas a acompanhar o ritmo das mudanças da economia global parece importante haver um olhar crítico sobre as agendas globais e a forma como estas são absorvidas e/ou apropriadas pelos governos locais e como estas influenciam o desenvolvimento urbano local. No contexto africano, a base contributiva de alimentação da agenda 2030 é a agenda 2063 de 2015 na qual a visão coletiva definia o compromisso de tomar ações rápidas para proporcionar oportunidades aos seus habitantes através de:

[...] access to affordable and decent housing to all in sustainable human settlements; Ensuring effective and territorial planning and land tenure, use and management systems; Ensuring balanced development of all human settlements while embracing a rural urban continuum; and Improving the livelihoods of the great percentage of the people working and living in slums and informal settlements [...]. (AU, 2015:14).

Isto compreende um compromisso que vai para além do horizonte passível de ser avaliado, ainda assim, parece focar nas prioridades que aparentemente respondem aos desafios contemporâneos: erradicação da pobreza, construção do capital humano para inovação, industrialização, potencialização da agricultura, infraestruturação, mudanças climáticas e ambiente, questões de género, maximização de recursos, consolidação da democracia e integração e iteração regional. Independentemente da pouca influência que a união africana tem sobre os governos locais, mostra que a procura do melhoramento das condições de melhores condições de vida nesta agenda possa ter influenciado a uma abordagem de integração em relação aos AHAP. Assim, embora paradoxalmente oposta a abordagem que segue no Norte

global, a agenda 2030, fornece, na visão de Pieterse, Parnel e Haysom (2018), um estímulo útil para a crise urbana, exigindo um novo pensamento interdisciplinar e explícito na sua normativa, fundamentado numa compreensão prática e realista da infraestrutura e desafios de governança. Esta conta com uma importante abordagem considerando a irrelevância nos padrões de consumo e emissão de gases de efeito estufa associados aos AHAP se comparado aos padrões e tendências de consumo global, estes implicam sobretudo nos recursos hídricos e muitas vezes exercem pressão sobre o solo. Ademais são muitas vezes locais de alta vulnerabilidade socioeconómica e ambiental com impactos na qualidade do habitat local e sustentabilidade do sistema urbano e global.

Nos últimos anos, tem emergindo no domínio académico um posicionamento por autores africanos que se observa desde a construção da Agenda 2030 (PIETERSE *et al* 2018) e constitui um importante passo na reflexão sobre a sustentabilidade urbana em contexto de prevalência de AHAP. Assim, assumindo-se que o desenvolvimento urbano sustentável é um objetivo incontornável na teoria e prática urbana e que não há retorno fácil ao mundo global, à urbanização e ao crescimento demográfico no contexto da AS, a questão que se coloca é: Como deve ser traduzida a agenda para a sustentabilidade urbana para que a construção de caminhos para o tão almejado desenvolvimento inclusivo social e ambientalmente justo, esteja assente em pressupostos que traduzam a realidade da África urbana? Que abordagens podem (ou devem) ser tomadas para que este modelo de desenvolvimento seja implementado, tomando em conta os recursos disponíveis?

Parece inevitável que os AHAP sejam um importante ponto de partida na construção de caminhos para a sustentabilidade urbana e das várias sugestões colocadas no campo teórico observamos que ao ser imprescindível uma abordagem integrada, o tratamento por escalas é um refúgio ao aperfeiçoamento dos fenómenos urbanos. Assim, a análise e avaliação da autoprodução pode ser feita em diferentes escalas e domínios territoriais.

No que respeita a análise, são comumente consideradas as escalas: habitacional (na qual a autoprodução é o fenómeno de estudo dominante), a urbana - pequena escala (na qual se descrevem processos e interações entre o sistema territorial) e a territorial-metropolitano/regional (na qual dominam os debates sectoriais macroeconómicos e as perceções globais). Na realidade, considerando a visão urbana sistémica e holística, a abordagem deve ser multiescalar. Nesta pesquisa, focamo-nos na micro-escala urbana na qual se materializam a coexistência entre o planeamento e práticas tecnocráticas e governamentais e as práticas de sobrevivência (WATSON,2009) e também das várias interações da infraestrutura social e ecossistémica.

No que respeita a avaliação, o uso de ferramentas concebidas em contextos com desafios urbanos semelhantes, favorece a sua efetividade, pelo que podem mais facilmente se ajustar à realidade local. Assim, qualquer que seja a ferramenta para a avaliação da sustentabilidade urbana neste território, deve sugerir e apresentar critérios multidimensionais, ser integrada e abranger aos desafios urbanos contemporâneos prevaletentes neste contexto,

dentre os quais, a questão das infraestruturas, governança, mobilidade e as mudanças climáticas.

a) Contribuição da noção de Espaço Coletivo

O espaço coletivo é entendido por 'espaço público', mas antes, vai para além da condição de propriedade a que esta segunda noção está associada (Belingardi, 2012). A pertinência pela abordagem sobre o espaço coletivo, segundo a mesma autora, assenta na pertinência de focar nos usos, como convencionalmente o espaço urbano concebido no contexto de planeamento contemporâneo. Havendo uma particularidade na condição de propriedade da terra no contexto do caso estudo, Moçambique, onde não é propriedade privada, vemos mais uma razão para apropriação da noção de 'espaços coletivos ou comum por esta ter foco nos usos e interações. Segundo Watson (2009), a habilitação das práticas de planeamento, particularmente no contexto do Sul global, no endereço dos problemas contemporâneos, deve passar pelo entendimento das 'racionalidades conflitantes'. A triangulação desta realidade está bem documentada à escala da habitação, no entanto a implicação de suas práticas no espaço coletivo carece de maior aprofundamento.

A análise do espaço coletivo deve ser visto como um meio de colmatação para a abordagem holística também porque a visão partilhada da nova agenda urbana ressalva que para além da habitação condigna, os espaços coletivos que promovam o compromisso cívico, priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, são um imperativo urbano contemporâneo. Este espaço é também visto como sendo locais de cidadania, de referência, as brechas, as práticas alternativas ou as hibridades positivas (WATSON, 2009: 2273). Entendemos que este lugar é o lugar também de consolidação de outras visões da mesma agenda como as questões de equidade de género e antes de tudo, as que acompanham o desenvolvimento e o provável desenvolvimento urbano marcado pelo crescimento de uma classe média. Conforme referido no ponto 1.2, a emergência da classe média acompanha o risco de crescente desigualdade, pelo que o espaço coletivo ganha mais um imperativo por ser o lugar de confluência de vários interesses da infraestrutura social com potencial de consolidação da democracia²⁷. De uma forma ou de outra, os desafios contemporâneos no contexto da AS demandam um planeamento urbano para fazer face a esta agenda complexa de construção de cidades resilientes ao clima, mas também para aumentar a justiça espacial e alcançar a cidade justa (SILVA, 2012b).

Conforme observamos anteriormente, sendo o espaço coletivo nos AHAP uma produção involuntária, não retira a importância na relação de reciprocidade que este tem com a habitação

²⁷ Ao estudar o caso de Moçambique, Virtanen (2015) observou que, à semelhança do contexto da AS, a democracia ainda está baseada em questões eleitorais, um estágio preliminar da democracia liberal.

no que respeita à qualidade de vida e implicações sobre a sustentabilidade do bairro. Entendemos acima de tudo que estes espaços, por serem local de conflito, mas também de convergência, o seu estudo pode ser um meio de converter o conflito chamando a uma responsabilidade partilhada – dos residentes e também das autoridades responsáveis pela gestão do território- para a melhoria da qualidade de vida.

O entendimento sobre o espaço coletivo esta pesquisa é baseada a ideia de que ele é um lugar de interação de sistema urbanos, pessoas e que uma parte significativa dos aspetos inerentes à sustentabilidade urbana, coexistem neste espaço daí a elevada importância de seu estudo para a construção de caminhos para a sustentabilidade urbana.



Figura 1.9: Benefícios do espaço coletivo com impacto na qualidade do habitat.
Fonte: A autora

‘What defines a character of a city is its public space, not its private space. What defines the value of the private assets of the space are not the assets by themselves but the common assets. The value of the public good affects the value of the private good. We need to show every day that public spaces are an asset to a city.’ Joan Clos i Matheu in (ENDELEVU, 2018: 3)

Adicionalmente, Gehl (2017), descreve que a vida entre edifícios define a experiência de vida urbana podendo atrair (ou repelir), criar interação (ou ostracismo). Para o autor, a qualidade do ambiente físico, quando boa, estimula a realização de atividades necessárias²⁸ e atividades sociais²⁹, para além do potencial de incentivas à realização de atividades opcionais³⁰ (GEHL, 2017: 11), tolas elas com impacto na qualidade de vida.

Por fim, é preciso compreender que os habitantes dos AHAP, desenvolvem um modo de vida híbrido e que, embora improvisado, a leitura sobre suas materialidades e fluxos pode oferecer importantes indicadores para a exploração do impacto e da contribuição que estas práticas locais podem significar nos imperativos mais amplos. Por um lado, como foi observado por vários autores, é importante que se capitalizem as práticas de autoprodução que reflitam soluções adequadas às condições locais, mas antes é necessário caracterizar as implicações

²⁸ Incluem as atividades de rotina, muitas vezes incontornáveis como: ir ao trabalho, a escola etc. (GEHL, 2017: 9)

²⁹ Incluem ‘atividades que dependem da presença do outro no espaço público’ como o caso de actividades comunais e de convívio, de contato passivo. (GEHL, 2017: 12)

³⁰ Incluem actividades de gozo, recreação etc. (GEHL, 2017: 9-11)

que esta produção tem sobre os sistemas ecológicos em várias escalas, a começar pela local e urbana.



Figura 1.10: Esquema de reciprocidade de sistemas urbanos em diferentes escalas.
Fonte: A autora

CAPÍTULO 2 - PLANEAMENTO URBANO E BAIROS AUTOPRODUZIDOS EM MAPUTO



Uma das artérias do bairro George Dimitrov. Fonte: A autora

O segundo capítulo compõe substancialmente o enquadramento sensível do contexto da gestão territorial na sua interface com a autoprodução. Fazemos aqui uma aproximação que visa enquadrar o sistema de gestão territorial (SGT) que faz interface com a autoprodução em Maputo. Para tal, recorreremos à apresentação do SGT através do quadro legal e institucional e a agenda para o desenvolvimento. Esta caracterização permite que seja possível, depois da leitura das práticas do território, avaliar o impacto do planeamento urbano e também, captar pistas para uma abordagem alavancada à sustentabilidade urbana na qual o planeamento joga um importante papel, conforme observado no capítulo conceptual. Este enquadramento é iniciado com a apresentação do panorama de desenvolvimento urbano de Maputo e a importância dos AHAP no território.

2.1 O desenvolvimento urbano em Maputo

2.1.1 Enquadramento

Moçambique encontra-se ligeiramente abaixo da taxa de urbanização da África Subsaariana (SA). Com 36% de população urbana em 2018, estima-se que a taxa cresça para 43% e 55% respetivamente em 2030 e 2050 (ver fig. 2.1), com uma taxa de urbanização acima da média da região em (UNDESA, 2018: 21). Embora não fazendo parte dos países mais populosos do mundo, Moçambique integra os 11 países mais populosos da AS³¹ que deverão contribuir para o aumento de aproximadamente dois bilhões de pessoas entre 2019 e 2050, ocupando a décima sétima posição a nível global (UNDESA, 2019: 13).

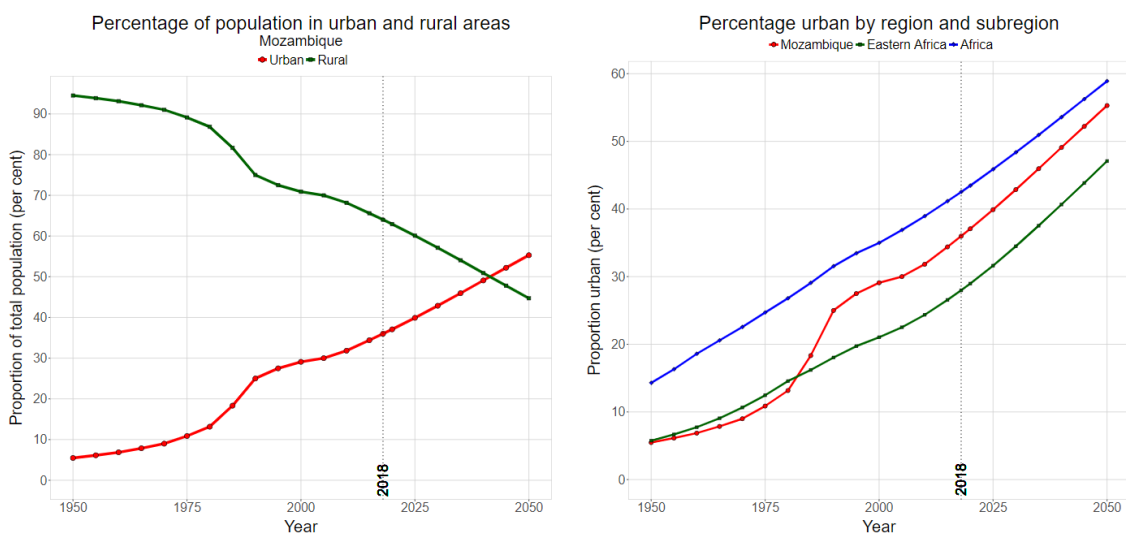


Figura 2.1: Evolução da taxa de urbanização em Moçambique entre 1950 e 2050.
Fonte: UNDESA (2018)

³¹ E entre os 22 a nível global

Nos primeiros anos da independência³² o primeiro Governo³³ moçambicano adotou uma postura marxista-leninista (VIRTANEN, 2015) e uma economia de planificação centralizada (SIMIONE, 2014). Com a guerra civil que se alastra a todo o país e se prolonga até aos Acordos de paz de 1992, a intensificação sequente do êxodo e outros fatores de desestruturação nacionais e internacionais, o país mergulha em grave crise económica (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2007). Neste contexto e com o grande afluxo de população à capital, esta é marcada por rápidas transformações socio-espaciais e pela acelerada extensão da sua periferia autoproduzida. Em relação à AS, Moçambique apresenta uma elevada prevalência, com tendências de crescimento (ver fig. 2.2).

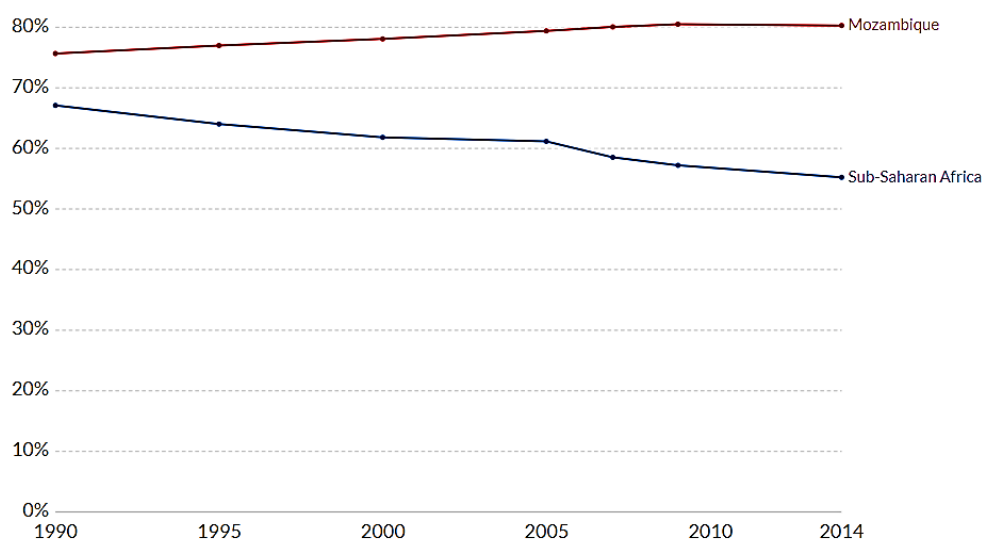


Figura 2.2: Percentagem de população urbana residente em AHAP na África Subsaariana e em Moçambique entre 1990 e 2014.

Fonte: Banco Mundial (2015)

Tal como a generalidade no contexto da AS, em Moçambique não há capacidade económica e técnica suficiente por parte do Estado e administração pública sobre o controlo do desenvolvimento urbano. Adicionalmente à predominância dos AHAP, Moçambique é caracterizado pela sua elevada vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas globais. De acordo com o *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction*³⁴, Moçambique é o terceiro país em África mais afetado por desastres relacionados com a severidade do clima, e um dos mais vulneráveis³⁵ aos efeitos das mudanças climáticas globais (MAZEMBE 2015: 18). Esta vulnerabilidade é acentuada pela pobreza, fraco desenvolvimento institucional e ocorrência de eventos extremos (NCEA³⁶, 2015: 1) como foi o caso dos ciclones tropicais *Idai* e *kenneth*

³² A independência de Moçambique deu-se em 1975

³³ Governo da FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique)

³⁴ Relatório de Avaliação Global sobre a Redução do Risco de Desastres.

³⁵ Embora não esteja entre os que mais contribuem para a emissão de GEE, a sua localização coloca-o entre os mais vulneráveis aos efeitos cumulativos das mudanças climáticas globais.

³⁶ *Netherlands Commission for Environmental Assessment.*

ocorridos em março e abril de 2019 no Cento e Norte do país, respetivamente. De acordo com NCEA (2015: 10), os impactes das mudanças climáticas em Moçambique, afetarão a disponibilidade de água e a segurança alimentar. Em 2012 o país lançou a sua estratégia de adaptação e Mitigação às Mudanças climáticas 2013-2025 (ENAMMC), cujo objetivo estratégico é de:

“estabelecer as directrizes de acção para criar resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local”. (MICOA, 2012).

que para além de enfatizar a necessidade de um planeamento orientado para um crescimento voltado para a resiliência e economia verde.

A vulnerabilidade económica e ambiental é fator de um elevado nível de cooperação na qual Moçambique recebe financiamento internacional para fazer face a desafios para o desenvolvimento, por exemplo, no âmbito de *Climate Investment Funds* (CIF), para endereçar o programa piloto de *Climate Resilience* (PPCR) com foco na (1) atualização de infraestrutura; (2) gestão de recursos; (3) incrementação de serviços climáticos e (4) desenvolvimento de capacidades locais e nacionais para planeamento e ação resilientes ao clima. Para além deste, outros fundos e projeto de parceria bilateral em mudanças climáticas que na avaliação da NCEA (2015: 9) foram tratados a nível central.

No que respeita ao risco de eventos extremos, no município de Maputo, no cenário mais crítico de subida do nível das águas do mar até 2030, estima-se que o estuário do Espírito Santo, que limita a área de estudo no limite do Município de Maputo, poderá ser uma zona de risco a inundação com impacto na infraestrutura existente (INGC, 2009: 13).

A cidade de Maputo é a maior cidade, principal centro financeiro, corporativo e económico e mercantil do País. A província e o Município de Maputo, apresentam a menor extensão territorial e são as únicas a nível nacional na qual a população urbana excede a rural (INE, 2019: 32). Maputo, na sua dimensão metropolitana, compreende a principal concentração urbana do país. De acordo com os dados do INE (2019), dos 9.880.068 habitantes, correspondentes aos 35,4% de população urbana, 3.158.465 habitantes residem na área metropolitana de Maputo (INE, 2017 e 2019). No município de Maputo, a maioria desta população é residente nos AHAP localizados na área periurbana. Esta área periurbana, na perspectiva de Nielsen (2011), é marcada por um processo de ‘governabilidade inversa’ onde alguns bairros autoproduzidos reproduzem os padrões de urbanização definidos pelo Estado.

‘Let me finally conclude by comparing the findings above with the ‘making’ of urban governance elsewhere in sub-Saharan Africa and Latin America. As we shall see, whereas the informalization of urban planning in Maputo is comparable with other urban situations, the balancing of the tense relationship between governor and governed through imitations of planning ideals seems to be particularly pronounced in Mozambique. (NIELSEN, 2011: 350).

Maputo também apresenta, à semelhança de outros países da AS, uma classe média em ascensão. Sobre este aspeto, Sumich (2016) observou que, em Maputo, os processos políticos e económicos que deram origem à nova classe média- integrando os 31% da população com enquadramento no sector formal e os 14% que teve acesso a educação superior- provocaram grande desigualdade social que se manifesta a várias escalas.

“o desinvestimento na economia rural, faz com que as pessoas venham procurar oportunidade também na cidade: emprego e também educação. [...] o desequilíbrio urbano rural é um dos principais fatores da pressão que se exerce nas cidades (...) e confrontado com a falta de capacidade que as cidades tem em dar resposta. Isto é um problema de governação nacional”. (E-ONG1, 2019).

O Município de Maputo tem vivido uma estagnação demográfica caracterizada pela perda da população para os municípios vizinhos. Apresenta 1,101,170 habitantes (INE, 2017) distribuídos por sete distritos municipais: KaMphumu, Nihamankulu, KaMaxakeni, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe, KaNyaka. O primeiro distrito corresponde a parte da cidade infraestruturada, o distrito de KaNhaka é insular e o distrito de KaTembe encontra-se em rápida transformação desde a inauguração da ponte que o conecta aos outros cinco distritos. As descrições nesta pesquisa focam-se nos distritos autoproduzidos do lado continental.

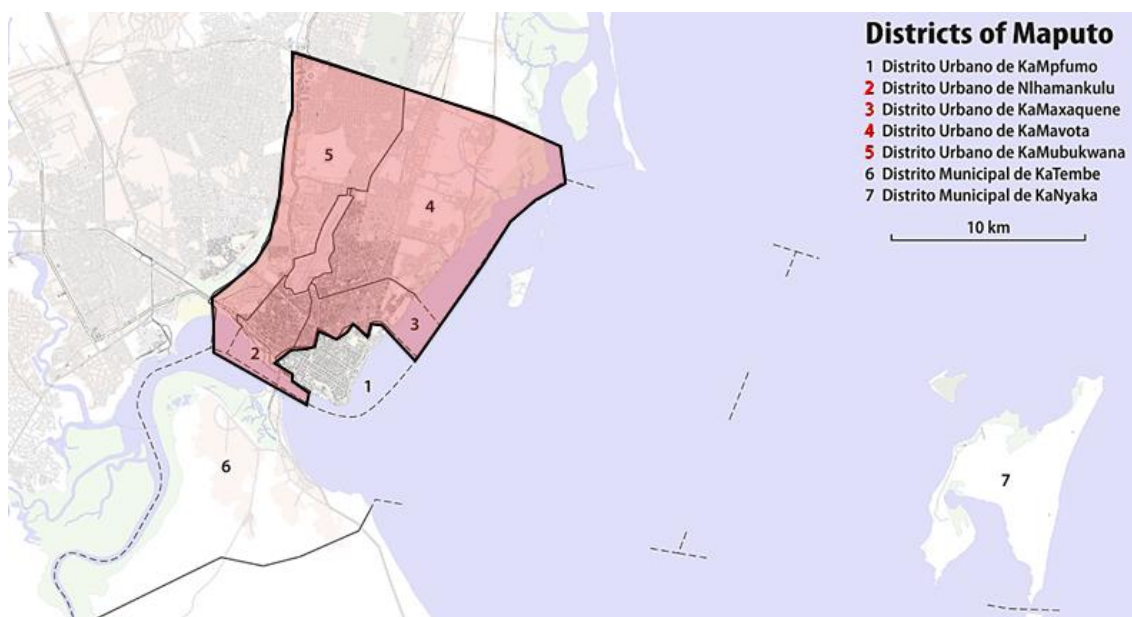


Figura 2.3: Distritos Urbanos da Cidade de Maputo.
Fonte: Adaptado de Dörrbecker (2018)

Para além da evolução demográfica (ver fig. 2.4), o desenvolvimento urbano de Maputo é moldado pelo percurso socio económico e político que marcou a construção da sociedade e do seu território. Desde 1970, a população do município mais que triplicou. Territorialmente observa-se uma rápida expansão periurbana que sugere que a autoprodução merece estudos mais alargados.

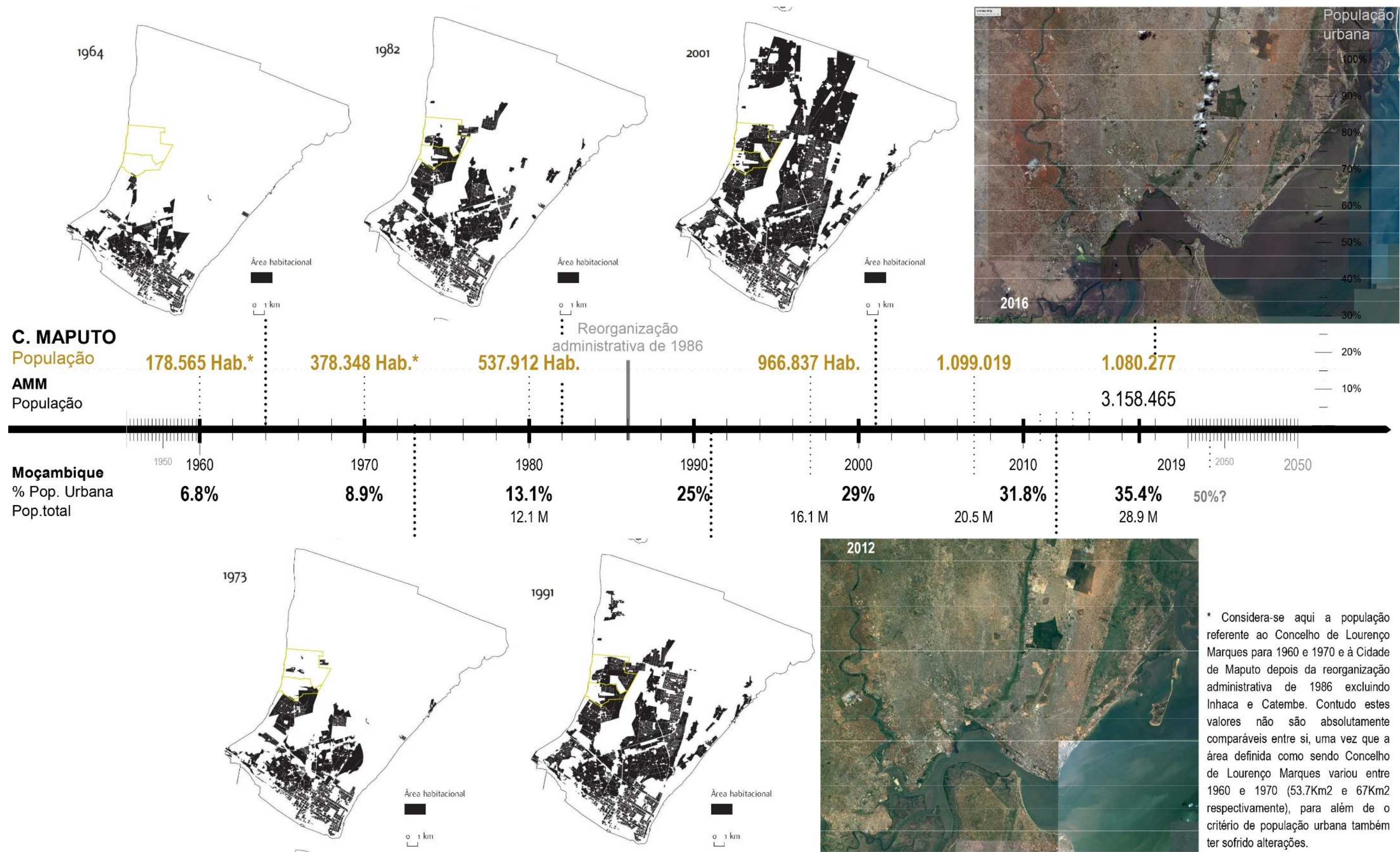


Figura 2.4: Transformações demográficas e crescimentos urbano do Município de Maputo entre 1960 e 2018.
 Fonte: Elaborado pela autora a partir de INE (2007,2017,2019), UNDESA (2018), Henriques (2008) e Google Earth (2019)

2.1.2 Caracterização do território autoproduzido do município de Maputo

A cidade é feita da interação entre as dinâmicas sociais e a infraestrutura material. O território da cidade de Maputo caracteriza-se pela dualidade e heterogeneidade de suas formas urbanas e ‘hibridização’ de procedimentos tanto de matriz formal como informal (VIANA, 2012) resultante de um “quadro heterogêneo de abordagens morfológicas” (VIANA e LAGE, 2014)³⁷ e do seu percurso urbano. Os bairros autoproduzidos da cidade de Maputo são o que Watson (2009) descreve como sendo resultante de ‘racionalidades conflitantes’ entre sistemas técnicos-gereciais e comercializados de administração governamental, prestação de serviços e planeamento e populações urbanas cada vez mais marginalizadas. Outros autores olham mais na ótica de coexistência. O conflito na leitura do território permitiu uma diversidade na sua classificação por diferentes autores. Estas leituras, embora apresentem dinâmicas nas várias tipologias de ocupação, nas suas variantes, domina a ideia dualista de centro-periferia/subúrbio.

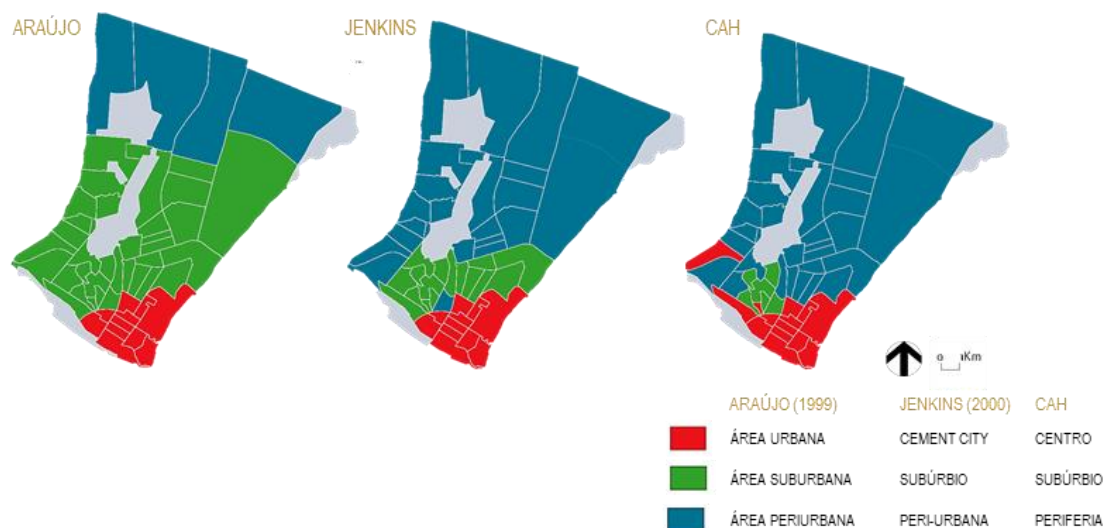


Figura 2.5: Metamorfose na classificação das áreas residências de Maputo segundo Araújo, Jenkins e CAH.

Fonte: Adaptado de Henriques (2008: 161)

Com exceção das áreas de reserva especial e o mangal³⁸, o território apenas parcialmente desenvolvido ocupa 87,69%, contra 8,02% do território infraestruturado (HENRIQUES, 2008: 70), ou seja, quase 90% do território residencial é ocupado pelos AHAP. Nos quatro dos cinco distritos municipais do continente reside 89,2% da população (INE, 2017).

As dinâmicas demográficas e de ocupação das áreas residenciais de Maputo, acompanham uma profunda transformação no uso do solo desde os anos de 1960. Uma transformação marcada pela substituição por vezes indiscriminada de áreas naturais e de lazer por AHAP conforme mostram as figuras 2.6 e 2.7.

³⁷ O Autor descreve três grandes abordagens: a primeira, olha para a cidade como um todo e corresponde a um conjunto de estudos sobre a forma urbana, a segunda olha para a cidade ‘informal’ e a terceira para a cidade ‘formal’.

³⁸ Que ocupa 12,76% do território continental do Município (HENRIQUES, 2008: 70)

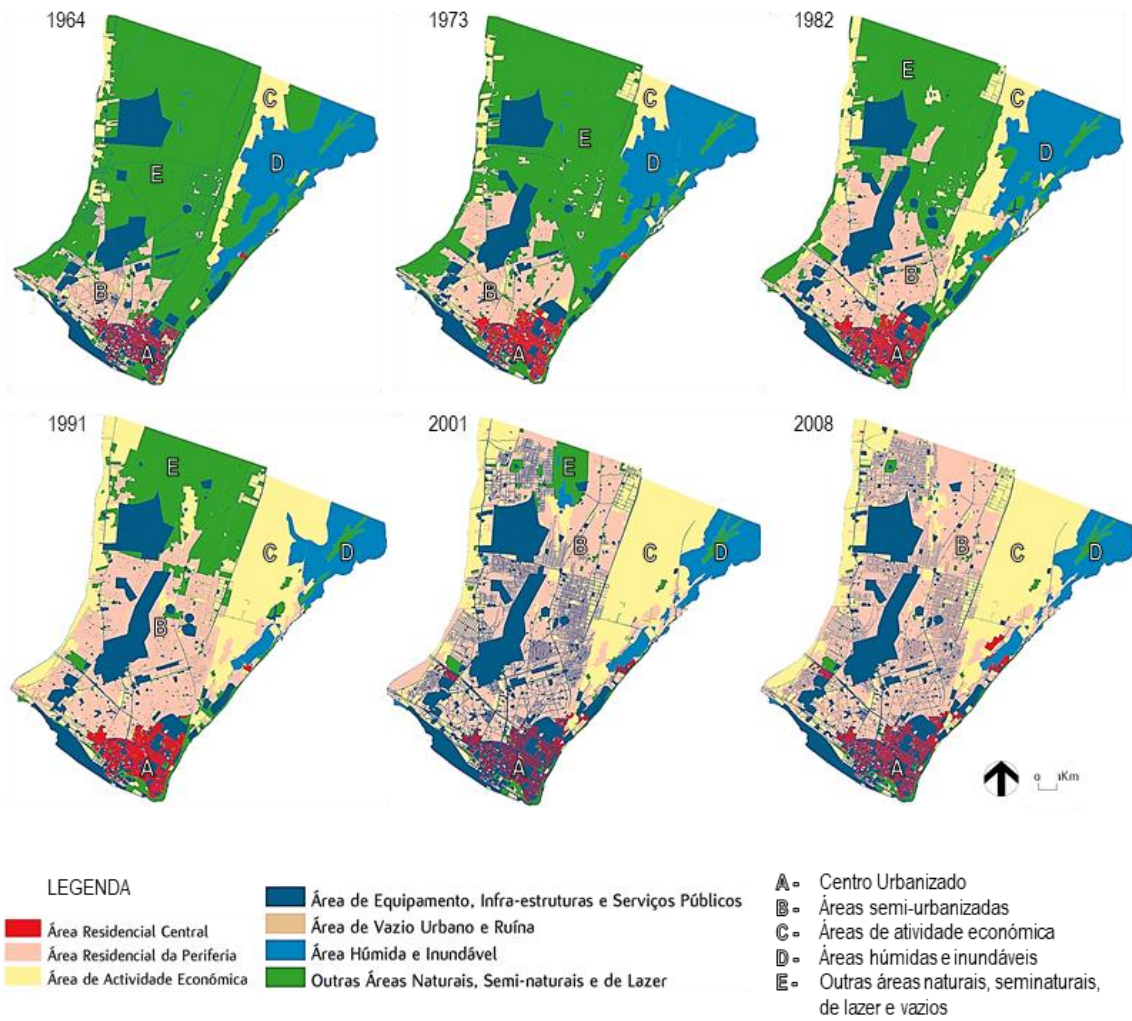


Figura 2.6: Evolução das áreas semi-urbanizadas de Maputo e os diferentes usos do solo entre 1964 e 2008, na Cidade de Maputo.
 Fonte: Adaptado de Henriques (2008: 127) e Melo (2013)

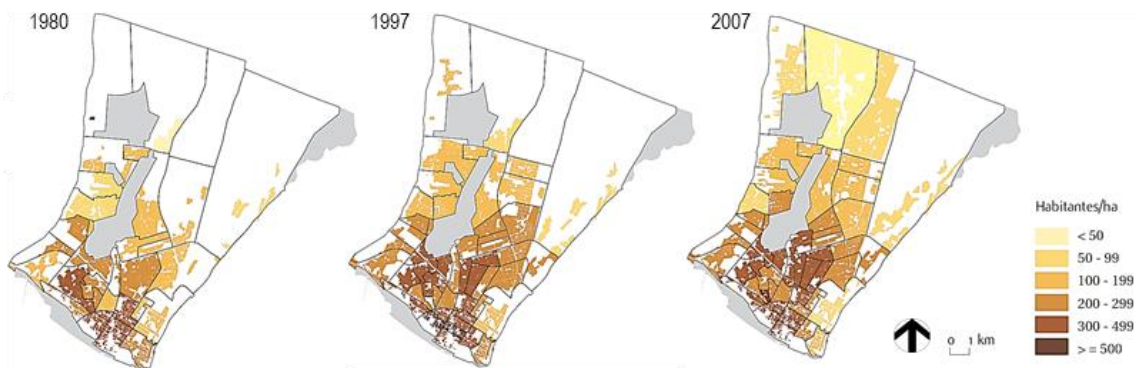


Figura 2.7: Evolução na densidade de ocupação das áreas habitacionais do Município de Maputo entre 1980 e 2007.
 Fonte: Adaptado de Henriques (2008: 80)

Antes de discriminar as particularidades do território autoproduzido, importa apresentar a importância que este território representa na paisagem urbana. O território autoproduzido de Maputo constitui a vasta maioria do território residencial do Município. A área total do município é de 308 km² (30.800 Ha) e de acordo com Jenkins (2012: 101), dentro do Município, as áreas de reserva ecológica (cursos de água, áreas alagadas e/ou alagáveis e áreas de vegetação natural), compreendem o principal uso com aproximadamente 34% do território³⁹, seguido do uso residencial com 30%, do uso de agricultura urbana 26%, do uso dedicado às reservas especiais, 5%, equipamentos sociais, 4% e usos industriais e económicos 1%. Ao nível do uso residencial, a maior parcela (21% dos 30%) tem insuficientes infraestruturas e segurança de posse, sendo a maior parte (60%) um território de ocupação espontânea.

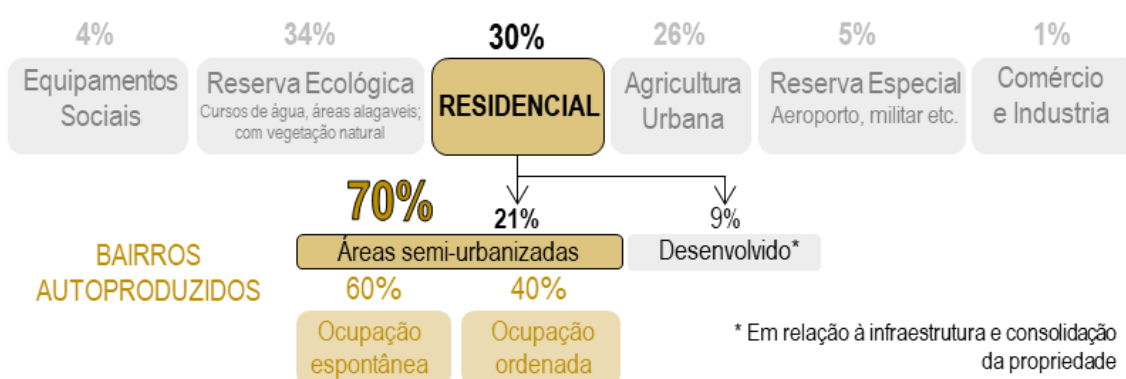


Figura 2.8: Percentagem das áreas residenciais semi-urbanizadas (áreas de ocupação espontânea e Ordenada) no município de Maputo.
 Fonte: Elaborado pela autora a partir de Jenkins (2012)

Algumas características do espaço periurbano resultam não apenas dos processos e dinâmicas de intervenção, mas da sua génese e evolução, como ênfase na influência da configuração e planeamento da cidade no período colonial e no período da guerra dos 16 anos (MELO, 2013). A autoprodução é assim o ‘processo mais preponderante na formação e consolidação destas áreas’ cujas características são diversas de acordo com a génese e os processos que as materializam (JORGE E MELO, 2014: 59).

“Nas cidades da África Austral, estes processos de produção do espaço ocorrem em realidades urbanas - herdadas do período colonial ou do apartheid - que já são muito desiguais e fragmentadas.”. (Melo, 2016)

No caso de Maputo, cerca de 70% da população reside nos AHAP concentrados na área periurbana, habitada por uma população geralmente de baixos recursos e nível de escolaridade (JORGE E MELO, 2014: 57). Territorialmente, os 87,69% do território autoproduzido é marcada por diversas configurações e confrontações em relação ao sistema urbano da mescla entre áreas de ocupação espontânea e áreas de ocupação ordenada.

³⁹ Contam para este cálculo, os Distritos 6 e 7, predominantemente rurais.

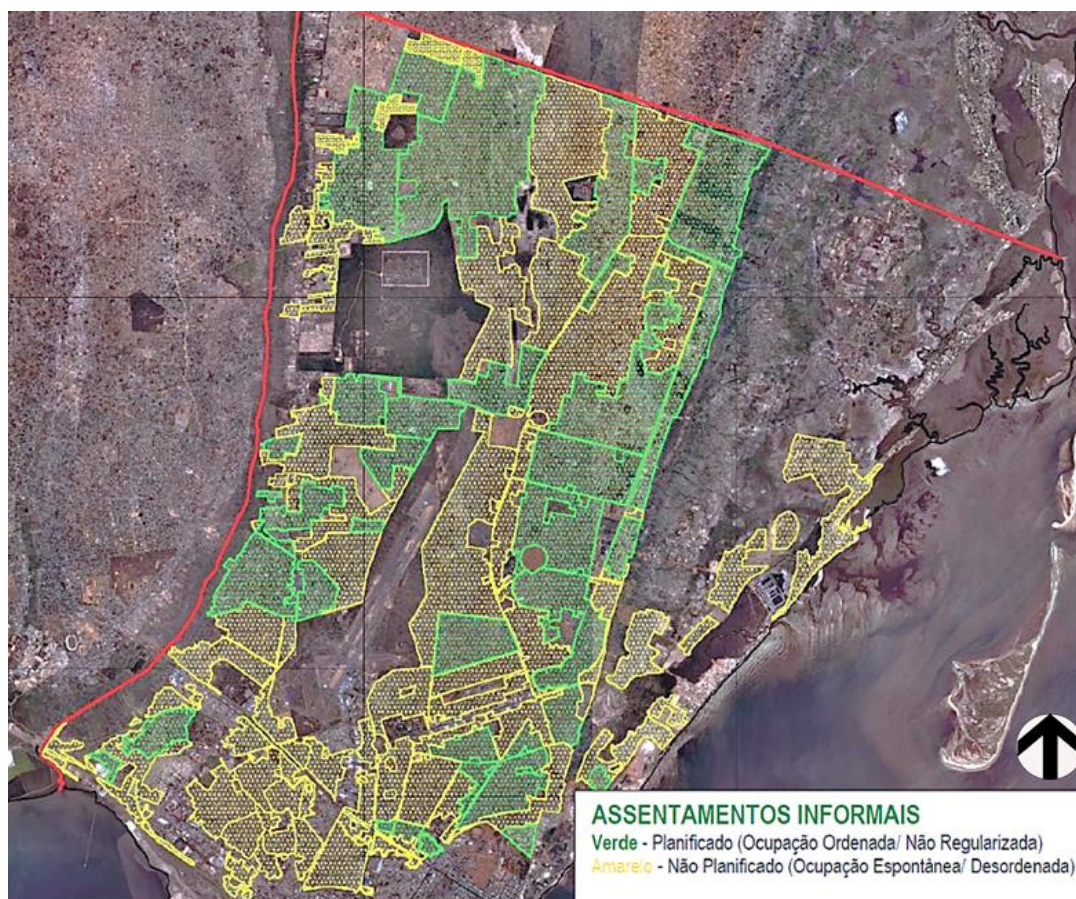


Figura 2.9: Configurações dos AHAP no município de Maputo.
 Fonte: CMM (2016b: 23)

Sob o ponto de vista espacial, importa referir que embora haja duas categorias de espaços autoproduzidos - território de ocupação planificada e território de ocupação não planificada - cada unidade territorial (bairro) apresenta particularidades. De acordo com Forjaz (2005) e alinhado à perspetiva de Watson (2009), estas 'situações diversas precisam de ser caracterizadas com apoio de um sistema de dados para aumentar a capacidade de planeamento'⁴⁰.

2.2 O Sistema de gestão territorial e sua relação com a autoprodução

As legislações, instituições e administrações do planeamento urbano em África eram e continuam a ter raízes nas leis de planeamento europeu que foram importadas e impostas aos países africanos sem considerar as condições prevalentes nos países beneficiários. As diferentes condições sociopolíticas, econômicas e culturais nos países africanos, juntamente com a motivação das potências coloniais para introduzir o planeamento urbano no contexto

⁴⁰ Que na visão de Forjaz (2005), passa pela construção institucional e a participação.

africano resultaram um hiato entre a cidade planificada onde vivia a sociedade colonial e aquela não planificada onde vivia a cidade colonizada.

Dando um salto para o novo milênio, o atual sistema de gestão territorial em Moçambique é baseado na Política de Ordenamento do Território de 2007 (Resolução nº 18/2007 de 30 de maio), a respetiva Lei de Ordenamento do Território (LOT) (Lei nº 19/2007 de 18 de julho) e na Política Nacional de Terras (Resolução nº 10/95 de 17 de outubro). Um olhar panorâmico sobre a legislação do planeamento nos seu IGT, permite observar referências que emanam no SGT herdado do regime colonial e uma regulamentação que transcende a capacidade de gestão existente.

A (UN-HABITAT) em 2004 financiou o “Rapid Urban Sector Profiling for Sustainability” e, em 2006 a Estratégia para o “melhoramento dos assentamentos informais”, aprovada em 2011, e que segue uma metodologia integrada de intervenção, incluindo processos de empoderamento e a participação da população (Mazembe, 2015).

Ao observar a Política do Ordenamento do Território (POT), constatam-se fortes semelhanças com a Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo português de 1998. Por outro lado, desde a independência, alguns ajustes têm ocorrido na legislação sobre a terra com efeitos no processo urbano. De acordo com a LOT, o Ordenamento do território em Moçambique baseia-se em sete princípios dos quais quatro dele são:

‘da sustentabilidade e valorização do espaço físico’ [...], ‘da participação pública e consciencialização dos cidadãos’ [...] ‘da igualdade no acesso à terra e aos recursos naturais, infra-estruturas, equipamentos sociais e serviços públicos’ [...] da precaução, com base no qual [...] instrumentos de ordenamento territorial deve priorizar o estabelecimento de sistemas de prevenção de atos lesivos ao ambiente, [...], da responsabilidade das entidades públicas ou privadas por qualquer intervenção sobre o território que possa ter causado danos ou afectado a qualidade do ambiente, [...]’ (Lei n 19/2007 de 18 de julho).

O SGT compreende quatro principais níveis, nacional, provincial, distrital e autárquico com espaço para interação entre instrumentos de gestão territorial (IOT) do mesmo nível. Os IGT ‘vinculam todas as entidades públicas, bem como os cidadãos, as comunidades locais e as pessoas coletivas de direito privado’ (Artigo 11º da Lei nº 19/2007 de 18 de julho). A elaboração de IOT é de carácter obrigatório no nível autárquico e a monitorização deve traduzir na apresentação de relatórios periódicos sobre o balaço da execução. No que respeita ao território autoproduzido, o OT coloca como objetivo: “requalificar as áreas urbanas de ocupação espontânea, degradadas ou aquelas resultantes de ocupações de emergência”.

No âmbito da descentralização, com a criação das autarquias em 1998, estas nos seus órgãos municipais, adquirem responsabilidades sobre a elaboração, aprovação e implementação dos planos. Cabe a elas, estabelecer programas, planos, projetos no âmbito de OT alinhado ao Regime do Solo Urbano. Ademais, os Municípios são, entre outras instituições, responsáveis pela provisão de serviços urbanos em toda a extensão do território, inclusive os que estão sob controlo do governo central e concessão de DUAT nas áreas abrangidas pelos planos dentro de seu limite territorial. No entanto, a responsabilidade autárquica é sobreposta à responsabilidade

de outros organismos com autoridade no território Municipal (ver tabela 2-1) o que exige uma forte coordenação institucional. O orçamento municipal provém em grande parte do governo central (mais de 60%), parte da atribuição anual é na verdade devolvida⁴¹. O não pagamento das taxas municipais sobre serviços, fica sujeito a cortes no fornecimento. Considerando a assimetria no nível de urbanização e a concentração de serviços em Maputo em comparação com outras autarquias, esta condição é comparativamente mais grave em autarquias de pequenas e média dimensão. Adicionalmente, embora Maputo tenha recentemente observado iniciativas de gestão mais integrada⁴², há um longo caminho para alcançar a sustentabilidade económica e capacidade na resposta às demandas pela qualidade do habitar. Aqui, o território pouco infraestruturado é um duplo desafio, por um lado, para a melhoria das condições de habitabilidade e por outro, para a captação e geração de recursos sobretudo os financeiros.

⁴¹ Da fatia do orçamento que é enviada pelo município para o Governo central.

⁴² Ao exemplo do modelo de gestão de Resíduos sólidos urbanos (RSU) com implementação desde 2013 (MACUCULE, 2018)

Tabela 2.1: Quadro dos organismos públicos com incidência no território Municipal e suas respetivas funções.

Fonte: Adaptado pela autora de UN-HABITAT (2007: 11)

MINISTÉRIO / AGÊNCIA	FUNÇÕES URBANAS CHAVES
Conselho de Ministros	Dirigir a política nacional de habitação.
Ministério da Administração Estatal	Administração pública, autoridades locais e municípios.
Direção Nacional para Desenvolvimento Autárquico (DNDA)	Administração pública e municípios.
Associação Nacional de Municípios (ANAMM)	Órgão de coordenação e aconselhamento dos municípios junto ao governo.
Ministério da Função Pública	Administração de recursos humanos na função pública e nos serviços municipais
Instituto Nacional de Formação em Administração Pública	Centros nacionais e regionais de formação de funcionários públicos e da função pública.
Ministério da Justiça	Serviços do cadastro das terras do Estado (Mudanças ou transferências do direito de uso da terra) e titulação de propriedade.
Ministério da Agricultura	Serviços do cadastro das terras do Estado (Mudanças ou transferências do direito de uso da terra) e ratificação de planos de uso da terra.
Ministério das Obras Públicas Habitação	Elaboração de política nacional de terras urbanas e habitação. Controle de qualidade de infraestruturas públicas.
Direção Nacional das Águas	Controle de qualidade da provisão de água para consumo doméstico.
CRA	Conselho Regulador de Água
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
Ministério para Coordenação da Acção Ambiental	Política Ambiental e regulamentação. Planificação territorial, incluindo ocupação informal de terrenos.
Direção Nacional do Planeamento Territorial	Planeamento urbano, uso de terra e regulamentação.
Ministério da Planificação e Desenvolvimento	Planificação e orçamentação económica aos níveis nacional e local.
Ministério da Mulher e Função Social	Política Nacional do Género.
Agência Metropolitana de Transportes (AMT)	Coordenação e implementação do Plano Director da Mobilidade e Transporte da Área Metropolitana de Maputo.
Distritos	A unidade central de planificação e implementação do desenvolvimento nacional (Pólo de desenvolvimento)
Municípios	Urbanização, habitação, registo e construção, preparação e aprovação de planos de uso e aproveitamento de terra, tudo em coordenação com instituições estatais relevantes. Execução de tais planos está sujeita a ratificação pelo governo. Quando existem serviços de cadastro municipal e a área está coberta por um plano oficial de uso de terra, o acesso de usuário exclusivo de terra pode ser concedido depois (aproximadamente 103 passos burocráticos e três anos).

A figura 2.10 permite fazer algumas observações sobre o percurso urbano de Maputo.

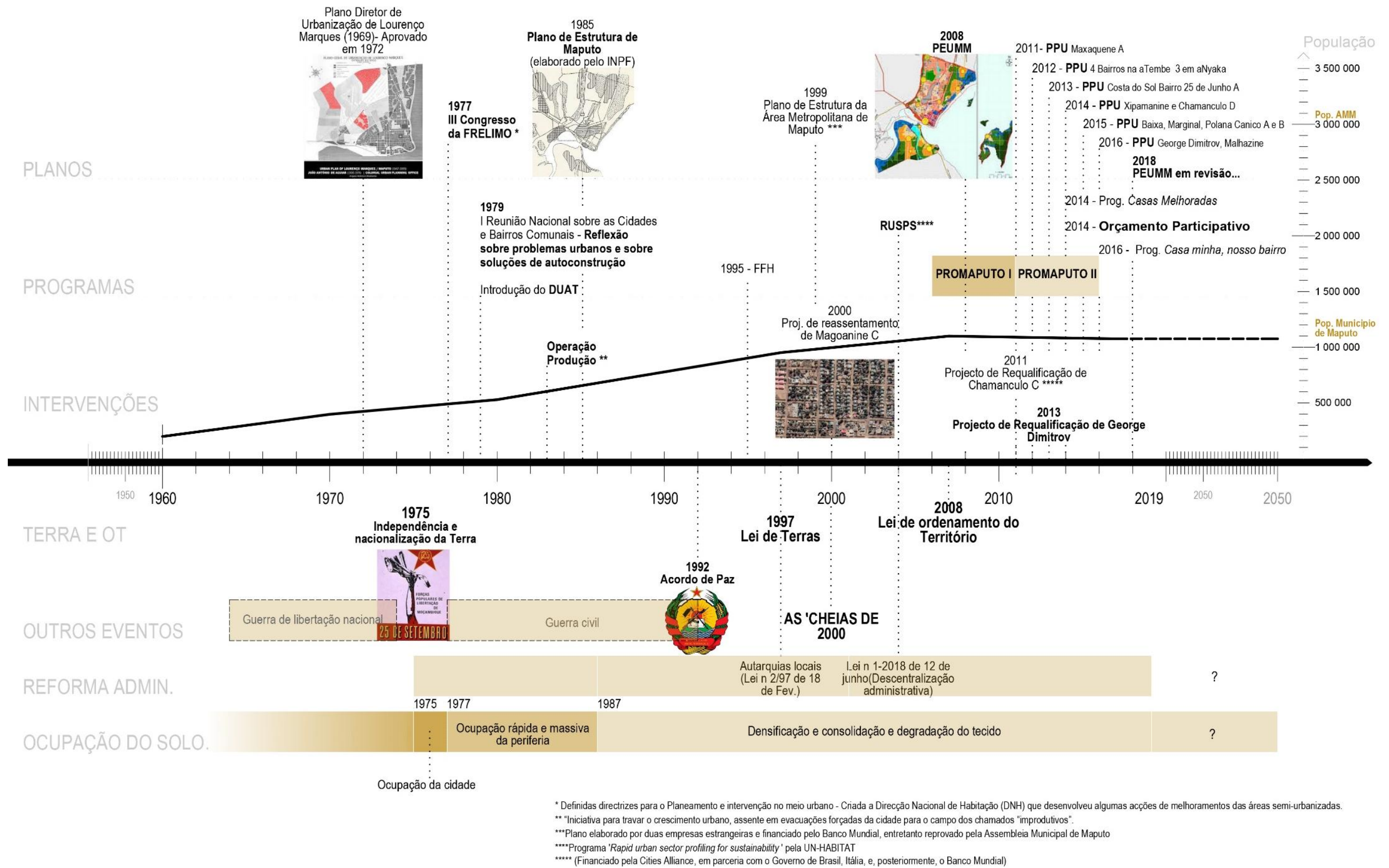


Figura 2.10: Percurso urbano da cidade de Maputo com principais marcos entre 1960 e 2018.
 Fonte: Elaborado pela autora a partir de Henrique (2008), Simione (2014), Melo (2013, 2014), INE (2017, 2019), Tique (2010) e Jorge (2017)

A primeira observação permite confirmar que a ocupação do solo se deu em fases diferentes e é a partir do pós-independência que ocorre um processo de crescimento urbano acelerado com destaque para os AHAP.

O segundo aspeto que se observa é que a experiência de intervenção com base na elaboração de planos urbanos tem-se acentuado no novo milénio relacionado com uma legislação de planeamento recente e, sem entrar no debate sobre a imperfetividade dos planos, há ainda, de acordo com Jorge (2017: 141), 'poucos os planos aprovados desde a independência'. A última década foi marcada pela produção de instrumentos territoriais e coincide com a descentralização administrativa. Estes instrumentos são na prática instrumentos orientadores e há poucas evidências sobre o seu efeito territorial. Não parece haver uma lógica territorial de elaboração dos planos o que sugere que a sua elaboração pode ser ocasionada por outros fatores, para além da obrigatoriedade prevista na LOT sobre a produção de instrumentos de gestão. Como se pode observar no diagrama, a existência de programas de financiamento externo, como relatam vários autores como Andersen *et al* (2015a) confirma uma forte presença de entidades filantrópicas como ator na transformação do território em Maputo.

O terceiro aspeto observado é a relação entre os projetos de requalificação e os planos de referência territorial. Sendo as intervenções realizadas a priori. Num contexto de incapacidade de implementação por parte da Administração pública, criam-se assim condições para a descredibilização do planeamento urbano uma vez que os planos não têm uma efetiva perspetiva de implementação. Numa visão mais precisa sobre as intervenções para o melhoramento do território, observa-se a existência de várias experiências implementadas, com incidência sobre o espaço coletivo e voltadas para as infraestruturas⁴³. Entretanto, esta abordagem é pontual e pouco holística e está intimamente ligada ao financiamento externo (ações pontuais). Este facto sugere que a dependência da administração não só condiciona a sustentabilidade das iniciativas com sucesso na melhoria das condições de vida no território autoproduzido como condiciona a criação de uma agenda própria, clara e concreta para o desenvolvimento urbano, transformando a cidade, através deste ator, num laboratório de experimentação.

Embora exista, com a descentralização, um crescente nível de participação do nível local na formulação de políticas públicas, a inexistência de mecanismos verticais e horizontais de interação e prestação de contas, observado por Simione (2014), contribui para o enfraquecimento da eficiência dos processos participativos, enfraquecendo assim os esforços de desenvolvimento a partir de um quadro de planeamento.

Jorge (2017: 141), sobre a política de ordenamento do território, relembra que na legislação tal como nos princípios fundamentais sobre a igualdade no acesso à terra, aos recursos naturais, às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, o reconhecimento dos direitos consuetudinários ou costumeiros, a preservação ambiental, a participação pública e

⁴³ Ao exemplo do Trabalho da Water & Sanitation for the Urban Poor (WSUP) e Arquitetos sem Fronteira (ASF). E também o melhoramento da via principal de acesso no bairro Bagamoio, no contexto de orçamento participativo e o Projeto de melhoramento do bairro George Dimitrov, no âmbito do PROMAPUTO.

consciencialização dos cidadãos, está expresso o caráter vinculativo dos instrumentos de ordenamento e a responsabilização das entidades competentes por qualquer dano causado por uma intervenção de ordenamento. Se esboçarmos o foco da política de ordenamento de território, observamos que a gestão sustentável, a melhoria da qualidade de vida e a planificação assumem um lugar importante nesta orientação.

2.3 Regime da Terra e seu significado na autoprodução.

Após a independência, o recém governo socialista procedeu à nacionalização do solo, que passa a ser propriedade do Estado. Pela legislação da terra, a ocupação de boa fé⁴⁴ é reconhecida como um direito. Segundo a Lei nº 19/97 de 1 de outubro, a lei de terra ainda em vigor, há o reconhecimento da ocupação ainda que seja uma ocupação 'informal'. O regime de terra teve alguns ajustes ao longo do tempo, não significando com isso maior consistência na relação com os outros instrumentos nem clareza no seu entendimento e aplicação. Os instrumentos que regulam a ocupação da terra no território moçambicano são a Lei de Terras (LT), Lei nº 19/1997 de 1 de outubro e seus regulamentos e o Regulamento do Solo Urbano (RSU), D. nº 60/2006 de 26 de dezembro.

Entre os aspetos pertinentes à análise da autoprodução relacionados ao regime de terra em Moçambique, estão: a questão da segurança de posse de terra, que constitui o título de DUAT⁴⁵; e a relação mais abrangente (urbana) que envolve a disponibilidade e configuração do espaço coletivo e correlação com áreas de restrição. A primeira está intimamente ligada a dimensão da habitação e a segunda faz interface com a primeira e permite entender as implicações da autoprodução em relação a terra. O detalhe sobre a primeira relação encontra-se vastamente discutido. Jorge (2017: 135-136), por exemplo, esclarece sobre os vários mecanismos de acesso à terra nos bairros pericentrais, do ponto de vista fundiário:

'(1) a atribuição de título de DUAT por ocupação de boa-fé há mais de dez anos; (2) a não atribuição de título de DUAT sem prejuízo do direito adquirido por ocupação; (3) a revogação do DUAT por ocupação de espaços reservados ao domínio público; (4) a revogação do DUAT por desrespeito ao(s) plano(s) de ordenamento; e (5) a expropriação em nome do interesse público, precedida do pagamento de justa indemnização e/ou compensação [...]' (JORGE, 2017: 135).

Observa-se uma dominação pelos últimos quatro mecanismos resultante em uma vasta maioria de residentes sem títulos, uma contradição na recuperação (desocupação) de áreas de risco natural⁴⁶. Há uma distância entre a ocupação preexistente e os PPU, particularmente nos

⁴⁴ É uma das formas de aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra por pessoas singulares nacionais/comunidade local, que estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos. DL nº 19/1997 de 1 de outubro

⁴⁵ O título de DUAT é o documento que comprova o direito de uso de uma determinada parcela de terreno, por herança ou ocupação de boa fé.

⁴⁶ Na qual, segundo Jorge (2017), são despoletados processo de deslocação de população de baixa renda nas áreas de risco, no entanto atribuídos títulos a residentes com melhores recursos.

territórios autoproduzidos pericentrais e da periferia mais antiga⁴⁷, o que sugere uma relação potencialmente conducente à expropriação por interesse público, a processos de renovação e gentrificação. Adicionalmente esta tendência aponta para o incremento de áreas autoproduzidas cada vez mais periféricas na qual a implementação de megaprojetos e grandes infraestruturas constam como falhas referencias de um desenvolvimento integrado e sustentável do solo urbano. E finalmente o primeiro mecanismo parece ser consistentemente vetado aos residentes com poucas capacidades através de uma forte burocracia conforme descreve Matusse (2009) citado por Jorge (2017: 135)

‘Na prática, o reconhecimento do espaço autoproduzido e a atribuição do título de DUAT dependem sobretudo da influência política e/ou económica do ocupante e da orientação política do executivo municipal’, (JORGE, 2017: 137)

A atribuição do solo urbano processa-se de forma complexa. Conforme Perriard (2017) observou, as mudanças sociopolíticas em Moçambique implicaram mudanças nos mecanismos de regulação e no valor simbólico da terra. O esquema mostra a existência de um mercado que funciona paralelamente ao mecanismo oficial de acesso.

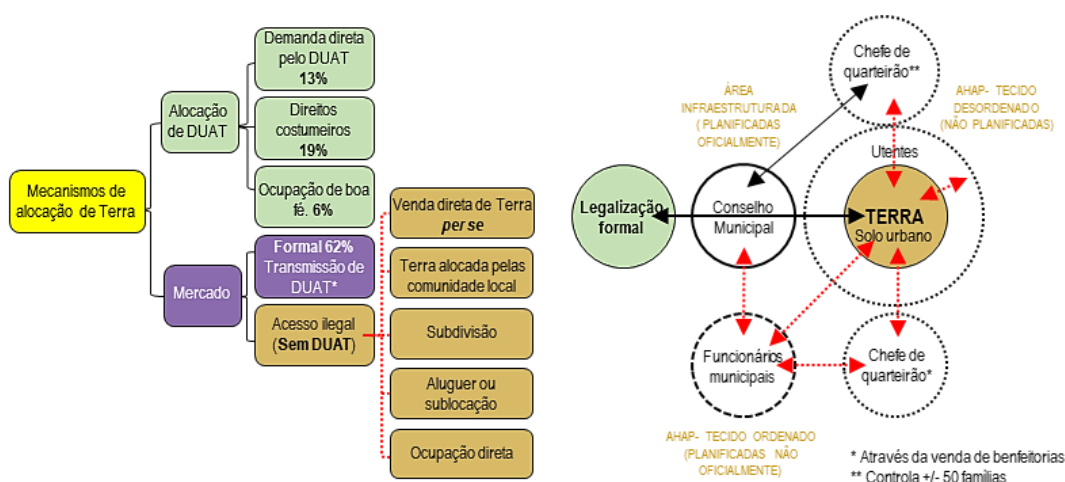


Figura 2.11: Mecanismo de acesso e ocupação do solo.
 Fonte: Adaptado pela autora de Perriard (2017) - a esquerda e Tique (2010) - a direita

No âmbito do presente estudo, observamos que as repercussões espaciais do regime de terra são indissociáveis das várias escalas de análise motivo pelo qual enquadrámos o acesso à terra referente a questões fundiárias quando queremos compor sobre a sua relação na interface com o espaço coletivo.

Em 2013, o município de Maputo deu início ao Programa de Regularização Massiva de DUAT's (PRMD) cujo objetivo incidia por um lado sobre o incremento da segurança de terra e por outro a criação da base para o incremento das receitas municipais (através da cobrança das taxas). O estudo diagnóstico que envolveu nove Bairros observou um considerável

⁴⁷ Cujá rápida ocupação aconteceu no pós-independência.

desconhecimento dos instrumentos legais de terra, em particular a lei de Terras, por parte da população residente e que antes da implementação do PRMD, quase a totalidade nos nove bairros não apresentavam o título do DUAT (CMM, 2016a).

Jorge (2017: 137) observou que apesar da campanha no âmbito do PRMD, o alcance pela segurança de terra é heterogêneo e depende de fatores como a capacidade de 'corromper o sistema' e influência política. Ademais, estas campanhas por vezes acabam em atribuição de títulos de DUAT 'em espaços ambientalmente sensíveis e/ou [...] sem o nível de urbanização legalmente pré-requerido' no exercício inequívoco de mímica à cidade urbanizada moderna, criando materialidades complexas e com implicações para a sustentabilidade a escala para além do talhão⁴⁸. Melo (2015) aponta que há um reconhecimento por parte do Estado do papel dos moradores na (auto)produção do espaço e da importância atribuída ao título de DUAT o que por conseguinte ajuda a consolidar um mercado ilegal de terra gerando novas relações sociais no território, conforme mostra Jorge (2017: 187).

Analisando a relação entre as nuances no regime de terra e o percurso urbano da cidade de Maputo, as incoerências na ocupação do solo que marcaram o período pós-independência, transformaram-se em outras realidades incongruentes com as orientações legais e movidas por uma crescente demanda sobre a terra que faz transcender a problemática do uso do solo para além do município de Maputo, para a escala Metropolitana. Confirma-se, assim, a capacidade limitada no referido controle do Estado sobre a terra, questão associada à crise do cadastro. Se por um lado a ocupação desordenada marcou um período de pouca regulação cujas consequências se repercutem até hoje no dia a dia da gestão Municipal, por outro lado, nos anos mais recentes, esta ocupação desordenada ou não, é feita sob um SGT que demanda melhorias na governança da terra.

2.4 Práticas de Ordenamento e sua influência na transformação dos AHAP

As leituras sobre as práticas de ordenamento permitem observar que têm uma relação implícita com as orientações das Agendas internacionais e globais. Embora o planeamento⁴⁹ seja uma prática relativamente recente, a cidade de Maputo tem um histórico de reconhecimento, análise e tentativa de busca de respostas às necessidades dos AHAP. A propósito, com enquadramento nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a UN-HABITAT promoveu a iniciativa "Melhoramento dos Assentamentos Informais na África Oriental e Austral". Neste âmbito, a Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT) e o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) encomendaram, em 2006, um estudo prospetivo sobre as possibilidades de melhoramento dos AHAP. Da proposta pode-se constatar que, para além das opções, desde o simples ignorar da sua existência ao 'reconhecimento da

⁴⁸ Lote

⁴⁹ Com referência ao modelo de *Land use planning*.

existência do problema” e gradual ‘integração/regularização’ e continua ‘intervenção [...] planificação [...] reordenamento’, a necessidade de conhecer melhor o problema e criar condições na estrutura local para o seu endereçamento devem acompanhar um planeamento mais ativo e participativo (CEDH, 2006: 47). Como corolário do reconhecimento da necessidade de um planeamento na superação das condições de vida dos AHAP, é elaborado no mesmo ano, o *‘Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico’*⁵⁰ com a ilustração simplificada de técnicas básicas para o ordenamento do território⁵¹ e em 2011 encomendam a elaboração da Estratégia de Intervenção nos Assentamentos Informais em Moçambique⁵² no qual as ações estratégicas apontam para o apoio e capacitação dos governos locais, partilha de responsabilidade e promoção do planeamento participativo; valorização da capacidade técnica local e criação de mecanismos de apoio (MICOA, 2011).

Este enquadramento mostra uma forte influência de agendas globais na política nacional que molda a direção pelas questões de desenvolvimento. Ademais, a criação de uma agenda para o ordenamento encontra espaço em contextos de financiamento externo o que pode determinar as opções estratégicas, como se pode ler nos instrumentos. A ainda que se reconheça a incapacidade de reverter a prevalência dos AHAP até 2020, era para este caminho que se pensava trilhar, tal como em outras partes do mundo.

Estas e outras estratégias não mencionadas aqui, são importantes precedentes na leitura das abordagens e práticas de transformação do território.

Com a publicação da LOT em 2007 vários instrumentos de gestão território foram elaborados. Na cidade de Maputo, o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), e outros instrumentos de nível inferior⁵³ para algumas áreas da cidade – na sua maioria para áreas de expansão urbana. No entanto, observa-se insignificante implementação, sobretudo no que respeita a infraestruturas (MAZEMBE, 2015).

‘De 2007 a 2014 foram elaborados Planos de Estrutura Urbana para 90% dos municípios e inúmeros Planos Gerais de Urbanização e Planos de Pormenor. Menos de 1% dos Planos elaborados foram ractificados e publicados no Boletim da República. Constata-se, no terreno, o não cumprimento da maioria dos diferentes planos, devido a insuficiência de recursos financeiros, ausência de fiscalização para impor o conteúdo dos planos, bem como a fraca capacidade técnica na maior parte dos Municípios e a falta de domínio dos procedimentos para a elaboração dos Instrumentos de Ordenamento Territorial (IOTs) constantes da Legislação do Ordenamento Territorial. (MAZEMBE, 2015: 14).

Assim, com a insignificante implementação de infraestruturas nestas áreas planeadas, o espaço reservado para utilidade pública (infraestrutura, equipamentos sociais etc.) acaba ocupado pelo uso habitacional de autoprodução.

⁵⁰ Esta estratégia tinha enquadramento nos ODM e na abordagem dos *‘cities without slum’* e a erradicação dos AHAP era baseado numa política ambiental de promoção do desenvolvimento sustentável e uso racional de recursos que passa pela redução da pobreza absoluta.

⁵¹ Reconhecendo a incapacidade dos governos na planificação física, o intuito era de reforçar a capacidade das lideranças locais nas práticas no território (MICOA, 2006).

⁵² Financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento num pacote de financiamento para a pobreza e ambiente

⁵³ Planos parciais e Gerais de urbanização (PPU/PGU e Planos de Pormenor (PP)

Ainda no âmbito estratégico local, o município formulou, em 2010, a *‘Estratégia Municipal de intervenção em assentamentos informais’*, um instrumento que caracteriza e define diretrizes para atuação⁵⁴ (E-IP1, 2019). Ao reconhecer as suas fragilidades, nos últimos anos as autoridades locais, com apoio de agências internacionais de desenvolvimento, têm promovido ações de melhoramento nos bairros periurbanos. A diversidade de intervenções tem influência na heterogeneidade do tecido urbano. As ações podem ser por iniciativa do Estado, por iniciativa de ONG e da sociedade civil e por iniciativas privadas.

No contexto de Maputo, distinguem-se, como sistematizam Jorge e Melo (2014: 59), seis paradigmas de intervenção: (1) Parcelamento, que pode ser conduzido pelo poder público ou pelas lideranças locais, ou conduzido por famílias que ocupavam previamente grandes áreas do território, normalmente resultando em um tecido mais orgânico. (2) Reassentamento e realojamento, processo conduzido na sua maioria pelo sector publico e por vezes, investidores privados (por intermédio do CMM) podendo resultar em níveis de infraestruturação variada. (3) Qualificação urbana, também designada ‘intervenção de Melhoramento’ com incidência sobre a infraestruturas, equipamentos e espaço público, por atuação do sector publico, agências internacionais e organizações da sociedade civil. (4) Renovação Urbana, na qual há considerável alteração do tecido urbano e a presença do sector privado. (5) Construção de grandes infraestruturas, equipamentos e empreendimentos imobiliários, com atuação por parte do sector privado, público e agências internacionais na qual são feitas intervenções em áreas tendencialmente menos ocupadas. (6) Regularização fundiária, pela atribuição de título de DUAT levado a cabo pelo Conselho Municipal com apoio de Agências internacionais.

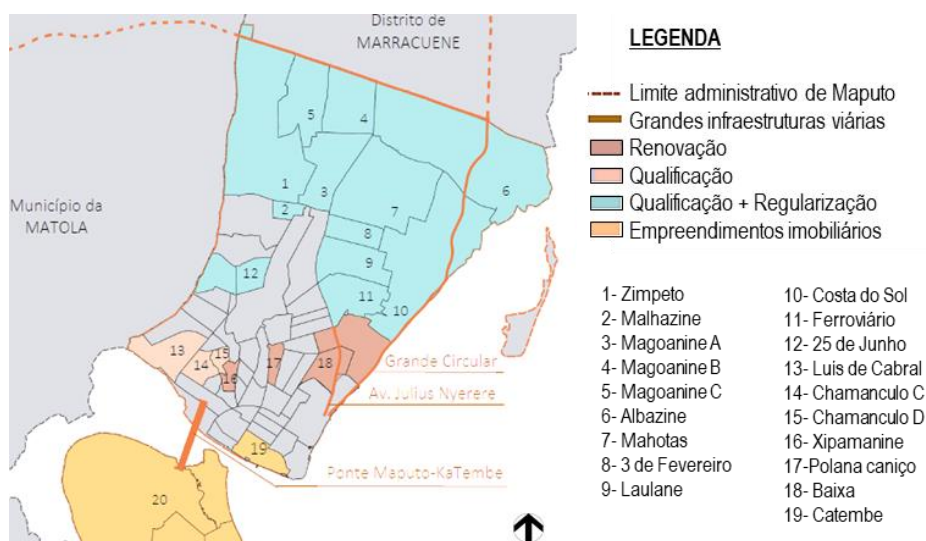


Figura 2.12: Práticas de Ordenamento subjacentes aos planos parciais de urbanização no território de Maputo.

Fonte: Adaptado de Jorge (2017: 110)

⁵⁴ Sobre os AHAP, define três eixos de atuação, o primeiro, assente no Melhoramento de áreas com tecido desordenado, o segundo para regularização do tecido ordenado e o terceiro assente no reassentamento das comunidades em áreas de risco ambiental.

Reconhecendo os desafios que enquadram a realidade dos bairros autoproduzidos e a sua capacidade em fazer face a estes desafios, o CMM criou um programa de desenvolvimento, PROMAPUTO. O PROMAPUTO constitui um Programa de Desenvolvimento Municipal de médio e longo prazo para um período de dez anos, estabelecido em 2006 pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM). Este programa foi concebido com intenção de resolver os problemas da cidade a partir do fortalecimento institucional, do incremento da capacidade financeira e da melhoria da governação municipal. O programa dividiu-se em duas fases de cinco anos e terminou em 2016. O seu principal objetivo era o de aumentar a cobertura e qualidade dos serviços prestados pelo CMM aos munícipes. Um aspeto que se evidencia nesta proposta é, de acordo com Anjo (2009), a forte liderança Municipal que caracterizou aquela época de governação através do qual a tão invocada necessidade de uma cultura de planeamento, ganha importância no contexto⁵⁵.

A I fase (2006-2011) centrou-se na capacitação em busca da eficácia melhorias na funcionalidade e a II Fase (2011-2015) tinha o foco na expansão do nível de investimento e prestação de serviços. Nesta fase observou-se cinco componentes vistos como prioritários: a) Desenvolvimento Institucional; b) Sustentabilidade Financeira; c) Planeamento Urbano e Ambiente; d) Infraestrutura e Serviços Urbanos e) Desenvolvimento Metropolitano. Foi, portanto, um programa para melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços municipais, através do fortalecimento institucional e do aumento da capacidade financeira.

Do ponto de vista territorial, o programa pretendia alcançar a melhoria ao nível dos serviços de limpeza, dos sistemas de saneamento e drenagem e das infraestruturas viárias e a elaboração de instrumentos de ordenamento (PPU) conforme descreve Mazembe (2015: 8). Nesta plataforma teve início, em 2013, o Programa de Regularização Massiva de DUAT (PRMD). Este programa enquadra-se no componente c) e compreende a atribuição de DUAT em bairros do Município cujos PPU estejam aprovados e ratificados (CMM, 2016b). Paralelamente, em 2012, o CMM deu início ao Orçamento Participativo (OP)⁵⁶ orientado para os bairros menos favorecidos. Esta experiência pode ser melhor aprofundada em outros fóruns envolvendo outras disciplinas. Aqui, queremos ressaltar que de novo trata-se de um programa dependente de apoio externo e doações, uma vez que o valor mínimo estimado para a sua concretização é maior que as receitas próprias do município, conforme o quadro orçamental de 2014 e 2015 (CMM, 2015).

Estas e outras intervenções acontecem num momento de progressiva descentralização do poder. Conforme observou Macucule (2016: 115) 'a governança urbana como prática constitui uma amálgama de acontecimentos programados e espontâneos, voluntários e oportunistas'. Assim, a transformação da cidade é moldada pelo sistema de gestão territorial, no quadro das

⁵⁵ Este programa foi a base para a elaboração de vários IGT e intervenções de Melhoramento, ao exemplo da Requalificação de Bairro de Chamanculo, George Dimitrov e o Programa de regularização Massiva de DUAT's. No seu termo foi elaborado um Manual Metodológico de Intervenção integrada em Assentamentos informais no qual partilha as experiências com referência a produção de diagnóstico às questões operativas apreendidas ao longo do processo (CMM, 2016)

⁵⁶ O orçamento participativo em Maputo, faz, junto da Presidência Aberta, o Conselho Consultivo, os inquéritos de Prestação de Serviços Municipais e o encontro com representantes das comunidades, agentes económicos e parceiros do CMM, os mecanismos de gestão democrática do Município (CMM, 2015).

mudanças políticas e de economia neoliberal (Raposo *et al*, 2012), pela prática de autoprodução e pelas intervenções incrementais.

O crescimento urbano sustentável é uma meta na agenda urbana da cidade de Maputo, numa plataforma partilhada com atores externos (organizações da sociedade civil), mas a capacidade de planeamento e gestão limitada e o contraste na existência e qualidade da infraestrutura são eventos retroativos. Se a incapacidade de prover infraestrutura, limita a coleta de impostos (que em outras realidades implica uma parte importante do fundo municipal), enquanto o município depender em sua maioria de apoio externo para o seu orçamento, pode demorar muito até encontrar a sustentabilidade financeira. Paradoxalmente, recentes iniciativas no âmbito da gestão têm mostrado progressos como é o caso da gestão de RSU que apresentamos no capítulo quarto (diagnostico sistemático).

No geral, embora o esforço e as boas intenções por parte dos vários atores envolvidos, estas intervenções, conforme Jorge e Melo (2014, p.60) observaram, são 'insuficientes e incapazes de contrariar as desigualdades sócio espaciais existentes'. Ademais, tal como a autoprodução, apresentam o forte potencial de contrariar e condicionar o percurso para um ambiente urbano mais sustentável pela sua natureza pontual e muitas vezes desarticulada. Ademais, o resultado é próximo do que observou Viana (2012) ao referir que a extensão urbana de Maputo 'assenta em estratégias "formais" [...] e lógicas "informais" [...] autoconfigurados de uso, apropriação e transformação da cidade) pouco articuladas e nem sempre enlaçadas e/ou convergentes'.

As várias experiências observadas em Maputo, referidas por autores como Viana e Lage (2014), Silva (2014) e que apresentamos nesta pesquisa, mostram Maputo como um laboratório de interpretação da cidade autoproduzida. Para além dos paradigmas de intervenção sobre o território urbano autoproduzido, algumas práticas, experiência e ferramentas coexistem com as dinâmicas de transformação do território e podem ser uteis na construção de um modelo integrado de ordenamento do território articuladas com o potencial da autoprodução e a base de execução do Conselho municipal. Um deles é o MOPA, uma plataforma para a monitorização participativa da prestação de serviços urbanos públicos que se apresenta como uma referência na transformação dos AHAP por ser um instrumento que se adequa à demanda pela gestão urbana.



mopa*311#  mopa.co.mz

<https://www.mopa.co.mz/#servicos>

Um outro instrumento, com impacto na produção de informação do território são as iniciativas de mapeamento participativo com foco em bairros autoproduzidos. Estas iniciativas,

embora tendo sido descontinuadas e condicionadas ao financiamento externo, apresentam um forte potencial na criação de evidências e transferência de *Know-how* para a comunidade local.



Em suma, tal como em várias cidades da AS, o decesso da qualidade urbana mínima para a totalidade de seus habitantes, pode ser atribuído às transformações sociopolíticas e económicas que marcaram seu percurso urbano e as rápidas transformações que acompanharam uma limitada capacidade por parte da administração em dar respostas aos desafios de desenvolvimento a partir do ordenamento e gestão integrada e sistémica (VIANA, 2011a). Virtanen (2015) adiciona que o carácter pré-moderno da sociedade civil para além de adicionar consistência na falha pela melhoria nas condições de vida dos habitantes, constitui uma ameaça a transição de sucesso para uma democracia liberal.

Há, portanto, um autoconhecimento das fragilidades e desafios para uma gestão urbana sustentável, conforme o relatório produzido para o Habitat III, já apontava que a prioridade na nova agenda urbana em Moçambique deveria ser voltada para o:

'(1) O alinhamento das políticas e programas nacionais de desenvolvimento económico e social às políticas e estratégias de desenvolvimento urbano; (2) Definição de normas e incentivos ao desenvolvimento de infraestruturas sociais e de serviços urbanos básicos, em centros urbanos intermédios ou rurais, através da participação do poder local, da comunidade e do sector público; (3) Fortalecimento da capacidade técnica, humana e financeira dos governos locais para lidar com os problemas do crescimento e gestão dos assentamentos humanos; (4) Melhoramento da integração social de toda a população, em particular dos grupos mais vulneráveis, nos esforços de desenvolvimento urbano, através de programas de integração de grupos vulneráveis, nomeadamente populações migradas do meio rural, mulheres e idosos; (5) Redução dos actuais índices de desemprego urbano, em particular entre jovens e mulheres, através do reforço de programas e projetos de capacitação para o desenvolvimento de atividades geradoras de emprego, como alternativa aos elevados níveis de desemprego; (6) Realização de estudos, intervenções e investimentos em infra-estruturas, visando o atendimento das necessidades básicas e o estabelecimento de mecanismos de gestão e manutenção dos serviços prestados; (7) Promoção, enquadramento e transformação do sector informal para formal, criando-lhe condições de acesso ao crédito e à sua legalização; (8) Redução do número de agregados familiares situados abaixo da linha de pobreza, através do incentivo das Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento de ações que visem apoiar os grupos mais desfavorecidos da população e (9) Concepção do modelo de financiamento necessário para o desenvolvimento sustentável das zonas urbanas no país.' (MAZEMBE, 2015: 12)

O desenvolvimento urbano da cidade de Maputo foi marcado por um planeamento urbano colonial que traçou a segregação espacial (SILVA, 2013) e que no pós-independência não conseguiu controlar a produção urbana não infraestruturada e espontânea (VIANA, 2011a). Como consequência, áreas de reserva municipal e ecológica são ocupadas na pressão da busca pelo refúgio, segurança e melhores condições de vida (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2007). É

também acompanhado por um sistema de gestão territorial nacional rico em legislação de ordenamento do território, não obstante, não estar estabilizado e apresentar instrumentos operativos inadequados à salvaguarda efetiva dos riscos às mudanças climáticas. Há, portanto, uma forte interação entre as práticas de planeamento e gestão territorial formais e as de sobrevivência que ocorrem na interface entre a autoconstrução e o espaço coletivo. A pertinência pelo conhecimento do processo pelas quais se fazem as materialidades nesta interface, é fundamental na avaliação sobre a sustentabilidade urbana e identificação do ponto de partida para um quadro planeamento urbano que contribua ativamente no alcance da sustentabilidade urbana.

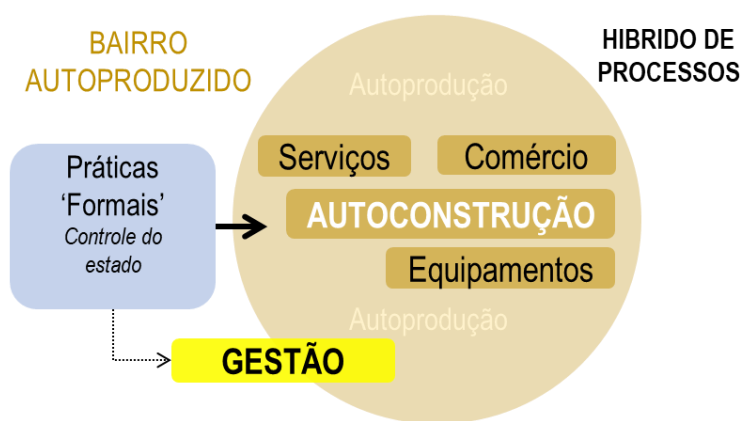


Figura 2.13: Interação de processos na Autoprodução de Bairros.
Fonte: A autora

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA E FONTES DE INFORMAÇÃO



Visita ao bairro Bagamoio. Fonte: A autora

3.1 Métodos e fontes de informação

Nesta pesquisa, a autoprodução é primeiro caracterizada e depois examinada com base em valores de sustentabilidade. Face às questões de pesquisa e aos objetivos propostos, a metodologia assentou na pesquisa e revisão bibliográfica, na análise documental e na triangulação dos dados obtidos a partir do trabalho de campo. Optou-se por um método misto, descritivo e qualitativo (RAUPP e BAUREN, 2006) (AZEVEDO e AZEVEDO, 2004). A dimensão qualitativa visa restituir o processo social. O base da estrutura para o desenvolvimento da pesquisa está esquematizado na figura 3.1.

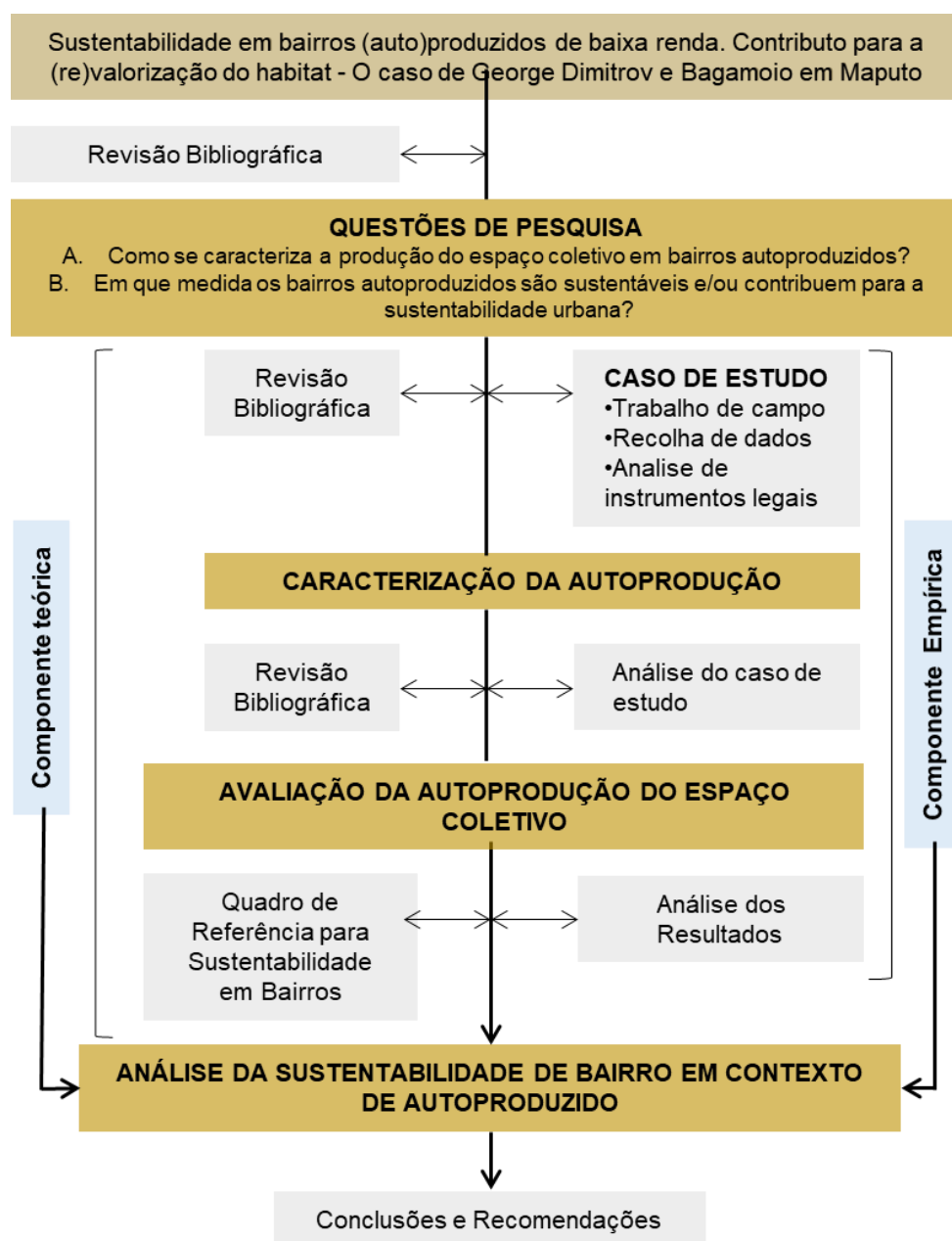
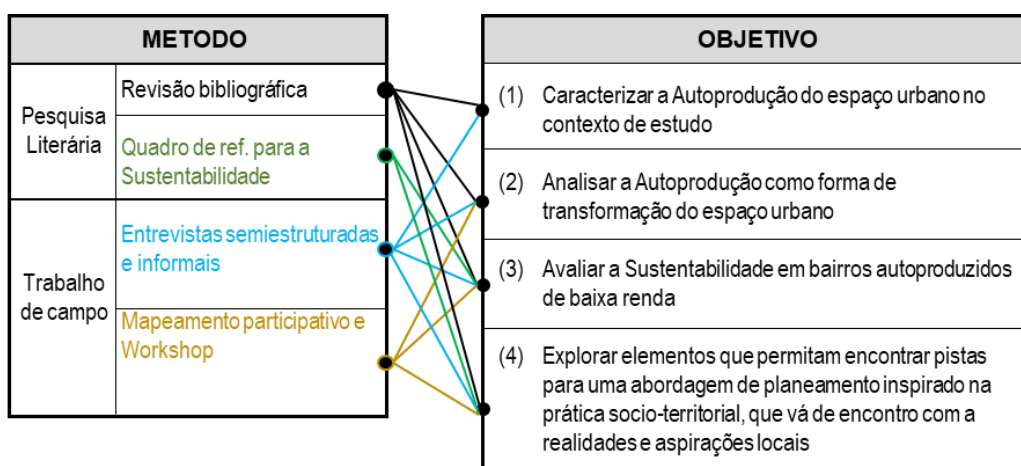


Figura 3.1: Estrutura metodológica da Dissertação.
Fonte: A autora

Por forma a contribuir para um melhor entendimento sobre as práticas de autoprodução o estudo é alicerçado num raciocínio indutivo com equilíbrio entre a componente literária e empírica. Assim, a pesquisa procura, de forma exploratória, descritiva e explicativa endereçar os objetivos triangulando a informação das diferentes fontes: pesquisa literária, trabalho de campo que contempla entrevistas e observação direta através do *transect walk* como método para endereçar as perguntas de partida. As quatro componentes metodológicas escolhidas encontram um propósito específico em relação ao objetivo de pesquisa conforme mostra a tabela 3-1.

Tabela 3.1: Relação entre os métodos e objetivo da pesquisa.
Fonte: A autora



a) Pesquisa literária

A pesquisa literária acompanha toda a investigação: na revisão bibliográfica, na composição das questões de partida, a contextualização do problema no contexto do estudo, assim como na sua articulação com os resultados empíricos para a análise e avaliação dos resultados. São utilizadas como fontes secundárias: artigos científicos, livros, capítulo de livros, instrumentos legais, relatórios institucionais (nacionais e internacionais) e teses.

b) Quadro de referência para a sustentabilidade em bairros

A avaliação através de análise de múltiplos critérios, tem sido utilizado para avaliar o desempenho de planos de uso da terra e projetos de desenvolvimento urbano. Esta perspetiva tem alinhamento com a realidade complexa que o urbano apresenta e no nosso exercício de avaliação da sustentabilidade de um território plural, entendemos ser o melhor meio de se aproximarmos a uma avaliação adequada.

A avaliação da sustentabilidade é feita à escala do bairro. Segundo Moroke *et al* (2019), a escala do bairro é a que tem maior implicação no desenvolvimento sustentável:

'a neighbourhood is a level at which socio-economic impacts can be better analysed and citizen involvement can be easier and more meaningfully facilitated. These urban structures

(neighborhoods) present interaction of infrastructure, people and economic activities. (MOROKE, et al, 2019: 1)

A escolha por este quadro de referência assenta-se no facto de se tratar de um modelo pensado e experimentado no contexto africano⁵⁷ e, na nossa leitura, contruído com base nos desafios apontados anteriormente a partir do enquadramento da AS. O SNM, ‘*successful neighbourhood model*’ ou modelo de bairro de sucesso, integra dez critérios multidimensionais cujos parâmetros são em grande parte mensuráveis. A nossa avaliação utilizar do resultado do diagnóstico empírico triangulado ao enquadramento sobre o sistema de gestão territorial de Maputo, para atribuir valores aos critérios. Fazemos alterações mínimas ao modelo e os detalhes da atribuição dos valores são apresentados no capítulo da avaliação.



Figura 3.2: Modelo para avaliação da sustentabilidade em Bairros.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Moroke, et al (2019: 4)

c) Entrevistas

As entrevistas constituem parte fundamental da componente empírica e base do estudo de caso. Além disso, a análise de fenómenos urbanos que se baseiam na articulação das diferentes esferas de decisão, apresentam um elevado potencial para uma governança colaborativa. Assim realizamos (i) entrevistas semiestruturadas a informantes chave no processo de planeamento e gestão ‘oficial’ da área urbana da cidade de Maputo e (ii) entrevistas aos residentes dos dois bairros (caso de estudo). Ademais, opção pela entrevista semiestruturada⁵⁸ na coleta de informação por parte dos atores institucionais decorre das múltiplas virtudes, com destaque para a flexibilidade que, por se tratar de uma amostra diversificada especializada, permite triangular o fenómeno em estudo. As entrevistas constituíram para fundamental para a

⁵⁷ Moroke et al (2019) experimentam este modelo numa cidade na Africa do Sul.

⁵⁸ Combina perguntas abertas e fechadas. Neste tipo de entrevistas há possibilidade de improvisar e reconduzir a entrevista ao ponto de interesse e as questões base são sob forma de uma conversa informal. Trata-se de um método exigente e o grande desafio é conseguir que a partir de um guia se consiga propiciar uma conversa livre por parte do entrevistador.

análise da autoprodução. Foram realizadas 11 entrevistas a profissionais e/ou representantes de instituições públicas, privadas e académicos, duas aos líderes locais e 20 entrevistas aos residentes (dez em cada bairro). Os informantes foram agrupados em tipologia pela natureza de informação que se esperava capturar.

O primeiro grupo de informantes, *as instituições e empresas públicas*, foram escolhidos em função da sua ligação com os diferentes sistemas urbanos que intervêm ou influenciam na transformação do espaço coletivo dos AHAP. A intenção era de alcançar indivíduos em posições políticas para compreender para além da funcionalidade dos sistemas, por isso sempre que possível procuramos alcançar indivíduos que pudessem transmitir a visão estruturada do respetivo sistema em relação ao território. Infelizmente não foi possível alcançar a totalidade dos informantes, como é o caso dos organismos com responsabilidade na provisão de equipamentos sociais de educação e saúde.

O segundo grupo de informantes, *as microempresas*, compreende um nível de interpretação na prestação de serviços urbanos que faz o intermédio entre a administração e as utilizações, daí a pertinência pela sua visão. Mesmo que não tenha sido possível encontrar a sua análoga no território, a única entrevista realizada neste grupo teve grande contributo na avaliação de práticas recentes de gestão com impacto nos AHAP.

O terceiro grupo, *ONG*, compreende indivíduos com experiência no exercício de transformação por via 'oficial' e que entendemos terem uma visão estruturada sobre o desafio para a sustentabilidade deste território. A escolha pela triangulação com este grupo de informantes assenta-se no facto de estes deterem uma visão crítica em relação as diferentes esferas de influência sobre a transformação do território e estares mais próximos da teoria urbana que explica a pertinência por uma visão holística e integrada do território.

O quarto grupo, *as lideranças locais*, são um grupo incontornável pelo seu papel na transformação do território. Estes aparecem como atores na génese, consolidação, transformação, coprodução recente do território, sobretudo em relação aos aspetos inerentes ao espaço coletivo.

O último grupo, *os residentes do bairro*, como é evidente, são o ator principal na transformação dos AHAP e nesta pesquisa, entendemos que a coleta da sua perspetiva em relação ao território e o espaço coletivo, completa os ingredientes necessários para a triangulação, análise e avaliação da sustentabilidade no contexto de autoprodução.

As entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo no mês de fevereiro de 2019 e contemplaram uma amostra considerada mínima necessária para a análise pretendida. Os guiões dedicados aos dois grupos alvo (ver ANEXO II - Guiões das entrevistas) seguem uma estrutura semelhante. Havendo um desconforto por parte de alguns informantes na exposição de sua identidade são atribuídos, para todos os informantes, códigos que permitem identificar os informantes sempre que citados na análise da autoprodução.

Os resumos sobre as entrevistas aos residentes encontram-se em anexo (ver ANEXO II entre a página 5 a 8). As entrevistas foram feitas em localizações estratégicas do território na

tentativa de cobrir a maior diversidade de localizações geográficas, assim, ainda que a amostra pareça reduzida se comparado a dimensão da população, permitiu fazer leituras diversificadas. A escolha pelo resumo sob forma de tabela permite fazer leituras temáticas a diferença dos outros grupos que por se enquadrarem e diferentes domínios, são olhados isoladamente.

Tabela 3.1: Grupos de informantes chave das entrevistas realizadas.
Fonte: A autora

GRUPO DE INFORMANTE	INSTITUIÇÃO/LOCAL	TIPO DE INFORMANTE	CÓDIGO
INSTITUIÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS	Algumas vereações do concelho municipal; Autoridade de Transportes, Eletricidade e Autoridade Reguladora do Abastecimento de Água	Técnico	E-IP1
		Político	E-IP2
		Político	E-IP3
		Político	E-IP4
		Político	E-IP5
		Técnico	E-IP6
MICROEMPRESA	Empresa de gestão de resíduos sólidos urbanos no Bairro	Responsável	E-ME1
ONG	Agências com experiência no desenvolvimento urbano e mobilidade sustentável.	E-ONG1	
		E-ONG2*	
ACADÉMICOS	Centro de pesquisa e Faculdade que superintende a teoria e pratica no território nacional e local	E-A1	
		E-A2*	
		E-A3*	
LIDERANÇAS LOCAIS	Nos dois bairros	E-LL1	
		E-LL2	
RESIDENTES DOS BAIROS	BB (Bairro do Bagamoio)	E-R1	
		E-R2	
		E-R3	
		E-R4	
		E-R5	
		E-R6	
		E-R7	
		E-R8	
		E-R9	
		E-R10	
	BGD (Bairro George Dimitrov)	E-R11	
		E-R12	
		E-R13	
		E-R14	
		E-R15	
		E-R16	
		E-R17	
		E-R18	
		E-R19	
		E-R20	

*Conversas informais

d) *Transect walk*

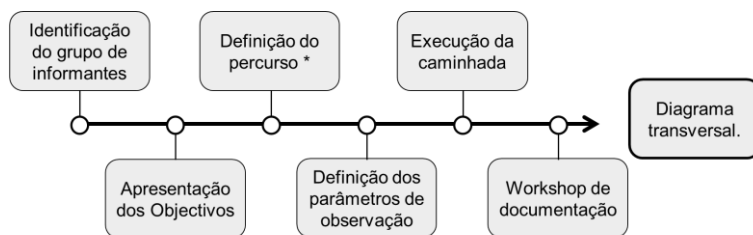
A quarta componente metodológica aplicada no trabalho de campo foi a abordagem participativa através da secção de mapeamento participativo utilizando a ferramenta do *Transect walk (TW)*. O *TW*, ou caminhadas transversais ou mapeamento transversal, é um método que utiliza ‘caminhadas’ sistemática ao longo de um caminho definido (transecto) através da comunidade / área de estudo, junto dos informantes identificados, para coletar informações espaciais. Esta metodologia é largamente utilizada para efeitos de planeamento de saúde e saneamento em área rural, mas é cada vez mais usado em ambientes urbanos e tende a ser uma ferramenta efetiva no planeamento participativo (OMER, 2017). A sua aplicação no espaço urbano permite a coleta de dados espaciais e representáveis como: informações sobre uso da terra, de vegetação, abastecimento de água, vegetação urbana, drenagem e saneamento etc. Este método é adequado para a análise de padrões de uso da terra. É sobretudo um exercício participativo onde membros da comunidade, planeadores e outros indivíduos pertinentes, caminham por diferentes áreas do bairro, entrevistando transeuntes e desenhando um mapa com observações de características, riscos e soluções existentes.

A caminhada do transecto é conduzida pela equipe de pesquisa e pelos membros da comunidade, normalmente durante a fase inicial do trabalho de campo. O ideal é percorrer uma rota que cubra a maior diversidade em termos de recursos ambientais e de infraestrutura. As informações coletadas durante a caminhada são usadas para desenhar um diagrama ou mapa com base nas discussões realizadas entre os participantes. Trata-se de uma ferramenta útil para a primeira visita a uma comunidade, pois a dinâmica interativa ajuda a chegar rapidamente ao fundo dos tópicos que os movem. Discussão e escuta ativa, identificação de problemas e suas soluções ou oportunidades é parte fundamental da sua aplicação deste método. Não há um formato fixo de como deve ser apresentado o resultado (Intercooperativo, 2005), (PANEK, 2013), podendo ser mapa ou uma lista de elementos individuais identificados durante o levantamento de campo.

Entre as vantagens sublinham-se: (1) o potencial na identificação de causa-efeito entre os vários elementos analisados (ex.: tratamento de águas residuais, drenagem etc.); (2) a possibilidade de identificar os principais problemas e possibilidades percebidos por diferentes grupos de analistas locais em relação a características ou áreas ao longo do transecto; (3) a oportunidade de obter uma compreensão sobre tecnologia e práticas locais; e (4) também ajudar a triangular dados coletados através de outras ferramentas.

A limitação centra-se no facto da ferramenta, na prática, levar em conta apenas a situação e os recursos atualmente ‘observáveis’. Todavia, serve como ponto de entrada para uma análise mais aprofundada. Um outro risco é a impossibilidade de reunir todos os atores relevantes para participar da caminhada. Não obstante essas fragilidades, entendemos que a ferramenta reúne o potencial suficiente para a coleta e triangulação da informação pretendida.

A aplicação da ferramenta obedeceu ao esquema linear representado na Figura 5.



* Deve ser uma definição conjunta e o percurso devera cobrir to da ou a maior diversidade geográfica da área (pode não ser uma secção literalmente transversal)

Figura 3.3: Esquema de execução do Transect walk.
Fonte: A autora

O trabalho de campo foi incrementado com duas visitas de observação direta aos dois bairros antes e depois da secção participativa. Como resultado, optamos por construir um diagrama transversal.

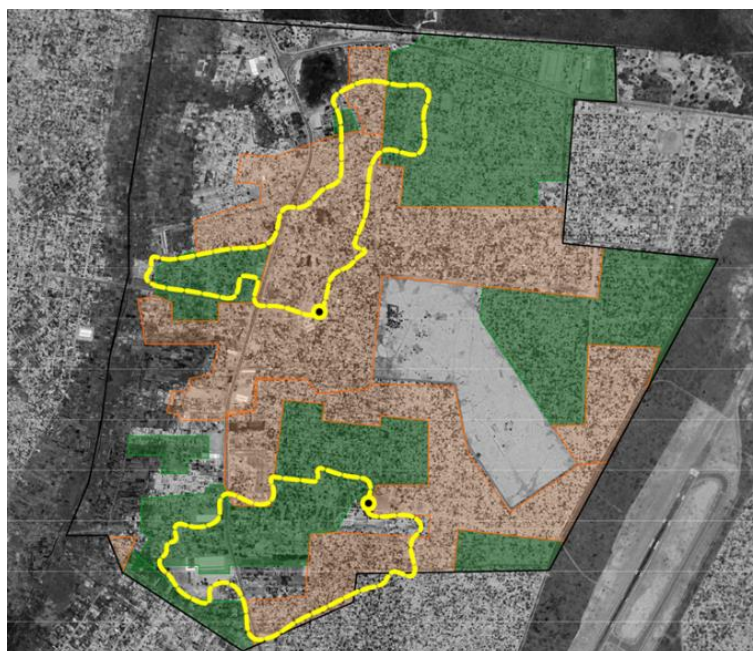


Figura 3.4: Percurso da caminhada transversal nos dois bairros.

Fonte: Construído pela autora com base em Fotografia *Google Earth* e esquema de ocupação dos AHAP de CMM (2016).

3.2 Fundamentação para a escolha do caso de estudo

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, a área periurbana da cidade de Maputo é dominada por um território autoproduzido (JORGE e MELO, 2014; CMM, 2014). Como se apresenta ilustrado no mapeamento dos “Assentamentos informais no Município de Maputo (CMM, 2014) da sua parte continental, estas áreas urbanas ocupam a maior parte do território urbano, com exceção do centro da cidade (cidade de cimento). No seguimento do que observamos no capítulo conceptual, a autoprodução é função do sistema de gestão territorial e das respetivas práticas de planeamento. Para caracterizar a autoprodução, entendemos que a

abordagem comparativa incrementa a diversidade de dados na triangulação do fenómeno. Na ideia de avaliar o impacto das práticas transformadoras do território, quer seja de autoprodução como de gestão, no contexto de estudo, os critérios que apoiaram a escolha do caso de estudo são: (1) A condição de ser um território autoproduzido; (2) De forma a perceber o impacto de intervenções 'formais' recentes, escolher duas unidades territorialmente contíguas, em que uma delas tenha sofrido intervenções significativas por parte de atores 'formais' de transformação do território e a outra não apresente intervenções significativas por parte dos mesmos. A contiguidade justifica-se também pela limitação no tempo para o trabalho de campo e questões logísticas; (3) Na senda da Sustentabilidade, um território que confronte diversas funções com destaque para a ecológica e (5) que seja acessível e apresente alguma informação disponível.

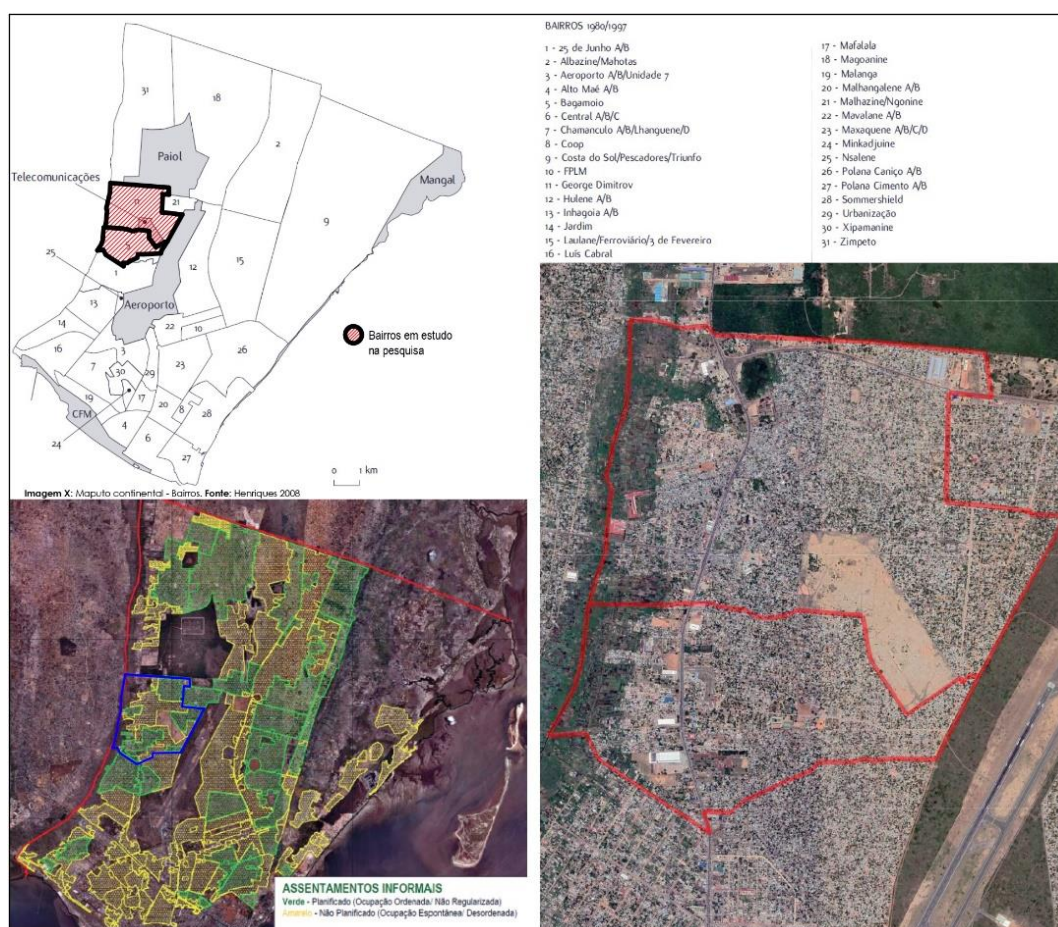


Figura 3.5: Localização da área de estudo.
Fonte: Adaptado de Henriques (2008), CMM (2016) e Google Earth

Dentro desta abordagem indutiva, a perspetiva no que respeita ao produto dos métodos, resulta na compreensão do sistema através do qual se materializa a autoprodução e por outro lado as perceções, ou seja, (1) a Funcional-estrutural, a que compreende às questões operacionais e processuais, entendendo que há um conjunto de características que o tornam 'auto'; (2) Materiais, que compreende as materialidades resultante do fenómeno e (3) Percetuais, que se traduz na maneira como os vários atores entendem a autoprodução.

CAPÍTULO 4 – CASO DE ESTUDO: BAIROS GEORGE DIMITROV E BAGAMOIO



A análise do caso de estudo baseia-se num diagnóstico que faz a triangulação das fontes bibliográficas e do material resultante do levantamento de campo, a componente empírica. Está análise centra-se na descrição do enquadramento territorial, funcional e dos sistemas urbanos importantes na caracterização da autoprodução, articula a estrutura sobre a qual a autoprodução é materializada e potenciais resultados ao nível da sustentabilidade. Caracterizamos simultaneamente os dois bairros e, quando necessário, evidenciamos as suas particularidades. A análise da autoprodução apoia-se na abordagem sociológica da relação entre a estrutura e agência⁵⁹ ou entre a sociedade e o indivíduo (CAETANO, 2011).

O diagnóstico é assim fragmentado em duas partes: o diagnóstico sistemático e o da autoprodução – práticas e materialidades. No diagnóstico sistemático, fazemos o enquadramento urbanístico, funcional e dos vários processos e sistemas urbanos com influência na materialização e transformação do espaço autoproduzido. O diagnóstico da autoprodução foca-se na identificação das práticas no território, na sua relação com os standards de funcionamento dos sistemas urbanos, e nas materialidades resultantes das práticas alternativas. Nesta parte do diagnóstico apoiamo-nos nas entrevistas e no levantamento de campo resultante da ferramenta do *Transect walk*. A análise através das práticas e seu resultado oferece pistas para a avaliação da sustentabilidade. Assim o estudo é finalizado por uma SWOT que permite sistematizar o diagnóstico e avaliar a sustentabilidade neste contexto cruzando questões conceptuais.

4.1 Diagnóstico sistemático

4.1.1 Enquadramento histórico e territorial

“O primeiro nome deste bairro foi MubuKwana, depois o nome (...) Benfica veio ganhar peso por causa das infraestruturas feitas”. (E-LL2, 2019).

A evolução do contínuo urbano da cidade de Maputo, reconstruído por Henriques (2008: 93), mostram que o território em estudo teve as primeiras ocupações, antes da independência, no início da década de 1970. No entanto, o grosso da ocupação terá ocorrido logo nos primeiros anos de independência e durante a guerra civil (1977-1992) conforme mostra o esquema com a taxas de variação na evolução do território em estudo em que os dois bairros têm características diferentes (ver fig. 4.1). O bairro George Dimitrov apresenta a mais elevada taxa de variação o que sugere que no período da guerra civil, o bairro – que era o centro da então região do *MubuKwana* (E-LL2, 2019), foi destino de vários habitantes refugiados. Esta particular questão pode explicar algumas diferenças na pressão que o território teve não suas várias geográfica e em relação ao bairro Bagamoio que não teve a mesma pressão.

⁵⁹ Esta teoria pode ser traduzida na relação complexa entres os fatores que influenciam a decisão de um indivíduo pelos limites do sistema social e a capacidade deste mesmo indivíduo fazer livres escolhas (CAETANO, 2011) <https://journals.openedition.org/spp/523>

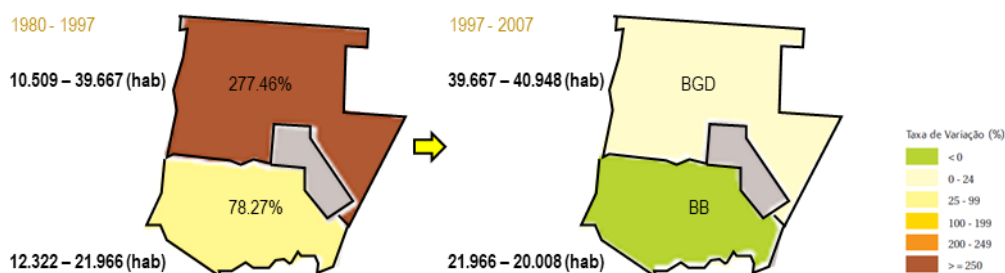


Figura 4.1: taxa de variação da população, entre 1980 e 1997 e entre 1997 e 2007, nos bairros George Dimitrov e Bagamoio.

Fonte. Adaptado de Henriques (2008: 79)

Nos anos subsequentes à assinatura do Acordo geral de paz⁶⁰, observa-se um processo de consolidação progressiva marcada pela construção definitiva das habitações, outrora provisórias⁶¹. Os bairros George Dimitrov e Bagamoio apresentam uma população de 40.948 e 20.008 habitantes, com densidades de 94.4 hab/ha e 76.3 hab/ha, respetivamente.

Territorialmente os dois bairros em estudo sempre fizeram parte da mesma área - *MubuKwana* (E-LL2, 2019), hoje o quinto distrito municipal (DM5) - *KaMubukwana*, localizado a cerca de 12 km do centro da cidade. Este distrito tem uma população de 321.438 habitantes (INE, 2017) correspondendo a cerca de 29.1% da população do Município de Maputo⁶², sendo o segundo mais populoso do Município. É confrontado, na parte Este pelo Aeroporto internacional de Maputo, a Norte, pelo paiol⁶³ e bairro do Zimpeto⁶⁴, a Oeste, faz limite com o Município da Matola que coincide com a bacia do Infulene e a Sul, com o bairro 1 de maio. Ambos os bairros são atravessados pela estrada nacional número um (EN1) - Av. de Moçambique, e esta constitui a principal forma de acesso aos bairros (ver fig. 4.1).

A Bacia do Infulene compreende uma das áreas de elevada importância na rede ecológica da Área Metropolitana de Maputo (AMM). Na cidade de Maputo, o lado oriental do vale do Infulene constitui 26% do total da área urbana utilizada para agricultura urbana (Jenkins, 2012: 101). Neste corredor, o comércio ilegal de terra, consequência da crescente pressão para ocupação a partir dos anos de 1986, ligado à incapacidade de controlo pelo Estado, contribuiu para a crescente substituição da área de produção de horticultura pela ocupação para habitações (SITOE, 2008: 15-16). Como consequência e associado à terciarização das atividades económicas marcada pela prevalência de comércio informal, os produtos agrícolas vendidos e

⁶⁰ O Acordo Geral de Paz foi assinado a quatro de outubro de 1992, em Roma pelos então presidentes de Moçambique, Joaquim Chissano, e da RENAMO, Afonso Dhlakama, pondo fim a 16 anos de guerra civil.

⁶¹ Posturas municipais herdadas do período colonial não permitiam que fossem feitas, na periferia, construções em alvenaria.

⁶² A população total é de 1,101,170 habitantes (INE, 2017).

⁶³ O paiol de Malhazine, constituía uma área de reserva militar, convertida em área de reserva natural em 2007, depois da explosão que levou a morte cerca de 105 pessoas e 515 feridos. Passou assim a ser parque Ecológico de Malhazine

⁶⁴ O bairro Zimpeto constitui parte da área residencial do Maputo Norte, correspondente a segunda área contígua residencial planeada, área maioritariamente desenvolvida entre 1990-2010. A primeira área residencial planeada localiza-se no distrito número 4 e desenvolveu-se no período entre 1980-90 (Jenkins, 2012: 101).

consumidos localmente, são substituídos por produtos importados. Existe, assim, uma pressão de ocupação habitacional em áreas de elevado valor ecológico.

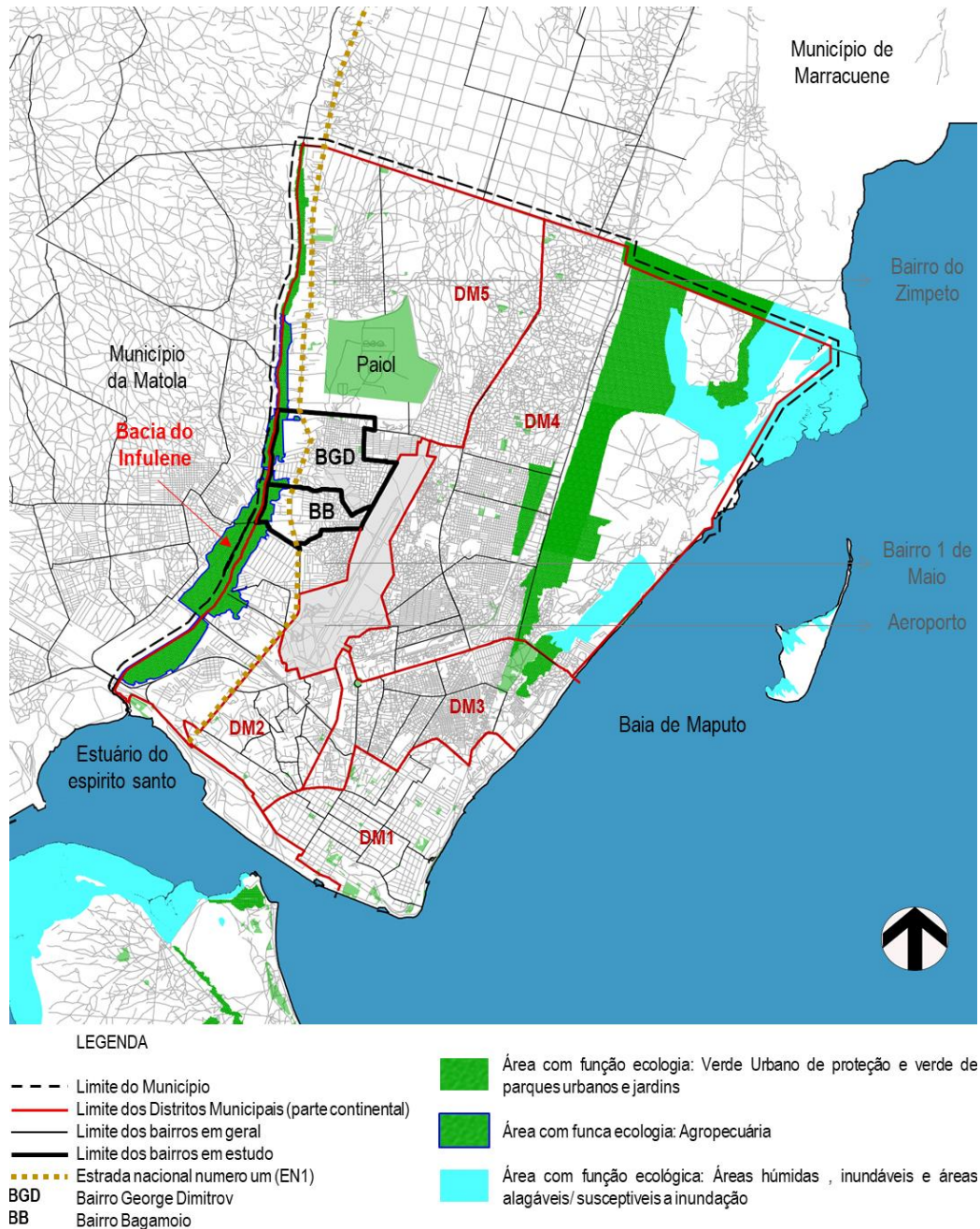


Figura 4.2: Enquadramento Territorial da área de estudo.

Fonte: Adaptado pela autora, com base na Planta do Município 2008, Planta de Condicionantes do PEUMM (2008) e mapa Google earth

4.1.2 Planos e Intervenções no território autoproduzido.

A leitura das práticas de ordenamento territorial em Moçambique mostra que os dois períodos de planificação⁶⁵ têm, tendencialmente acabado em experiências frustradas, ou seja,

⁶⁵ A primeira entre 1976 e 1985 (Anjo, 2009) e a segunda a partir de 2007/8 até aos dias de hoje

sem efeitos territoriais significativos. Dos instrumentos mais recentes, a área de estudo é contemplada no Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), de 2008, no Plano Director de Saneamento e Drenagem da Área Metropolitana de Maputo (PDSMAMM), de 2015, e pelo projeto do corredor para o rápido escoamento de transporte coletivo ‘*Bus Rapid Transit*’ (BRT)⁶⁶, de 2015. Adicionalmente, o bairro George Dimitrov teve em 2015, o Plano Parcial de Urbanização (PPUBGD). Com efeito, a melhoria das condições de vida na periferia de Maputo, quer com um tecido mais ou menos ordenado⁶⁷, resulta da autoprodução, de intervenções pontuais e fragmentadas envolvendo OCB’s⁶⁸, ONG’s, PPP⁶⁹, projetos de extensão universitária e da crescente atuação das autoridades publicas municipal e sectoriais na provisão e manutenção de alguns serviços urbanos. Recentemente, têm-se observado incremento na gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por iniciativa municipal, desde 2013.

No que respeita às intervenções com efeito territorial, observa-se um misto de abordagens e boa parte voltadas ao melhoramento da infraestrutura. O bairro de Bagamoio não foi objeto de plano nem beneficiou de qualquer intervenção significativa no tecido urbano habitacional, apenas beneficiado recentemente da requalificação da via principal no interior do bairro. Em contrapartida, o Bairro George Dimitrov, teve parte do seu território com intenção de ordenamento nos anos 1970 (ANJO, 2009), e em 2015, alvo do Projeto de Melhoramento do Bairro George Dimitrov (PMBGD) e o Projeto de extensão universitária, *Kaya Clínica*, que embora tenha o seu foco na habitação, trata de questões com implicação na condição coletiva do espaço.

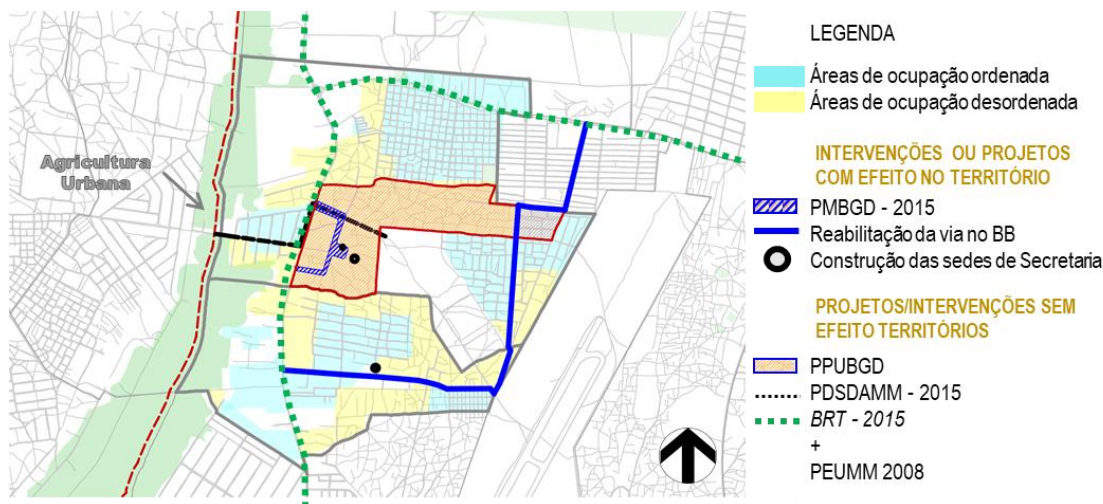


Figura 4.3: Localização dos projetos e intervenções físicas no território em estudo.
Fonte: A autora

⁶⁶ Projecto que previa a implantação de 17 Km de corredor e 20 estações, a serem implantadas numa parte das vias estruturais com capacidade de transportar 18.500 passageiros/hora. O início das obras estava previsto para meados de 2015, no entanto imprevistos no financiamento impediram a sua implementação.

⁶⁷ Com referências às observações de (Jenkins, 2015, p. 101) e resultante da ocupação ordenada, ou não ordenada muitas vezes por intermédio das lideranças locais.

⁶⁸ Organizações Comunitárias de Base

⁶⁹ Parcerias público-privada

a) Plano Director de Saneamento e Drenagem da AMM

Este plano contempla sete sistemas de drenagem principal estando a área de estudo inserida no quinto sistema - integra a bacia do Rio Infulene. O Plano baseia-se no pressuposto de que no período entre 2007 e 2040, como a intensificação da ocupação urbana e por consequência a impermeabilização das áreas, o sistema de drenagem de águas pluviais requer uma especial atenção. Este pressuposto é agravado pela situação eminente das mudanças climáticas em que a cidade se encontra e a previsão de um agravamento na intensidade da precipitação em 15% até 2040 (CMM, 2015: 49-50). De acordo com o CMM (2015: 49-50), no diagnóstico do plano, a área de estudo não faz parte das zonas especiais de risco de inundação, no entanto, a interpenetração da ocupação urbana aumenta o risco de vulnerabilidade nas áreas de proximidade. O plano contempla como medidas estruturais: (1) Implantação de sistemas de canais de drenagem, valas ou coletores pluviais, (2) Bacias de amortecimento, medidas de controlo na origem, (3) Reabilitação de vias/pavimentos, (4) Limpeza e manutenção das infraestruturas de drenagem existentes, Como medidas não estruturais o plano prevê: (1) Recurso ao Planeamento urbano, utilizando instrumentos de gestão através da elaboração/ revisão de Plano de Estrutura/Planos de urbanização prevendo proteção do uso de áreas alagáveis/ inundáveis e reservando espaço afeto à estrutura ecológica, (2) Deslocação de famílias residentes junto às bacias e (3) Sensibilização para não utilização das infraestruturas de drenagem para depósito de resíduos. O plano propõe também soluções de controlo na origem, dentre as quais: (1) Câmaras drenantes ou poços absorventes, (2) Trincheiras de infiltração, (3) Valas revestidas com coberto vegetal, (4) Pavimentos reservatório e pavimentos porosos e (5) Bacias de retenção (a céu aberto ou enterradas).

Este Plano, aponta para soluções orientadas pelos princípios da sustentabilidade e que reserva à materialização das soluções em termos de tecnologia, aos instrumentos de gestão territorial de escala urbana⁷⁰. Orienta também a retirada de habitantes de áreas de influência da bacia hidrográfica tal como a gestão da infraestrutura de drenagem. O Plano prevê para o Bairro George Dimitrov 'Obras de Emergência de Drenagem' propondo a implementação de rede de drenagem em duas das vias principais do bairro, conforme mostra a figura 4.4.

⁷⁰ Nomeadamente, o Plano de Estrutura Urbana (PEU), Planos Gerais e/ou Parciais de Urbanização (PG / PPU) e Plano de Pormenor (PP), (Decreto n.º 23/2008, Regulamento da Lei de Ordenamento do Território)



Figura 4.4: Solução Proposta no Plano Director de Saneamento e Drenagem da Área Metropolitana de Maputo relativo aos bairros de estudo.
 Fonte CMM (2015: 56)

b) Plano de estrutura urbana do município de Maputo (PEUMM 2008)

Com enquadramento no PROMAPUTO, o PEUMM 2008 visou ser um importante marco na planificação contemporânea da cidade de Maputo. A liderança Municipal considerou os assentamentos humanos autoproduzidos (AHAP) uma prioridade, pelo que traçou, entre outros objetivos de ordenamento: (1) reordenar as áreas autoproduzidas, (2) recuperar terreno para atividades sociais, serviços e equipamentos públicos, (3) densificar, (4) reservar áreas para reposição do equilíbrio ecológico e afirmação da qualidade ambiental, (5) promover e facilitar a agricultura urbana, (6) privar a suburbanização, segregação espacial e ambiental com prioridade às camadas sociais mais desfavorecidas e (7) reduzir as assimetrias sociais na distribuição das redes de infraestruturas de serviços e de equipamentos. Estes objetivos conduziram à elaboração de PPU para alguns bairros bem como de alguns estudos. A natureza estratégica e regulamentar deste instrumento, confiava aos instrumentos subsequentes, os detalhes da materialização da melhoria das condições de vida nos AHAP.

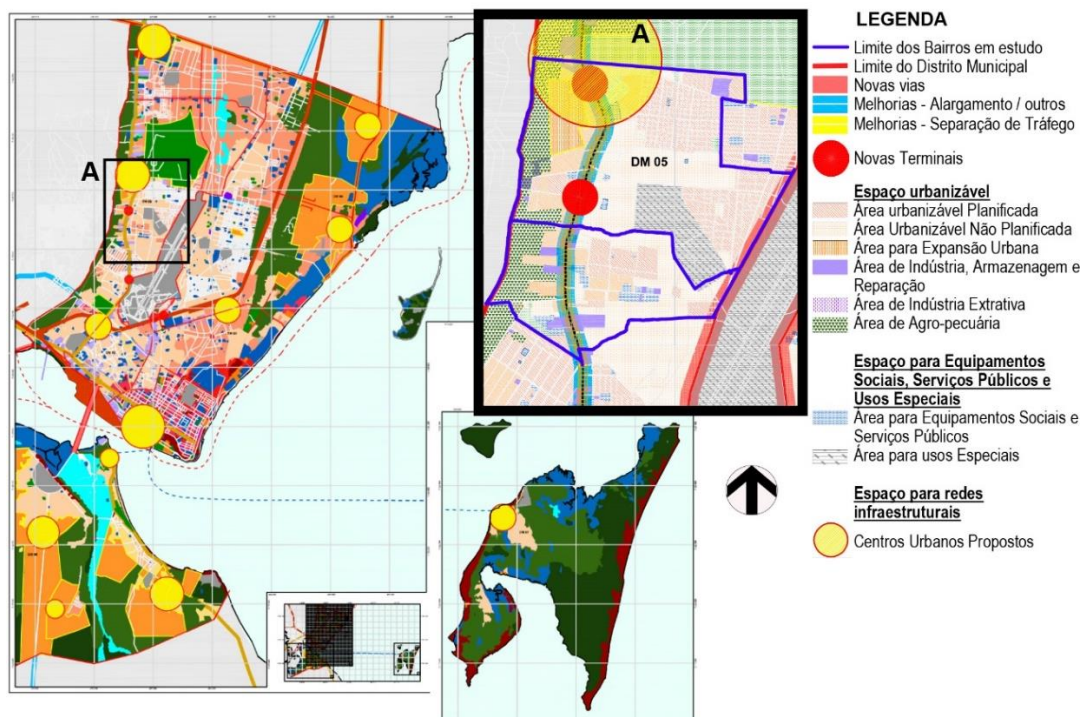


Figura 4.5: Extrato da Síntese da Planta de Ordenamento do PEUMM.
 Fonte: Editado pela autora a partir do PEUMM 2008

c) Plano parcial de urbanização do BGD (PPUBGD)

Na sequência das ações tomadas no âmbito do PROMAUTO II (2013-2016), o PPUBGD segue a componente C (Planeamento Urbano e Ambiente) dos objetivos estratégicos para o melhoramento de AHAP. O Plano apresenta todas as componentes previstas pelas orientações do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território (RLOT) e abrange a maior parte da fração do bairro correspondente ao que no PEUMM se designa de área urbanizável⁷¹ não planificada e que o CMM (2016) designa de áreas de ocupação espontânea/desordenada.

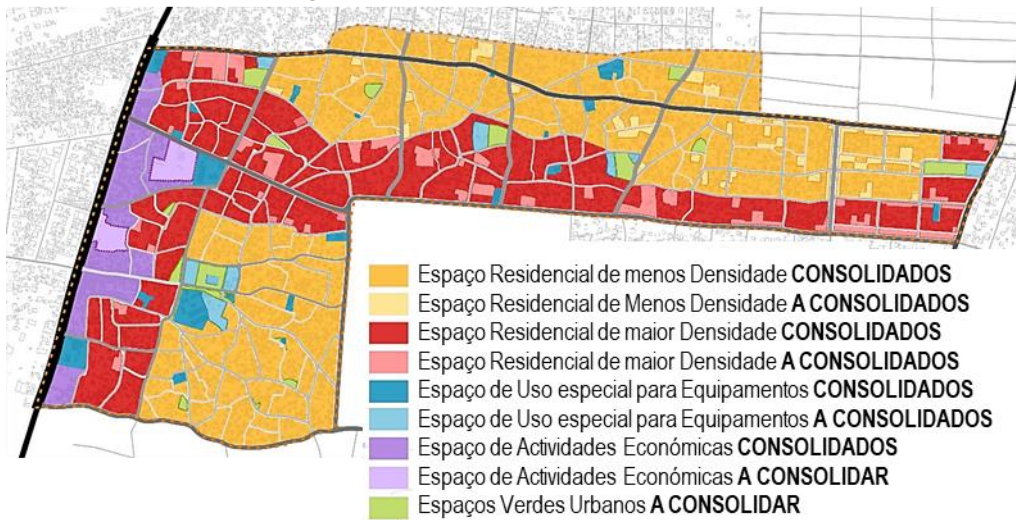
O Plano foi aprovado em Assembleia Municipal em 2015, mas até então, não teve qualquer efeito territorial. À semelhança de outras experiências de elaboração de instrumentos de gestão territorial⁷², este instrumento surge na sequência do Projeto de Melhoramento do Bairro George Dimitrov, que apresentamos a seguir (alínea d)⁷³. Não obstante a não implementação, o plano propõe uma rede de infraestruturas, equipamentos e transporte coletivo ajustado à realidade. Não havendo perspectiva concreta para sua implementação, sua elaboração aparenta ser uma contingência no enquadramento das ações tomadas pelo Projeto de Melhoramento.

⁷¹ De acordo com o PEUMM 2008, é o espaço incluído no perímetro urbano do Município e delimitado na Planta de Ordenamento. São caracterizados por carecerem de infraestruturas urbanas completas e serem suscetíveis a transformação em Espaço Urbano.

⁷² Ao exemplo do plano parcial de urbanização de Chamanculo C em 2013.

⁷³ Este projeto foi uma experiência piloto com efeitos territoriais.

A. PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO DO SOLO



B. PROPOSTA DE REDE VIÁRIA E DE TRANSPORTES



C. PROPOSTA DE FASES DE INTERVENÇÃO

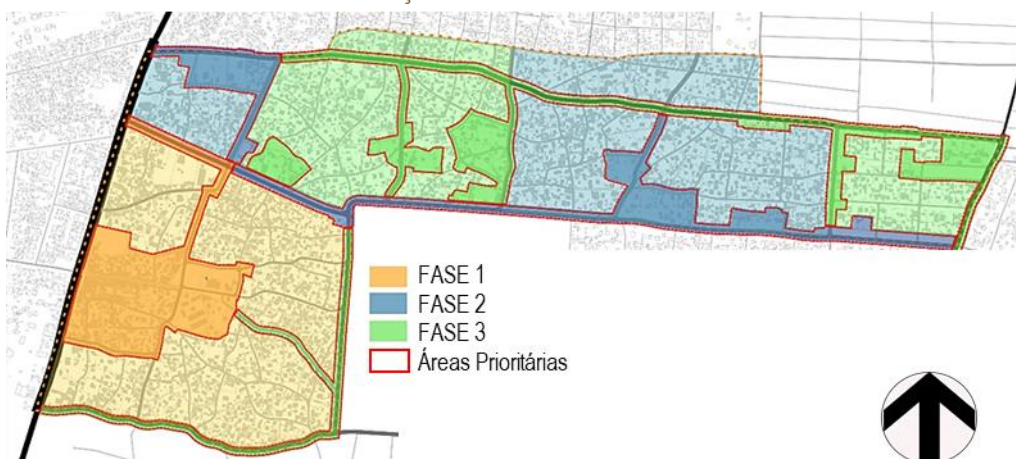
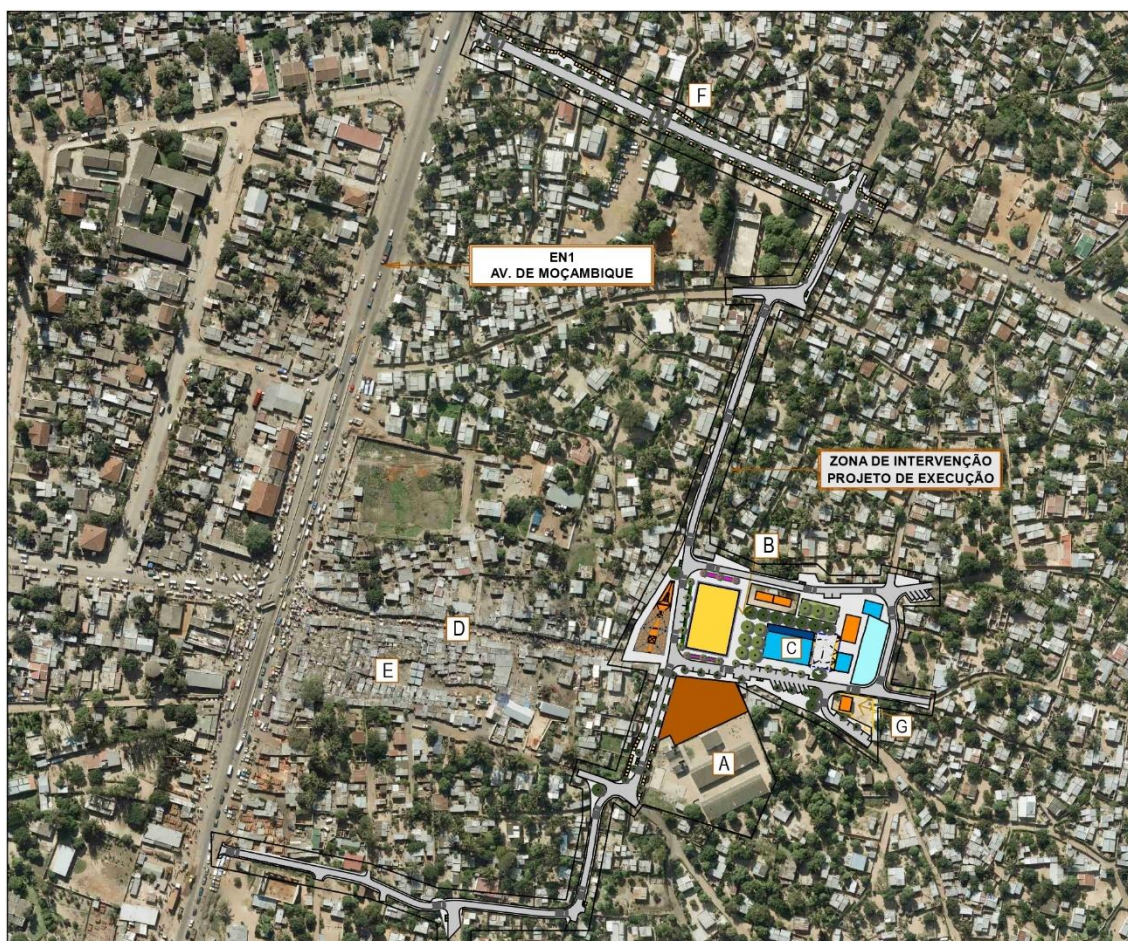


Figura 4.6: Extrato do PPUBGD. A (Qualificação do Solo); B (Rede Viária e de Transportes) e C (Fases de Intervenção).

Fonte: Editado pela autora do PPUBGD 2015 (CMM, 2015)

d) Projeto de melhoria do bairro George Dimitrov (PMBGD)

No âmbito atrás descrito, o objetivo da requalificação urbana era o de 'intervenção no espaço público e paisagismo para a Praça existente no Bairro George Dimitrov, e melhoria no acesso ao bairro' (CMM, 2015: 70). Concretamente, as ações centrais neste projeto pretendiam criar, a partir de um modelo de urbanização integrada, a regularização das áreas e minimizar situações de risco incluindo ações de fomento do desenvolvimento socioeconómico 'através de obras sectoriais prioritárias' (CMM, 2015: 71). Neste âmbito o consórcio de parceiros- neste caso, o CMM, BM e outras ONG e OSC- pretendia também sistematizar uma metodologia de intervenção integrada, urbanística, ambiental e socioeconómica de reordenamento, urbanização e melhoria dos AHAP.



LEGENDA:

- A - ESCOLA PRIMÁRIA COMPLETA UNIDADE 29
- B - PRAÇA
- C - ASSOCIAÇÃO DOS ENGRAXADORES
- D - RUA DO MERCADO DE BENFICA
- E - MERCADO DE BENFICA
- F - RUA Nº 5584 (RUA DA AERONÁUTICA)
- G - SECRETARIA DO BAIRRO

IDENTIFICAÇÃO DOS ESPACOS








-  - PROPRIEDADE DO CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO
-  - PROPRIEDADE ASSOCIAÇÃO DOS ENGRAXADORES
-  - ÁREA DE SUBSTITUIÇÃO/EXPANSÃO PREVISTA PARA O PAVILHÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ENGRAXADORES
-  - PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGRAXADORES
-  - ÁREA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA
-  - BARRAQUINHAS DE COMÉRCIO INFORMAL PROPOSTAS (DE CARÁCTER PERMANENTE)
-  - CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS (1100 Kg)

Figura 4.7: Planta Geral das Obras Prioritárias do PMBGD.
Fonte: Adaptado de CMM (2015: 70)



Figura 4.8: (à esquerda) o centro comunitário, (à direita) protótipo de banca para comércio informal. Ambos implementados no âmbito das obras prioritárias do PMBGD.
 Fonte: CMM, AVSI, Synergia e Kandlelo (2016)



Figura 4.9: Praça principal de George Dimitrov. (à esquerda) antes e (à direita) depois da requalificação
 Fonte: CMM, *et al.* (2014, p. 38) e Autora (2019)



Figura 4.10: Resultados da implementação do PMBGD. (à esquerda) Mercado do Benfica antes do PDLI (à direita) Mercado do Benfica depois da PDLI.
 Fonte: CMM (2015) e Autora (2019)



Figura 4.11: Resultados da implementação do PMBGD. (à esquerda) Rua Secundária antes (à direita) Rua Secundária depois.
 Fonte: CMM, *et al.* (2014, p. 47) e Autora (2019)

Embora tendo sido considerada uma experiência de sucesso pelos promotores, este projeto, que projetou alcançar 40000 pessoas, tem os seus resultados contestados, sobretudo pelos residentes do bairro distantes da área de intervenção que observa a inexistência de equipamentos de recreação para os seus filhos:

‘Só no Benfica mesmo, aqui, não. Há alguns espaços abertos, mas que não tem nada em termos de equipamento [...] e sobre a intervenção nas vias [...] em termos de qualidade, deixa a desejar porque o pavês que foi colocado em Benfica já esta a se partir. (BGD_E-R13, 2019).

a) Reabilitação da via principal do bairro Bagamoio



“A estrada e a sede (a Secretaria do Bairro) são fruto da nossa intensão e solicitação para execução [...] aquele projeto aparece no âmbito do Orçamento Participativo, [...] ao longo das reuniões, quando apresentávamos aquilo que é a prioridade, sempre era a estrada. Entretanto o ‘bolo’ não era suficiente para a estrada... foi se vendo isso e, em duas edições do orçamento participativo, houve então necessidade de o Município fazer um plano para a estrada, [...] com a nossa pressão e influência de outras pessoas que vivem aqui no bairro [...] figuras importantes ao nível do país [...] solicitações ao nível de igrejas e outros grupos sociais [...]”. (E-LL1, 2019)

Figure 4-12: Via reabilitada no BB.
Fonte: A autora

A reabilitação da via de acesso entre a Rua da Paz e o prolongamento com a principal rua no interior do bairro de Bagamoio, enquadra-se, de acordo com E-LL1 (2019), na sexta edição do Orçamento Participativo (OP) do CMM cuja intervenção é recente e foi finalizada em 2018 (E-LL1, 2019). Esta intervenção resultou da aplicação de um mecanismo democrático de gestão urbana, a ferramenta do OP, que se adiciona a lista dos vários meios através dos quais as autoridades locais mostram-se interessados no melhoramento das condições de vida de seus municípios⁷⁴. Conforme descreve E-LL1, a forma como se processa a aplicação desta ferramenta para a concretização da infraestrutura, demonstrando uma certa flexibilidade por parte do município, embora que influenciado por grupos de interesse, em ajustar os mecanismos formais em prol do interesse coletivo e ao mesmo tempo, uma potencial cumplicidade entre a via ‘formal’ e ‘informal’. Embora tendo uma avaliação positiva pelas lideranças locais e também por alguns residentes (E-R2, 8 e 8, 2019), esta intervenção pode ser lida a luz do que Sumich (2016) observa neste território, no qual a classe média tem influência significativa na transformação do território e no caso de estudo, pode criar um certo desequilíbrio na justiça com o qual estes processos democráticos deveriam acontecer.

⁷⁴ O orçamento participativo até ao ano de 2016 priorizou o melhoramento de condições de vida nos AHAP com foco na infraestrutura básica.

b) Extensão Universitária - Kaya Clínica

O Bairro George Dimitrov foi objeto do projeto de extensão universitária Kaya Clínica⁷⁵, um sistema de serviço de aprendizagem para estudantes focado na habitabilidade, com sede a funcionar no centro comunitário de George Dimitrov. Embora com foco nas condições da habitação, esta iniciativa evidencia-se tendo sido reconhecida, em 2016, como modelo de ‘boas práticas’ na terceira conferência das Nações Unidas sobre a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III).



“Reconhecendo a capacidade da população para gerir o seu próprio habitat, Kaya Clínica apoia as pessoas a melhorar a condição do meio em que vivem, com técnicas e processos acessíveis de acordo com uma estratégia “bottom-up” que é assegurada por uma assistência direta a quem a necessita.” (LIZANCOS, 2017)

Trata-se de uma iniciativa académica implementada pela UEM e a Universidade da Curunha a partir de 2015, cujo objetivo de acordo com Lizacos (2019: 1) foi de ‘aprender o que a cidade autogerida tem a oferecer aos académicos e aos moradores carentes de serviço que eles não conseguem aceder para melhorar seu habitat e alcançar os direitos aos quais não podem aceder’. O projeto apresentou-se como um consistente laboratório vivo e interdisciplinar resultando por um lado numa importante plataforma de aprendizado por parte dos participantes, sobretudo os estudantes envolvidos (LIZANCOS, 2019). O principal interesse do projeto era de tornar a questão da habitabilidade ‘abrangente’ num exercício prático à comunidade académica numa atuação compartilhada entre alunos, docentes e investigadores. Entre as principais atividades destacam-se quatro pela sua recorrência: (1) o cadastro, com elaboração, em curso, de um mapeamento das características físicas do bairro, determinando limites entre talhões, números de porta e limites dos lotes; (2) a regularização fundiária, oferecendo um serviço de atribuição de DUAT⁷⁶; (3) o saneamento, tendo sido conduzidos censos para maior tangibilidade dos problemas a nível da saúde; (4) e protótipos de estruturas das casas-

“Entre janeiro e Julho de 2017, o Kaya Clínica recebeu cerca de 732 solicitações de moradores, 358 já atendidas, estando as restantes em fase final ou em andamento. O nível de solicitações tem aumentado de mês para mês e está maioritariamente relacionado com a regularização fundiária através de atribuição de títulos de DUAT, tendo ocorrido até à data 695 pedidos.” (LAGE e LAGE 2017: 26).

⁷⁵ O nome Kaya Clínica significa “clínica das casas” em que Kaya significa “casa” no dialeto local (Changana). O conceito do projeto é da Autoria da FAPF-UEM em coautoria com a Universidade da Coruña e foi financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) em 2015

⁷⁶ Foram atribuídos DUAT à 51 famílias no âmbito do Kaya Clínica com o CMM em 2017

4.1.3 Estrutura urbana, Conectividade, Mobilidade e Transporte

a) Estrutura urbana e conectividade

A localização geográfica deste território confere aos dois bairros características semelhantes. Tal como as principais confrontações, os dois bairros são similares nas suas principais funções urbanas: a residencial, industrial, agrícola, serviços e comércio informal (VIANA, 2012). A totalidade da área residencial é constituída por uma mescla de AHAP, ora, planificados, cuja ocupação é ‘ordenada’ embora ‘não regularizada’, ora, não planificada, com ocupação ‘espontânea e desordenada’ (CMM, 2016). A Atividade Industrial concentra-se junto da estrada nacional, e faz a espinha dorsal deste território, sendo igualmente neste eixo que se encontra uma parte do comércio formal. O comércio informal encontra-se, por um lado, concentrado nas vias distribuidoras que penetram as áreas residenciais e, por outro lado, dispersas no território. A atividade agrícola concentra-se junto da bacia do Infulene.

b) Mobilidade e Transporte



Figura 4.12: Condições de Mobilidade na Av. De Moçambique.
Fonte. (CMM, 2014) e desconhecido

A estrutura dos serviços de transporte público urbano com influência neste território determina as condições de mobilidade e acessibilidade e ajudam na análise sobre as implicações (ou não) da prevalência de AHAP para a eficiência da provisão deste serviço.

Similarmente a muitas cidades africanas, a repartição modal na cidade de Maputo, tal como na região metropolitana, é dominada pela deslocação suave. De acordo com Macucule (2018: 43), a deslocação pedonal e de bicicleta corresponde a 46%, seguida do transporte coletivo (42%)⁷⁷. O automóvel privado e outros correspondem a 12% das deslocações. Com a abertura do mercado de importação de automóveis nos últimos quinze anos, e a crise do transporte coletivo traduzida pela grande diferença entre a oferta e a procura⁷⁸(Tejada, 2018), observa-se o incremento do parque automóvel. A centralidade da cidade de Maputo em relação

⁷⁷ Dos quais a grande maioria (33%) é através do minibus/chapa – serviço privado, por vezes “informais”, que faz entre 70% a 80% da oferta e uma minoria de 9% dos serviços públicos formais, que responde entre 20% a 30% da oferta (Macucule, 2018)

⁷⁸ Está diferença é motivada por um lado pelo aumento da distância como resultado da expansão urbana e por outro pelo aumento de número de viagens (Tejada, 2018)

a Área Metropolitana, marcada pela concentração de funções administrativas, de equipamento e serviços fazem com que ela seja o ponto de convergência e divergência dos fluxos de mobilidade.

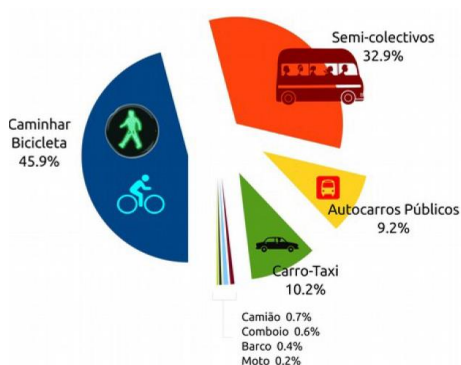


Figura 4.13: Repartição modal de transporte na AMM.
Fonte: Tejada (2018)

A área de estudo, conforme contextualizado supra, é atravessada por um corredor estruturante, o que constitui um fator de agregação, pela proximidade à rede de transporte coletivo – o que lhe confere elevada acessibilidade. Não obstante, não há equilíbrio na rede de transporte em relação ao território havendo habitantes obrigados a percorrer longas distâncias para aceder ao serviço, ou seja, para encontrar a paragem.

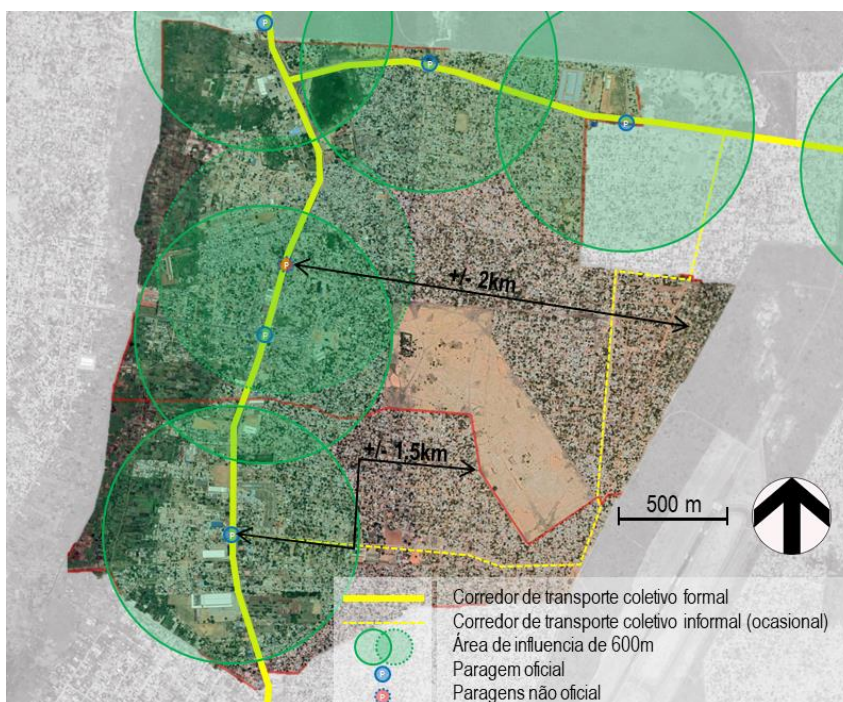


Figura 4.14: Eficiência da rede de Transporte na área de estudo.
Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem Google

O sistema de transporte público em Maputo é moldado, segundo Macucule (2018:45), por quatro fatores de transformação: (1) territoriais (2) demográficos (3) socioeconómicos e (4)

institucionais. O primeiro fator é ligado à expansão urbana, caracterizado pela dependência ao automóvel, é resultante as alterações demográficas, manifestadas quer através do crescimento natural ou pela migração campo cidade, repercute-se no aumento da demanda pelos transportes urbanos. As dinâmicas socioeconómicas, que igualmente influenciam a demanda, estão assentes no aumento do poder de compra e na concentração de equipamentos, serviços e áreas produtivas. O fator Institucional tem forte impacto na disfuncionalidade do sistema, por um lado por promover a expansão urbana⁷⁹ desordenada e por outro, por orientar a planificação de serviços de transporte focado no pendulo centro-periferia, periferia-centro, e não na abrangência a escala de proximidade (figura 4-14). A componente de engenharia de transito do sistema de transporte coletivo é, neste contexto, desenhado, segundo Tejada (2018: 1), com base em 'indicadores ligados à fluidez e capacidade de movimentar viaturas pelas diversas vias' ao invés de indicadores promotores da igualdade no acesso ao serviço. No que respeita à equidade, cerca do 75% da população urbana do país depende do sistema de transporte coletivo e na AMM, os passageiros dependem em média cerca de três horas diárias para aceder ao trabalho gastando por volta de 40% do seu salário mensal em transporte (MAZEMBE 2015: 15).

Paradoxalmente ao que indicam os fatores territoriais, demográficos e socioeconómicos, a rota de transporte urbano (figura 4-15), apresenta-se fiel no seu caracter distribuidor. É, portanto, uma rede estrutural que conecta os principais polos de concentração de atividades ao centro urbanizado. Nesta senda, é fácil observar a ausência de rotas alimentadoras da periferia e área suburbana. Esta *gap* é resultado da ineficiência do sistema de transporte, traduzido pela hegemonia de provedores de serviços privados, mas também da realidade do tecido urbano autoproduzido, na sua condição de semi-urbanizado, sobretudo nas áreas de ocupação espontânea cujo tecido oferece condições de acessibilidade exíguas.

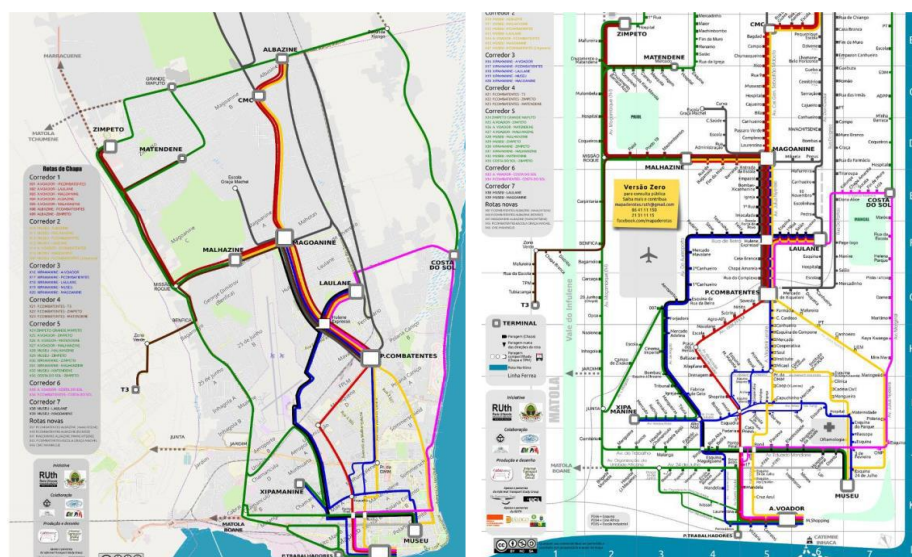


Figura 4.15: Mapa de transporte públicos de Maputo.
Fonte: Macucule (2018)

⁷⁹ Através dos Planos de expansão.

Com a criação da Agência Metropolitana de Transporte (AMT)⁸⁰ em 2017, estratégias antecipatórias para minimizar um futuro carro-centrista, acompanham uma abordagem virada para a melhoria da qualidade na provisão do serviço (disponibilidade e acessibilidade), na qual, a transformação do sector informal a formal está entre as principais prioridades (E-IP4, 2019). No que respeita ao acesso ao tecido autoproduzido, há consenso sobre a importância de melhorar os serviços nestas áreas por elas desempenharem 'importância muito grande na realização de atividades económicas' e que 'a zona onde eles estão a habitar, são zonas de difícil acesso' (E-IP4, 2019). Esta reorientação da estratégia para se aproximar às necessidades dos habitantes residentes em AHAP tomou forma recentemente com a criação de viaturas com capacidade de aceder a condições difíceis de infraestrutura. Todavia, o acesso ao serviço de transporte é ainda limitado à rede estruturante e a criação de uma rede alimentadora ainda está no plano conceptual.



Figura 4.16: Transporte coletivo para áreas de difícil acesso.
Fonte: Desconhecido

Importa referir que ao CMM compete a implementação do plano⁸¹ com o financiamento do nível central para desenvolvimento da rede urbana de transportes. Com a criação da AMT, que promete criar, até ao fim de 2019, o Observatório da Mobilidade, poderá haver mais amostras para o melhoramento do serviço de transporte.

⁸⁰ A AMT de Maputo é uma instituição pública com autonomia administrativa e financeira, para a gestão e planificação do sistema integrado de transporte na AMM. Sua atuação inclui a reestruturação das empresas municipais de transporte público, o juste tarifário e a concessão de rotas e contratação de bilhética eletrónica (UCCLA, 2017) <https://www.uccla.pt/noticias/criada-agencia-metropolitana-dos-transportes-de-maputo>

⁸¹ Neste domínio, trata-se do Plano Director de Mobilidade e Transportes na área Metropolitana da Cidade de Maputo (2015-2035) que entre outros aspetos, propõe a introdução e massificação do uso da bicicleta como meio de transporte, entretanto, entanto que não incluem ciclovias (MAZEMBE, 2015:44)

4.1.4 Infraestruturas e serviço básicos

Na senda da análise sobre os espaços coletivos, trazemos para o debate, os sistemas de infraestruturas que entendemos serem pertinentes porque implicam nas condições do habitat coletivo e na sustentabilidade no bairro. Referimo-nos ao acesso à: (1) água potável, (2) drenagem e saneamento, (3) energia na sua dimensão comunitária e (4) tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU).

a) Abastecimento de Água potável

O abastecimento de água no contexto dos AHAP é ainda uma questão crítica ‘no que se refere a quantidade e qualidade, sendo o último caótico’ (MACUCULE, 2018: 82). Dados da Direção Nacional de Águas (DNA) indicam um acesso de 85% em área urbana⁸², distribuído de forma desigual, a desfavor das áreas periféricas. Até 2015, a cidade de Maputo apresentava uma cobertura de aproximadamente 57%, abaixo do valor de referência (60%) não cobrindo a totalidade dos AHAP. Como alternativa a esta limitação da rede, o abastecimento de água através dos Fornecedores Privados de Água (FPA)⁸³ evolui para a condição de microempresas de distribuição de água⁸⁴. A formalização e adequação desta atividade tem estado num processo experimental no qual o Conselho Regulador de Água (CRA) reconhece a necessidade de integrar os FPA e de os controlar ao nível dos bairros (E-IP5, 2019). Na criação do ‘acesso universal’ à água, de acordo com Macucule (2018), não há consenso entre a Associação dos Fornecedores de Água de Moçambique (AFORAMO) e as autoridades públicas sobre qual a cobertura feita pelos FPA. Ou seja, o acesso quantitativo pode se traduzir no risco de não haver controlo sobre os mínimos de qualidade, comprovando a afirmação de Macucule (2018: 82). É observado aqui que as soluções técnicas co-construídas em contexto de semi-urbanização acabam por se autofragilizar. Um exemplo é o que se pode ver nas imagens abaixo em que a instalação para o fornecimento de água potável por uma microempresa no BAP, não apresenta condições de segurança suficientes para assegurar a não exposição da infraestrutura. Por consequência das características da via de acesso, esta infraestrutura fica exposta a potencial contaminação.



Figura 4.17: Conflito entre as características da infraestrutura de abastecimento de água e carências de espaços de recreação.

Fonte: A autora

⁸² Nível Nacional

⁸³ Os FPA surgem no início da década de 1990, por cidadãos com capacidades financeiras para abrir um furo e por solidariedade partilhavam a água com vizinhos (Macucule, 2018)

⁸⁴ Passando a estabelecer relações comerciais.

b) Drenagem e Saneamento

A drenagem e o saneamento constituem uma grande preocupação dos governos locais. No território de estudo, não há uma rede de saneamento urbano, a maior parte das habitações tem um sistema individual de fossa séptica e drenos, tendo muitas vezes, pelas condições inadequadas das instalações, impacto sobre o espaço coletivo e sobre a interação entre a drenagem e saneamento (ver fig. 4.19). As intervenções realizadas no BGD no âmbito do PMBGD minimizaram o problema de erosão dos solos urbanos ou de assoreamento que acontece em outras partes dos dois bairros, com o declive ligeiramente mais acentuado, entretanto pela sua escala, não resolveram o problema do bairro.



Figura 4.18: Interpenetração do sistema de saneamento doméstico no espaço coletivo.

Fonte: A autora

Assim, a questão do drenagem e saneamento constituem um fator comum independentemente da diversidade da paisagem urbana autoproduzida com mais desafios para o território de ocupação espontânea conforme a fig. 4.18 e 4.19



Figura 4.19: Problemas de drenagem no espaço coletivo.

Fonte: A autora

c) Acesso à energia

O acesso à energia é aqui tratado por ser vital para o desenvolvimento econômico, social e humano. Pieterse (2019: 12) considera que uma das condições para o desenvolvimento econômico e o bem-estar das famílias é o acesso à energia confiável e acessível (em termos de capacidade de poder pagar por ela). Este acesso compreende o nível de serviço⁸⁵ e de fornecimento⁸⁶ (BHATIA e ANGELOU 2015). A nível do bairro, há três escalas de acesso: (1) habitações, (2) atividades produtivas e (3) instalações públicas ou comunitárias. A terceira escala compreende um acesso fundamental para o desenvolvimento socioeconómico com potencial de melhorar (através dos equipamentos coletivos), o capital humano por via dos serviços de saúde e de educação⁸⁷, e pela iluminação pública, mobilidade segura, reduzir a criminalidade e incentivar atividades comerciais e interação social. Entre os atributos no fornecimento estão: a qualidade, disponibilidade (sempre que necessário), quantidade, fiabilidade, conveniência, acessibilidade, legalidade e segurança (BHATIA e ANGELOU, 2015: iv). É nesta terceira escala e com base nestes parâmetros, que analisamos este território.

No que tange à extensão do serviço nos equipamentos coletivos, existe cobertura total. No que respeita a iluminação pública o serviço apresenta uma distribuição heterogénea. Sobre este particular aspeto, Smith (2018: 35), ao estudar a paisagem energética do BGD, observou que as variações das características das vias, na sua largura, regularidade e configuração, determinam a cobertura da rede de iluminação pública com prejuízo das ruas mais estreitas e irregulares. Do levantamento de campo, observamos que este cenário não varia para o bairro de Bagamoio havendo na generalidade, algumas ligações irregulares que a EDM⁸⁸ na sua componente operativa, tem-se dedicado a identificar e converter, no âmbito da diminuição das perdas técnicas e visando melhoria do fornecimento. Reparemos que a provisão deste serviço, à semelhança do abastecimento de água, não distingue situação de regularidade fundiária ou urbanística sendo que a decisão da localização de infraestrutura (poste de iluminação, postos de transformação etc.) é geralmente feita no local, no momento da sua instalação (E-IP6, 2019).

No que respeita aos fornecimentos, a descontinuidade na disponibilidade do serviço é uma característica geral, também observada por Smith (2018) e que está ligada a qualidade da rede. Estes são os principais aspetos que afetam os equipamentos e que têm implicações no ritmo de ensino nos equipamentos de educação e na qualidade do atendimento nos equipamentos de saúde. No que toca à iluminação pública, é frequente o seu não funcionamento, apenas existe numa parte do território, havendo frequentes problemas de segurança. Adicionalmente à disponibilidade, levantam-se questões de acessibilidade⁸⁹, observando-se que o comércio informal (concretamente, as bancas de venda anexadas às casas), passa a pagar a

⁸⁵ No qual o acesso é medido pela capacidade de um usuário final de utilizar serviços de energia que exigem um aparelho de energia e fornecimento de energia adequado.

⁸⁶ Na qual o acesso é medido pela capacidade de um usuário final utilizar um suprimento de energia que possa ser usado para os serviços de energia desejados.

⁸⁷ Fatores críticos para a qualidade de vida nos bairros.

⁸⁸ Electricidade de Moçambique.

⁸⁹ Na sua dimensão económica.

taxa comercial independentemente da escala (EDM, 2011). Apesar do esforço das autoridades no redirecionamento destes fundos em benefício de uma melhor gestão⁹⁰, considerando a situação de fragilidade económica em que vivem os habitantes dos AHAP, este detalhe na acessibilidade do serviço, contribui potencialmente para a criação de ligações não oficiais e assim de forma retroativa, para uma limitação no melhoramento do fornecimento.



Figura 4.20: Diversidade e descontinuidade no funcionamento da iluminação pública.
Fonte: A autora

Tanto num caso como no noutro, a configuração do espaço urbano e os seus atributos contribuem para a qualidade e legalidade. Existe uma forte contribuição da empresa pública nas dimensões de segurança, confiabilidade, acessibilidade por compreenderem desafios que transcendem a autoprodução.

d) Resíduos sólidos urbanos (RSU)

A Gestão de resíduos sólidos no Município de Maputo tem gerado impactos positivos significativos na melhoria da qualidade de vida nos AHAP. Estes bairros, se comparados às áreas urbanizadas, produzem menor quantidade de RSU per capita – por volta de 0.49 Kg /dia/Hab, contra 1.0 Kg/dia/Hab produzido na cidade cimento (MACUCULE, 2018: 18). Aqui, a maior produção de resíduos acontece nos pontos de concentração de atividades comerciais, sobretudo os mercados. O sistema de recolha nos AHAP é protagonizado por uma microempresa de base comunitária, contratada pelo município⁹¹ para a recolha primária, limpeza das ruas e das drenagens no interior do bairro. Para se adequar à morfologia e configuração do território, são utilizados como meio de recolha do RSU, os 'txovas' que permitem a máxima acessibilidade a todo o território.

Conforme foi referido este modelo de gestão é possível graças ao acesso generalizado à rede de energia elétrica, através do qual são recolhidas as taxas para o autofinanciamento. A municipalidade procura estabelecer equidade na recolha das taxas, pelo que o pagamento é

⁹⁰As taxas associadas ao pagamento de eletricidade são canalizadas para o pagamento de microempresas de recolha de RSU e limpeza do Bairro.

⁹¹ Num contexto de concurso, para atuação bianual, no qual os residentes do bairro têm a possibilidade de escolher qual microempresa deverá fazer a gestão local de RSU

proporcional à quantidade de energia consumida⁹² sendo possível coletar por volta de 75% orçamento para a contratação e os restantes 25% vindos de doações e outras fontes. O sucesso na gestão dos RSU é, nas palavras da autoridade, uma questão de 'consciência ambiental', havendo um grande contributo por parte dos munícipes, sobretudo nos AHAP: 'todos os fins de semana, tem duas ou mais campanhas, voluntários, população que se organiza' (E-IP2, 2019). Outro aspeto menos evidente é que há cada vez mais um interesse multidisciplinar e uma articulação intersectorial, o que sugere crescente interesse em abordagens integradas/holísticas.



Figura 4.21: Meios de recolha de RSU nos AHAP em Maputo.
Fonte: A autora

O sucesso deste modelo tem atraído especialistas e gestores urbanos de outras cidades da AS. Na perspetiva das autoridades, a gestão dos RSU deve caminhar para a sustentabilidade financeira (E-IP2, 2019). Na perspetiva da microempresa, a insegurança constitui uma limitação à inovação (E-ME1, 2019) e para os residentes, há aspetos críticos a serem melhorados- por exemplo nível da regularidade do serviço.

A abordagem descrita sobre a gestão dos RSU nos AHAP permite constatar que o foco ainda está voltado para o tratamento, havendo muito pouco sobre a reutilização e nada na abordagem mais ativa: prevenção, redução e reciclagem.

4.1.5 Ambiente construído

Nos bairros autoproduzidos, o espaço coletivo resulta na sua maioria da construção do espaço residencial. Ainda que a habitação não seja objeto neste estudo, importa trazer a relação que se estabelece entre a fronteira habitação e o espaço coletivo. A nossa experiência de campo permitiu observar que independentemente do bairro, há uma grande diversidade de formas no modo como a habitação se relaciona com a rua, a qual está associada a: (1) tipo de material, que varia entre vedações orgânicas a materiais convencionais, transparente e compactos; (2) a existência ou não de banca para venda, através da qual a habitação se abre para a rua e (3) a condição socioeconómica do proprietário, observando-se que por possuir mais recursos tende a

⁹² 0 a 200kWh/mês a taxa de lixo a pagar é de 30 MT; de 201 a 500 Kwh/mês 45 MT; acima de 500 Kwh/mês 65 MT (MACUCUE, 2018).

ter uma vedação mais consolidada, geralmente sem o 'olho na rua'. Estas configurações têm implicações no caráter mais convivial ou mais hostil do espaço coletivo.



Figura 4.22: Diversidade de situações na fronteira entre a habitação e o EC.
Fonte: A autora

4.1.6 Economia, Comércio e Serviços

O comércio informal é um elemento marcante dos AHAP. No BGD, estima-se que perto de 53% da força laboral (população ativa de 62%) atua unicamente no sector informal e os níveis de rendimento variam entre os 2000 MT (equivalente a 28.5 euros e correspondendo a 20% do total) e 5000 MT (equivalentes a 71,4 euros e correspondendo a 65% do total) (LAGE, 2019). Estimamos que a variação no bairro de Bagamoio não será muito diferente. Quer a população unicamente dependente do sector informal quer a população empregue no sector formal⁹³, o comércio informal torna-se uma alternativa para fazer face aos custos para o acesso a Energia⁹⁴, transporte, saúde, educação, e outras necessidades básicas do dia a dia.

Territorialmente há três configurações de comércio informal: (1) concentrado, ocupações não oficiais à volta do mercado formal; (2) linear, ocupações não oficiais ao longo das principais vias e (3) pontual, junto a algumas habitações (fig. 4.23).

⁹³ No qual o salário mínimo se aproxima do atendimento máximo no sector informal

⁹⁴ Componente claramente descrita por Smith (2018)



Figura 4.23: Modelos de ocupação do comércio local e a sua disposição no território.
Fonte: A autora

As abordagens de atuação sobre a questão do comércio informal são geralmente voltadas para a conversão com intenção de integrá-los no sistema formal (E-IP3, 2019). Embora a experiência inovadora no âmbito do PMBGD tenha trazido uma abordagem mais ajustada e inspirada nas territorialidades e antropologias subjacentes às opções pelos vendedores, a melhoria das condições no mercado formal e a criação de protótipos de venda informal, foram insuficientes para inspirar a sua replicabilidade, ou seja, para além das ações do projeto, não houve apropriação por parte dos vendedores, em parte pela inacessibilidade da solução técnica. Fora este, a questão crítica diz respeito às condições de segurança e higiene, sobretudo no comércio de alimentos.

4.1.7 Espaço 'público' e Equipamentos de utilização coletiva

No quadro das políticas setoriais, é reconhecido pelos setores de educação e saúde que o desenvolvimento humano é a base para o desenvolvimento do país, pelo que, as sucessivas reformas refletidas em seus planos estratégicos, consolidam o princípio de qualidade e acesso

equitativo. Importa referir que conforme descrito em 2.2, o Conselho Municipal de Maputo detém uma elevada limitação na atuação sobre os equipamentos coletivos de saúde e educação, uma vez que a planificação e implementação, ainda que os limites do município, é da jurisdição do Ministério de Tutela, cabendo ao Município, apenas a responsabilidade de gestão dos serviços transversais como a dos RSU.

Os equipamentos coletivos estruturam o tecido urbano e determinam os padrões de vida. A sua implantação no território deve ter em conta a procura e os padrões convencionais ou as normas definidas pelos instrumentos setoriais de gestão do território. No caso de estudo, os equipamentos sociais (escolares, de saúde, desporto e cultura/recreio) podem se apresentar em três níveis de atuação conforme o plano de estrutura da cidade de Maputo (PECM 1985)⁹⁵: (1) nível de unidade⁹⁶, (2) nível de bairro⁹⁷ e nível da cidade⁹⁸. Os equipamentos escolares estão agrupados em Ensino Geral (Pré-Primário, Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Médio), Ensino Técnico (Escolas Técnicas e Agrárias, Institutos Técnicos, Agrários e Formação de professores) e Ensino Superior (Universidades e Institutos Superiores).

Por sua vez, os equipamentos de saúde⁹⁹ agrupam-se em quatro níveis: (1) Função curativa e preventiva, com áreas de influência à cidade- Nível A- Centro de Saúde e Nível B- Hospital 'Rural; (2) Centro de saúde, (3) Posto de Saúde e (4) Creche e Jardim Infantil.

A indicação sobre os equipamentos de cultura e recreio, apontam que para a nível da unidade devem prever espaços que permitam a reunião dos habitantes como cafés, bares etc. Ao nível do bairro devem-se prever áreas cobertas para biblioteca, centro de convívio, restaurantes etc. e também áreas livres em zonas reservadas para a iniciativa da população.

Nos equipamentos desportivos, ao nível da unidade devem-se prever parques infantis correspondente ao espaço verde da unidade (que também pode ser um campo de futebol). Ao nível do bairro, os campos desportivos incluem campos polivalentes e área coberta para serviços de apoio ao equipamento (como vestiário, sanitários etc.) e devem ter uma relação estreita com a escola.

A programação de equipamentos é uma componente fragmentada uma vez que cada sector é legalmente responsável pela localização dentro do seu domínio. O PEUMM 2018 configura o instrumento de referência para a gestão. Havendo esta fragmentação entre os sectores e o ordenamento do território, o Plano que deveria apresentar os padrões de localização do equipamento social (a referência do PECM 1985) simplesmente não existe no PEUMM 2008 tornando-o discricionário em relação aos padrões mínimos de localização no território.

⁹⁵ Embora este tenha sido substituído pelo PEUMM, é a referência mais detalhada sobre a programação de equipamentos sociais até então elaborados para o município de Maputo.

⁹⁶ Responde a uma unidade social básica (quarteirão) e que tem uma ligação fortemente direta com o dia-a-dia dos habitantes como é o caso de creches, loja, escolar primária etc.);

⁹⁷ Responde a uma unidade social intermédia (unidade comunal) e também tem ligação com o habitat, mas implicam funções a nível superior;

⁹⁸ Aqueles que abrangem a unidades sociais mais amplas (bairro comunal).

⁹⁹ As normas sobre a área de influência destes equipamentos são determinadas pelo Ministério de Saúde.

Os parâmetros mencionados supra espelham melhor a realidade de um tecido mais ordenado- aonde é relativamente simples observar a dimensão territorial de referência. O MICOA, elaborou em 2006, um manual de técnicas básicas de planeamento indicando princípios de localização de equipamentos sociais. Segundo pode-se observar na fig. 4.24, embora não vinculativo é um exemplo na forma clara de transmitir os princípios para minimizar desequilíbrios que o território possa ter em relação as suas funções e usos. A contribuição deste material pode se fazer sentir na mimica que o território em expansão apresenta em comparação com as áreas infraestruturadas uma vez que a autoprodução ainda se faz sentir no território metropolitano.

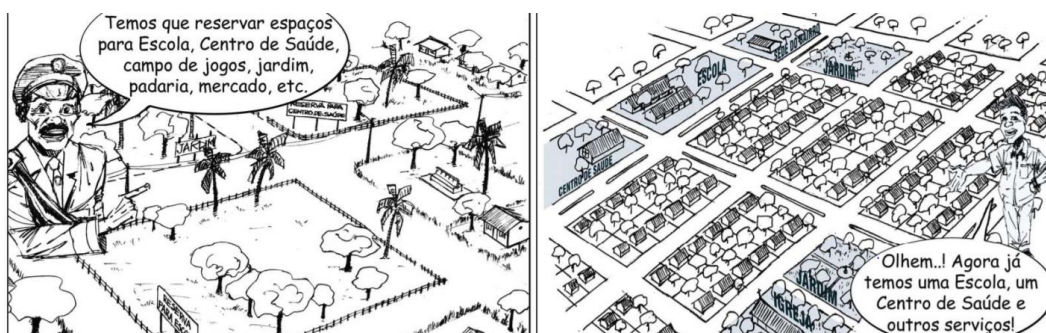


Figura 4.24: Técnicas básicas para localização de Equipamentos sociais.
Fonte: MICOA (2006: 28)

Os equipamentos coletivos são avaliados pela quantidade e pela qualidade na prestação do serviço. Nesta pesquisa, limitamo-nos na avaliação da sua existência e equidade na distribuição. Conforme apresenta a figura 4.26, apesar de alguma diversidade, observa-se certa insuficiência e desequilíbrio na distribuição dos equipamentos.

A respeito dos equipamentos de educação, é do consenso por parte dos moradores que ambos os bairros apresentam a diversidade mínima (E-R3,4,6,7,9,10,12,13,14,15,16,17 e 20, 2019) e em algumas partes do BGD, no que respeita a existência de equipamentos escolares,

'qui perto não, mas há escolas privadas'. (BGD E-R18, 2019)

'Há escolas privadas, só uma pública'. (BGD E-R19, 2019)

Em termos de número e distribuição, o cenário é de inconsistência (ver fig. 4.25)

A situação mais crítica na disponibilidade de equipamentos é em relação ao equipamento de saúde. Dos dois bairros, o BGD não detém um centro de saúde público e embora haja serviços privados, as condições económicas da maioria dos habitantes não os favorece que recorram à serviços privados que significa que não havendo transporte coletivo para a deslocação dentro do bairro, os habitantes têm de percorrer longas distância para aceder ao serviço, contrariando os princípios da política setorial¹⁰⁰.

'Escolas sim, mas hospital não, temos de ir até ao Bagamoio' (BGD E-R11, 2019)

O hospital que há está no bairro de Bagamoio. (BGD E-R12, 2019)

¹⁰⁰ Que afirmam ser princípio a equidade no acesso.

Na generalidade, os padrões de localização de equipamentos indicados pelo primeiro plano de estrutura após a independência (1985), que mesmo ultrapassados estão longe de ser alcançados no território conforme mostra o esquema abaixo.

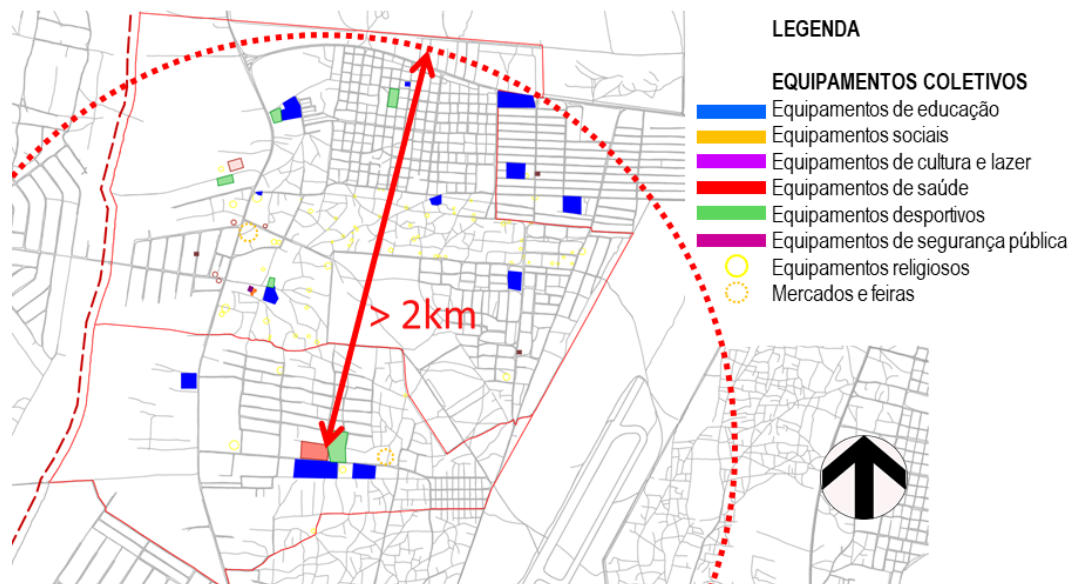


Figura 4.25: Principais equipamentos na área de estudo.
Fonte: Adaptado pela autora de CMM (2014)

Embora os equipamentos de educação e saúde sejam os mais básicos no endereçamento dos direitos humanos e das crianças, os espaços de lazer e recreação, para além da sua importância no desenvolvimento humano na inclusão de grupos vulneráveis, eles desempenham uma função chave na qualidade de vida de todos os residentes em particular as crianças e jovens que representam uma importante fração dos habitantes. Quando perguntamos sobre a importância do espaço público para os residentes, parece haver consenso da sua importância e da necessidade de assegurar espaços atrativos e seguros, sobretudo para os mais jovens:

‘Por exemplo, aqui afrente da casa, passa carro, entretanto as crianças também brincam ali. Precisamos que a rua também tenha um lugar para as crianças.’ (BB E-R1, 2019).

‘É importante porque hoje em dia temos jovens na má vida. Se tivéssemos dois campos, acho que os jovens e crianças iam praticar mais desporto, ter alguma ocupação.’ (BB E-R3, 2019).

‘É muito importante porque temos muitas crianças que brincam na rua [...] as crianças estão a jogar a bola na estrada.’ (BB E-R5, 2019).

[...] nossas crianças querem brincar, mas correm o risco de serem atropelados’ (BGD E-R11, 2019).

Portanto, a insuficiência e incoerência na distribuição e qualidade dos equipamentos resulta na apropriação do espaço por parte dos residentes com todos os riscos associados.

A fig. 4.26 mostra um cenário recorrente em ambos os bairros em que por falta de equipamentos de lazer e recreação, as crianças acabam por ocupar o espaço aberto mais

próximo. Muitas vezes este lugar coincide com as vias de circulação automóvel, tornando-se um lugar de apropriação e conflito. Os residentes não encontram muitas alternativas e provavelmente a faixa mais prejudicada é a dos jovens que por ser inconveniente este tipo de apropriação, correm o risco de optar por atividades pouco criativas.



Figura 4.26: Apropriação do espaço coletivo no bairro GD.
Fonte: A autora

4.1.8 Governança e participação no desenvolvimento local

A governança compreende processos de interação e tomada de decisão entre atores envolvidos num determinado problema coletivo que leva à criação, reforço ou reprodução de normas e instituições sociais para a construção de soluções mais inclusivas maximizando os recursos disponíveis. Os AHAP em Maputo têm uma estrutura organizativa com relevância na consolidação dos bairros¹⁰¹ e tem constituído uma importante plataforma de organização comunitária e de intermediação com as autoridades e os demais atores. Esta estrutura compreende as lideranças locais compostas por: (1) Secretario do bairro, uma figura nomeada pelo vereador do distrito municipal com autoridade sobre as outras liderança internamente ao bairro; (2) Chefe do quarteirão, indicado pelo secretario do bairro, com autoridade no quarteirão

¹⁰¹ Componente descrita por Jorge (2017).

(constituído, em média, por 50 famílias) e (3) O chefe das dez casas, nomeado localmente pelo chefe do quarteirão e as dez famílias. Eles constituíram um importante ator na ocupação do território e hoje, na mobilização dos residentes, na gestão dos desafios locais e na intermediação com os vários atores envolvidos na transformação do solo. Também tem um importante papel no controle de ocupação da terra. A figura 4.27 mostra a relação vertical que liga o executivo Municipal do residente nos AHAP

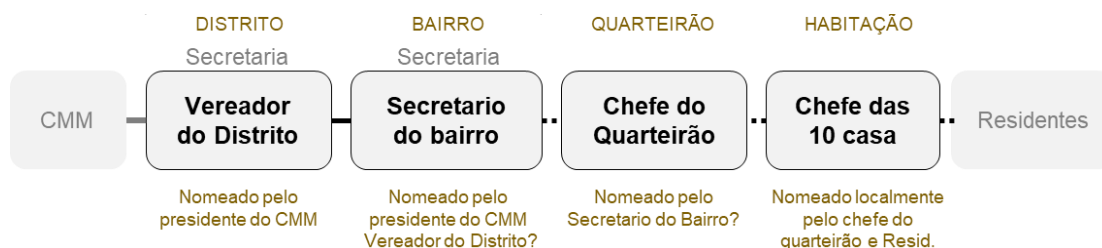


Figura 4.27: Estrutura Administrativa local.
Fonte: A autora, a partir de Jorge (2017)

Se por um lado as lideranças locais são entendidas como atores de elevada representatividade pela sua abrangência e capacidade de influência sobre os residentes e, portanto, atores chave na construção de resiliência e de uma plataforma de governança:

‘Temos um concelho composto pelos líderes a quem endereçamos todos os problemas do bairro.’ (BB E-R9, 2019).

Por outro, em casos pontuais, acontece haver inconsistência nos modos *operandi* de líderes ao nível do quarteirão ou dez casas que, ao invés de mobilizar os residentes, agilizar processos formais, informar ou orientar a agência dos residentes sobre a sua responsabilidade, acaba por ser o veículo de desinformação e desmobilização:

‘O bairro fica acomodado porque temos falta de união. Os nossos líderes são intermediários a ponto de não nos deixar proceder’. (BB E-R9, 2019).

Esta bipolaridade pode justifica-se pela situação de vulnerabilidade do seu compromisso com o Estado¹⁰² mas também pelo não treinamento em matérias de território e ordenamento.¹⁰³

A respeito do acesso a terra, infraestrutura, aos serviços e equipamentos coletivos, observamos haver uma diversidade na forma como os diferentes atores percecionam os mecanismos de atuação e a perspectiva de funcionamento dos sistemas urbano. A generalidade dos atores de instituições públicas reconhece a complexidade que os AHAP demandam aos atuais formatos institucionais e alguns deles tentam, no limite e a velocidade dos ajustes institucionais, integrar soluções ajustadas a realidade. A visão de irradicação é periférica,

¹⁰² Embora haja um reconhecimento da sua função no território, não existem na orgânica do municipal, a figura do Chefe do quarteirão e das dez casas (CMM, 2015: 4)

¹⁰³ Na generalidade não são profissionais do setor e em geral não têm formação técnica

havendo uma crescente abordagem de integração, sobretudo na gestão do acesso aos serviços urbanos. Nem tanto sobre o comércio informal ou a infraestrutura. Os residentes, por outro lado, percebem de maneiras diferentes a questão das responsabilidades quer sobre os mecanismos de acesso a infraestrutura, quer na gestão dos serviços e equipamentos. Um dos exemplos mais intrigantes é de um residente que indicava a responsabilidade de alocar infraestrutura de estrada ao privado: '[...] *um dia pode aparecer um empresário a querer pavimentar a estrada.* (BB E-R3, 2019).

A respeito das intervenções e das práticas de planeamento descritas no ponto 4.1.2, para além das lideranças, existe também um nível considerável de participação por parte dos residentes conforme tem sido observado uma crescente abordagem de participação (RAPOSO *et al*, 2016). A participação em Moçambique é um requisito nos processos de ordenamento do território (Lei nº 19/2007 de 18 de julho) e embora se perceba as implicações de tempo e recurso que estes processos demandam, observa-se que desde a segunda onda de planificação, tem se construído, ainda que de formas mais ou menos efetivas, uma cultura de participação na qual reúne-se esforços para estimular processos democráticos.

Todavia observamos nesta pesquisa que neste processo, os residentes encontram-se numa posição de fragilidade. A vulnerabilidade observa-se pelo variado nível de desenvolvimento humano com tendências à pouca instrução e instabilidade económica, fatores resultantes, em parte, das insuficiências dos serviços e equipamentos no espaço coletivo, que condicionam a liberdade de escolha sobre os padrões de vida. Embora entendamos que a representatividade da liderança local jogue um importante papel na construção da democracia, por vezes, a agência do indivíduo é confundida ou substituída por esta representação que, como mencionamos supra, pode, por vezes, não responder ativamente como 'advogado', mas adicionar uma camada de burocracia.

Havendo este potencial das lideranças locais, entendemos ser pertinente o seu reforço, e adicionalmente, o reforço da capacidade de participação 'de igual para igual' por parte dos residentes, o que passa pelo incremento das condições do espaço coletivo, para que seja possível a construção conjunta de uma visão partilhada sobre o desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável.

4.2 Diagnóstico sobre a Autoprodução

4.2.1 As práticas entre a Estrutura e a Agência

Como resultado da observação das práticas da autoprodução no espaço coletivo, apresentamos de uma forma assistemática a análise sobre as práticas alternativas de acesso aos a infraestrutura, serviços básicos e ocupação do espaço coletivo que compreendemos ser o meio de participação dos residentes, a partir de sua agência, na transformação do território.

Sendo escassa a implementação dos instrumentos de gestão territorial, a maior parte dos serviços é limitada pelas características (fisiográficas e morfológicas) do território,

insuficiência de recursos e dependência por parte ao apoio externo, observamos que para responder necessidades básicas imediatas- por exemplo a existência de vias em condições de circulação, drenagem, iluminação pública etc., os habitantes procuram alternativas, ou individualmente ou em grupos. A atuação individual é, em regra, colocada na colmatação de problemas de infraestrutura, por exemplo a de drenagem e segurança. As intervenções coletivas ocorrem quando os habitantes se encontram limitados de atuar individualmente para colmatação de infraestruturas inadequadas, e quando a ação tem benefício coletivo, criando-se assim, grupos de interesse. Neste contexto, a existência de organizações comunitária de base (OCB) para o acolhimento e tratamento dos problemas do bairro pelos residentes é mínimo, exercendo a estrutura de liderança local, por vezes, este papel.

No que respeita à infraestrutura de drenagem por exemplo, de forma pontual ocorre a ocupação do espaço publico por parte dos residentes e fora dos limites da habitação. Esta ocupação se processa com a colocação de elementos construídos que para o autor serve de proteção, entretanto por vezes é um obstáculo a circulação dos outros moradores. Trata-se aqui de uma medida de resiliência as chuvas fortes que caracterizam o clima local, motivo pelo qual existe uma razão prática desta ocupação. A configuração e tipologia deste objeto varia à medida da criatividade e capacidades do autor e é sobretudo uma medida de redução da vulnerabilidade em relação às inundações (ver fig. 4.28).

Ainda sobre a infraestrutura, ocorre de forma coletiva, o melhoramento pelos residentes, das condições na via. O exemplo desta prática, observamos no bairro Choupal, a sul do DM5, conforme mostram as figuras 4.29 e 4.30, em que um grupo de residentes, cansado de ter a rua em más condições de transitabilidade e não havendo resposta por parte do executivo municipal, juntou-se e realizou o melhoramento da estrada. Este exemplo mostra a predisposição dos residentes na participação ativa para o melhoramento das condições de vida, embora não seja sua obrigação como munícipes de contruir a estrada, podendo ofuscar o entendimento sobre as responsabilidades das autoridades de gestão.



Figura 4.28: Práticas alternativas individuais no espaço coletivo.
 Fonte: A autora



Figura 4.29: Práticas alternativas coletivas no espaço coletivo (bairro Choupal).
 Fonte: Desconhecido



Figura 4.30: Práticas alternativas no espaço coletivo no bairro de Bagamoio.
Fonte: A autora

Estas intervenções ao espaço público, realizadas à medida da disponibilidade de recursos dos residentes (e por vezes com auxílio das lideranças locais), resulta em situação diversas não se podendo medir a qualidade e a longevidade. Nos casos de ações mais elaboradas e concretas, a infraestrutura passa a ser uma condicionante no território tal como as ações transformadoras pontuais promovidas nas intervenções oficiais. Significa assim que igualmente às intervenções formais, estas também têm implicações para a sustentabilidade urbana pela probabilidade de condicionar a implementação de outras práticas,

Embora a necessidade pontual de responder de forma incremental aos desafios do dia-a-dia, as ações concretas materializadas em infraestrutura têm implicações no sistema urbano podendo, ao resolver um problema, criar um outro¹⁰⁴. Estas soluções são pensadas de maneira pontual pelo que se desconhecem as implicações cumulativas sobre os sistemas urbanos e ecológicos.

No que respeita a prestação de serviço, observa-se uma flexibilidade por parte do 'sistema formal'. As entrevistas, permitiram captar que independentemente da configuração do tecido procura-se abranger rede de eletricidade e abastecimento de água a todo o território. No entanto, quando o sistema formal, na sua lógica rígida, não consegue dar respostas: por exemplo de iluminação pública às ruas mais estreitas, alguns residentes, a medida de sua condição económica e criatividade, criam soluções alternativas funcionais (ver fig. 4.31).

No geral, estas práticas representam uma força abrangente na configuração do espaço público e, embora podendo criar desinformação sobre as responsabilidades do executivo municipal, constitui um conjunto de pistas das potenciais soluções (ou lições) de longo prazo que devem acompanhar a estabilização do quadro de ordenamento e gestão do território, como é o exemplo da solução para iluminação que o cidadão criou em situação de extremas exiguidade

¹⁰⁴ Ao exemplo do que se observa numa das imagens da figura 4-30 em que a residente coloca um obstáculo na porta de casa para evitar que a água não para dentro do recinto, entretanto cria empecilhos à circulação de pessoas por ser uma rua estreita (podendo dificultar atividade de recolha de RSU).

que merecem a sua consideração na construção de soluções para a sustentabilidade e sugere reflexões sobre os modelos e padrões de infraestrutura atuais.



Figura 4.31: Solução autoproduzida para iluminação pública de ruas de difícil acesso.
Fonte: A autora

A 'participação' dos residentes na transformação do território tem sido considerada pelo executivo municipal e atores da sociedade civil como uma abordagem a privilegiar no estudo, intervenções e gestão do território. Entretanto é geralmente reconhecido apenas a participação passiva quando as práticas de autoprodução mostram que existe uma dimensão de 'autogestão', conforme descreve Jorge (2017: 36) ao invocar a forma ativa de participação dos residentes no bairro e relacioná-la ao direito à cidade. Ademais, havendo um fraco nível de instrução e insuficiência na provisão dos equipamentos sociais, tanto na infraestrutura assim como no serviço, a questão que se levanta é se a participação passiva- que visa a construção da visão do espaço urbano desejável- é efetiva e se reúne condições para a construção de soluções em relação às necessidade de médio e longo prazo com respeito a um território mais sustentável, ou se trata de uma pseudoparticipação para mero cumprimento dos IGT¹⁰⁵?. A conceção e implementação de projetos numa base de participação ativa dos residentes é um contributo para a democracia:

'os cidadãos não devem ser vistos como sujeitos passivos que 'recebem' acções de planeamento, mas sim, como actores activos e dinâmicos capazes de implementar acções para a melhoria de suas comunidades e também imaginar e definir o futuro da sua cidade [...] eles detêm conhecimentos contextuais cruciais e uma compreensão das necessidades locais que podem facilitar o processo de planeamento e [...] existe o imperativo democrático de incluir todos os cidadãos urbanos na concepção do seu próprio futuro, pela participação em acções que moldam a cidade na qual desejam morar. (BROTO et al, 2015 93-94)

entretanto, os resultados sugerem algum questionamento sobre a sua efetividade, tanto em intervenções físicas como ações de sensibilização.

Sem aprofundar a questão, entendemos que a simples predisposição dos residentes em atuar de acordo com as duas condições e os seus interesses, no melhoramentos dos bairros, é um ponto forte na construção de caminhos para a sustentabilidade assentes na construção

¹⁰⁵ A participação das comunidades locais em todas as fases do processo de elaboração dos instrumentos de ordenamento do território e nas intervenções é indicação da atual POT.

natural de importância que poderia ter sido protegida. Outros casos, mais pontuais, acontecem numa logica abstrata a caminho da linha de água (fig. 4-33)

Bairro de Bagamoio

Bairro George Dimitrov



Figura 4.33: Pressão de ocupação sobre solos com elevado valor ecológico.
Fonte: A autora








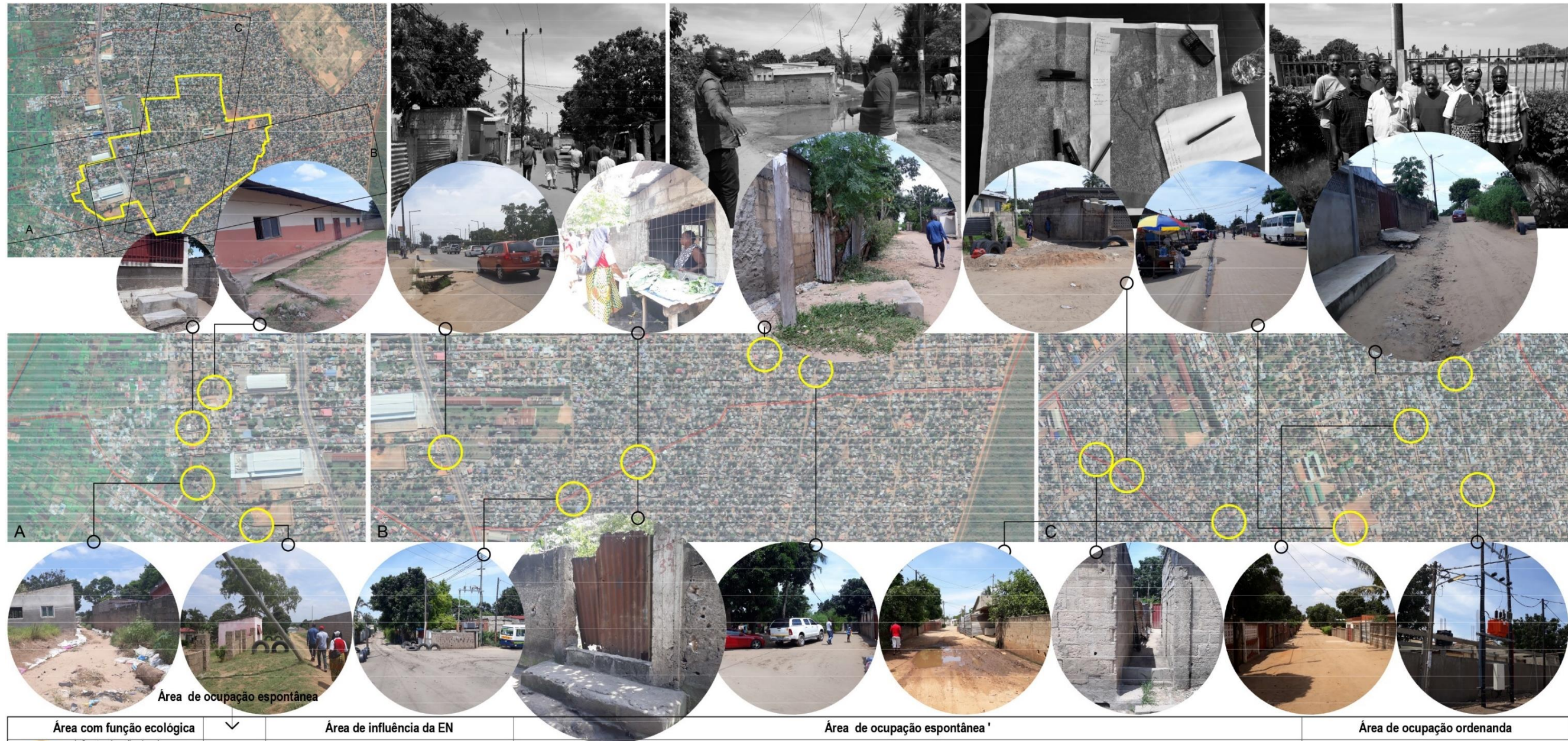
Área com função ecológica	Área de ocupação ordenada	Área de influência da EN	Área de ocupação espontânea	Área de influência da EN	A. ocup. espont.	Área de ocupação ordenada
 Água Contaminação das águas por insumos utilizados na produção agrícola e afluentes vindos a montante (área de ocupação por habitação, indústria e comércio), resultando na poluição da água e solo	Risco de contaminação da água potável pela eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.	Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura	Inadequado acesso a água. Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas	Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura	Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas	Risco de contaminação da água potável pela eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.
 Saneam./ Dren. Insuficiente e Inadequada infraestrutura de drenagem e saneamento. Aumentando o risco de inundação	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade
 Electricidade Insuficiência da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros	Insuficiência (por vezes inoperância) da rede de iluminação pública. Existência de áreas com ausência de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de colmatação por parte dos residentes	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros	Insuficiência (por vezes inoperância) da rede de iluminação pública. Existência de áreas com ausência de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de colmatação por parte dos residentes	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança
 Resíduos sólidos Limpeza do espaço pelos pequenos produtores	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexiste com a poluição do ar	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexiste com a poluição do ar	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes
 Espaço Público Inexistência de equipamentos de lazer e recreação	Inadequado Inexistência de espaços de lazer e recreação. Insuficiente número e variedade de equipamentos sociais. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder a equipamentos de saúde.	Frequente risco a segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedonal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.	Exiguidade na existência de de espaços de lazer e recreação, de equip. sociais e (muitas vezes) desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder a equipamentos de saúde e/ou transporte público	Frequente risco a segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedonal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.	Exiguidade na existência de de espaços de lazer e recreação, de equip. sociais e (muitas vezes) desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder a equipamentos de saúde e/ou transporte público	Inadequado Inexistência de espaços de lazer e recreação. Insuficiente número e variedade de equipamentos sociais e desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder a equipamentos de saúde, transporte público, etc.

Figura 4.34: Diagrama resultante da caminhada transversal no Bairro George Dimitrov.
 Fonte: A autora








Área com função ecológica	Área de influência da EN	Área de ocupação espontânea 1	Área de ocupação ordenanda
 <p>Contaminação das águas por insumos utilizados na produção agrícola e afluentes vindos a montante (área de ocupação por habitação, indústria e comércio), resultando na poluição da água e solo</p> <p>Água</p>	<p>(ver Área de ocupação espontânea 1)</p> <p>Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura</p>	<p>Inadequado acesso à água. Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas</p>	<p>Risco de contaminação da água potável pela eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.</p>
 <p>insuficiente e Inadequada infraestrutura de drenagem e saneamento, Aumentando o risco de inundação</p> <p>Saneam./ Dren.</p>	<p>(ver Área de ocupação espontânea 1)</p> <p>Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações</p>	<p>Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade</p>	<p>Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à eventual inundações e/ou permitir acessibilidade</p>
 <p>Insuficiência da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança</p> <p>Electricidade</p>	<p>(ver Área de ocupação espontânea 1)</p> <p>Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros</p>	<p>Insuficiência (por vezes inoperância) da rede de iluminação pública. Existência de áreas com ausência de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de colmatação por parte dos residentes</p>	<p>Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança</p>
 <p>Limpeza do espaço pelos pequenos produtores</p> <p>Resíduos sólidos</p>	<p>(ver Área de ocupação espontânea 1)</p> <p>Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexiste com a poluição do ar</p>	<p>Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes</p>	<p>Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes</p>
 <p>Inexistência de equipamentos de lazer e recreação</p> <p>Espaço Público</p>	<p>Insuficiência (e por vezes inadequado) de espaços de lazer e recreação.</p> <p>Frequente risco a segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedonal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.</p>	<p>Inadequado/Inexistência de espaços de lazer e recreação. Muitas vezes desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder ao transporte público.</p>	

Figura 4.35: Diagrama resultante da caminhada transversal no Bairro de Bagamoio.
Fonte: A autora

Das constatações específicas sobre o bairro George Dimitrov (ver tabela 4-1), a ocupação mais substancial do território junto ao corredor ecológico, poder ter a ver com a intenção do PEUMM 2008 ao estabelecer um novo polo urbano (com indicação de área para expansão) precisamente aonde a ocupação ocorreu e propiciou a substituição da área de verde natural. Esta parte geográfica as condições de tratamento do saneamento básico, implica na qualidade da agricultura urbana também prevista e recorrente naquela parte do território. Acresce que a área com função ecológica neste bairro tem ocupação industrial (fabrica de papel), localizada junto da linha de água, resultante de um projeto público, o que sugere que esta ocupação específica envolve outros atores deixando de ser uma prática de mera resiliência.

A sua desconexão com os principais equipamentos sociais do bairro torna-se mais crítica com a configuração da estrada nacional, transformando esta área um lugar de pouca abrangência aos equipamentos ou aumentando os riscos nos percursos de acesso aos mesmos.

As áreas de ocupação espontânea constituem os locais com mais risco ao nível da qualidade da água potável, da insuficiência na iluminação pública e, em alguns casos, menos condição de integração de equipamentos. Observa-se, no entanto, que as condições de saneamento, e drenagem, estão em ambos os bairros, ligados à relação da habitação com o espaço coletivo, às características geomorfológicas¹⁰⁶ e à intervenção do residente no espaço coletivo circunvizinho a sua habitação.

Com respeito à recolha de RSU, ambos os bairros e as áreas geográficas envolventes apresentam qualidade semelhante fruto da gestão municipal que tem vindo a ser implementada e a generalidade no que respeita à limpeza do ambiente comprova o facto.

No bairro de Bagamoio (ver tabela 4-1), constatam-se semelhanças nas características das áreas de ocupação ordenada e espontânea havendo, no entanto, uma maior concentração de equipamento sociais com ênfase nos de saúde, por casualidade territorial,






‘[...] o bairro de Bagamoio fazia parte de Benfica mas só que quando surgiu aquela lei de se deitar fora os nomes dos colonos, aquilo foi dividido e ficou Bagamoio e este ficou George Dimitrov George Dimitrov não tem Hospital, usam o Hospital de Bagamoio, o que tem é entre uma a três clínicas privadas [...]’ (E-LL2, 2019).

A partir de um olhar sistemático e integrado sobre as materialidades, pudemos constatar: (1) uma certa interdependência nos sistemas do território, traduzidas na implicação mutua entre os resultados das intenções, por exemplo, ao resolver através da autoprodução/coprodução o problema de saneamento pode haver implicações na qualidade da água, ou ao se resolver um problema de drenagem pode-se criar empecilhos à circulação pedonal e (2) do mesmo modo que há uma certa cumplicidade entre as auto e coproduções, as duas racionalidades interagem quer nos mecanismos de acesso à iluminação pública, quer na ocupação do solo com valor agrícola para a construção da habitação na qual há por vezes um estímulo das autoridades.



¹⁰⁶ Significando assim que a erosão e degradação precoce das vias de acesso, não é necessariamente função única da configuração do tecido urbano.

Tabela 4.1: Resumo dos resultados do *Transect Walk* nos bairros George Dimitrov e Bagamoio.
Fonte: A autora

GEORGE DIMITROV

	Área com função ecológica	Área de ocupação ordenanda	Área de ocupação espontânea
 Água	Contaminação das águas por insumos utilizados na produção agrícola e afluentes vindos a montante (área de ocupação por habitação, indústria e comércio), resultando na poluição da água e solo.	Risco de contaminação da água potável pela eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.	Inadequado acesso a água. Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.
 Saneam / Dren.	insuficiente e Inadequada infraestrutura de drenagem e saneamento, Aumentando o risco de inundação.	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade.	
 Electricidade	Insuficiência da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança	Insuficiência (por vezes inoperância) da rede de iluminação pública. Existência de áreas com ausência de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de colmatação por parte dos residentes
 Resíduos sólidos	Limpeza do espaço pelos pequenos produtores	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes	
 Espaço Público	Inexistência de equipamentos de lazer e recreação	Inadequado/Inexistência de espaços de lazer e recreação. Insuficiente número e variedade de equip. sociais e (muitas vezes) desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder a serviços equipamentos de saúde, etc.	Exiguidade na existência de espaços de lazer e recreação, de equip. sociais e (muitas vezes) desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder a equipamentos de saúde e/ou transporte público

BAGAMOIO

	Área de influência da EN	Área de ocupação espontânea	Área de ocupação ordenanda
 Água	Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura.	Inadequado acesso a água. Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.	Risco de contaminação da água potável pela eminente exposição da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de rua pavimentadas.
 Saneam / Dren.	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações.	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficientes de infraestrutura convencional -causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face à inundações e/ou permitir acessibilidade.	
 Electricidade	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros.	Insuficiência (por vezes inoperância) da rede de iluminação pública. Existência de áreas com ausência de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de colmatação por parte dos residentes.	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança.
 Resíduos sólidos	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexiste com a poluição do ar.	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes.	
 Espaço Público	Frequente risco à segurança rodoviária. Inadequadas condições de circulação pedonal e Insuficiente infraestrutura de TP.	Inadequado/Inexistência de espaços de lazer e recreação. Muitas vezes desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder ao transporte público.	

Findo o diagnóstico que analisa a autoprodução, por um lado, na sua relação com os mecanismos formais de acesso aos benefícios do 'urbano' e, por outro, nos mecanismos alternativos de agência dos residentes sobre o espaço coletivo e suas respectivas materialidades, apontamos que:

No que respeita às intervenções, elas são feitas à medida dos recursos técnicos e materiais disponíveis resultando na implementação de infraestruturas que em certa medida melhoram as condições do espaço urbano. É o caso da via de acesso no Bairro de Bagamoio que melhorou a acessibilidade aos equipamentos sociais (Escolas e Hospital). É também o caso das obras prioritárias do bairro George Dimitrov que não só melhoraram as condições de acessibilidade a uma parte do território como facilitaram a implementação de equipamentos sociais de interesse no bairro e a intervenção na integração do comércio informal à malha existente. No entanto, estas intervenções não têm efeitos decisivos na sustentabilidade por se apresentarem como soluções pontuais cujo impacto não é abrangente. Nos casos de implementação de infraestrutura, esta transforma-se numa condicionante no território e no caso de fraca qualidade de implementação, passam a ser um empecilho.

A conectividade no território é um aspeto ainda mais voltado para a filosofia da mobilidade carro-centrista, e precisa de encontrar o caminho para capitalizar a predisposição dos habitantes para a mobilidade suave (observada pela repartição modal do contexto) e, associado a um sistema de transporte coletivo melhorado capturar da configuração do território, mecanismos de estruturas de vizinhança.

Em termos de infraestrutura, a drenagem ainda representa um problema crítico com efeitos recíprocos à habitação cujas materialidades, nas condições da infraestrutura em algumas partes do bairro, sugerem riscos para a saúde pública. A situação acentua-se, pois, a solução nalguns casos envolve investimentos pesados.

A gestão dos RSU representa um exemplo de gestão ajustada a realidade territorial e institucional. Embora pontualmente contestada por residentes, este modelo de gestão é um caminho desejável para a colmatação de insuficiências de gestão partir de abordagens criativa e holísticas de gestão de infraestrutura. O facto deste modelo ter conseguido instalar um meio de autofinanciamento a nível local, mostra o potencial de captação de fundos para o orçamento municipal independentemente a condição do território. O que deve ser assegurado, neste caso, é a oferta de serviços satisfatórios aos munícipes.

Há ainda um caminho longo na integração do comércio informal pelo que vai exigir das autoridades uma certa criatividade no desenho de soluções de se adequam a realidade dos habitantes no espaço urbano caracterizado pela hegemonia no sector informal, ou seja, este sector é tão forte como não é o análogo, pelo que a abordagem enquadrada na integração nos modelos clássicos (através da construção e reabilitação de recintos de mercados), deve ser repensada para assegurar, por um lado, os tributos e por outro a segurança dos consumidores.

A respeito do espaço público e dos equipamentos coletivos, há um caminho importante a trilhar na criação de oportunidades de escolha. Parte significativa da solução para a colmatação

da insuficiência de equipamentos é de nível de políticas públicas, a outra parte está vinculada aos níveis de responsabilidade na gestão a nível local, pelo que, vai ser necessário uma forte governança para contornar esta situação. Ligado a estes, na ótica de lugar de criação de oportunidade, o espaço público oferece um elevado potencial para criação de prosperidade. Ao contrário do estereótipo¹⁰⁷ que muitas vezes se cria sobre os AHAP, o caso de estudo tem se mostrado detentor de lugares com elevado potencial de transformação.



Figura 4.36: Espaço público inutilizado:
Fonte: A autora

¹⁰⁷ Em relação ao conteúdo rizomático das vias e a insuficiência de espaço para circulação entre os edifícios.



Figura 4.37: Espaço público inutilizado:
Fonte: A autora

A perspectiva de Gehl colocada no ponto 1.4, sugere um olhar particularmente detalhado sobre o melhoramento das condições de vida nestes assentamentos, a partir deste lugar que ora, é lugar de conflito entre a circulação de veículos e o momento de 'lazer' das crianças, ora é um lugar de comércio isolado e em muitas ocasiões de não acontecimentos. Este lugar tem forte relação com a forma como o ambiente contruído (a fronteira da habitação) se relaciona com o espaço coletivo. Considerando a importância da população jovem no bairro, este lugar oferece oportunidade de, pela via incremental, para dar voz e oportunidade às crianças.

Em conclusão, observamos que a autoprodução do espaço coletivo tem implicações negativas na sustentabilidade em três níveis:

- (1) Ao tentar resolver um problema para melhoria da qualidade de vida, as intervenções deliberadas podem desencadear outros problemas que deterioram a qualidade do espaço público e dos sistemas ecológicos como é o caso das várias intervenções observadas e descritas supra.
- (2) As materialidades transformam-se em condicionantes do território podendo influenciar decisões a medio prazo.
- (3) A ideia de intervenção 'auto', por ser deliberada, contribui para o desconhecimento da vasta diversidade do território limitado a existência de evidências sobre o urbano existente.

A autoprodução do espaço coletivo tem também resultados potencialmente positivos:

- (1) As práticas na colmatação de insuficiência dos sistemas de provisão de serviços podem ser a base para a construção de soluções de médio e longo prazo.
- (2) A intervenção por parte dos moradores sugere uma predisposição para a construção de soluções.
- (3) O conjunto das práticas entre o sistema e agência, permite captar pistas para a construção de um quadro de planeamento ajustado às condições socio espaciais.

CAPÍTULO 5 – AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO QUADRO DA AUTOPRODUÇÃO



A análise da autoprodução compreendeu a reconstrução do processo através do qual foi construído, consolidado, e também os moldes através dos quais é mantido e transformado o espaço coletivo nos bairros George Dimitrov e Bagamoio. As pistas espaciais e imateriais constituem a base para a avaliação da sustentabilidade nestes bairros. Nesta senda, com base no modelo de Moroke *et al* (2019) fazemos a ponderação dos aspetos das condições de vida, inspirado igualmente na leitura sobre o planeamento urbano SGT nacional. O Modelo apresenta dez grupos de critérios (MOROKE *et al* 2019: 15), cuja avaliação resumida sugere padrões aproximados de sustentabilidade nos dois bairros.

Tabela 5.1: Resumo da avaliação da sustentabilidade no BGD e BB.
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos critérios de avaliação de Moroke et al (2019)

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM BAIROS	BAIRRO	
	BGD	BM
Espacial e meio ambiente	2.2	2.4
Densidade urbana	3	2.5
Capital cultural e social	2.1	2.2
Conectividade e transporte público	1.4	1.4
Econômica	4	4
Crescimento inteligente	2.3	2.2
Serviços	3.5	3.5
Segurança Alimentar	3.3	3.3
Governança urbana	1	1
Condições de habitabilidade	2.7	3.3

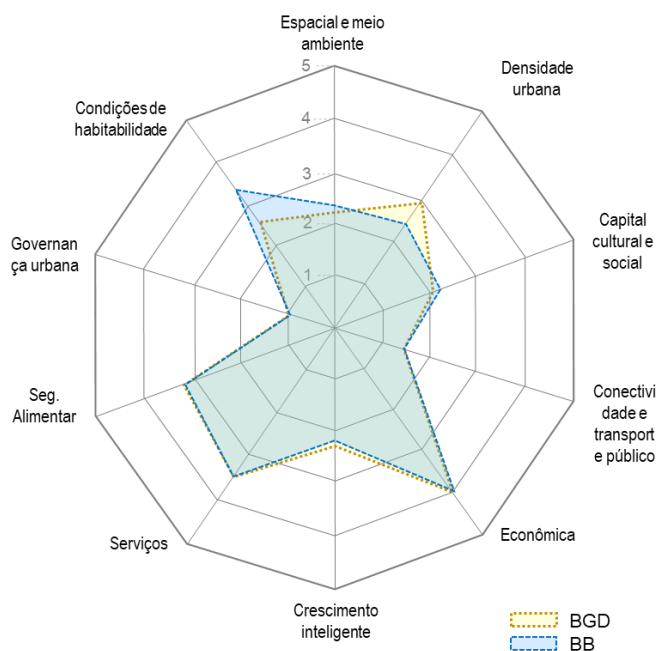


Figura 5.1: Avaliação da Sustentabilidade no bairro George Dimitrov e Bagamoio:
 Fonte. Elaborado pela autora com base em Moroke *et al* (2019)

Entretanto, embora pareça que os bairros difiram apenas nas condições de habitabilidade e na densidade, as tabelas relativas aos “Resultados” permitem outras reflexões.

Tabela 5.2: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critérios: Espacial e Ambiental; Densidade Urbana e Conectividade, Mobilidade e Transporte).
Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moroke *et al* (2019:5-7)

CRITÉRIO	FATORES	PARÂMETROS MENSURÁVEIS	MEDIÇÃO DE FATOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	COMENTÁRIO SOBRE O BAIRRO	1-PIOR, 5-MELHOR					RESULTADO						
							1	2	3	4	5	BGD	BB					
1	ESPACIAL E AMBIENTAL	População	Número de população	População Economicamente Activa (PEA)* 15-64 anos	%	Dados estatísticos (transpostos da população ativa na área urbanas do país)	Entre 62% (segundo PPUBGD) e 55.6 % segundo o INE (2019)							2.2	2.4			
			Estrutura populacional													GD/B		
		Tendências socioeconômicas	Emprego e capacidade de investimento	PIB	% de crescimento	Dados estatísticos (semestre 1 de 2019)	2.5%		GD/B									
								Urbanização/Planeamento espacial	Crescimento policêntrico e expansão, desenvolvimentos (pequena escala)	Padrões de ocupação	área (Km2)	Propriedades de distribuição espacial da população urbana às suas dinâmicas e habitats	Variados padrões de ocupação					GD
		Proximidade ao CBD	Grau de proximidade	Distancia (Km)	Limitado a rede estrutural. Infraestrutura insuficiente		GD/B											
		Fornecimento de transporte e infraestrutura	Redes de transporte	Total número de registos	Número de registos	-	Limitada implementação das políticas de desenvolvimento	GD/B										
		Estrutura política, tendências gerais	Coesão territorial, política regional - desenvolvimento urbano e meio ambiente	Avaliação baseada em resultados	No. objetivos alcançados	-	Os residentes reutilizam recursos			GD/B								
		Ecologia	Reciclagem de resíduos sólidos	RSU reutilizado/ reciclado	%	% de RSU reutilizados e reciclados	sem dados.				GD/B							
		Poluição	Emissões deCO2, densidade de enxofre e dióxido de nitrogênio	Emissão por Km	Gramas por Km	Uso de combustível por automóveis	sem dados.											
								Recursos hídricos renováveis	Fontes renováveis de água	%	Mede a cap. da infraestrutura de H2O	Uso extensivo de furos				GD/B		
								Nível de cobertura verde	Km de área	Km de área	Área de parque ou área natural	Insignificante	GD/B					
								Fontes de energia alternativa	Fontes de energia sustentável	%	Número de famílias que utilizam fontes alternativas de energia	Uso de diferentes fontes: Gás, eletricidade. carvão, solar, etc.						GD/B
Conservação de água	água conservada							Quantidade	No. de casas e negócios de conservação.	sem dados	GD/B							
Bens ou serviços eco eficientes	serviços coeficientes	%			GD/B													
2	DENSIDADE URBANA	População	Taxa de urbanização	População em áreas urbanas	% da população urbana	População total que vive na área urbana por área de terra da cidade	A totalidade é urbana			GD/B			3	2.5				
		Ambiente físico	Densidade urbana	Quantidade de terra em uso urbano	%	quantidade de solo ocupado	GD 76% e B 90%		BB	GD								
		Movimento	Chegadas de visitantes	Nº total de chegadas de visitantes	Quantidade	-	sem dados.											
			Vistos de trabalho	Nº total de habitantes	Quantidade	-	sem dados.											
Total de residentes deslocados	Nº total de habitantes		Quantidade	-	sem dados.													
3	CONNECTIVIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTE	Modo de viagem	Automóveis, autocarro comboio etc.	Modos de transporte público/coletivo	%	Diferentes modos de transporte	Prevalecem os autocarros		GD/B				1.4	1.4				
		Disponibilidade	Número, frequência e número de horas em que os serviços estão disponíveis	Número de veículos	Veículos /hora	Mede a existência do TP	disponibilidade irregular e limitada ao período diurno	GD/B										
		Acessibilidade	Tempo de caminhada até a estação ou parada, tempo médio de espera para o próximo serviço	Tempo de acesso = tempo de caminhada até a estação ou parada + espera média	min ou horas a espera de transporte	Mede a acessibilidade (a pé) dos pontos de interesse aos locais de acesso ao TP	Nem toda a população está bem servida			GD/B								
		Confiabilidade	número de Avarias	Total de avarias por viagem	% de confiança	Habilidade de cumprir horários	Sem horário	GD/B										
		Segurança e proteção	Acidentes a casa 100 000 viagens, segurança do pedestre ao aceder ao transporte e visibilidade.	Total de incidentes por Km de viagem	% de incidentes por Km	mede a sensação de segurança em relação aos acidentes no/com o transporte publico	Sem dados											
		Equidade (inclusivo)	Acessível para indivíduos com mobilidade reduzida	Avaliação feita por observação	número de instalação	Mede a facilidade de certos grupos usarem o sistema	Limitada condição de acessibilidade	GD/B										
		Acessibilidade (preço)	Preço justo com referência à população de baixa renda	Custo por viagem	classificação media	Estima a acessibilidade	Residente gestão em média 40% do seu rendimento	GD/B										
		Conectividade intermodal	Integração das estações, paragens e serviços	Caminhada para a próxima estação e tempo de espera	horas ou minutos	Mede a agilidade na troca dos modos de transporte	Fraca integração com outros modais	GD/B										
		Qualidade, rapidez, atratividade e conforto	disponibilidade de assentos, limpeza, qualidade de ar interior, linha dedicada, ar condicionado etc.	Avaliação feita por observação	Número de instalação	Mede a atratividade do transporte publico em relação aos actuais e novos utilizadores	Muito pouca atratividade e conforto	GD/B										
		Impacto Ambiental	Emissões por km, eficiência do combustível e consumo de energia pelo transporte publico	eficiência do combustível	KM/ litro para obter a emissão	O nível de redução da emissão pelo uso de transporte público	Sem dados											
		Existência de regulação nas várias escalas	Existência de transporte publico, políticas voltadas à medição da performance, coordenação e cooperação	Resultado baseado na observação	Avaliação baseada na performance	Habilidade da política em melhorar os modos de transporte público	Recentes políticas e plano a nível metropolitano			GD/B								
		Infraestrutura	Infraestrutura	Infraestrutura privada para transporte	Infraestrutura privada de transporte	% de infraestrutura privada	Mede a capacidade da infraestrutura em relação à demanda nela	Limitada infraestrutura e fraca qualidade das instalações	GD/B									
Infraestrutura pública para transporte	Infraestrutura pública de transporte			% de infraestrutura de transporte	GD/B													
Instalações de transporte por pessoas	Totalidade de instalações			% de instalações de transporte	GD/B													

Tabela 5.3: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critérios: Cultural e Capital Social e Econômico).
 Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moroke *et al* (2019:8-9)

CRITÉRIO	FATORES	PARÂMETROS MENSURÁVEIS	MEDIÇÃO DE FATOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	COMENTÁRIO SOBRE O BAIRRO	1-PIOR, 5-MELHOR					RESULTADO			
							1	2	3	4	5	BGD	BB		
4	CULTURA E CAPITAL SOCIAL	Planeamento e implementação inclusiva de projetos	Esforço visível de envolvimento à comunidade	Avaliação feita com base nos resultados	Residentes envolvidos	Mede a abordagem participativa dentro da governança democrática e propriedade dos serviços, cultura local inclusiva de serviços	Necessidade de fortalecer a qualidade dos processos participativos e uma interação horizontal das esferas de decisão					GD/B	2.1	2.2	
			Interesse do cidadão sustentado além da fase de Planeamento	-	% de residentes interessados	-	A limitação de recurso é um dos fatores que descontinua o engajamento	GD/B							
			Crescimento de parcerias entre grupos		% de parcerias	-	Pouca evidencia de parcerias por Proj.	GD/B							
			Reuniões públicas que atraem novos participantes	Número de população	% de participação	-	Populações participam em reuniões com as lideranças				GD/B				
			Representações de grupos de baixa renda	Número de famílias de baixa renda	% de representantes	-	sem informação								
		2	Desenvolvimento de lideranças	Novos líderes assumindo novos papéis e posições	Número de líderes	% de desenvolvimento de liderança	-	Residual. Responsabilidade pouco atrativa para jovens		GD/B					
		3	Capital Social	Número de organizações	Número de organizações Registradas	Número total	-	Embora com pouco representatividade há algumas organizações de base local		GD	BB				
		4	Bem-estar social	Despesas do setor público	Valor do custo social associado às despesas públicas	Custo social associado às despesas públicas	Mudanças não índice de pobreza, mortalidade, longevidade e desemprego	sem informação sobre as tendências							
		5	Valores da comunidade	Número de instituições culturais	Total número de instituições	Número total	Ferramenta importante para avaliar o nível de desenvolvimento social da cidade, os recursos culturais e avaliar o impacto das políticas.	Embora não há OBC de preservação e promoção, há uma memória cultural e alguns grupos culturais.			GD/B				
		6	Instalações culturais para visitantes	Número de museus e monumentos	Total número de museus e monumentos	Número total	-	Não existe	0						
Número de edifícios acomodação/ Hotel	Total número de acomodação/ Hotel			Número total	-	Foi identificado um hotel no Baçamoio	BB								
7	Despesas do governo	Despesas governamentais em artes e cultura como % do total de gastos públicos	despesas públicas em artes e cultura	%	-	sem informação									
8	Despesas domésticas	Despesas de bens e serviços culturais das famílias como % do total de despesas das famílias	despesas domésticas em artes e cultura	%	-	sem informação									
9	Recursos culturais	Número de locais do patrimônio mundial (dentro de 100 km)	Patrimônio Mundial a 100Km	Número total	-	Apenas patrimônio local			GD/B						
5	ECONÔMICO	1	Vitalidade econômica e tamanho do mercado	Taxa de crescimento do PIB	-	% de crescimento	Mede a economia e o padrão de vida da cidade, com um PIB per capita mais alto mostrando um padrão de vida mais alto	sem informação precisa							
		2	Capital Humano	Número de funcionários no setor de serviços para empresas	Rácio de população empregada	% de população empregada	Revela a visão econômica agregada da população que tem efeito positivo no emprego, produção e desenvolvimento econômico	estima-se que 53% da força de trabalho está empregue no comércio informal (Maior parte comerciante) e o restante 47% no setor formal)			GD/B				
		3	Educação	Proporção da população com 15 anos ou mais de idade com escolaridade no nível superior (sem diploma)			O indicador mostra a estimativa de habilidades técnicas, inteligência e conhecimento para contribuir para o crescimento econômico	sem informação precisa							
Proporção da população com 15 anos ou mais de idade com escolaridade no nível superior (grau e acima)					-	Sem dados do bairro	0								

Tabela 5.4: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critérios: Crescimento inteligente, Qualidade de Serviços e Segurança alimentar).
 Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moroke *et al* (2019:10-12)

CRITÉRIO	FATORES	PARÂMETROS MENSURÁVEIS	MEDIÇÃO DE FATOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	COMENTÁRIO SOBRE O BAIRRO	1-PIOR, 5-MELHOR					RESULTADO			
							1	2	3	4	5	BGD	BB		
6	CRESCIMENTO INTELIGENTE	1	Mistura no uso do solo	Casas, lojas, Negócios e oportunidades de lazer	mistura por unidade	No/ Km2 de área	Mede a mistura de usos no bairro	limitado no. de funções			GD/B			2.3	2.2
		2	Bairro compacto	Residentes próximos do centro de negócios	Residentes a 1.6Km	No. de residentes	Mede o no. de pessoas próximas das oportunidades	Boa parte das oportunidades não estão no bairro			GD/B				
				Residente proximidade às áreas de lazer	Residentes a 1.6Km	No. de residentes		escassez de área de lazer	GD/B						
				Proximidade ao trabalho	Residentes a 1.6Km	No. de residentes		Maior parte do comércio local e prestação de serviço é feita pelos residentes				GD/B			
		3	Múltipla opção de transporte	Infraestrutura segura para caminhadas, ciclismo, trânsito e direção	Avaliação feira com base em incidentes	Número de fatalidades etc.	-	Atropelamentos a E		GD/B					
		4	Variedade na opção de Habitação	Diferentes tipos de família, estágio de vida e níveis de reprodução			-	Sem informação							
		5	Senso de lugar	Número de hortas comunitárias	Número Total	No. de residentes	-	Estimativa com base nas cooperativas locais	GD/B						
				Número de pessoas que afirmam ter um bairro suficiente	Número Total de residentes satisfeitos com o seu bairro			Vários entrevistados mostram-se satisfeitos			GD/B				
				Participação cidadã em projeto comunitário	número e escala	número e escala		Com incentivo há tendência +		GD/B					
				Habitabilidade do bairro	Média de outras variáveis			reflete os vários acessos			GD/B				
				Número de pessoas que dizem que a maioria pode ser confiável				Informação não levantada							
		6	Espaços abertos e Parques	Parques disponíveis	1 para cada 1000 habitante			Distantes de alcançar o mínimo	0						
Espaço aberto disponível	Total de espaços abertos em Km2 de área			Estimativa (sem contar com as estradas. GD 5%, B, 3.8%)		GD/B									
7	Densidade do bairro	Densidade da população			GD - 94.4 Hab/há e B - 76.3 Hab/há,		BB	BGD							
8	Envolvimento da comunidade	Cidadãos que participam da vida comunitária e da tomada de decisões		No. de residentes	número de participantes em relação ao total da população do bairro	Estrutura local instrumental para participação, no entanto, não consistente			GD/B						
9	Relação custo-benefício	Número de edifícios e infraestrutura verdes	Número de infraestruturas verdes		Mede edifícios/ sistemas com benefícios económicos e eficiência energética	vários edifícios são construídos com material e pessoal local		GD/B							
		Percentual de empresas que produzem ou participam de bens, serviços ou informações de comércio eletrônico	% dos negócios envolvidos no comércio eletrônico e sua contribuição no PIB		-	Informação não levantada									
7	QUALIDADE DOS SERVIÇOS	1	Cobertura de serviços	Conexões de eletricidade, remoção de resíduos, saneamento e infraestrutura de água	Total de habitações com acesso	%	Mede a população com acesso à serviços quer pela via doméstica ou a um ponto	Acesso próximo da totalidade dos residentes do bairro, uns pelos serviços publico, outros pelo privado				GD/B	3.5	3.5	
		2	Produção e consumo de serviços	Litros; pessoas; dia mês ano); conexões; remoções	Total de população servida por mês	Quantidade					GD/B				
		3	Qualidade dos serviços	Continuidade do serviço, clientes com fornecimento descontínuo, qualidade dos serviços prestados, reclamações sobre o serviço	Media de horas de serviço por dia	média de horas por serviço	-	Qualidade não uniforme no abastecimento de água e electricidade			GD/B				
		4	Acessibilidade do serviço (preço)	Tarifas em ações	Total de receita por ano	% receita		75% da taxa de eletricidade para RSU???		GD/B					
8	SEGURANÇA ALIMENTAR	1	Disponibilidade	Pesquisa de produção agrícola	% de famílias envolvidas na produção alimentar	% de famílias	Mede os sistemas de produção de alimentos nos quintais para produzir uma estratégia sustentável e de baixo custo para aumentar a segurança alimentar das famílias através do acesso direto a um suprimento confiável	Grande parte das operativas integram residentes locais para além de várias famílias terem horta em casa				GD/B	3.3	3.3	
		2	Acessibilidade	Pesquisa de consumo das famílias	Consumo por família	% de famílias		Sem dados							
		3	Estabilidade	Preço e fornecimento de alimentos	Preço da comida	custo		Acessível aos residentes			GD/B				
				Produção de alimentos domésticos	% da produção alimentar			Sem dados							
4	Utilização	Acesso às facilidade e serviços	Grau/ % de casas com o acesso			Acesso limitado pelo transporte			GD/B						

Tabela 5.5: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critério da Governança Urbana).
 Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moroke et al (2019:13)

CRITÉRIO	FATORES	PARÂMETROS MENSURÁVEIS	MEDIÇÃO DE FATOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	COMENTÁRIO SOBRE O BAIRRO	1-PIOR, 5-MELHOR					RESULTADO				
							1	2	3	4	5	BGD	BB			
9	GOVERNANÇA URBANA	1	Políticas sociais	Educação e saúde	Avaliação do impacto	O resultado observado em cada uma das componentes	Ferramenta de medição do desenvolvimento social e impacto de políticas públicas	Carências na variedade e distribuição equitativa		GD/B				1	1	
				Comida e nutrição												
				Habitações e edifícios verdes												
				Transporte público												
				Acesso à energia verde												
				Áreas de recreação e apoio comunitário												
		2	Políticas económicas	Crescimento produtivo verde	% de negócios envolvidos no comércio eletrónico	% de crescimento verde	Avalia a conformidade com o crescimento sustentável	Sem informação								
				Criação de emprego decente	Total de no. de empregos criados											
				Produção e distribuição de energia renovável	Total de produção por ano	% de energia renovável distribuída	Mede o compromisso dos governos com o setor de crescimento fiscalização e gestão eco eficiente	(não há registo de produção nem distribuição de energia renovável ao nível dos dois bairros, no entanto há alguma promoção. Ex. Fogao Ndzilo	GD/B							
				Atividade económica eco eficiente	No. de produtos e empresas	quantidade de empresas no setor eco eficiente	-	Sem informação								
				3	Políticas de engajamento ambiental	Floresta e solo	Avaliação do impacto	resultado observado	Acompanha o progresso ambiental avaliando o desempenho ambiental e apoiando a política	O impacto ao longo do tempo da ocupação sobre das áreas naturais e a poluição da rede ecologia	GD/B					
						Resíduos e reciclagem	RSU reutilizado/ reciclado	% de RSU reutilizados e reciclado	-	A gestão de resíduos sólidos ainda é voltada para a gestão passiva e não activa	GD/B					
	Eficiência energética	Standards de conservação	% de eficiência energética			O desempenho ambiental é medido em relação aos objetivos domésticos e compromissos internacionais	Sem informação precisa									
	Conservação de água (de água doce)		Unidade de conservação													
	Conservação da qualidade do ar		-													
	Adaptação e mitigação das mudanças climáticas					0										
	4	Governança Urbana	Planeamento e descentralização	Avaliação do impacto	resultado observado em cada categoria	Mede o progresso na consecução de uma boa governança urbana	Inefetivo e voltado para ações e projetos pontuais são baseados em financiamento externo pontual e cuja sustentabilidade no tempo é praticamente inexistente.	GD/B								
			Redução de desigualdades					GD/B								
			Fortalecimento dos direitos civis e políticos					GD/B								
			Apoio local, nacional e regional					GD/B								
			Cooperação, atitude em relação aos direitos humanos					GD/B								
			Atitude em relação à diversidade Incorporação de grupos excluídos no processo de consulta, monitoramento e avaliação					GD/B								
	Papel dos grupos-chave no Planeamento, tomada de decisão e implementação	GD/B														
							A implementação compreende um grande desafio									

Tabela 5.6: Resultados da avaliação da sustentabilidade (Critério de Habitabilidade).
 Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moroke et al (2019:14)

CRITÉRIO	FATORES	PARÂMETROS MENSURÁVEIS	MEDIÇÃO DE FATOR	UNIDADE	DEFINIÇÃO	COMENTÁRIO SOBRE O BAIRRO	1-PIOR, 5-MELHOR					RESULTADO		
							1	2	3	4	5	BGD	BB	
10	1	Custo de vida	Media do preço da renda	Níveis médios de preços de aluguel de casas	Média da renda mensal	Ajuda a comparar o custo de vida em vários bairros	Sem Informação						2.7	3.3
			Nível de preço dos bens e serviço					Comparado ao rendimento média das famílias, os preços são elevados	GD/B					
	2	Segurança e proteção	Número de assassinatos por população	Total número de assassinatos no bairro	%	Mede o número de assassinatos para determinar a segurança	Embora haja por vezes marginalidade, assassinatos são raros					GD/B		
	3	Ambiente de vida e cuidados de saúde	Esperança de vida		anos	mede a qualidade dos serviços	Referencia nacional 53.5 anos			GD/B				
			Número de médicos por populaça	Número total de médicos / população	% dos médicos no bairro	-	Sem Informação							
			Disponibilidade de cuidados de saúde privado	número de clínicas privadas	Total número de clínicas provadas	-	Nem todos os residentes conseguem aceder ao serviço privado		GD/B					
			Qualidade dos cuidados de saúde privados	Avaliação do impacto		-	Sem Informação							
			Disponibilidade de serviços públicos de saúde	número de clínicas privadas	Número total de clínicas	-						BB		
			Qualidade da assistência pública em saúde	Avaliação do impacto		-	Sem Informação							
			Disponibilidade de medicamentos sem receita	Número de farmácias	Número total de farmácias	-				BGD		BB		
	4	Instalações para a vida	Variedade do comércio local	Diferentes tipos de comércio local	Número total estabelecimentos	Avalia quais locais oferecem uma variedade de lojas comparadas com a densidade populacional	vários serviços, maior parte concentrado nos principais eixos viários.				GD/B			
			Número total de lojas e restaurantes	Número de lojas e restaurantes	Número total					GD/B				
	5	Estabilidade	Crime mesquinho	Incidentes	% de incidentes por população		recorrente		GD/B					
			Crime violento	-	-		pouco recorrente				GD/B			
			Ameaça de distúrbios / conflitos civis	-	-		não recorrente				GD/B			
	6	Cultura e meio ambiente	Desconforto do clima para os viajantes			Avalia o nível de desenvolvimento social da cidade - desporto e cultura	Sem Informação							
			Restrições sociais ou religiosas				Diversas religiões coexistem					GD/B		
			Disponibilidade de eventos culturais				Eventualmente			BGD	BB			
			Disponibilidade cultural de alimentos e bebidas				decrecente disponibilidade da cultura local			GD/B				
			Bens e serviços de consumo				Limitado		GD/B					
	7	Educação	Disponibilidade de educação privada			Mede a capacidade do sistema educacional de contribuir para a melhoria do padrão de vida	Nem todos os residentes conseguem aceder ao serviço privado		GD/B					
			Qualidade da educação privada				Sem Informação							
			Disponibilidade de educação pública				distribuído de forma não equitativa			BGD		BB		
			Qualidade da educação pública	Avaliação do impacto	Resultado observado por cada categoria		Sem Informação							
	8	A infraestrutura	Qualidade da rede viária			Os fatores mostram a estrutura básica para fornecer energia, transporte, água e saneamento e serviços de informação e tecnologia em uma cidade	Com elevado potencial de infraestruturação			BGD	BB			
			Qualidade do transporte público				Ineficiente	GD/B						
			Qualidade das ligações internacionais				resultado das experiências de intervenção e pesquisa no território	BB		BGD				
			Qualidade do fornecimento de energia				insegurança na qualidade			GD/B				
			Qualidade do abastecimento de água				insegurança na qualidade			GD/B				
			Qualidade das telecomunicações				Sem Informação							
			Qualidade das vias de acesso para pedestres				inconsistência na qualidade		BGD	BB				
			Disponibilidade de habitação de boa qualidade				Estimativa por observação		BGD	BB				

Ao escolhermos um quadro de referência com relativo grau de complexidade, estávamos cientes que o nosso produto poderia não ser acabado, pelo que entendemos constituir um ponto de partida para a coleta e estruturação das evidências sobre o território. A reflexão sobre esta avaliação permite observar os desafios particulares para a sustentabilidade e através dos quais é possível identificar prioridades para a agenda do desenvolvimento. Iniciamos a reflexão sobre o critério espacial por esta dimensão apresentar-se como uma forma de monitorar mudanças na distribuição e utilização do solo e que acaba por ter significado nos outros critérios.

Na avaliação do critério espacial e ambiental verificamos uma similaridade nos dois bairros cujas diferenças são apenas marcadas pelos parâmetros de proximidade ao centro urbano. Embora o bairro George Dimitrov seja concebido como uma 'centralidade', a sua dependência que se materializa nas limitações de atividade, emprego e serviço, reduz a sua atratividade. A respeito dos fatores ambiental e ecológico, apoiando-nos das lições tomadas da autoprodução, concebemos que a visão sobre a sustentabilidade ainda está ancorada na visão modernista sobre infraestrutura, pelo que poderá haver uma problemática na avaliação baseada nas práticas heterogêneas e alternativas (por exemplo, a questão do abastecimento de água e a variedade de fontes de energia disponíveis). Embora possa parecer inconveniente, considera que um furo de água, mesmo se tratando de uma fonte não renovável, pode ser sustentável social e economicamente para os residentes devido a autonomia, estabilidade e confiança que essas fontes podem oferecer (o reduzido número de evidências sobre as implicações ecológicas deixa em aberto esta questão). Nesta senda, a avaliação ponderada sobre a sustentabilidade de recursos no abastecimento de água ou energia apresentados no ponto 1.8 da tabela 5-2 por exemplo, é ponderado na base das vantagens que estes serviços alternativos proporcionam aos habitantes dos AHAP.

Com respeito ao critério de urbanização, a reflexão que se levanta é, por um lado, a volta da ideia de urbano que no contexto de Moçambique é baseado na classificação administrativa/legal de um perímetro, para além do fator população. Assim, embora a dimensão da infraestrutura é pouco consolidada, a ideia de urbano prevalece sob as condições dos AHAP. Portanto, a condição de bairro autoproduzido, desafia a noção do urbano.

Para além do critério espacial observamos que a governança urbana e a conectividade são domínios críticos na sustentabilidade destes bairros. A respeito da conectividade e mobilidade, o resultado reflete as implicações de um sistema cujo planeamento foi, por muito tempo, voltado para promoção da expansão urbana e a alimentação da cidade dual, ao invés de promover a coesão do território. Os desafios são levantados ao nível da disponibilidade, acessibilidade, segurança, confiabilidade, atratividade, infraestrutura e sobre os aspetos ambientais que embora com objetivos ecológicos, oferecem vantagens económicas. O transporte, que deveria ser um meio de integração e orientação dos usos e dinâmicas urbana, tem sido um elemento segregador e que oferece riscos aos utilizadores. A governança apresenta-se como o critério mais crítico, no qual podemos observar dois aspetos. No ponto 9.3, a questão da adaptação e mitigação das mudanças climáticas que compreendem um importante

imperativo a partir do qual foram formuladas as estratégias e políticas orientadas para a resiliência e sustentabilidade, mostrou-se problemática no que respeita à implementação de políticas de engajamento. Isto revela uma atitude passiva e desproporcional à vulnerabilidade deste território. O segundo aspeto, as extensas carências em termos de espaços de lazer, de interação, de troca e de convívio que aponta para uma paisagem urbana em que no vazio do espaço coletivo, vai perdendo os valores socioculturais que o construíram e transformando-se numa comunidade com limitado espaço para a experimentação da democracia.

A pontuação mais elevada coincide com o critério da economia, cuja limitação dos dados poderá ter condicionado esta conclusão. Apesar de tudo, a reflexão que fazemos é: embora a abordagem de integração pareça uma tendência, a regulação, a planificação, a implementação e gestão desses serviços, ainda se apresenta voltada para a conversão e 'reintegração' ao sistema 'formal'. A perspectiva é que, de acordo com as materialidades, o comércio informal parece ser um elemento agregador, dinamizador e sobretudo, uma alternativa para a sobrevivência. Por outro lado, não deixa de ser proporcionalmente um desafio, em particular no que respeita à saúde pública e segurança.

Esta avaliação culmina com o entendimento sobre a qualidade de vida no espaço coletivo. Vários aspetos desta análise sugerem uma abordagem de justiça social e espacial alinhada aos pensamentos complementares de Susan Fainstein (2010) e Edward Soja (2010). No primeiro, a cidade mais justa alicerça-se na democracia, diversidade e equidade, em que a equidade dos resultados deve guiar as políticas públicas. No segundo, a geografia é uma componente formativa da justiça e a dimensão espacial é uma força que molda a coesão socio-territorial. No caso de estudo, avaliando pelo quadro institucional, constata-se que enquanto não houver evidências tanto do estado da arte assim como dos resultados dos processos e ações de planeamento urbano, pouco se poderá alcançar na construção do caminho para a sustentabilidade urbana. Os bairros analisados foram um veículo para uma análise sistémica que evidencia, inúmeros aspetos da autoprodução que, contrariamente ao que se concebe na esfera institucional, constituem um potencial ponto de partida e por vezes a solução, para o desenvolvimento inclusivo. Assim, a autoprodução é aqui concebida como uma referência para construção de uma cultura de planeamento e gestão urbana que capta as suas potencialidades.

Através destas reflexões confirma-se que o espaço coletivo é um produto autónomo da autoprodução e que a sua multidimensionalidade sugere mais intervenientes na produção de conhecimento sobre como interagem os diferentes sistemas urbanos. Além disso, a forte interatividade entre os sistemas técnico-gerenciais e as ações alternativas, sugerem um urgente incremento nos modelos de governança para fortalecer a interação entre as múltiplas esferas de decisão. Ademais, chama a atenção para uma melhor atuação ativa por parte do executivo municipal na materialização das políticas públicas.

Finalmente, a leitura que fazemos do território e da avaliação é que um dos principais imperativos na construção deste caminho, é a criação de mecanismos de criação de evidências

como o *MapMoz*, que atue na co-construção de conhecimento, e na reconstrução da integridade e utilidade do planeamento para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Perante a avaliação feita, fica a questão: **Que tipo de medidas podem ser tomadas?** Havendo um potencial no território, embora também um conjunto de condicionantes macroeconómicos que limitam o avanço rápido em direção à sustentabilidade, entendemos que a construção da sustentabilidade a partir da autoprodução pode passar por duas abordagens: A primeira compreende o curto e medio prazos, o conhecimento e reconhecimento da autoprodução como processo de produção do espaço urbano, captura e potenciação e maximização das predisposições e as práticas do território com efeitos positivos. A segunda compreende o longo prazo, a construção de uma cultura de planeamento do território o qual deve em primeiro lugar captar as lições no ponto 1 e, por sua vez, deve ser acompanhado pelo incremento da capacidade institucional e da capacidade de autofinanciamento.

Quer na abordagem mais incremental assim como na do planeamento, deve-se assegurar a existência de evidências sobre o território (SATTERTHWAITE *et al*, 2019). Os pressupostos devem ser baseados em dados reais, ou seja, qualquer política pública baseada em pressupostos incoerentes com a realidade, culmina em orientações desajustadas às reais prioridades e/ou necessidades do território (ANDERSON *et al*, 2015a). Embora tendo limitado o estudo à escala do bairro, entendemos que a abordagem integrada, a superação do binómio urbano formal-informal (ACUTO *et al*, 2019; VIANA, 2012), quer no tratamento de questões sobre a habitação, comércio informal e até os equipamentos coletivos, é parte deste caminho.

Não menos importante na construção deste caminho é o ambiente de interação e aprendizados na qual as cidades africanas podem aprender umas com as outras (PIETERSE *et al*, 2018). Assim, embora não havendo conclusões definitivas sobre o caminho para a sustentabilidade urbana em contexto de autoprodução, trazemos algumas referências de apoio a compreensão, que se centram no espaço público.

Building inclusive, healthy, functional, and productive cities is perhaps one of the greatest challenges today. There are no easy solutions. And yet a key part of the puzzle lies right in the heart of the world's urban areas: the public spaces. Every community has some sort of public space, even if it is not immediately apparent. (ENDELEVU, M., 2018: 3)

Os primeiros casos de referência que apresentamos estão voltados para o espaço público e compreendem um conjunto de experiências de sucesso em outras cidades da AS. Estes exemplos enquadram-se na abordagem do *placemaking* para o melhor uso dos espaços inaproveitados. O *placemaking* é um processo de capacitação no qual as pessoas representam, melhoram e mantêm seus ambientes espaciais (naturais ou construídos). Neste conceito, embora o local seja importante, a ideia centra-se no fazer, construir conexões, criar engajamento cívico e construir capital social (ENDELEVU, 2018).

O primeiro exemplo é o *Playtime in Africa Initiative* em Accra, Ghana. Era um espaço subutilizado, transformado em um local público que inclui área de recreação, arte pública, hortas

etc. O processo teve uma implementação coletiva e ajudou a unir pessoas de diferentes origens e contribuiu para a identidade única do bairro e o senso de comunidade local entre os moradores.



Figura 5.2: *Placemaking* como meio de produção do espaço coletivo.
Fonte: Endelevu (2018: 8)

O segundo é o *Kibebe Tsehay playground*, na Etiópia: uma comunidade com poucos recursos criou um espaço público compartilhado para responder à necessidade imediata de seus jovens habitantes em apenas dez dias. O *playground* mostra que uma comunidade dedicada e criativa não requer necessariamente equipamentos caros (ENDELEVU, 2018: 11).



Figura 5.3: *Placemaking* como meio de produção do espaço coletivo.
Fonte: Endelevu (2018: 10)

O terceiro é o *Phola park canal*, na cidade do Cabo na África do Sul. Um canal de drenagem aberta foi transformado em um parque onde as crianças agora podem brincar em segurança. A comunidade local construiu uma conexão poderosa em torno da experiência de construir juntos uma visão para o futuro. Como resultado, eles veem esse projeto como a primeira etapa de um plano de atualização de longo prazo. A lição desta experiência é que uma organização *bottom up* da PEP (*People's Environmental Planning*), uma ONG local, combinada com políticas públicas visionárias, obtém "vitórias" significativas.



Figura 5.4: *Placemaking* como meio de produção do espaço coletivo.
Fonte: Endelevu (2018: 12)

Por fim, na senda da construção, a medio e longo prazos, de uma cultura de planeamento que se adapte às condições socioeconómicas, e responda às necessidades de infraestruturas, equipamentos, serviços etc. e com base na perspetiva de Petersen *et al* (2018) sobre a importância de aprendermos com experiências, o caso de Kigali, capital do Ruanda, é uma referência de bom planeamento. Embora recente e ainda com um longo caminho para a sustentabilidade urbana, Kigali é uma cidade cujo percurso urbano foi marcado por profundas transformações socioeconómicas e políticas. Para além dos aspetos geomorfológicos, o genocídio ocorrido em 1994 contam como elementos diferenciadores do percurso urbano. É uma cidade com uma população próxima a Maputo e apresenta o percurso urbano equivalente, marcado pela urbanização recente, expansão urbana e prevalência dos AHAP (JAGANYI *et al*, 2018).

Kigali não é trazido aqui como um modelo absolutamente paradigmático, até porque apresenta um conjunto semelhante de problemas vividos em Maputo. Importante perceber como a cidade elaborou o *benchmarking* e a visão para o desenvolvimento (2013-2025) que transcende os mandatos eleitorais e reuniu capacidade para implementar um conjunto de ações planeadas. Importa também perceber quais as políticas públicas e que modelo de governança foram aplicados que colocaram Kigali entre as cidades mais limpas da África Subsariana.

[...] The Centre of Urban Excellence” [...] The case of Kigali is unique. It has garnered global recognition for good governance and city management. The long-term vision for Kigali balances upon these strengths. Several cities in the world have used good urban planning as a tool to position itself as a regional leader in city development. As such the proposed vision for City of Kigali is to become’

O modelo de gestão de RSU em Maputo tem servido de lição para outras cidades da AS, que lições podem ser tiradas do quadro de planeamento de Kigali que seja útil para Maputo?

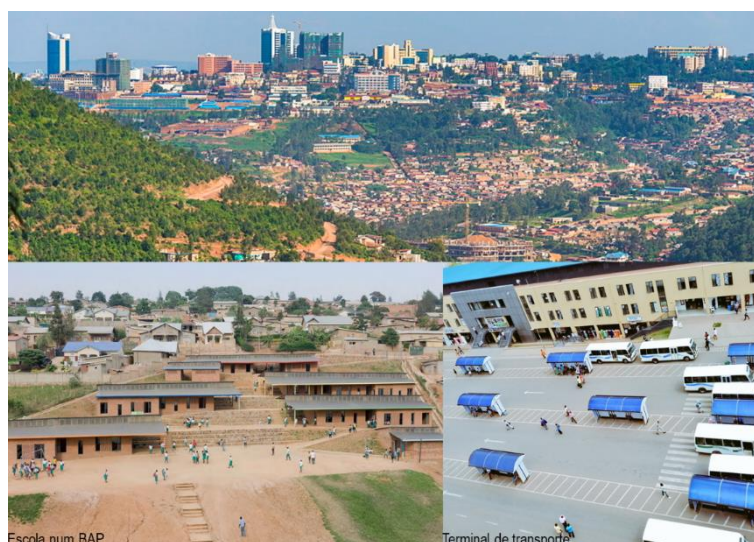


Figura 5.5: Cidade de Kigali.
Fonte: Mass design group (2010) e Desconhecido

CONCLUSÕES E PISTAS PARA PESQUISA



A prosperidade da África Subsaariana requer a co-construção de cidades sustentáveis. Esta pesquisa foi motivada pelo desafio de relacionar dois aspetos que geralmente são vistos como sendo incompatíveis com a trajetória para a sustentabilidade urbana. Partiu-se da hipótese que a autoprodução como processo é uma forma de produção do espaço urbano que prevalece no território urbano da cidade de Maputo e que as circunstâncias que o materializa e as suas materialidades têm impacto na qualidade de vida dos seus residentes e na sustentabilidade dos vários sistemas urbanos. A autoprodução enquanto processo é um fenómeno mais complexo que a autoconstrução.

A pesquisa pretendeu analisar a autoprodução do espaço coletivo e a partir das pistas de reconstituição, avaliar a sustentabilidade de dois bairros autoproduzidos na cidade de Maputo. Escolheram-se dois bairros contíguos e a metodologia baseou-se na triangulação de diferentes fontes de informação e esferas de percepção e decisão. Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas e o mapeamento participativo como técnicas para a análise da autoprodução do espaço coletivo e um quadro de referência para a avaliação da sustentabilidade.

Consideramos a autoprodução como um processo que transcende a extensão da habitação e as suas implicações no espaço coletivo têm efeito a várias escalas inclusive na própria habitação. Assim, o espaço coletivo nos AHAP é um lugar determinante para a qualidade de vida e a sustentabilidade a nível do bairro e é também visto como o meio de engrenar num processo de desenvolvimento integrado.

Em condições de escassez de recursos e limitado conhecimento técnico, a melhoria da qualidade de vida a partir do espaço coletivo congloba parte significativa dos desafios para a sustentabilidade pelo facto do espaço coletivo compreender o espaço de coexistência da maior parte dos sistemas urbanos, incluindo os que se ligam às habitações. A pertinência de uma abordagem voltada para o espaço coletivo resgata a responsabilidade do executivo público oferecendo possibilidade na minimização de problemas sociais associados à autoprodução.

A construção de caminhos para o desenvolvimento inclusivo e sustentável deve passar a médio e longo prazos pela construção de uma cultura de planeamento que pode ser contruída a partir de práticas incrementais de coprodução assente numa governança colaborativa, participação efetiva e fortalecimento das autoridades locais. Este processo deve ser iniciado pela captação da potencialidade e das práticas de autoprodução com resultado positivo na sustentabilidade do bairro e a progressiva integração no sistema de gestão territorial. O processo deve atuar como princípio e fim para a formulação de políticas públicas que orientem a transformação do território com base na realidade socioeconómica, cultural e morfológica do tecido urbano.

Observa-se que a autoprodução pode ser um lugar de reflexão e referência para o despoletar da construção da agenda para a sustentabilidade urbana em contextos como Maputo e que esta poderá, a curto prazo construir a partir de práticas incrementais, soluções de melhoria da qualidade de vida, como temos visto em alguns casos de referência em África. Neste ponto, trata-se da capitalização das práticas de autoprodução com resultados promissores. A longo

prazo, a autoprodução pode contribuir para a construção de uma cultura de planejamento que colmate os efeitos negativos da autoprodução e provoque um desenvolvimento equitativo no qual o espaço público é um lugar instrumental de evidência da responsabilidade do Estado. Todo este processo deve ser acompanhado por um modelo de governança colaborativa e ser baseadas em evidências.

Por último, tratando-se de desafios complexos e multidimensionais cuja solução envolve mudanças em vários domínios e que demanda pistas realísticas e alcançáveis, há quatro âmbitos a serem trabalhados para uma transformação prática com base nas lições aprendidas nesta pesquisa.

O primeiro âmbito é o do planejamento e ordenamento do território. Nesta esfera, os atores que superintendem a atividade do planejamento e gestão têm de olhar para o planejamento/gestão de maneira diferente. Na nossa visão, é preciso que se criem formas de aprendizagem e produção de conhecimento a volta da autoprodução do espaço coletivo. A resposta para como este planejamento deve ser feito, a nossa sugestão se divide em três aspectos: (1) Melhorar a prática de coleta de dados para a criação de evidências sobre o território, (2) Catalogar as práticas dos diferentes atores no território e (3) Olhar para a autoprodução numa outra perspectiva, sobretudo a autoprodução do espaço coletivo.

O segundo âmbito toca no quadro de regulação. Ainda que alguns atores reconheçam a autoprodução, a regulação vai precisar de ser adaptada uma vez que é enraizada na ideia modernista de infraestrutura que se baseia na rede: todavia, as práticas do território, efetivas ou não, são por vezes contrárias aos regulamentos. Assim, acaba por se tornar um obstáculo para a atuação de alguns atores. Por exemplo, a perspectiva da rede de eletricidade, na sua componente da iluminação pública, estabelece padrões que demandam certo tipo de infraestrutura e configuração do território, entretanto, algumas práticas de autoprodução da criação de soluções alternativas para quando estes padrões não se encaixam à configuração do território, merecem especial atenção e sugerem uma reforma na regulação. Portanto, os ajustes a serem feitos na regulação, devem igualmente absorver as lições aprendidas das práticas de autoprodução do espaço coletivo.

O terceiro âmbito foca na esfera da participação. Na prática, há três questões sobre a forma como a participação funciona: (1) a existência (ou não) de uma estrutura que permite uma participação efetiva, ou se a estrutura precisa de melhorar: (2) a forma como as pessoas participam, individualmente, integrados em grupos de interesse ou através de mecanismos de feedback onde expõem as suas opiniões: (3) o envolvimento indivíduos ou de grupos comunitários. Neste ponto, entendemos que a melhoria da qualidade do espaço coletivo e a criação de oportunidade de interação, poderá ser uma poderosa forma de fortificar a participação nos três níveis apontados.

O quarto âmbito, transversal aos aspectos acima referidos, diz respeito à governança. A atual estrutura de governança oferece oportunidade e ao mesmo tempo barreiras. A existência de uma estrutura administrativa abrangente, composta pelas lideranças locais, é por um lado um

aspecto positivo na medida que constitui uma base de apoio de proximidade, com elevado potencial; por outro lado, a posição de fragilidade dos líderes, em particular dos indicados para a gestão de vizinhança (chefe das dez casas e os chefes de quarteirão), adicionam um *layer* à burocracia constituindo um obstáculo a um planeamento mais inclusivo.

Por fim, o impulso por uma abordagem integrada e reforçada sobre o espaço coletivo não deve substituir a pertinência de esforços para garantia da habitação condigna, mas antes, deve ser visto como parte integrante na melhoria da qualidade de vida do habitat no seu todo.

a) Pistas para o seguimento da pesquisa

A construção de caminhos para o desenvolvimento urbano sustentável em contextos de prevalência de AHAP passa pela captação de evidências sobre o território. Assim, entendemos que os temas abaixo são pertinentes para o seguimento desta pesquisa:

- (1) Comparação da sustentabilidade de um Bairro autoproduzido com a sustentabilidade de um infraestruturado.
- (2) Estudo da viabilidade de criação de plataformas interativas de dados para a tomada de decisão;
- (3) Avaliação da sustentabilidade à escala da habitação;
- (4) Avaliação do impacto da autoprodução a nível metropolitano.
- (5) Identificação de um conhecimento mais aprofundado das áreas de risco para desencadear medidas de minimização de impactos
- (6) Avaliar a sustentabilidade da questão das atividades económicas.

b) Limitações ao trabalho

A triangulação do fenómeno da autoprodução, pela sua complexidade, demanda o máximo de evidências possíveis. Houve, felizmente, possibilidade de visita ao local de estudo e contato com alguns dos informantes chave para a composição do entendimento básico que possibilitaram esta pesquisa. Dois principais obstáculos obstaram que pudéssemos ter toda a informação que potencialmente visionávamos: o primeiro decorreu da limitação de tempo disponível no local; o segundo tem o alicerce na burocracia no acesso à informação, sobretudo no acesso aos bairros e a uma parte dos informantes para aplicação da metodologia. No entanto, usando do *softs kills* apreendido de experiências passadas neste campo, o apoio incomensurável dos colegas e parceiros do Centro de Estudo para o Desenvolvimento do Habitat (CEDH) e Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM) e o apoio de outras lideranças, conseguimos contornar os obstáculos e trazer uma parte significativa do fenómeno da autoprodução no contexto de George Dimitrov e Bagamoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUTO, M., DINARDI, C. e MARX, C. (2019) Transcending (in)formal urbanism. *Urban Studies*. Vol. 56(3), p. 475 – 487. DOI: 10.1177/0042098018810602
- AMADO, M. (2018) Wall-Up-Method for the regeneration of settlements and housing in the Developing World. *Sustainable Cities and Society*. 41, p. 22-34. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.05.024>
- AMADO, M. P. (2005) *Planeamento Urbano Sustentável*. Caleidoscópio.
- AMADO, M. P., RAMALHETE, I., AMADO, A.R. e FREITAS, J. C. (2016) Regeneration of informal areas: An integrated approach. *Cities*. Volume 58, p. 59-69. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2016.05.015>
- AMOAKO, C. e COBBINAH, P. B. (2011) Slum improvement in the Kumasi metropolis, Ghana - A review of approaches and results. *Journal of Sustainable Development in Africa*. 13(8), p. 150-170. Acesso a 05.06.2019 em https://www.researchgate.net/publication/232957170_Slum_improvement_in_the_Kumasi_metro_polis_Ghana_A_review_of_approaches_and_results
- ANDERSEN, J. E., JENKINS, P., e NIELSEN, M. (2015b) Who plans the African city? A case study of Maputo: part 2 – the – agency in action. *International Development Planning Review*. 37(3), p. 329-350. <https://doi.org/10.3828/idpr.2015.25>
- ANDERSEN, J. E., JENKINS, P., e NIELSEN, M. (2015a) Who plans the African city? A case study of Maputo: part 1 – the structural context. *International Development Planning Review*. 37(3), p. 329-350. <https://doi.org/10.3828/idpr.2015.20>
- ANJO, A. (2009) *A Reabilitação de Áreas Urbanas “Informais” em Moçambique*. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma das Ciências Sociais Jurídicas e Políticas. Acesso a 07.03.2019 em: <http://hdl.handle.net/10773/3466>
- ARSANJANI J. J., FIBÆK, C. S. e VAZ, E. (2018) Development of a cellular automata model using open source technologies for monitoring urbanisation in the global south - The case of Maputo, Mozambique. *Habitat International*. Vol.71, p. 38-48. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2017.11.003>
- AZEVEDO, C. A. M. e AZEVEDO, A. G. (2004) *Metodologia Científica: Contributos Práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. 7ª edição. Lisboa: UCE.
- BJÖRKMAN, L. (2013) Cities with “Slums”: From Informal Settlement Eradication to a Right to the City in Africa by Marie Huchzermeyer. *Journal of Urban Affairs*. Vol. 35:1, p. 124-126. DOI: 10.1111/juaf.12008
- BROTO, V.C, ENSOR, J., BOYD, E., ALLEN, C., SEVENTINE, C. e MACUCULE, D.A. (2015) Participatory Planning for Climate Compatible Development in Maputo, Mozambique. *Planeamento Participativo para o Desenvolvimento compatível com o Clima em Maputo, Moçambique*. London, UCL Press. p. 93-172
- CAETANO, A. (2011) Para uma análise sociológica da reflexividade individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Vol. 66, p. 157-174. Acesso a 11.06.2019 em: <http://journals.openedition.org/spp/523>
- COBBINAH, P. B. e DARKWAH, R. M. (2017) Toward a more desirable form of sustainable urban development in Africa. *African Geographical Review*. Vol. 36:3, p. 262-285. <https://doi.org/10.1080/19376812.2016.1208770>
- COBBINAH, P. B. e DARKWAH, R. M. (2016) African Urbanism - the Geography of Urban Greenery. *Urban Forum*. Vol. 27, p.149-165. <https://doi.org/10.1007/s12132-016-9274-z>
- COBBINAH, P.B., ERDIAW-KWASIE, M. O. e AMOATENG, P. (2015a) Rethinking sustainable development within the framework of poverty and urbanisation in developing countries. *Environmental Development*. Vol. 13(1), p. 18-32. <http://dx.doi.org/10.1016/j.envdev.2014.11.001>
- COBBINAH, P.B., ERDIAW-KWASIE, M. O. e AMOATENG, P. (2015b) Africa’s urbanisation: Implications for sustainable development. *Cities*. Vol. 47, p. 62-72. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2015.03.013>

- COBBINAH, P. B., BLACK, R. e THWAITES, R. (2011). Reflections on six decades of the concept of development: Evaluation and future research. *Journal of Sustainable Development in Africa*. Vol. 13(7), p.134–149.
- COHEN, B. (2006) Urbanization in developing countries - Current trends, future projections, and key challenges for sustainability. *Technology in Society*. Vol. 28, p. 63-80. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2005.10.005>
- CROESE, S., CIROLIA L. R., GRAHAM. N. (2016) Towards Habitat III Confronting the disjuncture between global policy and local practice on Africa's "challenge of slums. *Habitat International*. Vol. 53, p. 237-242. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.037>
- D'ALENCON, P.A., SMITH, H., ANDRÉS, E. A., CABRERA, C., FOKDAL, J., LOMBARD, M., MAZZOLINI, A., MICHELUTTI, E., MORETTO, L. e SPIRE, A. (2018) Interrogating informality - Conceptualisations, practices and policies in the light of the New Urban Agenda. *Habitat International*. Vol. 75, p. 59-66. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2018.04.007>
- Gehl, J. (2017). *A vida entre Edifícios. Usando o Espaço Público* (1a Edição ed.). Lisboa, Portugal.
- HENRIQUES, C. D. (2008) *Maputo. Cinco Décadas de Mudança Territorial*. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica. IPAD, Lisboa
- JENKINS, P. (2012) *Home Space - Context Report*. In: projeto de pesquisa 'Home Space in African Cities'. Maputo.
- JENKINS, P. (2008) Investigating the concepts of legality and legitimacy in sustainable urban development: a case study of land use planning in Maputo, Mozambique. *Human Settlements and Sustainability*. Vol. IV, p. 163-183. Acesso a 01.06.19 em: <https://www.eolss.net/ebooklib/cart.aspx>
- JENKINS, P. e WILKINSON P. (2002a). Assessing the growing impact of the global economy on urban development in South African cities: case studies of Maputo and Cape Town. *Cities*. Vol. 19:1, p 33-47. [https://doi.org/10.1016/S0264-2751\(01\)00044-0](https://doi.org/10.1016/S0264-2751(01)00044-0)
- JORGE, S. (2017) *Lugares Interditos: os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo*. Tese de doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura de Universidade de Lisboa, Lisboa. 377 pp. Acesso à 10.03.2019 em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14510>
- JORGE, S., MELO, V. (2014) Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Periurbano: O caso de Maputo. *Cadernos de estudos africanos*. Vol. 27, p. 55-77. Acesso a 10.11.2018 em: <https://revistas.rcAHAP.pt/cea/article/view/7990>
- KAMETE, A.Y. E LINDELL, I. (2010) The Politics of 'Non-Planning' Interventions in African Cities: Unravelling the International and Local Dimensions in Harare and Maputo. *Journal of Southern African Studies*. Vol. 36:4, p. 889-912. <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2010.527643>
- LAGE, J. (2019) The right to the city through access to infrastructure. The case of the pericentral neighborhoods of Maputo. *International congress in Colonial and Postcolonial Landscape*. Architecture, Cities, Infrastructures, Lisboa, 2019
- LAGE, J. (2018) Influências no processo de formação do tecido urbano dos bairros pericentrais de Maputo. O caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A. *Congresso PNUM2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios*. Porto, 2018. <https://pnum.arq.up.pt/>
- LAGE, L. e LAGE, J. (2017) Actuar sobre os processos habitacionais através da assistência técnica comunitária pela academia. Projecto KAYA CLÍNICA Maputo. Maputo
- LIZANCOS, P. (2019) KAYA CLÍNICA. An innovative learning service experience focused on the right to shelter. *Conference: 3RD international conference on service-learning. Hong kong polytechnic University*. Acesso a 23.08.19 em: https://www.researchgate.net/publication/331703536_KAYA_CLINICA_An_innovative_learning_service_experience_focused_on_the_right_to_shelter
- LIZANCOS, P. MARTÍN, V. M. PIÑEIRO, S. L. e GARCIA, F. A. V (2017) KAYA CLÍNICA: Unha experiencia interuniversitaria de aprendizaxe servizo sobre o hábitat urbano autoxestionado. *Conference: // Xornadas de innovación docente da UDC*. DOI: 10.13140/RG.2.2.30636.16001

- MABIN, A., BUTCHER, S., BLOCH, R. (2013) Peripheries, suburbanisms and change in sub-Saharan African cities. *Social Dynamics, A journal of African studies*. Vol. 39:2, p. 167-190. <https://doi.org/10.1080/02533952.2013.796124>
- MACUCULE, D. A. (2015) *Processo Forma Urbana: Restruturação Urbana e Governança no Grande Maputo*. Tese de doutoramento, Universidade Nova, Lisboa. Acesso a 10.03.2019 em: <http://hdl.handle.net/10362/70410>
- MCFARLANE, C. (2019) Thinking with and beyond the informal–formal relation in urban thought. *Urban Studies*. Vol. 56 (3), p. 620-623. DOI: 10.1177/0042098018810603
- MELO, V. P. (2015) *A produção recente de periferias urbanas Africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo*. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura de Universidade de Lisboa, Lisboa. 531 pp
- MELO, V. P. (2016) The production of urban peripheries for and by low-income populations at the turn of the millennium: Maputo, Luanda and Johannesburg. *Journal of Southern African Studies*. Vol. 42(4), p. 619-641. <https://doi.org/10.1080/03057070.2016.1196955>
- MELO, V. P. (2013) Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. *Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*. Vol.5 (1), p. 71-88. DOI: 10.7213/urbe.7786 "ISSN 2175-3369
- MELO, V. P. e VIEGAS, S. L. (2014) Habitação de iniciativa pública em Luanda e Maputo: modelos de intervenção e impactos socioterritoriais no novo milénio. *Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Da FAUUSP*. Vol. 21(36), p. 124-140. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v21i36p124-140>
- MOROKE, T. SCHOEMAN, C. e SCHOEMAN, I. (2019) Developing a neighbourhood sustainability assessment model: An approach to sustainable urban development. *Sustainable Cities and Society*. Vol. 48, p. 1-20. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2019.101433>
- NHAMO, G., NHEMACHENA, C. E NHAMO, S. (2019) Is 2030 too soon for Africa to achieve the water and sanitation sustainable development goal. *Science of The Total Environment*. Vol. 669, p. 129-139. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.03.109>
- NIELSEN, M. (2011) Inverse governmentality: The paradoxical production of peri-urban planning in Maputo, Mozambique. *Critique of Anthropology*. Vol. 31(4), p. 329–358. DOI: 10.1177/0308275X11420118
- NOLAN, L. B. (2015) Slum Definitions in Urban India: Implications for the Measurement of Health Inequalities. *Population and Development Review*. Vol. 41, p. 59-84. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2015.00026.x>
- OMER, K. (2017) Rethinking Transect Walk and Community Mapping Process. The methodology and Techniques. DOI: 10.13140/RG.2.2.29283.76324
- OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I. (2007) Entre os constrangimentos estruturais e a margem de manobra dos cidadãos Africanos: reflexões conceptuais e metodológicas. In: OPPENHEIMER, J., RAPOSO, I. *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.p. 23-36
- PARNELL, S. (2016) Defining a Global Urban Development Agenda. *World Development*. Vol. 78, p. 529-540. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.10.028> VOLTAR A VISITAR FONTE
- PARNELL, S. e WALAWEGE, R. (2011) Sub-Saharan African urbanisation and global environmental change. *Global Environmental Change*. Vol. 21, p. S12-S20. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.09.014>
- PERRIARD, E. D. (2017) Land Tenure Tensions in Maputo. A Study of the Neighborhood of Polana Caniço. *L'Afrique en questions*. Acesso a 20.06.2019 em: <https://www.ifri.org/en/publications/editoriaux-de-lifri/lafrrique-questions/land-tenure-tensions-maputo-study-neighborhood>
- PIETERSE, E. (2019) The Potential for Sustainable Urbanisation in África. *Áfrican Center for Cities*. 42 pp. Acesso a 20.05.2019 em: <https://www.Africancentreforcities.net/new-paper-potential-sustainable-urbanisation-África/>
- PIETERSE, E. (2011) Rethinking African urbanism from the slum. *LSE Cities.Urban Age*. Acesso a 31.5.2019 em: <https://urbanage.lsecities.net/essays/rethinking-Áfrican-urbanism-from-the-slum>

- PIETERSE, E., PARNELL, S. e HAYSOM, G. (2018) African dreams: locating urban infrastructure in the 2030 sustainable developmental agenda. *Area Development and Policy*. Vol. 00, p. 1-21 DOI: 10.1080/23792949.2018.1428111
- PRATT, A. (2019) Formality as exception. *Urban Studies*. Vol. 56 (3), p. 612-615. DOI: 10.1177/0042098018810600
- PURVIS, B., MAO, Y., e ROBINSON, D. (2019) Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*. Vol. 14, p. 681–695, Springer. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>
- RAPOSO, I. (2012) Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção. In: MENDES, M.M., SÁ, T., CRESPO, J. L. e FERREIRA, C.H. *A Cidade entre Bairros*. Portugal. Caleidoscópio, 2012.p. 107-119
- RAPOSO, I., CRESPO, J. L. e LAGE, J. P. (2016) Participatory approaches in the qualification of semi-urbanised peri-urban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area
- RAPOSO, I., JORGE, S., VIEGAS, S., MELO, V. P. (2012) Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. *Brazilian Journal of Urban Management*. v.4,n. 2,.189-205. <http://dx.doi.org/10.7213/urbe.7395>
- RAUPP, F. M. e BEUREN, I. M. (2006) Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In I. M. Beuren (Ed.). *Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática* (3rd ed., pp. 76-97). São Paulo: Atlas
- SATTERTHWAITE, D. (2017) The impact of urban development on risk in sub-Saharan Africa's cities with a focus on small and intermediate urban centres. *International Journal of Disaster Risk Reduction*. Vol. 26, p. 16-23. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2017.09.025>
- SATTERTHWAITE, D., SVERDLIK, A. e BROWN, D. (2019) Revealing and Responding to Multiple Health Risks in Informal Settlements in Sub-Saharan African Cities. *Journal of Urban Health*. Vol 96, p.112-122. <https://doi.org/10.1007/s11524-018-0264-4>
- SCHWARTZ, K., GUPTA, J. e TUTUSAUS, M. (2018) Editorial - Inclusive development and urban water services. *Habitat International*. Vol. 73, p. 96-100. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2018.02.006>
- SILVA, C. N. (2014) Book Review. Maputo, cidade Aberta. Investigação sobre uma capital africana/Maputo, open city. Investigations on an African capital. *Planning Perspectives*. Vol. 29, p. 421-422. <https://doi.org/10.1080/02665433.2014.905119>
- SILVA, C. N. (2013) Book Review. Urban planning and public health in Africa. Historical, theoretical and practical dimensions of a continent's water and sanitation problematic. *Planning Perspectives*. Vol. 28:3, p. 508-510. DOI: 10.1080/02665433.2013.800710
- SILVA, C. N. (2012b) Urban planning in Sub-Saharan Africa: A new role in the urban transition. *Cities*. Volume 29, Issue 3, June 2012, Pages 155-157. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2012.01.006>
- SILVA, C. N. (2012a) Book Review. Just City, Spatial Justice and the Right to the City: What Role for E-Planning? *International Journal of E-Planning Research*. Vol. 1(2), p. 88-91. DOI: 10.4018/ijep.2012040106
- SILVA, C. N. e MATOS, M. C. (2014) “Colonial and postcolonial urban planning in África”, International planning history society and institute of geography and spatial planning, University of Lisbon, Portugal, 5–6 September 2013. *Planning Perspectives*, 29, 399–401. DOI: 10.1080/02665433.2013.873733
- SIMONE, A. A. (2014) A modernização da gestão e a governança no setor público em Moçambique. *Revista de Administração Pública*. Vol.48 (3), p. 551-570. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121425>
- SIMONE, AM. (2019) Contests over value: From the informal to the popular. *Urban Studies*. Vol. 56 (3), p. 616-619. DOI: 10.1177/0042098018810604
- SITOE, T. A. (2008) Evolução dos Sistemas Agrários no Vale do Infulene, Cidade da Matola – Província de Maputo: Uma Abordagem Sistémica. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF.

- SMIT, S., MUSANGO, J. K., KOVACIC, Z. e BRENT, A. C (2017) Conceptualising slum in an urban African context. *Cities*. Vol. 62, p. 107-119. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2016.12.018>
- SUMICH, J. (2016) The Uncertainty of Prosperity: Dependence and the Politics of Middle-Class Privilege in Maputo. *Ethnos, Journal of Anthropology*. Vol. 81:5, p. 821-841. DOI: 10.1080/00141844.2014.1002860
- TIQUE, J. (2010) Ocupação e gestão do solo urbano em Moçambique O caso de Maputo. Seminário Internacional de Urbanização e Territórios de Géneses Ilegal. GESTUAL. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- VIANA, D. L., LAGE, J. (2014) A forma urbana em Moçambique: projeto, intervenção e investigação. Perspetiva. In Oliveira V. (Coord.). *Revista de Morfologia Urbana* (2). Porto, Portugal: Rede Lusófona de Morfologia Urbana, pp. 101-104 Acesso a 20.04.2019 em: https://www.academia.edu/34584751/A_forma_urbana_em_Mo%C3%A7ambique_projeto_interv%C3%A7%C3%A3o_e_investig%C3%A7%C3%A3o
- VIANA, D. L. (2012) A urbanização extensiva (in)formal em Maputo a partir da retícula colonial. In *Atas do Congresso Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa, Portugal: Instituto de Investigação Científica Tropical. Acesso a 01.02.2019 em: https://www.academia.edu/34583912/A_urbaniza%C3%A7%C3%A3o_extensiva_in_formal_em_Maputo_a_partir_da_ret%C3%ADcula_colonial
- VIANA, D. L. (2011a) Cidade Africana – urbanismo (in)formal: uma abordagem integrada e sistémica. In *Atas do 7.º Congresso Ibérico em Estudos Africanos – 50 Anos de Independências Africanas: Desafios para a Modernidade*. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Acesso a 31.05.2019 em: https://www.academia.edu/34584136/Cidade_Africana_-_urbanismo_in_formal_uma_abordagem_integrada_e_sist%C3%A9mica
- VIANA, D. L. (2011b). A habitação low-cost (in)formal entre a super e a infraestrutura. Artigo científico. In Santos, M. (Coord.). *Africana Studia – Problemas da Habitação em África: Reflexões sobre a África de Língua Portuguesa* (16). Porto, Portugal: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 13-26. Acesso à 31 de Maio de 2019 em https://www.academia.edu/34583206/A_habita%C3%A7%C3%A3o_low-cost_in_formal_entre_a_superestrutura_e_a_infraestrutura
- VIRTANEN, P. (2015) Democracy, poverty and civil society in Mozambique. *África review*. Vol. 7, p. 89–103. <http://dx.doi.org/10.1080/09744053.2015.1033824>
- VERMA, P. e RAGHUBANSHI, A. S. (2018) Urban sustainability indicators - Challenges and opportunities. *Ecological Indicators*. Volume 93, October 2018, Pages 282-291. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2018.05.007>
- VOJNOVIC, I. (2014) Urban sustainability Research, politics, policy and practice. *Cities*. Vol. 41 (1), p. S30-S44. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.06.002>
- WATSON, V. (2009) Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues. *Urban Studies Journal*. Vol. 46 (11), p. 2259-2275. DOI: 10.1177/0042098009342598
- WEGELIN, E. A. (2004) Informal settlements and their upgrading: building on the lessons of three decades of experience. *Human settlement development*. Vol. 2, p. 237-241
- ZHANG, X. e LI, H. (2018) Urban resilience and urban sustainability What we know and what do not know. *Cities*. Vol. 72, p. 141-148. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.08.009>

RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS

- AU (2015) *Agenda 2063. The África we want*. Addis Ababa. 24 pp. www.agenda2063.au.int
- BHATIA, M. e ANGELOU, N. (2015) *Beyond connections. Energy Access Redefined – conceptualization report*. Energy Sector Management Assistance Program and The World Bank. 244 pp.
- Banco Mundial (2015) <https://ourworldindata.org/urbanization>

- CEDH (2006) *Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação e Proposta de Estratégias de intervenção*. DINAPOT e MICOA. 60 pp. Acesso a 20.02.2018 em <https://sarpn.org/documents/d0002452/index.php>
- CMM (2016a) *Metodologia de Regularização Massiva de DUATs - Manual de Procedimentos. Programa de Regularização Massiva de DUAT*. Conselho Municipal de Maputo.
- CMM (2016b) *Manual Metodológico de Intervenção integrada em Assentamentos Informais*. DMPUA. Conselho Municipal de Maputo.
- CMM (2015) *Orçamento Participativo de Maputo. Manual Metodológico*. Acesso à 10 de abril 2019 em: http://www.in-loco.pt/upload_folder/files/manual-Maputo-Final-inloco.pdf
- CMM, (2014) *Relatório do diagnóstico integrado da área piloto do bairro George Dimitrov*. Maputo.
- EDM (2011) Manual do Sistema Tarifário da EDM. (Formato físico)
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019) *IV Recenseamento geral da população e habitação 2017. Resultados Definitivos – Moçambique*. Acesso a 01.05.19 em <http://www.ine.gov.mz/>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2017) *Divulgação os resultados preliminares. Iv rgph 2017*. Acesso à 02.12.18 <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017>
- INGC (2009) National Institute for Disaster Management. Study on the Impact of Climate Change on Disaster Risk in Mozambique Synthesis Repor.
- MACUCULE (2018) *Provisão dos Serviços Urbanos em Maputo*. Relatório final sobre Gestão de Resíduos Sólidos Transportes Abastecimento de Água Energia. Projeto de pesquisa: Sustainable Energy Access in Mozambique.
- MAZEMBE, A. (2015) Relatório nacional. 3ª conferência das Nações Unidas sobre habitação e Desenvolvimento urbano sustentável - HABITAT III. Maputo, Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.
- MEHTA, B. e DASTUR, A. (2008) *Approaches to Urban Slums: A Multimedia Sourcebook on Adaptive and Proactive Strategies*. WBI Learning. Resources Series. Washington, DC: World Bank. Acesso a <http://hdl.handle.net/10986/6304>
- MICOA (2011) *Estratégia de Intervenção em Assentamentos Informais em Moçambique*.
- MICOA (2012) *Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas 2013-2025*.
- MICOA (2006) Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico. Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT). Maputo. Acesso a 05.08.2019 em: <https://www.ifrc.org/PageFiles/95743/ManualTecBasPlan.pdf>
- NCEA (2015) *Climate Change Profile. Mozambique*.
- SMITH, S. (2018) *Sustainable Energy Access in Maputo, Mozambique Report on methods and preliminary findings of fieldwork conducted from June to October 2017*. Projeto de pesquisa: Sustainable Energy Access in Mozambique.
- UN (2017) *New Urban Agenda*
- UN (1987) *Our Common Future*. Report of the World Commission on Environment and Development.
- UNDESA (2019) *World Population Prospects 2019 – Highlights*. New York. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. 46 pp. Acesso a 01.07.19 em <https://population.un.org/wpp/Publications/>
- UNDESA (2018) *World Population Prospects 2018 – Highlights*. New York. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. 46 pp. Acesso a 01.07.19 em <https://population.un.org/wpp/Publications/>
- UN-HABITAT (2015) *world atlas of slum evolution*. Nairobi: Nairobi: 24 p. Acesso a 01.06.2019 em: <http://unhabitat.org/world-atlas-of-slum-evolution/>

- UN-HABITAT (2009). *Global human settlements report: Planning sustainable cities*. London: Earthscan. Acesso a 30.06.19 <https://unhabitat.org/books/global-report-on-human-settlements-2009-planning-sustainable-cities-policy-direction-abridged-edition/>
- UN-HABITAT (2010) *Mozambique, Cities profile. Maputo, Nacala and Manica*. Nairobi
- UN-HABITAT (2014) *The State of African Cities 2014: Re-imagining Sustainable urban transitions*. Nairobi, Kenya: UNHABITAT.
- UN-HABITAT (2012) Streets as tools for urban transformation in slums: A street-led approach to citywide slum upgrading.
- UN-HABITAT (2014) A New Strategy of Sustainable Neighborhood Planning Five principles.
- UN-HABITAT (2003) *The challenge of slums. Global report on human settlements 2003*. Earthscan. 345 p. Acesso a 05.07.2019 em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/Challenge%20of%20Slums.pdf>
- STUART, E., SUMMAN, E. e HUNT, A. (2018) Informal is the new normal. Improving the lives of workers at risk of being left behind. *Overseas Development Institute*. 36 pp. <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11993.pdf>
- WORLD BANK (2008). Approaches to urban slums: A multimedia sourcebook on adaptive and proactive strategies. In Barjor Mehta, & Arish Dastur (Eds.). WBI learning resources series. Washington, D.C: World Bank.
- WCED (1987) '*Our Common Future*'. Brundtland report. The World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press. Acesso a 15.04.19 em: http://netzwerk-n.org/wp-content/uploads/2017/04/0_Brundtland_Report-1987-Our_Common_Future.pdf
- ENDELEVU, M. (2018) *14 smart ways to create public space. Real examples from sub-Saharan Africa*. Acesso a 10.09.19 em http://www.livingcities.se/uploads/1/5/3/3/15335706/4658_skl_symbiocity_public_space_july_2018_1-32_email_spreads.pdf

LEGISLAÇÃO

- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2018) *Lei da Revisão Pontual da Constituição da República*. Lei nº 1/2018 de 12 de junho. Boletim da República nº15, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2015) *Regulamento do Licenciamento de abastecimento de Água Potável por fornecedores privados*. Decreto nº 51/2015 de 31 de dezembro. Boletim da República nº 104, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2011) Diploma Ministerial nº 158/2011: Adota procedimentos específicos para a consulta às comunidades locais no âmbito da titulação do direito de uso e aproveitamento da terra. Boletim da República nº 124, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2010) Diploma Ministerial nº 144/2010: Actualiza os valores das taxas a pagar pelos requerentes e titulares do Direito de Uso e Aproveitamento a Terra. Boletim da República nº 133, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2008) *Regulamento da Lei de Ordenamento do Território*. Decreto nº 23/2008 de 1 de julho. Boletim da República nº26, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2007) *Lei de Ordenamento do Território*. Lei nº 19/2007 de 18 de julho. Boletim da República nº 29, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2007) *Política de Ordenamento do Território*. Resolução nº 18/2007 de 30 de maio. Boletim da República nº22, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2007) *Regulamento da Lei de Terras*. Decreto nº 50/2007 de 16 de outubro (Altera o artigo 35 do regulamento da Lei de Terras, aprovado pelo Decreto nº 66/98, de 8 de dezembro). Boletim da República nº41, I Série.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2006) *Regulamento do Solo Urbano*. Decreto nº 60/2006 de 26 de dezembro. Boletim da República nº 51, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2003) *Regulamento da Lei de Terras*. Decreto nº 1/2003 de 18 de fevereiro (Altera os artigos 20 e 39 do Regulamento da Lei de Terras aprovado pelo Decreto-Lei nº 66/98 de 8 de dezembro). Boletim da República nº 7, I Série

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1998) *Regulamento da Lei de Terras*. Decreto-Lei nº 66/98 de 8 de dezembro (Aprova o Regulamento da Lei de Terras e revoga o Decreto nº 16/87.de 15 de julho). Boletim da República nº 48, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1997) *Lei de Terras*. Decreto-Lei nº 19/1997 de 1 de outubro (revoga as Leis nº 6/79, e 1/86, de 3 de julho e 16 de abril, respetivamente). Boletim da República nº 40, I Série.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1995) *Política Nacional de Terras*. Resolução nº 10/95 de 17 de outubro. Boletim da República nº 9, I Série.

ANEXO I – QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Tabela dos indicadores para avaliação da sustentabilidade no bairro.

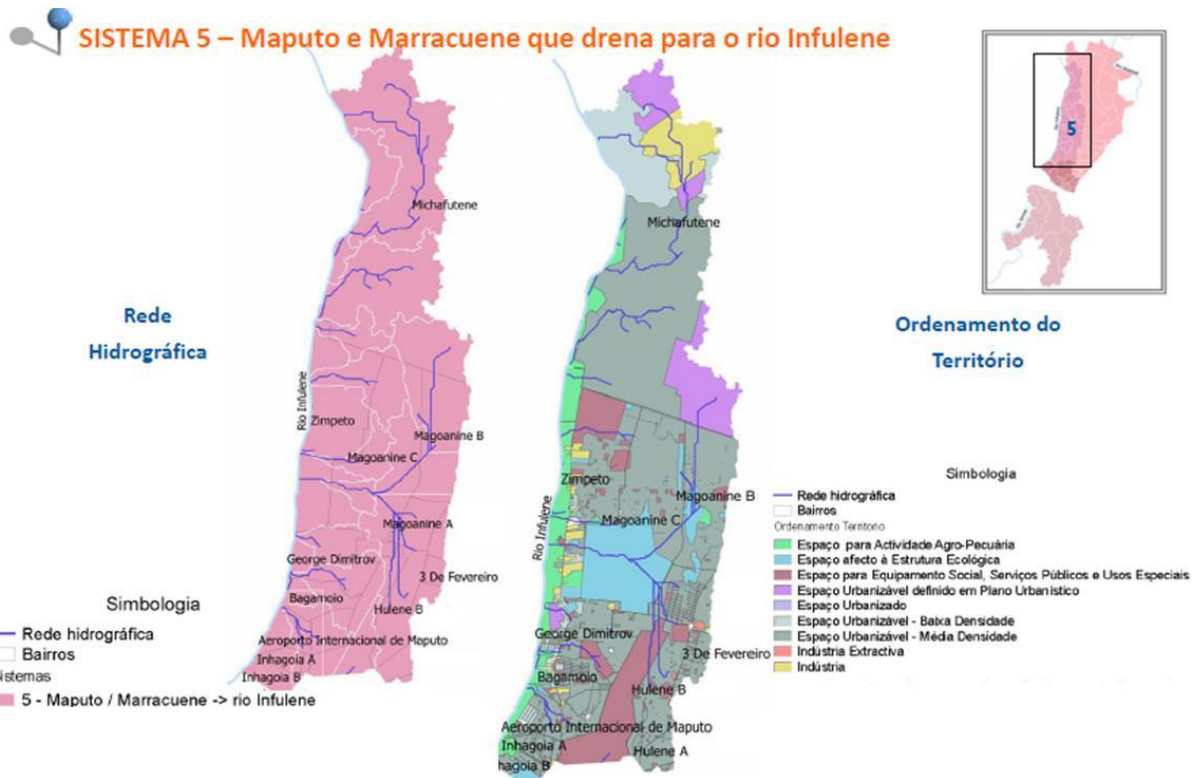
Fonte: Moroke *et al*, (2019)

SNM–Refined SNM sustainability indicators.

Indicator group	Measurement of factor(s)
Spatial/environment	
Locational advantages/opportunities	Average neighbourhood proximity to CBD at various categories: Excellent (≤ 2.5 km); Good (2.501 km-5 km); Moderate (5.001 km - 7.5 km); Poor (7.501 km - 10 km); Insignificant (10.001 km +)
Residential land use	Average neighbourhood proximity to work at various categories: Excellent (≤ 2.5 km); Good (2.501 km-5 km); Moderate (5.001 km - 7.5 km); Poor (7.501 km - 10 km); Insignificant (10.001 km +)
Urban density: Unequal distribution of urban population	Residential land use (total # of formal houses or brick structures on separate stands)/Business land use (total # of business structures) = % of mix land use per neighbourhood
Concentration ratio (CR)	The proportion of inequality in the distribution of population in relation to the area = $\frac{\text{The redistributed \% of the city's population to produce an exact correspondence between population size and land area. Normalised neighbourhood concentration ratio}}{\text{Total \# of formal houses or brick structures on separate stands/Business land use (total \# of business structures)}} = \text{\%}$ (Excellent (0–0.2); Good (0.21 – 4.0); Moderate (0.41–0.6); Poor (0.61 –0.8); Insignificant (0.81 –1.0)).
Cultural and social capital	
Inclusive planning and implementation	5 year neighbourhood involvement growth rate = $\frac{[\text{Total \# of people involved in the neighbourhood regeneration project}_t - \text{Total \# of people involved in the neighbourhood regeneration project}_{(t-5)}]}{[\text{Total \# of people involved in the neighbourhood regeneration project}_{(t-5)}]} = \text{\%}$ $\frac{[\text{Total \# of neighbourhood voting population}]/[\text{Total neighbourhood population}]}{[\text{Total \# of citizens participating in community life and decision making}]/[\text{Total neighbourhood population}]} = \text{\%}$ = % of community involvement
Social capital	$\frac{\{\text{Total \# of social (organisations/activities) in neighbourhood}\}}{\{\text{Total \# of (organisations/activities) in the city}\}} = \text{\%}$
Visitors	$\frac{\{\text{Total \# of neighbourhood (hotels \& guest) rooms recorded}\}}{\{\text{Total \# of the city (hotels \& guest) rooms}\}} = \text{\%}$
Connectivity and public transport	
Public transport usage	$\frac{\{\text{\# public transport usage in residential neighbourhood}\}}{\{\text{\# of public transport usage in all the residential neighbourhoods}\}} = \text{\%}$
Accessibility	The neighbourhood average access time of public transport in terms of waiting time/The average (for all the neighbourhoods) access time of public transport in terms of waiting time = % of neighbourhood public transport access time per city $\frac{\{\text{Average daily \# of taxi available seats within 30 minutes or 2km radius of the neighbourhood}\}}{\{\text{Total neighbourhood population}\}} = \text{\%}$
Affordability and payment	$\frac{\{\text{Total \# of households spending > 10\% of income on transport fare}\}}{\{\text{Total \# of neighbourhood households}\}} = \text{\%}$ = % of households spending more than 10% of income on transport fare
Road infrastructure	Road network (%) = $\frac{\{\text{Demand in terms of km of road to be tar in the neighbourhood}\}}{\{\text{Total neighbourhood road network in km}\}} = \text{\%}$ Road maintenance demand (%) = $\frac{\{\text{Neighbourhood road high demand for maintenance in km}\}}{\{\text{Total neighbourhood road network in km}\}} = \text{\%}$
Traffic convenience	$\frac{\{\text{Average neighbourhood travel time per day}\}}{\{\text{Average travel time per day in all the residential neighbourhoods}\}} * 100 = \text{\%}$
Economic	
Economic characteristics	% = $\frac{\{\text{The \# of people in the neighbourhood whose income is less than \$1.25 a day}\}}{\{\text{Neighbourhood population}\}} = \text{\%}$ Measure the neighbourhoods household income by calculating the % of the whole neighbourhood population that can be categories by social housing: No wage income (R0) fully subsidised; Very low income (< R1500) fully subsidised ownership; Low income (R1500 - R3500) Rental and partly subsidised ownership; Middle income (R3500-R7500) Rental; High income (R7500-R8001) No rental and ownership, gap housing
Human capital	$\frac{\{\text{Residential neighbourhood employed \#}\}}{\{\text{Neighbourhood labour force (i.e. employed + unemployed)\}} = \text{\%}$ $\frac{\{\text{Residential neighbourhood unemployed \#}\}}{\{\text{Neighbourhood population}\}} = \text{\%}$ $\frac{\{\text{\# of the people that own the dwelling in which they live}\}}{\{\text{Total neighbourhood population}\}} = \text{\%}$
Economic vitality and market	
Smart growth	
Multiple transport options	Total # of neighbourhood transport options/City transport options = %
Range of housing opportunities	Total # of neighbourhood residential dwelling houses options/Total # of city residential dwelling houses options = % of neighbourhood residential dwelling houses options
Sense of place	Total # of people in the neighbourhood that is involved in public participation activities/Total neighbourhood population = % $\frac{\{\text{\# of people living in the neighbourhood for more than 10 years}\}}{\{\text{Neighbourhood population}\}} = \text{\%}$
Services (i.e. parks/sport fields/education/transport/housing services)	
Housing services coverage	$\frac{\{\text{Total \# of households with piped water connection in the neighbourhood}\}}{\{\text{Total \# of households in the neighbourhood}\}} = \text{\%}$ $\frac{\{\text{Total \# of households with electricity connection in the neighbourhood}\}}{\{\text{Total \# of households in the neighbourhood}\}} = \text{\%}$ $\frac{\{\text{Total \# of households with access to refuse removal}\}}{\{\text{Total \# of households in the neighbourhood}\}} = \text{\%}$ $\frac{\{\text{Total \# of households with flush toilets in neighbourhood}\}}{\{\text{Total \# of households in the neighbourhood}\}} = \text{\%}$ Urban housing = $\frac{\{\text{Current demand for RDP housing in neighbourhood}\}}{\{\text{Current demand for RDP housing in the urban area}\}} = \text{\%}$
Accessibility index	Average travel distance (km) for (facility/service) % of neighbourhood beneficiaries (target population) within 3 km of facilities % of neighbourhood beneficiaries (target population) within 5 km of facilities Worst case travel distance (km) for (facility/service)
Food security	
Availability	$\frac{\{\text{Total \# of households in the neighbourhood that are involved in food production}\}}{\{\text{Total \# of households in the neighbourhood}\}} = \text{\%}$ $\frac{\{\text{Total \# of community functional food production projects in neighbourhood}\}}{\{\text{Total \# of community functional food production projects in all the residential neighbourhoods}\}} = \text{\%}$

Continua

Urban governance	
Human capital	Measure the local municipality human capital by considering: Shortage; Specialise skills; Implementation capacity; Provisioning for all specialised skills and Outsourcing to consultants
Database	Measure local municipality database by considering: Updating consistency; Reliability; Integration between the different spheres of government; GIS data; Completeness in terms of land use data, service data and transport data
Integration between/within the three spheres of government	Measure the integration between/within the three spheres of government in terms of: Linkages between the planning in the three spheres of government and the IDP; Linkages between the programmes in the three spheres of government and the IDP; Linkages between the budgets in the three spheres of government and the IDP; Integrated monitoring of expenditure on all three spheres of government; Integrated monitoring on all three spheres of government if programmes/projects are finished (on time and within projected budget
Elimination of backlogs	Measure the local municipality backlogs in: Piped water connections; Electricity connections; Refuse removal; Flush toilets; RDP housing
Operational factors	Measure the local municipality operational factors in terms of: Operators adequate training or professional competency; Information systems effectiveness in monitoring operations; Timelines and professional competency; Operations budget to actual financial variance for major budget categories; Level of communication or understanding by decision makers
Maintaining existing infrastructure	(# of days per annum that any residential neighbourhood in the urban area were without water = 0) + (# of days per annum that any residential neighbourhood in the urban area were without water = 1) + (# of days per annum that any residential neighbourhood in the urban area were without water = 2) + (# of days per annum that any residential neighbourhood in the urban area were without water = 3) + (# of days per annum that any residential neighbourhood in the area were without water > 3)
Infrastructure programmes and projects	Measure the local municipality infrastructure programmes and projects by considering: Prioritised projects before budget distribution; Timeously planning and design of new infrastructure; Changes in the urban form (growth and spatial changes); Current & future traffic congestion levels; Areas where there is a need for congestion management
Liveability	
Cost of living	{Average rent price levels in the residential neighbourhood for a (2 bedroom/3 bedroom/4 bedroom) house}/ {Average rent price levels in all the residential neighbourhoods for a (2 bedroom/3 bedroom/4 bedroom) house} = %
Security and safety	{Total # of recorded (murders & housebreakings) in neighbourhood}/ {Total # of (murders & housebreakings) in all the residential neighbourhoods} = %
Living environment and health care	{Total # of medical doctors in 5 km radius from the neighbourhood centre}/ {Total population of the neighbourhood} = % of neighbourhood medical doctors per population
Stability	{Total capacity of all public health care services in 10 km radius from the neighbourhood centre}/ {Total population in the services access distance} = %
RDP (Reconstruction and Development Programme); IDP (Integrated Development Plan)	{Crime incidents in the neighbourhood}/ {Total population of the neighbourhood} = %



Obras de Emergência de Drenagem.

Fonte: CMM 2015

ANEXOS II – MATERIAL COLETADO NO TRABALHO DE CAMPO

Guiões das entrevistas

Guia de entrevista para Técnicos e outros *stakeholders*

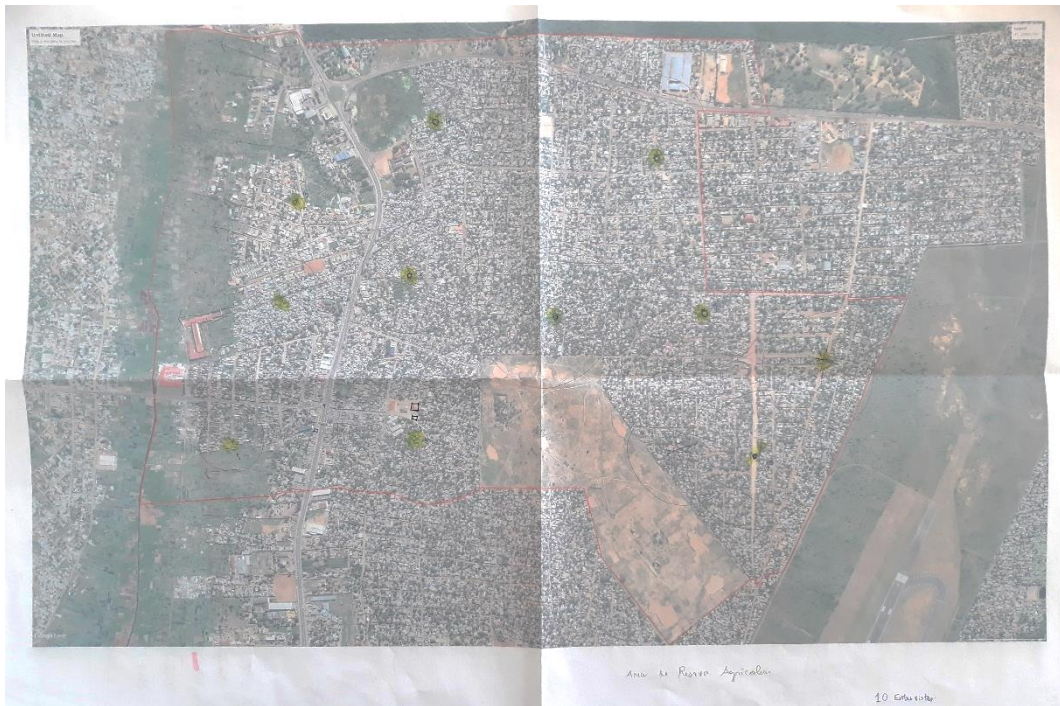
APRESENTAÇÃO
<p>Este questionário enquadra-se na pesquisa para a dissertação de Mestrado em Urbanismo Sustentável e ordenamento do território com o tema: 'Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda. Abordagem focada no espaço coletivo -o caso de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo'. O interesse da pesquisa está assente na construção do entendimento sobre a "autoprodução" e a sustentabilidade.</p> <p>O presente questionário é dirigido aos vários atores institucionais particularmente envolvidos direta ou indiretamente no processo de produção do Espaço urbano periférico em Maputo.</p>
SECÇÃO 1: INFORMAÇÃO BÁSICA E INTRODUÇÃO (STAKEHOLDERS)
Nome: Organização / departamento: Poderia explicar um pouco sobre o trabalho que faz na sua organização? Quais são, atualmente, as principais prioridades da vossa organização? Quais são os desafios em termos de desenvolvimento/urbanização sustentável em Maputo?
SECÇÃO 2: OS BAIRROS - ENQUADRAMENTO
<ol style="list-style-type: none">1. Na sua opinião, quais são as áreas informais?2. Porquê os considera Bairros informais/da periferia?3. Quem são os protagonistas/atores na materialização destes bairros?4. Qual/quais dos atores é/são dominante/s?5. Na sua opinião, até que ponto responde ao modo de vida das pessoas?6. As instituições formais são limitadas em sua capacidade de planejar bairros? Quis são as limitações?7. Acha que a "autoprodução" (ou a forma como são produzidos esses bairros) é uma forma sustentável de urbanização? O que acha que há de sustentável neles?8. Existem algum mecanismo/meio na sua organização /departamento através do qual incide sobre estas áreas materializados informalmente? Explique
SECÇÃO 3: BAIRROS "AUTOPRODUZIDOS"
<p>a. ACESSO A TERRA E HABITAÇÃO</p> <p>9. Qual é o mecanismo para o acesso/aquisição da terra para colocação de (infraestrutura e equipamento)?</p> <p>b. ESPAÇO PÚBLICO</p> <p>10. Como descreve o espaço público - Importância? (Que importância é dada ao espaço público nas intervenções)?</p> <p>11. Como é feita a gestão? (De quem é a responsabilidade de gestão do espaço público aonde esta colocada uma infraestrutura (Ex: o passeio em frente da casa; o fontenário; os lugares abertos vacantes etc.)?)</p> <p>12. Quem faz a articulação das sobreposições de infraestrutura no espaço público (e de quem é a responsabilidade) Como é feito? (Ex, uma rua pode ter pavimentação, drenagem, esgoto, rede elétrica, rede de água etc. existe uma articulação/ agregação)?</p> <p>c. INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS</p> <p>13. Como é a provisão de infraestrutura, equipamentos e serviços?</p> <p>14. Existe algum serviço equipamento ou infraestrutura cuja gestão é feita a nível local?</p> <p>15. Como é a gestão da infraestrutura, serviços e equipamentos (dia a dia)?</p> <p>D. PARTICIPAÇÃO, GESTÃO E GOVERNANÇA</p> <p>16. Na sua opinião qual a importância do envolvimento dos habitantes na melhoria do(s) bairro(s)</p> <p>17. Como caracteriza a participação dos residentes/habitantes na transformação dos Bairros?</p>
SECÇÃO 4: INTERVENÇÕES E PROJETOS

18. Quais os planos que tem sido feito/ implementados? Quem?
19. Como avalia as intervenções feitas nestes bairros?
20. Quais os desafios para as futuras intervenções? Em que aspetos as próximas intervenções deveriam focar
21. Qual os desafios para a gestão?

Guia de entrevista para Residentes do Bairro

APRESENTAÇÃO
<p>Este questionário enquadra-se na pesquisa para a dissertação de Mestrado em Urbanismo Sustentável e ordenamento do território com o tema: 'Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda. Abordagem focada no espaço coletivo -o caso de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo'. O interesse da pesquisa está assente na construção do entendimento sobre a "autoprodução" e a sustentabilidade.</p> <p>O presente questionário é dirigido aos residentes dos bairros em estudo.</p>
SECÇÃO 1: INFORMAÇÃO BÁSICA E INTRODUÇÃO (RESIDENTES)
<p>Localização e Género:</p> <p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Há quanto tempo mora neste bairro?</p> <p>Quais são as grandes mudanças no bairro, ao longo dos tempos/desde que mora no bairro?</p> <p>Quais os principais problemas que você enfrenta neste bairro em termos de condições de vida?</p>
SECÇÃO 3: BAIRROS AUTOPRODUZIDOS
<p>a. ACESSO A TERRA E HABITAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quem constrói habitação neste bairro? 2. Para quem não pode construir sua própria casa, como faz? 3. Se você constrói sua própria casa, que considerações precisa fazer em termos de espaço público? E em termos de infraestrutura / serviços? <p>b. ESPACO PÚBLICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Existe espaço publico no seu bairro? Acha que é importante? Porquê? 5. Quem é responsável pela manutenção do espaço público? <p>c. INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Qual (quem) é o principal provedor de infraestrutura no bairro? 7. Quem é responsável por trazer infraestrutura no bairro? (Ex. Iluminação pública, etc.) 8. Existem equipamentos: escola e hospital no bairro? Quais são outros equipamentos que existem no bairro? (igrejas, associações, cabeleireiros, casas de curandeiros etc.) 9. Existe comércio local? qual tipo? (serralharias, produção de materiais de construção etc.) <p>D. PARTICIPAÇÃO, GESTÃO E GOVERNANÇA</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. Qual o vosso envolvimento na melhoria das condições de vida do bairro? 11. Existe algum grupo ou organização local no bairro? Se sim, qual e como funciona
SECÇÃO 4: INTERVENÇÕES E PROJETOS
<ol style="list-style-type: none"> 12. Como avalia as intervenções feitas nestes bairros no que respeita ao melhoramento das condições de vida? 13. Diga três aspetos que podiam melhorar no bairro.

LOCAIS DE ENTREVISTA
(Aos residentes do bairro)



Esquema de Trabalho em George Dimitrov. Fonte: A autora



Esquemas de Trabalho em Bagamoio. Fonte: A autora

INFORMAÇÃO BÁSICA			INTRODUÇÃO			O BAIRRO	
						ACESSO A TERRA E HABITAÇÃO	
Local ID	Idade	Género	Há quanto tempo mora no bairro	Quais são as grandes mudanças no bairro, desde que mora no bairro?	Quais os principais problemas que você enfrenta neste bairro em termos de condições de vida?	1	2
						Quem constrói habitação neste bairro?	Para quem não pode construir sua própria casa, como faz?
BB E-R1	60	F	27 anos	Energia e estrada	Saneamento: quando chove a água fica estagnada	Não sei	Os donos das casas chamam pessoas para fazer.
BB E-R2	28	M	28 anos	Até hoje estamos a registar mudanças como: ampliação de certas casas; novas obras de estrada que fez com que nos movéssemos para trás. Há minha nascença não tínhamos água, hoje temos e estamos ligados à muitas coisas	-	Jovens como eu, pessoas (com conhecimento básico do serviço) contratadas por nós. Ha casos de pessoas que constroem as suas próprias casas.	
BB E-R3	21	F	21 anos	Desde que nasci a única mudança que vejo no bairro é a estrada introduzida no ano passado que 'dizem que vão continuar'	Houve um tempo que havia muitos ladrões, mas já pararam	Pedreiros próximo, há várias pessoas no bairro são pedreiros. Os pedreiros constroem a sua própria casa	
BB E-R4	45	M	45 anos	Não mudou nada, não desenvolve. Hoje a situação é pior, não há alimento, não há emprego. Antes um residente conseguia trabalhar e prover, desde que entrou este governo, não há nada, é 0		Há vários pedreiros, carpinteiro, serralheiros locais que fazem biscate	
BB E-R5	49	F	22 anos	Agora já temos água, energia. As casas eram de caniço agora já não.	Não vejo nenhum problema. De antes tinha problema de ladroes, agora não.	Pedreiros locais. Há várias pessoas que sabem construir	Contatamos pedreiros
BB E-R6	23	M	23 anos	Não mudou quase nada	Drenagem, Energia- iluminação e desorganização das pessoas no bairro, não estamos preparados para atuar em grupo	Os vizinhos com habilidade.	
BB E-R7	54	F	27 anos	Algum melhoramento no fornecimento da água	Ladros e Drenagem nas ruas.	A maioria é construída por pedreiros locais	
BB E-R8	33	M	33 anos	Nada palpável mudou. Não é fácil ver as mudanças	A criminalidade é o pior problema que vivemos.	Pedreiros locais que são jovens da zona.	
BB E-R9	34	M	15 anos	Há muito mais acesso a água pela água canalizada	Não temos muitos problemas agora comparado aos anos passados em termos de energia e água.	Cada um procura algum para fazer a sua casa	
BB E-R10	27	M	9 anos	-	A rua tem de degradado cada vez mais	O residente procura alguém de confiança. Quando vaiemos a nove anos, a casa não estava terminada. Procuramos pedreiros locais para terminar a construção.	
BGD E-R11	33	F	12 anos	Algumas mudanças nas vias de acesso (Algumas vias principais) no quarteirão, nada de especial.	Drenagem – quando chove as ruas ficam alagadas e inundam as casas; O serviço de recolha do lixo não e consistente (não há um horário específico)	Cada pessoa contrata um pedreiro. Há' vários pedreiros na zona. Por exemplo, eu posso gostar da sua obra e pedir que o pedreiro me construa uma igual.	
BGD E-R12	42	M	3 anos	Mudou porque não havia esta estrada. Ficou bonito. Não sei de quem é o projecto, só vi um chines a faze. Ao sei se é do Comiche ou uma outra pessoa. A escola	Os jovens do bairro não respeitam, invadem a escola (e não há controlo). Os policias não trabalham como deve ser.	Não sei nada destas casas. A casa do meu avô foi contruída pelo município, ele pagou ao estado.	
BGD E-R13	48	F	Desde 2005 (14 anos)	Não mudou nada. Prometeram abrir as estradas, começaram a fazer, aquilo não terminou. Fizeram pavês a metade (em referência à intervenção do projeto de requalificação). Fizeram um sitio para as crianças brincarem, mas quando chove, enche de água. Aqui não tem lugar para as crianças brincarem e á distante.	Por volta de 2010, havia muita marginalidade, agora esta muito mais calmo	O pedreiro da familia	-
BGD E-R14	65	M	Desde 1988 (31 anos)	Quando cheguei não havia energia, agora já tem e tem água de fornecedores privados.	Marginalidade. Embora este ano ainda não acompanhamos nenhum episodio.	A minha casa fui eu próprio que construi. Quando chegamos aqui, estavam a dizer para não construir casa de alvenaria. A casa de caniço caia sempre até que construímos esta.	Geralmente chama um pedreiro que conhece
BGD E-R15	57	F	Desde 2003 (16 anos)	Não si no bairro, não vejo mudanças na minha casa. Por isso, não direi nada posso responder sobre a vida na minha casa. A vida do bairro quem pode responder é o chefe do quarteirão. Ele é o dono do bairro... Quando vim	Drenagem. A rua fia alagada por dois ou três dias, enche água, muita água. Esta água entra nas casas	Eu comprei a casa e nunca alterei.	
BGD E-R16	38	M	33 anos	Mudou tudo.	Aqui está tudo bem	Eu estou a construir minha casa pessoalmente	
BGD E-R17	44	F	+/-30 anos	Não mudou nada para alem das várias construções de casas que vieram a substituir as machambas	Para alem da drenagem, não há problemas	Mandou fazer. Algumas pessoas fazem pessoalmente	
BGD E-R18	?	M	14 anos	(NOTA: É CARPINTEIRO E TEM UMA CARPINTARIA EM CASA) Apensa mudaram as casas que eram de caniço.	Drenagem - Quando chove, e um problema sério nas estradas. Nós temos as nossas ruas sem condições	Cada pessoa encontra o seu pedreiro	
BGD E-R19	?	F	5 anos	Tem tido mais residentes	Água, criminalidade: Há muito desemprego	Pedreiros	
BGD E-R20	65	M	30 anos	(Residente próximo da cratera a norte do bairro) Agora temos energia e água.	Mosquitos	Cada um constroem a sua maneira, eu pedi um pedreiro. Não sei como os outros fizeram/fazem	

BB - Bairro de Bagamoio

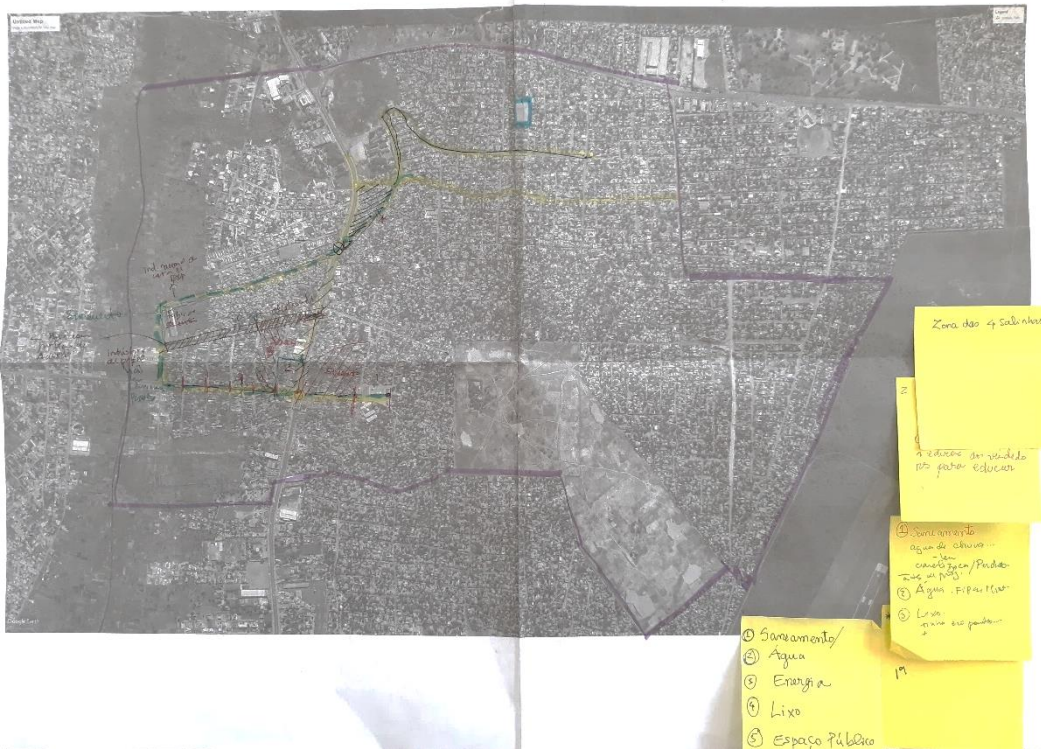
BGD- Bairro George Dimitrov

INFORMAÇÃO BÁSICA			O BAIRRO (cont.)					
			ACESSO A TERRA E HABITAÇÃO (cont...)	ESPACO PÚBLICO		INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS		
Local ID	Idade	Gênero	3	4	5	6	7	
			Se você constrói sua própria casa, que considerações precisa fazer em termos de espaço público? ... em termos de infraestrutura / serviços?	Existe espaço público no seu bairro?	Acha que é importante? Porquê?	Quem é responsável pela manutenção do EP?	Qual (quem) é o principal provedor de infraestrutura no bairro?	Quem é responsável por trazer infraestrutura?
BB E-R1	60	F	A pessoas que constroem as casas respeitam o espaço público, deixam espaço passa passagem de carros etc.	Não tem	Sim, porque precisa-se. Por exemplo, aqui afrente da casa, passa carro, entretanto as crianças também brincam ali. Precisamos que a rua também tenha um lugar para as crianças.	-	Quando um residente precisa de energia, o município vem com o projecto.	
BB E-R2	28	M	Sim, naturalmente, temos levado esta questão em consideração. No entanto acredito que quando se constitui o bairro (antes de eu nascer), ... talvez tenha havido falta de informação aos outros superiores a mim (em referência aos moradores mais antigos) - razão pela qual vemos hoje algumas casas destruídos para dar lugar a estrada. Do meu tempo para cá já há uma consideração com o que existe como sendo infraestrutura do bairro etc.	Aqui propriamente não, mas lá para afrente existe, e é lá onde nós consideramos	O espaço público tem servido para muitas coisas, seja reuniões, seja qualquer tipo de confraternização. A importância está mais ligada a isso	Quem faz a manutenção somos nós, ainda que não seja eu propriamente, mas conheço alguns jovens no bairro que têm se feito ao local.	No geral somos todos nós, mas há entidades principais (lideranças do bairro?) a quem nos reclamamos e são essas pessoas que levam a informação avante: como: os secretários de bairro, os chefes do quarteirão etc.	
BB E-R3	21	F	Sim. Acho que a pessoa já sabe qual o limite que tem que cumprir em relação a estrada. Tendo em conta que um dia pode aparecer um empresário a querer pavimentar a estrada...	Sim, temos as ruas e o campo	É importante porque hoje em dia temos jovens na má vida. Se tivéssemos dois campos, acho que os jovens e crianças iam praticar mais desporto, ter alguma ocupação	Não sei dizer	Temos três fornecedores de água: <i>Gawater</i> , a igreja católica e FIPAG. Garanto que aqui são poucos que usam FIPAG pela limitação no horário de fornecimento. As outras são 24/24h. Só fecham para lavagem de tanques. Em relação a energia, os residentes fazem contrato com a EDM	
BB E-R4	45	M	Desde 1975 a rua nunca foi modificada.	Sim, tem campo, embora não tenha nenhum jardim	É importante porque nossos filhos podiam brincar lá (a referir jardins). Infelizmente o município só tinha reserva para campo	É o município.	Desde 1975 nunca tivemos problema de energia. Antes tínhamos intermediários. Agora não	
BB E-R5	49	F	Nem sempre, a casas sem ligação para a rua. Eu moro num beco e junto dos meus vizinhos entendemos que deve haver um espaço para circulação.	Sim. Embora não seja suficiente	E muito importante porque temos muitas crianças que brincam na rua. (a senhora tem uma banca de venda) Há vezes que tem que se retirar porque as crianças estão a jogar a bola na estrada.	Não sei	Quando a água era da responsabilidade das Águas de Moçambique, não saía água, agora muita gente tem furo (FPA) e muita gente usa.	
BB E-R6	23	M	Não. Não tem frequente pensar no espaço público. Por exemplo há ruas em eu cada um decide colocar obstáculos. As vezes pedras etc.	Sim. Apenas campos		O Município. Faz limpeza etc.	Não sei	
BB E-R7	54	F	Sim.	Sim, tem campos.	É importante porque os meninos do bairro, é lá onde as pessoas vão treinar.	-	Não sei	
BB E-R8	33	M	Sim, pelo que vejo aqui respeita-se porque está já bem parcelado	Sim, o único é o campo	Muito importante. Ajuda no desenvolvimento de certas habilidades físicas e mentais	O jovem que utilizam o campo vão la por vezes limpar.	Acho que é o município	
BB E-R9	34	M	Sim. Quando estamos a construir e excedemos o limite do nosso espaço, o município vem para cima por vezes a ponto de fazer demolição	Sim.	Sim, plenamente. é importante para nós e nossos filhos: distrair, fazer exercicios físicos.	É o governo	Temos um concelho composto pelos líderes a quem endereçamos todos os problemas do bairro.	
BB E-R10	27	M	Quando viemos a zona já estava parcelada, por isso que cada um faz a sua construção ou vedação dentro dos limites estabelecidos	Sim, um campo.	Sim, para a saúde dos jovens	Não sei dizer	-	
BGD E-R11	33	F	Os terrenos foram parcelados pelo município (não sei quando) tu tens o marco para cumprir. A parte da frente da minha casa pertence ao meu quintal.	Não tem nenhum.	Sim. As nossas crianças querem brincar, mas correm o risco de serem atropelados.	"os ou o município podemos contratar alguém para cuidar tal como pagamos seguranças nas escolinhas privadas	Em termos de agua, temos fornecedores privados.	
BGD E-R12	42	M	Neste caso, o espaço público em frente pertence as respetivas casas. (Se os outros habitantes pretenderem utilizar deve pedir permissão ao dono da casa)	Parece que não temos. Há espaços apenas nas escolas, no bairro não.	É importante, não sei responder, mas acho que é importante	-	-	
BGD E-R13	48	F	Um colocam muros de alvenaria, outros colocam vegetação ou chapas de zinco para vedar. Nem todos consideram o espaço público e infraestrutura, uns até colocam o poste de electricidade dentro do quintal. O meu quintal vai ser parcialmente demolido com a futura reabilitação da estrada. A culpa é da pessoa que nos revendeu o espaço que não teve o cuidado e indicou uma área dentro da estrada.	Só no Benfica mesmo, aqui, não. Há alguns espaços aberto, mas que não tem nada em termos de equipamento.	Sim, as crianças devem se divertir	-	Água é do furo, luz, é da EDM. Nesta zona há três furos, um deles não tem funcionamento contínuo, igualmente a FIPAG.	
BGD E-R14	65	M	Deixei espaço para a rua	Espaço público? Não temos? Só tem um campo no Benfica	Não é importante, tem que haver espaço para esses eventos, para as crianças.	-	-	
BGD E-R15	57	F	Não mexi nada. O que eu fiz foi abrir uma porta. Esta rua é um beco. O limite é esta mangueira. Temos conflitos com relação ao limite	Não temos	Não tenho certeza. Neste bairro nunca vi este lugar que se pode fazer jardim... (Não tenho resposta)	-	-	
BGD E-R16	38	M	-	Não, aqui não existe	Não é importante	-	Para água, utilizamos furo. Em termos de energia, EDM (colocou energia por sua iniciativa)	
BGD E-R17	44	F	Acho que sim	Não sei dizer	É importante, mas não sei explicar	-	EDM	
BGD E-R18	?	M	-	Só temos o campo	Sim, para as nossas crianças.	-	São os chefes	
BGD E-R19	?	F	Sim	Somente o campo	Sim é importante para fazermos ginástica etc.	Não sei	EDM, FIPAG	
BGD E-R20	65	M	Isto aí, muita das vezes, falhamos, mas aqui a rua sempre existiu	Não aqui perto, mas sim	Sim, é o divertimento para as crianças	É a escola	Este é assunto de Chefe do quarteirão	

RESULTADO DAS ENTREVISTAS AOS RESIDENTES

INFORMAÇÃO BÁSICA			O BAIRRO (cont.)				INTERVENÇÕES E PROJECTOS	
			INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS (cont)		PARTICIPAÇÃO, GESTÃO E GOVERNANÇA			
Local ID	Idade	Género	8	9	10	11	12	13
			Existem equipamentos: escola e hospital no bairro? quais outros?	Existe comércio local? qual tipo?	Qual o vosso envolvimento na melhoria das condições de vida do bairro?	Existe algum grupo local no bairro? Se sim, qual e como funciona.	Como avalia as intervenções feitas nestes bairros no que respeita ao melhoramento das condições de vida?	Diga três aspetos que podiam melhorar no bairro.
BB E-R1	60	F	Tem igrejas, associações, Salão de cabeleireiro.	Entrevista descontinuada porque a entrevistada recusou-se a responder sobre a existência (ou não) de equipamentos sociais por já ter sido perguntada por um outro grupo de pesquisa e depois não quis seguir com a entrevista alegando já ter fornecido informação para outras pessoas.				
BB E-R2	28	M	Sim. Talvez eu não tenha conhecimento da existência de associação, mas quero acreditar que existe. Existe mercado, ainda que seja informal, mas existe.	Existem	Temos tentado no mínimo nos unir e lançar ideias que possam ajudar nesse crescimento ainda que difícil.	-	No meu ponto de vista são intervenções que no final têm trazido resultados que nunca tínhamos tido antes e é positivo.	Saneamento público; Qualidade no fornecimento de energia e Qualidade no fornecimento de água.
BB E-R3	21	F	Sim, temos duas escolas primárias, uma secundária, um centro de saúde. Existem vários edifícios religiosos. Temos dois mercados. Há médicos tradicionais	Existe espalhado pelo bairro	Sim, fazemos. Diante do alagamento que as ruas sofrem com as chuvas, os residentes colocam arreira, pedras nalgumas ruas que servem depois de alternativa para as ruas intransitáveis.	Não	Acho que tinham que melhorar mais as condições de vida. Por exemplo, temos o mercado, mas só estão lá duas ou três pessoas; tem de haver mais padarias e outras funções para os jovens e crianças	Antes de tudo o bairro devia se reunir para saber o que quer. Maximizar os espaços vazios e casas abandonadas.
BB E-R4	45	M	Tem sim, escolas primarias e secundaria. Há várias igrejas como se fosse mercado.	Sim	Não há uma organização que permita que as pessoas façam alguma coisa	Não há	Não está melhor. O bairro não muda, tal como o país	Tudo precisa de emprego.
BB E-R5	49	F	Sim. Existe escola e hospital, mercado e outros.	Sim. (tem uma banca de venda)	Em grupo, nunca tivemos reunião para isso. Aqui é cada qual por si.	Não	Acho bom porque agora já não sofremos, temos energia (e há menos cortes)	Mais campos para as crianças.
BB E-R6	23	M	Sim, temos escolas, igreja, temos dois mercados etc.	-	Sim. Na realidade, houve um tempo em que um grupo de jovens nos unimos para criar um negócio comunitário, mas não foi avante.	-	O bairro fica acomodado porque temos falta de união. Os nossos líderes são intermediários a ponto de não nos deixar proceder.	Precisamos de única e motivação Partilhada de informação com os jovens por parte dos líderes, energia e água.
BB E-R7	54	F	Existem, escola, centro de saúde, igrejas etc.	Sim, tem	No sei como responder	Houve um tempo que criaram grupos	Como está bom, mas podia melhorar	As estradas a questão de segurança.
BB E-R8	33	M	Temos sim. Temos alguns mercados formais e informais.	Existe. Minimercarias etc.	Praticamente não se participa porque não há projetos que incluem os residentes. Se há. Apenas ouvimos dizer e basta. Inclusive esta vala da estrada, disseram que seriam jovens da zona a trabalhar, mas não é o que está a acontecer.	Qua eu saiba não.	É difícil responder, mas posso dizer que as coisas vão melhorando ao passo do camaleão. Mudanças não são visíveis embora uma e outra coisa acontece.	Ruas iluminação Melhorar a condição de acessibilidade e Criar lugares de entretenimento para a juventude
BB E-R9	34	M	Temos escola publicas e privada. Igrejas,	Sim	Na manutenção da limpeza do bairro.	Não	-	Questões de segurança. Oportunidade (espaço) para comércio
BB E-R10	27	M	Sim, aproximadamente três escolas e um posto medico. Sim. Uma associação	Sim	Geralmente tem sido por meios próprios, mas para tal, teve que se fazer uma contribuição com valor simbólico para colocar iluminação publica, o mesmo aconteceu para a colocação de arreira na estrada, qua não durou muito pois não é suficiente	Há uma associação, mas não sei o que faz.	Em referência as intervenções dos moradores, são medidas positivas, mas devem ser potenciadas, sobretudo no que respeita ao saneamento.	Saneamento; Segurança (iluminação publica) condições ambientais-talvez mais arvores nos espaços abertos.
BGD E-R11	33	F	Escolas sim, mas hospital não, temos de ir até ao Bagamoio. Usamos o mercado de Benfica	Sim, há brandesses que têm mercearias	Nós temos o chefe de quarteirão, mas raro nos reunimos, mas não acontece. Não tomamos conhecimento de muita coisa a acontecer no bairro.	Não há nenhuma associação.	As intervenções são bem-vindas. No entanto, a construção da estrada parou e como havia a promessa de o transporte passar pela via. A construção parou porque o município não tem dinheiro para indemnizar todas as pessoas afetadas. Portanto, temos de andar até Benfica para	Pavimentar a rua (para resolver a drenagem) Iluminação publica Mercado
BGD E-R12	42	M	Existem escolas. O hospital que há está no bairro de Bagamoio.	Há sim, temos loja de nigerianos que ajudam.	Na resolução de questões pontuais de acesso aos serviços.	Aqui no bairro não. Há em Malhazine	Por mim este projecto não foi bem contruído. Mas terminou já tem precisado de reparações.	a prioridade é ser o serviço de saúde. Se tivessem, mas mercearias e mercado.
BGD E-R13	48	F	Existem escolas (primaria/secundaria). Hospital, não, temos de ir a Benfica ou Magoanine.	Existem	Pelo menos na minha rua, nos moradores fazemos limpeza na rua A microempresa passa por aqui poucas vezes	Não há	Eu considero que não mudou nada porque o pavês q colocado em Benfica já esta a se partir	Iluminação publica (configuração e funcionamento), Pavimentação de vias e espaço para as crianças brincarem.
BGD E-R14	65	M	Temos escola no Benfica, outra aqui perto, comunitária. Não temos hospital. Temos de ir ao Bagamoio	Sim, algumas pessoas fazem negócio em suas casas	(Não quis responder)	Não sei	Por alguma razão, a marginalidade aumentou.	Ter apoio da liderança para a segurança do bairro. Nós mais velhos confiamos as melhorias aos jovens, vocês são a nossa esperança.
BGD E-R15	57	F	Não tem hospital. Tem escola. Mercado só em Benfica, aqui não tem mercado,	Aqui perto não há muito	Não é fácil responder esta pergunta	Nunca ouvi falar de grupos	-	A drenagem das ruas, não só na minha rua, mas em toda zona.
BGD E-R16	38	M	Escola esta em Bagamoio. Existem igrejas e mercado. Não vejo nenhuma falta	Sim existe aqui perto.	Por enquanto, temos uma organização que faz a limpeza no bairro. (É FUNCIONARIO DA MICROEMPRESA)	Não existe	(não respondeu à pergunta)	Apenas Iluminação pública (eu vou ao trabalho as 05h da manhã e as ruas ficam as escuras)
BGD E-R17	44	F	Aqui perto, temos escolas e centro de saúde em Bagamoio, igrejas etc.	Sim, há machamba, serralheiros carpinteiros. etc.	Não há nenhum envolvimento	-	Não sei, não vejo nada (explicou em língua local)	Entendimento entre os moradores (ninguém aceita fazer limpeza na rua em conjunto)
BGD E-R18	?	M	Aqui perto não, mas há escolas privadas. Centro de saúde só no Bagamoio. Há vários médicos tradicionais	Sim, temos muitas barracas de bebidas	Nós temos uma vida difícil, as reuniões que se fazem no bairro são para discutir problemas pontuais, não para discutir ideias, não há união	Há associações das machambas na z. verde	Apoiamo-nos uns aos outros como vizinhos, mas não há muita coisa	Drenagem nas nossas casas (sempre que chove, tenho de fazer um furo para tirar água para estrada. Jovens tem entrado em perdição.
BGD E-R19	?	F	Há escolas privadas, só uma publica. Várias (5 aqui) igrejas, mas não tem associações.	Sim	Tem tido reuniões para ver o que falta e o que tem acontecido, controlo...	Não tem	Tem sido boa	Escolas publicas, hospital e mercado
BGD E-R20	65	M	Tem escola, muitas igrejas, mas não tem hospital. O que falta são ruas em condições	Sim, Por exemplo, aqui é carpintaria	Não vejo nada. Precisamos que haja desenvolvimento, mas não esta a se fazer nada.	Não sei	Não melhora nada	Melhoramento da infraestrutura Das ruas e iluminação publica (que funciona)

SESSÃO DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO
Transict Wolk



Esquema de Trabalho em George Dimitrov. Fonte: A autora



Esquemas de Trabalho em Bagamoio. Fonte: A autora

GEORGE DIMITROV

Resultado da CAMINHADA TRANSVERSAL (Transict Walk)

Esta prancha apresenta o resultado de uma caminhada transversal (*transect walk*) no bairro George Dimitrov, realizada no dia 22 de março 2019.

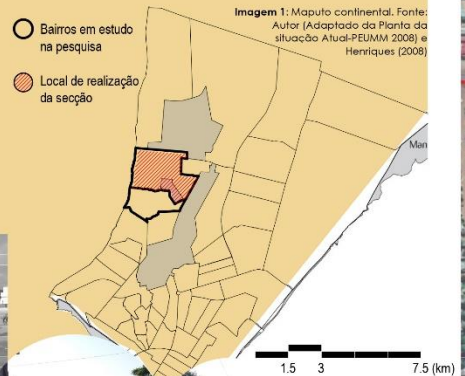
O *transect walk* é uma ferramenta participativa que neste caso, foi utilizada para fazer o mapeamento do bairro através de uma caminhada sistemática junto de lideranças locais e conhecedores, a fim de identificar diversidade de desafios e oportunidades.

A aplicação desta ferramenta neste bairro, enquadra-se na pesquisa de campo para a Dissertação de Mestrado cujo tema é: *Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda*.

Contributo para a (re)valorização do habitat- o caso dos Bairros de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo.

A Aplicação do *transect walk*, permitiu uma primeira compreensão, a partir da base, da relação de causalidade entre a situação atual (a que se pode observar) e alguns fatores que o conduzem.

Sua aplicação foi feita em 3 fases: (1) Apresentação e definição do percurso; (2) Caminhada e esquematização do diagrama do e por fim (3) a discussão e elaboração da Agenda local de prioridades- com base nas observações da caminhada. : Saneamento; Água; Energia; Lixo e Espaço Público.



Área com função ecológica	Área de ocupação ordenada	Área de influência da EN	Área de ocupação espontânea	Área de influência da EN	Á. ocup. espont.	Área de ocupação ordenada
Água Contaminação dos solos por resíduos sólidos e produção agrícola e florestal, sendo o maior risco de contaminação por infiltração de líquidos orgânicos, associados ao polimento da água e solo.	Risco de contaminação da água potável pela emissão de efluentes da infraestrutura de distribuição, causado pela inexistência de sua manutenção.	Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura.	Inadequado acesso à água. Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, emissão de efluentes da infraestrutura de distribuição causado pela inexistência de sua manutenção.	Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura.	Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura.	Risco de contaminação da água potável pela emissão de efluentes da infraestrutura de distribuição, causado pela inexistência de sua manutenção.
Saneamento / dren. Insuficiente e inadequada infraestrutura de drenagem e saneamento. Aumentando o risco de inundação.	Inadequada drenagem e saneamento por insuficientes da infraestrutura convencional. Intervenção individual dos moradores em frente de suas casas para fazer face a inundações ou permitir acessibilidade.	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações.	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficiência de infraestrutura convencional- causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face a inundações e/ou permitir acessibilidade.	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações.	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valas, causando inundações.	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficiência de infraestrutura convencional- causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face a inundações e/ou permitir acessibilidade.
Eleticidade Insuficiência da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança.	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança.	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros.	Insuficiência (por vezes inexistência) da rede de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de coimação por parte dos residentes.	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros.	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros.	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança.
Resíduos sólidos Limpeza do espaço pelos pequenos produtores.	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes.	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexistem com a poluição do ar.	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes.	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexistem com a poluição do ar.	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexistem com a poluição do ar.	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes.
Espaço Público Inexistência de equipamentos de lazer e recreação.	Inadequado investimento de espaços de lazer e recreação. Insuficiente investimento e variedade de equipamentos sociais. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para acudir a equipamentos de saúde.	Frequente risco a segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedestal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.	Exiguidade na existência de espaços de lazer e recreação; de equip. sociais e (muitas vezes) desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para acudir a equipamentos de saúde e/ou transporte público.	Frequente risco a segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedestal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.	Frequente risco a segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedestal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.	Inadequado investimento de espaços de lazer e recreação. Insuficiente investimento e variedade de equipamentos sociais e desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para acudir a equipamentos de saúde, transporte público, etc.

AGENDA LOCAL DE PRIORIDADES

Reparação da Infraestrutura de Água (Tubos nas ruas)

Saneamento (Sobretudo nas áreas baixas- Com risco de inundação)

Drenagem na área entre a Av. De Moçambique e o rio Mulaúzi

Pavimentação das ruas para drenagem das águas, sobretudo nas áreas com risco de erosão

Melhoria dos serviços de recolha do Lixo doméstico (Quantidade do pessoal)

Pavimentação da Rua da Aeronáutica para permitir a passagem d transporte publico

Reabilitar o Mercado para aumentar o Imposto

OS PRESENTES NA SECÇÃO...

Nome	Quarteirão	Contacto	Nome	Quarteirão	Contacto
- Simião Magimanhane	Chefe - 61	+258840325364	- Fernando Z. Dimande	Chefe - 62	+258845000650
- GERALDINO FAQUER SAIELE	Chefe - 33	+258847173270	- Martins Laissane	Chefe - 88	+258842447093
- Ilda Ernesto Chirute	Chefe - 70	+258847054356	- Beatriz Mussane	Chefe - 19	+258845309151
- Jonas Ernesto Singo	Chefe - 25	+258845384150	- João Chongola	Chefe - 5	+258847947019
- Aliado Alfeu Nhavotso	Chefe - 45	+258848688254	- Cândido Mazuze*		+258847936229
			- Milouisa L. Antonio**		+258829689939

* Especialista Comunicólogo ** Pesquisadora

Agradecimento especial à secretária do Bairro e a secretária (interina) Sra. Amélia Armando Hunwana, por ter facilitado e mobilizado os líderes presentes; ao Kaya Clínica, (seu pessoal, com destaque ao Sr. Jonas Singo) por ter apoiado na materialização da secção e ao Sr. Cândido Mazuze por ter se disponibilizado com dedicação na intermediação da secção.



BAGAMOIO

Resultado da CAMINHADA TRANSVERSAL (Transict Walk)

Esta prancha apresenta o resultado de uma caminhada Transversal (*transect walk*) no bairro de Bagamoio, realizada no dia 23 de março 2019.

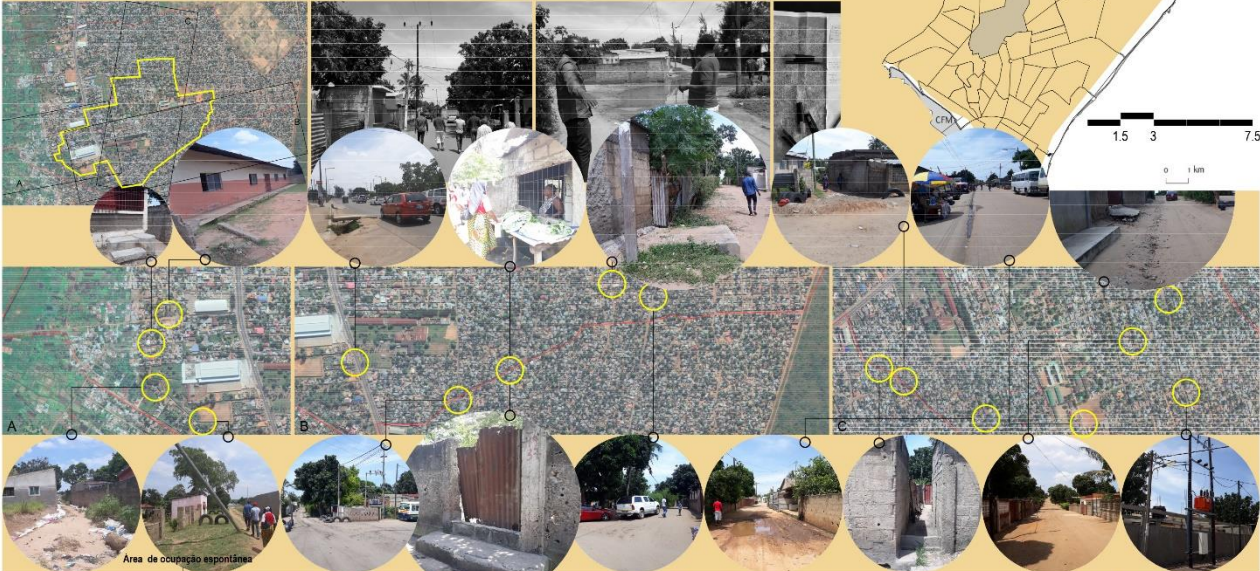
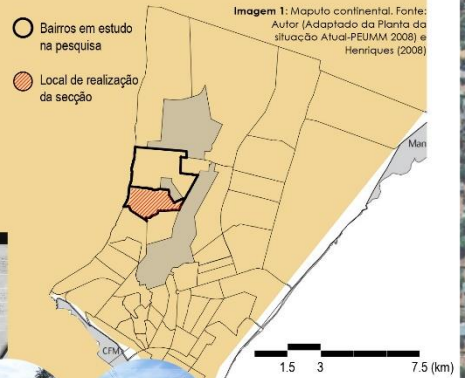
O *transect walk* é uma ferramenta participativa que neste caso, foi utilizada para fazer o mapeamento do bairro através de uma caminhada sistemática junto de lideranças locais e conhecedores, a fim de identificar diversidade de desafios e oportunidades.

A aplicação desta ferramenta neste bairro, enquadra-se na pesquisa de campo para a Dissertação de Mestrado cujo tema é: *Sustentabilidade em bairros autoproduzidos de baixa renda*.

Contributo para a (re)valorização do habitat- o caso dos Bairros de George Dimitrov e Bagamoio em Maputo.

A Aplicação do *transect walk*, permitiu uma primeira compreensão, a partir da base, da relação de causalidade entre a situação atual (a que se pode observar) e alguns fatores que o conduzem.

Sua aplicação foi feita em 3 fases: (1) Apresentação e definição do percurso; (2) Caminhada e esquematização do diagrama do e por fim (3) a discussão e elaboração da Agenda local de prioridades- com base nas observações da caminhada. : Saneamento; Água; Energia; Lixo e Espaço Público.



Área com função ecológica	Área de influência da EN	Área de ocupação espontânea*	Área de ocupação ordenada
<p>Água</p> <p>Contaminação das águas por resíduos sólidos na produção agrícola e no comércio informal (casos de ocupação por tentativas de instalação e conexão), resultando na poluição da água e solo.</p> <p>(ver Área de ocupação espontânea*)</p>	<p>Irregular acesso à água potável. Risco de contaminação da água potável por insuficiente manutenção da infraestrutura</p> <p>(ver Área de ocupação espontânea*)</p>	Inadequado acesso à água. Risco de contaminação da água potável por inadequação das instalações. Em vários casos, eminente exposição da infraestrutura de distribuição causada pela inexistência de ruas pavimentadas.	Risco de contaminação da água potável pela eminente exposição da infraestrutura de distribuição causada pela inexistência de ruas pavimentadas.
<p>Saneam./Dren.</p> <p>Insuficiente e inadequada infraestrutura de drenagem e saneamento. Aumentando o risco de inundação.</p> <p>(ver Área de ocupação espontânea*)</p>	Descontinuidade na manutenção da infraestrutura. Como consequência, a obstrução de valetas, causando inundações.	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficiência de infraestrutura convencional-causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face a inundações e/ou permitir acessibilidade.	Inadequada drenagem e saneamento pela insuficiência de infraestrutura convencional-causando erosão. Intervenções individuais dos moradores em frente de suas casas para fazer face a eventual inundações e/ou permitir acessibilidade.
<p>Eleticidade</p> <p>Insuficiência da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança.</p> <p>(ver Área de ocupação espontânea*)</p>	Existe iluminação pública ao longo da via principal, no entanto, há descontinuidade ao penetrar no interior dos bairros.	Insuficiência (por vezes inoperância) da rede de iluminação pública. Existência de áreas com ausência de iluminação pública, favorecendo a criminalidade. Intervenções pontuais de climatização por parte dos residentes.	Ineficácia (em alguns casos inexistência) da iluminação pública, favorecendo a criminalidade e insegurança.
<p>Resíduos sólidos</p> <p>Limpeza do espaço pelas pequenas produtoras.</p> <p>(ver Área de ocupação espontânea*)</p>	Irregularidades na recolha secundária. Por consequência, áreas de comércio por vezes coexistem com a população do ar.	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes.	Recolha domiciliar (primária) dos Resíduos Sólidos e limpeza do espaço público pela Microempresa e pelos Residentes.
<p>Espaço Público</p> <p>Inexistência de equipamentos de lazer e recreação.</p> <p>(ver Área de ocupação espontânea*)</p>	Frequente risco à segurança rodoviária e inadequadas condições de circulação pedonal. Insuficiente infraestrutura de transporte público.	Inadequado/inexistência de espaços de lazer e recreação. Muitas vezes desintegrado das áreas de influência do transporte público. Como consequência, habitantes têm de percorrer longas distâncias para aceder ao transporte público.	

AGENDA LOCAL DE PRIORIDADES

'Água não se fecha, dá-se caminho'
(Hélder Ngulele)



- Abertura de valetas para eliminar as poças de água (para além da colocação de entulhos - iniciativa local)

- Eliminar a fuga de águas domésticas para a rua

- Avaliar contratos de fornecedores privados (no que respeita à taxas) e fornecimento de água a partir do fontenário



- Aumentar a regularidade na recolha dos resíduos sólidos



- Melhoria na rede de iluminação pública (Aquisição de candeeiros) para redução da criminalidade

- Criação de um campo Multifuncional com centro infantil e ponto de encontro dos jovens

OS PRESENTES NA SECÇÃO...					
Nome	Quartelão	Contacto	Nome	Quartelão	Contacto
- Laus Chembene	Secret. Bairro	+258844355588	- Celso Paulino Simbine	Chefe - 26	+258845815770
- Celeste Muhumana	Chefe - 17	+258844351266	- Acácio Moisés Chau	Chefe - 11	+258844411010
- Leonilde Bahule	Chefe - 07	+258845740086	- Filipe Chiluvane	Chefe - 08	+258849574407
- Pedro Macome Piña	Chefe - 05	+258842371707	- Jonas Ernesto Singo*		+258845384150
- Helder A. Ngulele	Chefe - 04	+258842389020	- Cândido Mazuze **		+258847993629
- Fernando Tembe	Chefe - 31	+258842056427	- Milouisa Ibraimo Antonio***		+258829689939

* Voluntário do Bairro George Dimitrov **Especialista Comunicólogo ***Pesquisadora



Agradecimento especial à **secretaria do Bairro**, por ter-nos recebido com elevado interesse e ao Secretário do Bairro, Sr. **Laus Chembene**, por ter facilitado, mobilizado os líderes presentes e sobre tudo participado na secção; e ao Sr. **Cândido Mazuze** por ter se disponibilizado com dedicação na intermediação da secção.